

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA
JOSÉ TADEU JÚLIO DA SILVA**

JOSÉ EUTROPIO: COM TODAS AS LETRAS

Juiz de Fora
2018

JOSÉ TADEU JÚLIO DA SILVA

JOSÉ EUTROPIO: COM TODAS AS LETRAS

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, ao Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura de Minas: o regional e o universal.

Orientadora: Prof.^a Dra. Moema Rodrigues Brandão Mendes

Juiz de Fora
2018

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca CES/JF – CES/JF

S586

Silva, José Tadeu Júlio da,

José eutropio: com todas as letras / José Tadeu Júlio da Silva,
orientadora Prof.^a Dra. Moema Rodrigues Brandão Mendes. – Juiz de
Fora: 2018.

197 p.

Dissertação (Mestrado – Mestrado em Letras: Literatura
brasileira) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, 2018.

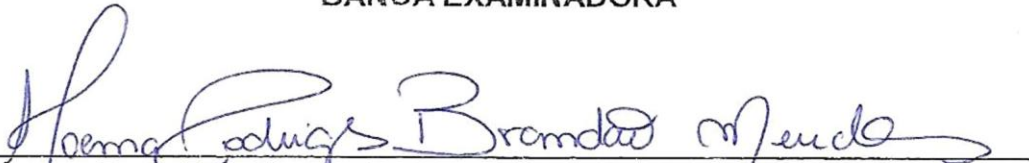
1. José Eutrópio. 2. Estevam de Oliveira. 3. Racismo. 4.
Embranquecimento. 5. Literatura Brasileira. I. Mendes, Moema Rodrigues
Brandão, orient. II. Título.

CDD: B869.3

SILVA, José Tadeu Júlio da. **José Eutropio: com todas as letras.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, ao Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura de Minas: o regional e o universal, realizada no 2º semestre de 2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dra. Moema Rodrigues Brandão Mendes (CES/JF).


Prof. Dr. Anderson Luiz da Silva (EPCAR/MG).


Prof. Dr. Édimo de Almeida Pereira (CES/JF).

Examinado(a) em: 27/08/2018

À mãe negra de todos nós.
À mão negra, sempre mãe.
Sempre mão, nos desatando.

J. T. J. S.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiríssima, D. Biluca (Maria das Dores da Silva), São Julinho (Francisco Júlio da Silva), mãe e pai, Irismar da Silva, primeira irmã e preceptora no arraial literário, a penca de irmã(o)s que aturaram um caçula querido recebendo as benesses de tal **privilegiatura**, a(o)s prima(o)s arrebatada(o)s pela inquebrantável fé paterna no preceito de um dos meus textos, até por isso, prediletos, o Sermão da Montanha, e saindo à rua, a legião, como eram em Gadarra os demônios, vistos pelos olhares, todos, de Juiz de Fora, a João do Rio, no Rio, como não poderia deixar de ser, que capturou a alma arruaceira, justamente meu *habitat* natural e encanto, como qualquer cachorro vira-lata, com aquele olhar de pasmeira posto no mundo da província, que a cidade enorme transformou em ativo monetário, objeto de consumo, qual uma geringonça eletrônica esperta, diametralmente oposta ao popular contexto da pobreza solidária no afeto e no mantimento, na alegria festeira, na tristeza melancólica da necessidade e dos achaques, enfim, encontros achados e perdidos no bricabraque maravilhoso da vida que habita minha memória e que me trouxe a Ana, força derradeira, sem a qual não estaria nem escrevinhando minha gratidão, inclusive à(o)s mestra(e)s do Mestrado em Letras do CES/JF, em reconhecimento definitivo e estendido à Nathália, a primeira precepção hospitaleira, seguida pelo pessoal estratégico do apoio, **maior apoio**, com certeza, porque, no princípio era o (*campus*) Verbo Divino, como se diz.

Nisso os documentos pessoais em nada diferem de todos os demais documentos históricos. Dito de outra forma, o feitiço pode estar em toda parte, havendo apenas alguns lugares mais perigosos que outros.

Angela de Castro Gomes

RESUMO

SILVA, José Tadeu Júlio da. **José Eutropio**: com todas as letras. 197 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Letras). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

A recolha da produção noticiosa referente ao intelectual, jornalista, escritor, professor, músico e advogado, negro, José Eutropio (1884-1929), publicada no jornal **Correio de Minas** no período inicial de sua vivência juiz-forana é o objeto deste trabalho. Nascido no distrito de Boa Família, em Muriaé-MG, faleceu em Juiz de Fora-MG, para onde se mudou no ano de 1915, em decorrência de uma agressão sofrida, cometida por um delegado sabujo do chefe político muriaeense, Cel. Silveira Brum, a quem Eutropio criticava vigorosamente em sua atividade jornalística. Ao chegar em Juiz de Fora foi acolhido por Estevam de Oliveira, fundador e diretor do **Correio de Minas**, e seus filhos Inimá de Oliveira e Itagyba de Oliveira, redatores. O objetivo desta pesquisa é, com o apoio de outros textos teóricos que completam o *corpus*, demonstrar que o material recolhido pode ser considerado como um manto que busca proteger, por meio de adjetivação desbragada, o intelectual de sua própria negritude. Com base na análise do conteúdo das notícias, seu sentido, cotejando com o discurso e a prática intelectual da época, além dos desdobramentos da conjuntura política do pós Abolição e advento republicano, mais o frenesi desenvolvimentista da Juiz de Fora *bellepoqueana*, que acabara de fundar sua arcádia, a Academia Mineira de Letras, no rastro da modernização industrial que se seguiu ao surto cafeeiro, lançando mão da teoria da crítica sociológica, histórica e literária, comprovar que a tutela de Estevam de Oliveira e seus filhos resvalam para o embranquecimento literal de Eutropio, aqui chamado de eufemismo literário, uma exigência do racismo estruturante que organiza a sociedade brasileira e seus discursos de modo intemporal e pertinaz.

Palavras-chave: José Eutrópio. Estevam de Oliveira. Racismo. Embranquecimento. Literatura Brasileira.

RÉSUMÉ

La présente recherche est basée sur la collecte de textes non seulement écrits par José Eutropio, mais aussi relatifs à cet intellectuel, journaliste, professeur, musicien et avocat noir, publiés au journal « Correio de Minas », dans les premières années de sa vie à Juiz de Fora, État de Minas Gerais, Brésil. José Eutropio est né en 1884 dans le petit village de Boa Família, près de Muriaé (Minas Gerais), et est décédé en 1929, à Juiz de Fora, où il était arrivé en 1915, suite à des violences infligées par un commissaire de police, à la solde du leader politique local, le « Colonel » Silveira Brum, que Eutropio attaquait violemment dans le cadre de ses activités de journaliste. Dès son arrivée à Juiz de Fora, José Eutropio avait été accueilli par Estevam de Oliveira, fondateur et directeur du journal « Correio de Minas », ainsi que par ses deux fils, Inimá de Oliveira et Itagyba, rédacteurs du même journal. L'objectif de cette recherche, dont le *corpus* est enrichi par d'autres textes théoriques, est de démontrer que le matériel réuni peut être considéré comme une cape, avec laquelle, notamment à travers le recours excessif à l'adjectivation, on cherche à protéger l'intellectuel de sa propre négritude. À la lumière des répercussions de l'abolition de l'esclavage et de l'avènement de la République, sur le plan politique, ainsi que de l'effervescence du développement qui a suivi la modernisation industrielle et l'expansion de la culture du café dans un Juiz de Fora *Belle Époque*, où venait d'être fondée, d'ailleurs, la société littéraire « Academia Mineira de Letras » [*Académie de Lettres de Minas Gerais*], les textes de et sur José Eutropio sont examinés sur le plan du fond et de la forme et, en même temps, mis en parallèle avec les discours et la pratique intellectuelle en vigueur à cette époque. Cette analyse, s'appuyant sur les théories de la critique sociologique, historique et littéraire, permet de conclure que la protection exercée par Estevam de Oliveira et ses fils a fini par provoquer un « blanchissement » littéral de José Eutropio, appelé ici euphémisme littéraire, une imposition persistant du racisme structurel qui organise la société brésilienne et ses discours à travers les temps.

LISTA DE SIGLAS

AML	Academia Mineira de Letras
BMMM	Biblioteca Municipal Murilo Mendes
CCBM	Centro Cultural Bernardo Mascarenhas
CES/JF	Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora
CM	Correio de Minas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Fundarte	Fundação de Cultura e Artes de Muriaé
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUPERJ	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
JE	José Eutropio
MAMM	Museu de Arte Murilo Mendes
MNU	Movimento Negro Unificado
PCA	Processo Civilizatório Afro-Brasileiro
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: textura – a letra José Eutropio	12
2	TEXTUAL: a letra xadrez	23
2.1	ENTRECHO: LETRAMENTO	28
2.2	CONTEXTO: LETRAS IMPRESSIONANTES	30
2.3	INTERTEXTO: LETRA VIVA	44
3	HIPOTEXTO: a letra anunciada	52
3.1	PROTOTEXTO: LETRA DADA	56
3.2	TEXTO: AO(S) PÉ(S) DA LETRA	57
4	PRETEXTO: a letra (re)velada	73
4.1	CRIPTOTEXTO: LETRA BRANCA	105
4.2	METATEXTO: LETRA NEGRA	123
4.3	HIPERTEXTO: LETRA CRIOULA	135
5	CONCLUSÃO: a letra José Eutropio de “A” a “Z”	147
6	REFERÊNCIAS	150
7	ANEXOS	165

1 INTRODUÇÃO: Textura – a letra José Eutropio

Com licença d(x) Curiandamba
com licença d(x) Curiacuca
Vissungo – Canto I

A princípio, meio vagamente, a finalidade deste projeto de Mestrado em Letras, com área de concentração em Literatura Brasileira, era resgatar uma memória negra juiz-forana na história literária da cidade. Assim, a primeira ação foi pesquisar sobre o que é literatura e, na sequência, sobre a produção da literatura negra neste município. Reminiscência dos tempos de graduação nos anos 1980, a coleção Primeiros Passos (Editora Brasiliense) disponibilizou o livreto da pesquisadora Marisa Lajolo (1986), justamente intitulado **O que é Literatura?**

Nesta obra, agora retomada, entre o permanente e o provisório provocados pela questão-título, a autora evoca Drummond:

O poeta municipal
discute com o poeta estadual
qual deles é capaz de bater o poeta federal.
Enquanto isso o poeta federal
tira ouro do nariz (DRUMMOND apud LAJOLO, 1986, p. 11).

Entre floreios provocadores e esquivas didáticas, Lajolo (1986) devolve a questão para o leitor:

Será que são literatura os poemas adormecidos em gavetas e pastas pelo mundo afora, os romances que a falta de oportunidade impediu que fossem publicados, as peças de teatro que, como dizia Fernando Pessoa, jamais encontrarão ouvidos de gente? Será que tudo isso é literatura? E, se não é, por que não é? Para uma coisa ser considerada literatura tem de ser escrita? Tem de ser editada? Tem de ser impressa em livro e vendida ao público?
Será então que tudo que foi publicado em livro é literatura? Mesmo aquele romance de alta sacanagem, que todo mundo lê escondido e gosta? E os livros que nenhum professor manda ler, de que crítico nenhum fala, que jornais e revistas solenemente ignoram?
A resposta é simples. Tudo isso *é, não é e pode ser que seja literatura*. Depende do ponto de vista, do sentido que a palavra tem para cada um, da situação na qual se discute o que é literatura (LAJOLO, 1986, p. 14, grifo da autora).

Para retomar taxativamente, em seguida, num diálogo proposto ao leitor iniciante: “O finalmente é que a obra literária é um objeto social. Para que ela exista, é preciso que alguém a escreva e que outro alguém a leia. Ela só existe enquanto

obra neste intercâmbio social” (LAJOLO, 1986, p. 16). A estudiosa ressalva, entretanto, que a relação binária autor-leitor é mediada pelas instâncias e exigências da sociedade moderna para a edição, distribuição, comercialização/circulação etc., até atingir o que chamou de “sua natureza social, e criar um espaço de estética entre dois sujeitos: o autor e o leitor” (LAJOLO, 1986, p. 17). Se tal constatação coloca a literatura na perspectiva do sistema capitalista, é preciso, segundo a autora, avançar no assunto, porque existem outras implicações na literariedade, por exemplo, os canais de referenciamento, como a Academia Brasileira de Letras, e seu aval, que vão batizar a obra com seu reconhecimento.

Nessa nesga aberta pela iniciação, ainda era preciso saber sobre a literatura negra. David Brookshaw é uma das referências imediatas, como Cuti, Domício Proença Filho, Edmilson de Almeida Pereira, Eduardo de Assis Duarte, Zilá Bernd etc. quando se trata da abordagem **Raça e cor na literatura brasileira**, exatamente o nome de sua obra lançada em 1983 pela editora Mercado Aberto de Porto Alegre, na série Novas Perspectivas.

Trata-se de um longo panorama construído a partir de uma análise sócio-histórica sobre a recepção ao tema raça e cor no país, na qual o autor introduz a discussão sobre a incidência em tal temática do estereótipo, “inicialmente definido como tanto a causa quanto o efeito de um pré-julgamento de um indivíduo em relação a outro devido à categoria que ele ou ela pertence” (BROOKSHAW, 1983, p. 9). É, portanto, um jogo de oposições, no qual o percebedor faz incidir no observado, um mito oriundo de seu próprio papel ou lugar social.

O ser estereotipado é, assim, a corporificação física de um mito baseado imediatamente na visão que o percebedor tem do papel sócio-cultural de seu receptor e do seu próprio. Mais precisamente, o mito deve ser visto no contexto de uma dialética na qual o receptor corporifica uma negação do percebedor e, portanto, uma negação de padrões sócio-culturais aceitáveis. Em lugar nenhum tal fato é mais aparente do que na situação de colonialismo, do qual a escravatura africana no Novo Mundo foi somente uma variante. Na citação que se segue, do comentário de C. L. Innes sobre o ponto de vista de Frantz Fanon a respeito da dicotomia colonial, os termos “colonizador” e “nativo” bem poderiam ser trocados por “senhor” e “escravo”, e nada mudaria: “O colonizador é civilizado, racional, decente, religioso, culto; o nativo é bárbaro por natureza, irracional, o inimigo da decência, supersticioso, vivendo em estado de escuridão” (BROOKSHAW, 1983, p. 10, grifos do autor).

A dialética acolhida pelo estereótipo, e isso é fundamental para a análise da produção literária negra, não deixa de ser, diz o autor, contraditória em relação,

entre outras situações, à maneira como uma pessoa negra considera uma pessoa branca. Uma atitude reservada pode evidenciar a superioridade da atitude racista branca. Uma defesa da democracia e da cidadania pode marcá-la como arrogante.

Em ambos os casos, a afirmação do eu e a negação do outro, a dialética inerente ao preconceito, permanece intacta. Tampouco rompe a dicotomia o negro que é aceito, pois a personalidade preconceituosa vê nele uma exceção, um “negro com alma branca”, e assim preserva sua noção da categoria do outro. Allport chama isso de “instrumento de re-cercar”: “Quando um fato não pode se adaptar a um campo mental, a exceção é reconhecida, mas o campo é novamente cercado com rapidez e impedido de permanecer perigosamente aberto” (BROOKSHAW, 1983, p. 11, grifos do autor).

Tal dialética preconceituosa condiciona toda a produção cultural sobre a pessoa negra, até convergir para o estereótipo e, daí, sua influência na literatura brasileira. Afirma, então, Brookshaw,

O primeiro objetivo deste trabalho será examinar o padrão emergente de estereótipos com os quais a cultura branca tem aprisionado o negro. Os estereótipos serão relacionados aos progressos da ideologia sócio-política num período estendendo-se desde meados do século XIX, quando a Abolição tornou-se um tema para a política e a literatura, até os anos entre-guerras do presente século, quando idéias antiquadas concernentes à raça, juntamente com gostos literários ultrapassados foram questionados. Todavia, no caso do Brasil, onde o controle não é um mero substrato social, mas é também étnico, o estereótipo tem implicações mais amplas, porque reforça a incompatibilidade básica entre as culturas euro-brasileira e afro-brasileira, rivais pretendentes a uma identidade cultural nacional. Tal incompatibilidade remonta ao simbolismo natural original inerente às cores, a equação branco-pureza e, portanto, moralidade versus preto-perversidade, logo, imoralidade (BROOKSHAW, 1983, p. 16).

Citando o sociólogo Roger Bastide, Brookshaw (1983) coloca a questão racial como disputa entre duas moralidades para especificar o conflito cultural que impõe entre elas uma linha de comportamento a ser ultrapassada pela escrita negra ou mestiça. Alerta, porém que, “ao atravessá-la, no entanto, tornam-se exceções do estereótipo, implicitamente impedidos de mostrar qualquer vestígio de sua cultura anterior em troca de sua assimilação” (BROOKSHAW 1983, p. 17), isso porque, além dessa linha, a evocação se tornaria um condenável ato de imoralidade.

A linha de comportamento estrutura a relação entre as duas tradições étnicas como característica de uma dicotomia que opõe colonizador e colonizado, diferentemente do que aconteceria no caso da oposição oriunda de um conflito de classes. A contradição África x Europa caracteriza-se como num campo cultural que

separa a primeira, situada no âmbito da exclusão social e territorial na cidade e no campo, da segunda, a do colonizador, que sonha com uma terra mítica, ao não aceitar a territorialidade e a localização onde vive. Resulta, então, que

A “sociedade distante” para o branco brasileiro se dispersa em uma área relativamente ampla. Para o intelectual, a França e, ocasionalmente, Portugal têm sido as metrópoles espirituais. O francês foi durante muito tempo a língua da alta sociedade, alcançando o apogeu na virada do século. O período entre 1900 a 1914 também foi o auge da lusofilia entre muitos escritores brasileiros, dos quais o mais sincero foi o romancista Afrânio Peixoto (BROOKSHAW, 1983, p. 18, grifos do autor).

O debate sobre a construção da nação brasileira teve na lusofilia, o gênio latino herdado dos portugueses, um de seus vetores principais. A origem da pátria e a definição da população implicaram o engajamento veemente de várias correntes intelectuais. O elo que ligava Portugal, Brasil e Angola, sob a ascendência do primeiro, era a identidade lusa transfigurada na imagem de domínio português, simbólico que seja, do Atlântico Sul. Neste panorama,

Dos escritores considerados lusófilos e brasilófilos, muitos são encontrados nas páginas da América Brasileira, como Afrânio Peixoto, Carlos Malheiro Dias, Coelho Neto, João Ribeiro, Manuel Bandeira. Afrânio Peixoto em seu romance *A Esfinge* (1911) rejeita o culto do arianismo e expõe sua posição lusófila (LEMOS, 2010, p. 105).

A Europa mítica toma, então, a forma de uma Paris ideal ou pequena Lisboa, como o Rio de Janeiro já foi conhecido, assimilada pela consciência burguesa em defesa da branquitude contra o que entendeu como ameaça sociocultural da gente colonizada, os libertos, advinda principalmente da abolição da escravatura. O nacionalismo cultural, cuja referência está justamente na cultura colonizada sob a linha de comportamento, opõe-se a isso, numa postura nativista de desassimilação. Entretanto, a humanidade enxergada aí é igualmente mítica, agora na figura do índio, escasso na população brasileira e reduzido em suas aldeias. A negritude só vai ser alcançada neste esquema a partir dos anos 1920 e 1930 com o Modernismo, inclusos os romances ditos regionais¹.

¹ Conforme indica Carlos Berriel em sua obra **Tietê, Tejo e Sena**: a obra de Paulo Prado (Campinas: Papyrus, 2000).

Continua Brookshaw, “O segundo propósito deste estudo será relacionar estereótipos aos dois eixos que acabamos de examinar, a saber: assimilação à cultura branca metropolitana e desassimilação dessa mesma cultura” (BROOKSHAW, 1983, p. 19), que provoca alguma mudança na forma de ação dos estereótipos. O racista assimilado à cultura europeia enfatiza o negativo da negritude, qual seja, a selvageria, a violência, o subjugo, a cultura atrasada e primitiva, o que vai realçar seu desejo de um país branco.

O nativista desassimilado dessa mesma cultura realça o indígena e a negritude de forma instintiva, espiritualmente saudável, propenso a cobrir as falhas do que não gosta, a materialidade da sua cultura burguesa originária. Com isso transforma o conteúdo afro-brasileiro em instrumento de rejeição da sua própria nacionalidade, habitando um mesmo espaço mítico, mero populismo criativo de seu autor.

A classificação da escrita negra ou mestiça é mais difícil pela complexa situação de sua condição colonizada. Aqui, um alerta do pesquisador Edmilson de Almeida Pereira (2000?) ao traçar um panorama da literatura afro-brasileira, ressalta a inserção dessa escrita na tradição literária produzida em língua portuguesa, que, do ponto de vista mais geral, apresenta uma especificidade luso-brasileira conjuntural. E complementa,

A Literatura Afro-brasileira escrita nesse sistema é simultaneamente Literatura Brasileira que expressa uma visão de mundo específica dos afro-brasileiros. A dinâmica de tensões e contradições presentes nesse quadro literário nos ajuda a compreender as atitudes dos autores que recusam ou que valorizam suas origens étnicas; nos esclarece também sobre a necessidade de denunciar a opressão social e de evidenciar uma nova sensibilidade que apreenda esteticamente o universo da cultura afro-brasileira (PEREIRA, [2000?]. Não paginado).

Concluindo,

A própria definição do termo Literatura Afro-brasileira – ou Literatura Negra, como preferem alguns analistas – é ponto a ser melhor considerado. Como pudemos observar, a origem étnica e o conteúdo não são suficientes para estabelecer a especificidade da Literatura Afro-brasileira. As contradições percebidas nas obras são índices de uma identidade que precisa ser buscada também nos aspectos da forma, da visão de mundo, da interação de uma nova sensibilidade estética e social (PEREIRA, [2000?]. Não paginado).

Pendulando entre as extremidades do branquismo colonizador – a assimilação ou a desassimilação, conforme já citado e aqui retomado – a escrita negra tem que

negar o racista convicto e o nativista condescendente, sem poder, no entanto, negar o que almeja. A assimilação quer mostrar-se excepcional em relação ao que pensa sobre si o patamar que almeja. Tal postura corre, então, o risco da subserviência, que a aproxima do estereótipo da negritude fiel, aquela que passa a colaborar com o domínio.

Na sequência, e de modo contrário à perspectiva assimilacionista, a assunção afro-brasileira, de comportamento simétrico ao racista branco, em relação à linha de comportamento, busca inverter o estereótipo primitivo passando a glorificá-lo na forma de uma ideologia positiva. Menos comum, um dos representantes desta linha é o mestiço Domingos Caldas Barbosa, sacerdote, poeta e compositor, patrono da cadeira nº 3 da Academia Brasileira de Letras, que no final do século XVIII retratou costumes populares em sua obra e conseguiu bastante sucesso nos recintos lisboetas. Desta maneira, “Barbosa conseguiu usar em proveito próprio o estereótipo do Negro fiel, expondo, ao mesmo tempo, uma visão de vida e um modo de expressão essencialmente afro-brasileiros” (BROOKSHAW, 1983, p. 20), num processo de desassimilação por dentro, muito provavelmente, Brookshaw não explica favorecido pela função religiosa. Nessa perspectiva dual, aquém e além da linha de referência, o estudioso estrutura sua argumentação sobre “O Escritor Branco”, na primeira parte, e “O Escritor Negro”, na segunda.

Foi essa dualidade que Domício Proença Filho (2004) acessou para ensaiar sobre **A Trajetória do negro na literatura brasileira**, título do trabalho publicado na página eletrônica de **Estudos Avançados** da Universidade de São Paulo. Logo na anunciação do texto ele revela que

A PRESENÇA DO NEGRO na literatura brasileira não escapa ao tratamento marginalizador que, desde as instâncias fundadoras, marca a etnia no processo de construção da nossa sociedade.

Evidenciam-se, na sua trajetória no discurso literário nacional, dois posicionamentos: *a condição negra como objeto, numa visão distanciada, e o negro como sujeito, numa atitude compromissada.*

Tem-se, desse modo, literatura *sobre* o negro, de um lado, e literatura *do* negro, de outro (PROENÇA FILHO, 2004, p. 161, grifo do autor).

Já era possível, munido desse conteúdo informativo básico, identificar na história literária de Juiz de Fora, a intenção inicial, reconhecer algum vestígio dessa escrita negra ou relativa à negritude. Uma primeira situação se impôs com a referência dada pela coletânea **Letras da cidade** (2002), de autoria das

pesquisadoras Leila Maria Fonseca Barbosa e Marisa Timponi Pereira Rodrigues, que ordenou cronologicamente, à data de nascimento, um rol de autores da literatura juiz-forana a partir de 1850, mesma data da fundação da então Cidade do Paraibuna, emulando trabalhos anteriores dos pesquisadores Dormevilly Nóbrega, Almir de Oliveira, “como também os arquivos históricos de Paulino de Oliveira, José Procópio Teixeira Filho, Jair Lessa, Albino Esteves e Oscar Vidal Barbosa Lage, Walter Fonseca...” (BARBOSA; RODRIGUES, 2002, p. 17). Na relação de 106 nomes, apenas um aparece identificado, pelo teor de sua obra e ação intelectual ali postos, com a negritude: Edmilson de Almeida Pereira.

Poeta, escritor e acadêmico contemporâneo consagrado e premiadíssimo, fugia da perspectiva do resgate. O jeito foi investigar a ausência negra e, a partir dela, indagar os porquês de tal exclusão, de certa forma sabidos. A exclusão política e social negra, plasmada pelo racismo, compõe uma literatura abundante que recorta toda a historiografia do país. Seria o caso, então, de projetá-la na literatura da Atenas Mineira, um dos cognomes que a cidade de Juiz de Fora recebeu na passagem do século XIX para o XX, “conferido a ela pelo escritor Arthur Azevedo” (NEVES, 2013, p. 260).

Esta segunda pretensão esvaiu-se como a anterior, primeiro porque não foi possível traduzi-la em algo inteligível. Não era conhecida, por exemplo, a obra de Michel Foucault sobre autoria, discurso, linguagem, genealogia e arqueologia do saber, às quais só surgiriam no decorrer do curso de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). Como não soube explicitar (essa foi a realidade que levei à entrevista da seleção para o ingresso no referido programa), derivei até o momento em que, já no curso, minha orientadora, Prof^a. Dra. Moema Rodrigues Brandão Mendes apresentou-me um livreto que chegara até ela pelas mãos do professor José Alberto Pinho Neves, sobre a vida do negro José Eutropio (1884 – 1929), um verdadeiro presente de meu orixá Xangô, que já me ajudara, intermediado pela colaboração do rezador e intelectual Muniz Sodré (1988), a vislumbrar meu lugar de fala².

Então era lançar mãos à obra. Qual obra? Pesquisar José Eutropio, organizar o material encontrado, classificá-lo etc. De pronto, além do livreto acima referido, obra que tem como título **José Eutrópio (Subsídios para uma biografia)**, de autoria do

² SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis:Vozes,1988.

pesquisador Dormevilly Nóbrega (1987), surgiram mais duas deste. Nelas foi identificada uma informação fundamental: José Eutropio não tinha obra publicada em livro e se recusara mesmo, segundo Miguel Duarte, autor de um de seus quatro necrológios, a publicar...

E, como insistíssemos em nosso propósito, houve por bem recorrer à falta de livro editado, declarando, em seguida, que, em consequência da desordem de seus inéditos e do arquivo, tão cedo não poderia enviar originais ao prelo (DUARTE, apud DORMEVILLY, 1987, p. 19).

Importa, entretanto, ressaltar que no material dormevillyano o nome do jornal **Correio de Minas**, fundado em 1894 em Juiz de Fora por Estevam de Oliveira (1853 – 1926) e publicado até 1949, apareceu com destaque. Ao veículo e ao seu proprietário coube a responsabilidade pela recepção juiz-forana de Eutropio. Por sorte, a maior parte da coleção do jornal está preservada, em Juiz de Fora, MG, nas hemerotecas da Biblioteca do Museu de Arte Murilo Mendes – MAMM, sob o olhar experimentado da historiadora Lucilha de Oliveira Magalhães, e no Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, no Centro Cultural Bernardo Mascarenhas – CCBM, sob a guarda experiente da historiadora Heliane Casarin, o que permitiria uma investigação sobre todo o período em que o escritor pesquisado viveu em Juiz de Fora: de 1915 a 1929.

Foi quando uma nova dificuldade surgiu. A pesquisa inicial nos exemplares de 1915, 1916 e 1917 não retornou material autoral significativo, no entanto, foram emergindo algumas notas dando conta dos afazeres e feitos de José Eutropio, que indicavam, por assim dizer, quase um itinerário inicial do intelectual pela cidade, configurando o que foi considerado um roteiro de reflexão. Algumas ocorrências tornaram-se repetitivas e daí frequentes, perfazendo certa característica a marcar o estilo de escrita do jornal em relação ao objeto pesquisado enquanto um tipo.

Dizendo de outra maneira, cada anotação referente à produção intelectual de Eutropio ou à sua participação em algum evento, repetia os adjetivos que deram o tom elogioso e carinhoso da primeira, quando o jornal **Correio de Minas** publicou em 20.04.1915, com o título de “**Viajantes**”, a seguinte nota: “Vindo de S. Paulo do Muriahé, onde residia, está nesta cidade o Dr. José Eutropio, conceituado advogado mineiro e inteligente beletrista”.

Várias indagações do tipo quem? (o agente), o quê? (a ação), onde? (o lugar), quando? (o tempo), como? (o modo), e por quê? (o motivo) ocorriam, o que fez o

lide da pirâmide invertida da teoria da comunicação se insinuar no horizonte reflexivo. Lide, conforme os manuais de redação, é a primeira parte da notícia, o parágrafo inicial. Pela técnica chamada pirâmide invertida inicia-se a matéria com um resumo contendo as informações mais relevantes na totalidade da notícia. De acordo com o **Manual de Redação** Agência Senado Jornal do Senado, “O *lead* deve ser redigido em linguagem direta, clara e acessível. Deve sintetizar as informações de modo a transmitir ao leitor a idéia essencial da matéria” (BRASIL. Congresso. Senado Federal, 2001. p. 16, grifo do autor).

Explicando melhor, para ser publicada, uma notícia demanda edição. É a linha editorial do veículo que indica o conteúdo e a forma de tratar o noticiário. A partir do final do século XIX, durante a Guerra de Secessão Americana, os correspondentes enviavam notícias para a redação através do telégrafo. Como esta técnica demandava a utilização de postes e fios, ficava sujeita a interrupções frequentes, inviabilizando o envio das matérias às redações. Para minorar os danos, os correspondentes confeccionavam um resumo com as informações mais importantes e enviavam prioritariamente.

Mais adiante, os veículos de comunicação, visando atingir maior economia de tempo para um leitor cada vez mais ocupado pelas exigências da modernidade, passam a fazer um resumo do conteúdo total da matéria na parte de cima da notícia e depois vão afunilando, formando uma figura parecida com uma pirâmide de pontacabeça, oferecendo a alternativa de uma leitura mais rápida do que é fundamental na notícia.

Para cada indagação foi, então, induzida uma resposta: Quem? José Eutropio. O quê? Informação textual. Onde? **Correio de Minas** em Juiz de Fora. Quando? 1915, 1916 e 1917. Como? Referências positivas. Por quê? Intelectual negro. Isso gerou um lide específico, que permitiu pensar o fundamento da notícia José Eutropio em autoria compartilhada pelo fundador Estevam de Oliveira e seus filhos Inimá de Oliveira e Itagyba de Oliveira, que herdaram do pai a redação do **Correio de Minas** a partir de 1914 (KAPPEL, 1910, p. 38). Assim, a linha editorial adentrou a redação, que adentrou a tipografia e construiu uma notícia, em tese sempre a mesma, publicada de forma estendida no tempo.

O caminho escolhido indicava conhecer o pensamento de quem a redigiu, conhecer, assim, os redatores do jornal **Correio de Minas**. Republicano convicto, Estevam de Oliveira exerceu função destacada no debate político e educacional juiz-

forano de então, principalmente por meio do jornal e de outras publicações. Os filhos lhe seguiram a verve jornalística e editorial. Tudo isso disponibilizou material suficiente para avaliação da proposição que tipificou a notícia eutropiana, mas a hipótese da autoria compartilhada, assim posta, demandava ainda alguma comprovação. Para tanto, a teoria das críticas literária e genética da literatura, a história da ação intelectual e os estudos foucaultianos sobre linguagem, autoria, discurso, saber, poder, acessados durante a pesquisa, ofereceram possibilidades para uma localização e amarração teórica da proposição mais adiante.

Para tanto, a dissertação ficou assim estruturada: após a **INTRODUÇÃO: textura – a letra José Eutropio**, na seção **2, TEXTUAL: a letra xadrez**, como o título sugere, foram elaborados um delineamento do intelectual negro, cuja notícia é o objeto deste trabalho, e uma aproximação com os pressupostos da notícia, branca, que gradualmente vai incorporá-lo. Segundo o **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa** (conhecido como **Dicionário Caldas Aulete**), no que concerne ao jornalismo, pauta é uma “agenda ou roteiro de temas, assuntos, pontos a serem apresentados numa edição de jornal, revista, programa de rádio ou televisão” (PAUTA, 2017), a preparação da informação, enfim. Atendendo a isso, sobre Eutropio são postos alguns dados biográficos e informações mais gerais de sua trajetória, indicando também o roteiro e o material pesquisado, desaguando na afirmação do objetivo da pesquisa, a apuração, edição e publicação da notícia **José Eutropio** no período inicial de sua vida em Juiz de Fora, no **Correio de Minas**.

Na subseção 2.1, **ENTRECHO: LETRAMENTO**, foram apurados alguns dados sobre o início da experiência de José Eutropio, sua aprendizagem e exercício profissional ainda residindo em Muriaé, onde nasceu, acrescidos de algumas informações sobre os acontecimentos do enredo que o fez transferir residência para Juiz de Fora. A subseção 2.2, **CONTEXTO: LETRAS IMPRESSIONANTES** desenha uma perspectiva do ambiente cultural que vai recepcioná-lo na cidade, com destaque para a atividade da imprensa na Manchester Mineira. Na seção secundária 2.3, **INTERTEXTO: LETRA VIVA** o intelectual e sua notícia desembarcam de vez na cidade, onde brilham e se robustecem em face da acolhida por parte da intelectualidade local, referenciada na atuação do Movimento Intelectual da Geração de 1870, até esmaecerem, feito chama bruxuleante, com a morte de seu substrato Estevam de Oliveira.

Na seção 3, **HIPOTEXTO: a letra anunciada** foi proposta uma aproximação biográfica entre o objeto delineado até então, **a notícia Eutropio**, e o sujeito, seu redator, Estevam de Oliveira. Tal delimitação do *corpus* permite o desenvolvimento da análise do primeiro em intertexto com a trajetória do segundo, seu hipotexto, referenciado na perspectiva da Geração 1870. Na subseção 3.1, PROTOTEXTO: LETRA DADA foi exposta a urdidura que costura os fios que enlaçam objeto da notícia, seu autor e obra, o que vai permitir que, na subseção 3.2 TEXTO: AO(S) PÉ(S) DA LETRA, seja exibida a totalidade da notícia original, crua, aquém da estampa de enunciação, isto é, na forma em que foi publicada no periódico, perfazendo uma série, um *corpus*, que vai possibilitar a aplicação sobre ela da crítica literária. Na seção 4, **PRETEXTO: a letra (re)velada** foi realizada uma conexão entre a intenção vigilante do autor da notícia, a estratégia utilizada e a escrita. A partir daí, a sugestão do escondimento de Eutropio é precedida de uma longa exposição de motivos, como a robustecer o raciocínio que fecha a proposição. Na subseção 4.1, CRIPTOTEXTO: LETRA BRANCA, tem-se uma primeira demão sobre o texto literário aqui pesquisado, que prossegue na subseção 4.2, METATEXTO: LETRA NEGRA, até ser concluída na subseção 4.3, HIPERTEXTO: LETRA CRIOULA. Finalmente na seção 5, **CONCLUSÃO: a letra José Eutropio de “A” a “Z”**, a constatação de que uma outra notícia revelou-se a partir da original, o que é possível afiançar pelo desvelamento do pretexto. Se a branquitude da construção estratégica advém do solo positivo ou dispositivo institucional que ocupava todos os espaços do imaginário simbólico e refletia no arranjo social, sua qualidade, a realidade capturada pela extensa exposição do conteúdo discriminatório que organizava o cotidiano cultural brasileiro torna-se patente na análise da sintaxe e da linguagem que une a palavra e a coisa na escrita estevamniana, permitindo alternativamente a produção da notícia num teor ou tom adequado ao sujeito em vista. Em sequência foram registradas as **REFERÊNCIAS** e os **ANEXOS**.

2 TEXTUAL: a letra xadrez

O exílio continua
no interior da cidade.
Seu nome via pública
o que fixa é passagem.
Edimilson de Almeida Pereira

Jornalista, poeta, escritor, professor, músico, compositor, maestro, poliglota, advogado, José Eutropio, objeto desta pesquisa, nasceu num caminho de roça mineiro, o distrito de Boa Família em Muriaé, Zona da Mata, em dezembro de 1884. Sobre o dia do nascimento, as anotações pesquisadas indicam ao menos duas datas: 01.12 e 06.12 do ano citado acima. A primeira está anotada em uma pequena biografia no sítio eletrônico da Fundação de Cultura e Artes de Muriaé – Fundarte (19--)³. A segunda consta na já citada obra do pesquisador Dormevilly Nóbrega: **José Eutrópio (Subsídios para uma biografia)**, (1987).

Radicou-se em Juiz de Fora em 1915, onde faleceu em 21 de junho de 1929. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, iniciou sua carreira forense no Tribunal do Júri de sua cidade, além de lecionar no Ginásio São Vicente de Paula, o que fazia com maior gosto, como consta na biografia do sítio eletrônico citada no parágrafo anterior, a mesma informa que José Eutropio estudou em Milão, no Norte da Itália.

A partir de Juiz de Fora, suas andanças, rastreadas pela correspondência com o escritor juiz-forano Gilberto de Alencar, passam por Belo Horizonte e Itabira, lugares de exercício profissional como inspetor de escola, de onde enviou duas cartas, em 25 de setembro (ANEXO – A) (EUTROPIO, 1925) e 30 de novembro (ANEXO – B) (EUTROPIO, 1925a) ao referido amigo. Uma terceira carta, cuja datação restringe-se ao ano, foi enviada para o mesmo destinatário do Rio de Janeiro (ANEXO – C) (EUTROPIO, 1927). Essa trinca epistolar encontra-se arquivada no Acervo Alencar no Fundo Gilberto de Alencar, do Setor de Biblioteca e Informação do Museu de Arte Murilo Mendes.

Em coletânea datada de 1982, intitulada **Prosadores**, o pesquisador Dormevilly Nóbrega anotou um resumo importante da trajetória de Eutropio:

³Disponível em:

<http://www.fundartemuriae.com.br/conteudo/conteudo.php?id=188>. Acesso em: 30 dez. 2017

Jornalista, professor, crítico literário e musical, advogado, músico de enorme inspiração, laureado pelo Conservatório Nacional de Música do Rio de Janeiro, José Eutrópio foi “um talento na expressão genuína da palavra”. Colaborou nos principais órgãos de Juiz de Fora e de outras cidades de Minas, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Foi redator do “Correio de Minas”, de Juiz de Fora (1915/1919) e diretor-responsável da revista “Excelsior” (1917). Brillhante advogado exerceu as funções de Auditor de Guerra, interino, da 4.^a R. M. (1925). Neste mesmo ano, o Conselho Superior do Ensino destacou-o para proceder a estudos sobre a situação dos estabelecimentos de Minas Gerais. Voltou à direção do “Correio de Minas”, como secretário, em 1920, deixando o cargo a 16 de abril de 1922. Musicou a revista de costumes locais “Há anos atrás”, libreto de Aristarco Paes Leme, levada à cena a 6 de junho de 1919. Presidiu a Associação de Imprensa de Minas, fundada em Juiz de Fora em 1921. Fundou, com Alfredo Amaral e Fego Camargo a Sociedade de Concertos Sinfônicos de Juiz de Fora (NÓBREGA, 1982, p. 96, grifos do autor).

Dormeilly Nóbrega (1987), mais adiante, registra detalhadamente alguns dados da origem, formação e exercício profissional do intelectual muriaeense⁴. Reproduz, na mesma obra, um perfil, de autoria de Paulino de Oliveira (OLIVEIRA apud NÓBREGA, 1987, p. 9), datado de 1952, por ocasião da fundação de uma escola com nome do escritor, e 3 necrológios respectivamente escritos por Vale Ferreira (FERREIRA apud NÓBREGA, 1987, p. 13), H. J. Hargreaves (HARGREAVES apud NÓBREGA, 1987, p. 16) e Miguel Duarte (DUARTE apud NÓBREGA, 1987, p. 18) logo após a morte de Eutropio. Nestes, cada um traça detalhes da personalidade eutropiana, registrando comportamento, capacidade intelectual e profissional, revelados por uma convivência mais próxima no cotidiano juiz-forano.

Numa terceira obra, **Reverendo o passado**, outra coletânea, datada de 2001, Dormeilly fala, entre outras coisas, sobre a amizade entre Eutropio e o maestro Duque Bicalho⁵, e as dificuldades encontradas na coleta de subsídios para uma palestra sobre os dois, solicitada pelo Rotary Club de Juiz de Fora – Sul, em 1987.

Quando, em 4 de novembro de 1987, a convite do Rotary Club Juiz de Fora – Sul, pronunciamos palestra sob o título “Dois amigos, dois talentos: José Eutrópio e Duque Bicalho”, fomos instados a ampliar o trabalho, especialmente por parte do então Deputado Federal Constituinte Francisco Mello Reis. Não calculei fosse difícil a tarefa quanto à figura admirável de José Eutrópio, em face da existência ainda de pessoas que conviveram com

⁴ Cf. IBGE, a designação oficial é muriaeense, mas optou-se pelo uso consagrado. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?&t=destaques>. Acesso em: 20 fev. 2018.

⁵ A Lei Municipal Nº 273, votada pela Câmara Municipal de Juiz de Fora e sancionada pelo Prefeito Dilermando da Costa Cruz Filho em 02 de maio de 1950, reza, em seu Art. 1º, que “Fica considerado oficial o Hino de Juiz de Fora, de autoria do poeta Lindolfo Gomes e do compositor Cincinato Duque Bicalho.”

ele e foram, vários, seus alunos. Quanto a Duque Bicalho, a tarefa seria mais simples pois fui honrado com sua amizade e de seus familiares (NÓBREGA, 2001, p. 125, grifos do autor).

Logo a seguir, transcreve notícias publicadas na imprensa juiz-forana por ocasião da morte de Eutropio, ressaltando que,

Buscamos, através do “Correio de Minas”, onde Eutrópio pontificou na qualidade de secretário, crítico literário, artístico e musical, mas o registro do falecimento do ilustre companheiro, lamentou a grande perda, informando que seu corpo seria velado no saguão do “Jornal do Comércio”.

Tentamos, em vão, encontrar a coleção do “Jornal” da época, especialmente em nossa Biblioteca Municipal que vivia, à época, viajando impiedosamente de um canto para outro, num total desleixo de tantas administrações.

Quando, em 2000, fomos contemplados com a amizade de metucioso pesquisador, Professor Tarcizio Veiga Mancini, ele, sabendo de nossa profunda admiração por José Eutrópio, teve o trabalho e a gentileza de nos oferecer os registros que transcrevemos, para maior conhecimento de quem foi aquele negro que honrou a cultura de Muriaé, de Juiz de Fora e de sua raça (NOBREGA, 2001, p. 125, grifos do autor).

O jornal **Correio de Minas** produziu cobertura noticiosa de toda a trajetória de Eutropio na cidade, desde quando ele desembarca em pessoa em Juiz de Fora em 19.04.1915 até sua morte, em 21.06.1929. Antes de se transferir, no entanto, ele surge na cidade juiz-forana de forma fatídica. Em sua edição de 03.05.1914, o jornal **O Lince** (1912-1979) publica protesto contra um acontecimento trágico na cidade de Muriaé. Sob o título **Agressão brutal**, faz constar:

Há individuos que não devem, não podem mesmo occupar certos cargos de responsabilidades e no entanto é o que sempre succede, mórmente no serviço publico.

Não somos politicos, e por isso não queremos attingir a partido algum, mas o que é verdade deve-se dizer.

Não ha muitos dias deu-se um facto em S. Paulo de Muriahé, facto que foi divulgado pela imprensa com protestos vehementes, contra uma autoridade inepta, incompetente, que agrediu ao dr. **José Eutropio**, redactor d’A Renascença jornal que se publica naquella cidade, dando-lhe traiçoeiramente uma facada.

O motivo dessa covarde agressão foi simplesmente por ter aquelle jornalista censurado os maus actos praticados por esse “valiente” delegado que entendeu de acabar com a liberdade de imprensa.

Lavram ser estas columnas o nosso protesto contra essa indigna autoridade, que deve ser punida, a bem da tranquillidade publica (AGRESSÃO, 1914. Não paginado, grifos nosso e do autor).

As boas novas vieram pelo **Correio de Minas** no ano seguinte. Na edição do dia 18.03.1915, que precede em 1 mês sua chegada à cidade, Eutropio surge de forma mais alvissareira, sob o título **Fatos e notas**:

Temos em mãos o Segundo número do Excelsior, que ultimamente apareceu em S. Paulo do Muriahé.
Redactoriado pelo dr. **José Eutropio**, inegavelmente um dos talentos mais promissores da geração atual, o Excelsior é escripto em linguagem castiça e fluente, digno, portanto, de leitura.
Ao Excelsior nossos votos de muitas prosperidades (FATOS, 1915. Não paginado, grifo nosso).

Mediando o espaço entre fato e notícia, o jornal permite a recuperação do acontecimento a partir do presente. O olhar retrospectivo lança mão da base palpável que a preservação disponibiliza. É o que está posto nos arquivos à espera do olhar, sem esquecer que se trata de um local,

Portanto, onde nem o documento, nem o arquivista, são vistos como seres objetivos, neutros impessoais, passivos. Os sistemas de informação têm necessariamente que passar a descobrir, como diz Cook, o contexto por trás do texto, a mente por trás da matéria, a inteligência por trás do fato, a função por trás da estrutura, as inter-relações múltiplas por trás da relação de única via. Matéria, fato, estrutura – justamente o que os arquivistas, por um século, dedicavam-se a proteger – já não bastam. Agora, contam a mente, a inteligência, a função, as relações múltiplas e, ainda mais, multifacetadas da administração. A noção de verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científico, na crítica textual e no conhecimento objetivo perde o lugar, diz Cook, para o “contexto por trás do texto, [pois] as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto, se não mais, que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. (...) Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado por aquele que fala, fotografa e escreve (...) com um propósito definido” (BELLOTTO, 1998, p. 203, grifos do autor).

Retomando, ressalta-se a importância das consultas em fontes primárias. A documentação do pesquisador juiz-forano Dormevilly Nóbrega está arquivada no Acervo que leva seu nome sob a custódia do Museu de Arte Murilo Mendes – MAMM. Tal acervo contém parte da coleção do jornal **Correio de Minas**. Outra parte, como visto, encontra-se arquivada no Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, o que permite acessar o lugar histórico da publicação e associá-lo ao seu conteúdo (DE LUCA, 2006, p. 139). A preservação do periódico republicano foi fundamental para a constituição da notícia eutropiana, objetivo desta pesquisa. Notas esparsas vão dando conta de uma movimentação mediada pelos

discursos coetâneos e atuais incidindo na fonte com alguma intencionalidade, suportando certas mensagens e alguma regularidade (BARROS, 2012, *passim*).

Portanto, esta pesquisa compilou, criticamente, o acervo noticioso publicado no jornal **Correio de Minas** referente a José Eutropio, patrono da cadeira nº 9 da Academia Juiz-forana de Letras, no período inicial de sua vivência na cidade de Juiz de Fora, segundo já foi dito, como uma notícia estendida naquele tempo.

A trajetória compreendeu um primeiro momento em que o intelectual imiscui-se no circuito cívico e cultural, pontilhando com sua presença atos e eventos, trajetória que deságua em sua investidura como membro fundador da Sociedade de Homens de Letras, para a qual foi eleito secretário em 17.08.1917 (SOCIEDADE, 1917. Não paginado).

O *corpus* pesquisado constitui-se de: 3 cartas enviadas ao escritor Gilberto de Alencar, copiadas dos originais preservados no Museu de Arte Murilo Mendes (ANEXOS – A – B – C); 1 poesia (ANEXO – D), 5 artigos compartilhados e 20 notas referentes às suas atividades, publicados no **Correio de Minas** (reproduzidos no item 3.2 TEXTO: AO(S) PÉ(S) DA LETRA); 1 perfil (ANEXO – E) e 3 necrológios (ANEXOS – F – G – H), já mencionados e referenciados à página 24; 1 crônica (ANEXO – I), da obra **Prosadores** Coletânea, (NÓBREGA, 1982, p. 96). A compilação visou alinhar, ponto a ponto, uma aproximação gradativa do trajeto individual ao quadro geral da época.

Nessa perspectiva, Eutropio incorpora compulsoriamente uma espécie de personagem-texto que permite tecer sua própria narrativa em articulação com a sintaxe do plano discursivo, ou com a linha editorial acessada pelos redatores do jornal republicano **Correio de Minas**, veículo, por sua vez, tributário do Movimento dos Intelectuais da Geração de 1870, do qual seu fundador, Estevam de Oliveira, foi um entusiasta. Conceitos e contextos exibiram os mecanismo das práticas discursivas e estruturas que fizeram funcionar tanto o processo da captura textual de José Eutropio, com aquiescência compulsória, quanto a sua distribuição enquanto conteúdo autoral.

2.1 ENTRECHO: LETRAMENTO

Mas aquele que ouve as minhas palavras e não as põe em prática é semelhante a um homem insensato, que construiu sua casa na areia.
Jesus Cristo (Sermão da Montanha)

As informações localizadas pela investigação desta pesquisa sugerem que a infância de José Eutropio não pode ser alcançada a não ser em uma retrospectiva mais geral permitida pelos esparsos dados biográficos. O que surge enredado já é o advogado em exercício forçoso, o professor satisfeito, o poliglota, o compositor, poeta e escritor, e o jovem intelectual militante no jornalismo e atuante nos eventos culturais da cidade de Muriaé.

Tudo isso sugere uma formação inicial consistente, visto que,

Portador de grande cultura literária e científica, escritor de fôlego, articulista e poeta sempre apaixonado pela música, produziu belas composições. Doutor José Eutrópio nasceu no distrito de Boa Família em 1º de dezembro de 1884. Formado em Direito, diplomado em Milão, dominava com facilidade, na prática e na teoria, quatro idiomas - português, latim, italiano e francês.

Foi Professor no Ginásio São Vicente de Paula, na época, dirigido por Vicente Mazinni. Em seu tempo, para ele, convergia sempre a atenção dos intelectuais da época. Na discussão de qualquer assunto, era ouvido com atenção e sua opinião era respeitada por todos.

Era orador de primeira qualidade e, quando falava na tribuna ou na cátedra, fazia-o com genialidade.

Apesar de formado em Direito, não era muito dado à vida forense; gostava mesmo era de lecionar, sentia-se mais realizado espalhando a sabedoria e difundindo a cultura (FUNDARTE, [19--]. Não paginado).

Sua inserção na sociedade muriaeense pode ser lida no registro do prosseguimento biográfico,

No período em que viveu em Muriaé, residia no Grande Hotel Muriahé, na Praça João Pinheiro. O jornal "Actualidade", nº 19, editado em 14 de dezembro de 1913, comentou sobre uma das festas de aniversário do Doutor José Eutrópio: "... a tarde encontrava-se Doutor José Eutrópio no Hotel Muriaé, onde reside, muitos amigos e várias gentilíssimas senhoritas, discípulas que iam cumprimentar o mestre. A todos ofereceu o aniversariante um lauto jantar, servido com esmero, durante o qual esfuziava a nota clara de grande intimidade e contentamento." (FUNDARTE, [19--]. Não paginado, grifos do autor).

A participação, por meio da imprensa no debate local, vai situá-lo em oposição ao comando político da cidade, porque,

Escrevia assiduamente em diversos jornais, principalmente naquele que ajudou a fundar – o “Renascença” – dirigido pelo Coronel José Pacheco de Medeiros, jornal de linha oposicionista e que combatia sem tréguas o poder municipal dominante naquela época, Doutor Antônio da Silveira Brum (FUNDARTE, [19--]. Não paginado, grifos do autor).

Em consequência,

Os artigos do Doutor José Eutrópio desgostavam profundamente os políticos naquele ano de 1914, principalmente, por causa de suas críticas contundentes à política adversária. Tal franqueza ao escrever e criticar o fez vítima de um grande atentado praticado pelo Delegado de Polícia da época, o advogado Doutor Matos Barbosa. O fato teve na época grande repercussão não só em Muriaé, mas também nos municípios vizinhos. O pior veio depois estampado nas páginas do jornal, apoiado pela política da situação, dizia o referido jornal que o Doutor Matos agira daquela maneira para “repelir uma ofensa pelo Doutor José Eutrópio a uma moça” (FUNDARTE, [19--]. Não paginado, grifos do autor).

Foi assim que, “Defendendo-se desta acusação nas páginas do ‘Renascença’, Doutor José Eutropio fez um longo artigo citando trechos de depoimentos de várias testemunhas, inclusive do Cônego Pio e de Inimá de Oliveira” (FUNDARTE, [19--]. Não paginado, grifo do autor). O desfecho do caso veio em seguida,

De Belo Horizonte, a pedido do Coronel José Pacheco de Medeiros, o então Governador do Estado, Bueno Brandão, esteve nesta cidade com a finalidade de abrir inquérito sobre este lastimável atentado. Talvez, em virtude das perseguições políticas e por tido a sua vida ameaçada, mudou-se para Juiz de Fora onde trabalhou na Revista “Excelsior” além de escrever artigos para outros jornais e, mesmo no período que se encontrava fora desta cidade, continuou Doutor José Eutrópio a combater a política local (FUNDARTE, [19--]. Não paginado, grifos do autor).

Na Manchester Mineira, Eutropio encontra uma cidade lutando para revestir-se com a penugem industrial, no lastro da herança acumulada com o café. Uma vigorosa atividade jornalística produz a narrativa que imprime no papel, o enredo do advento da estampa industrial moderna, esbarrando, porém, nas circunstâncias advindas da “**verdade extraída dos fatos**” mais geral e local, como alertou Nicolau Maquiavel, o clássico da teoria política moderna (MAQUIAVEL, 2001, p. 28)⁶.

⁶ Na obra **O príncipe**, escrita em 1513 e publicada em 1532, Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) confecciona um tratado sobre a constituição do Estado Moderno que vai referenciar a política desde então. Nela, aconselha a substituição do modelo clássico idealista pela observação efetiva do real.

2.2 CONTEXTO: LETRAS IMPRESSIONANTES

Era a Imprensa, a Onipotente Imprensa, o
quarto poder fora da Constituição!
Lima Barreto

Fadada às belas letras, Juiz de Fora veio à luz pela gravidez capitalista do lugarejo devoto de Santo Antônio do Paraibuna, na linhagem do Caminho Novo e do Morro da Boiada. Curato de Santo Antônio (1815), Distrito de Santo Antônio do Juiz de Fora (1831), Vila do Santo Antônio do Juiz de Fora (1850), Cidade do Paraibuna (1858), Juiz de Fora (1865). Enfim, conforme Neves, “Na origem, alcunhou-se o lugar pelo dogma da devoção, o santo, e o regalo da natureza, o rio” (NEVES, 2013, p. 241).

A paisagem da Zona da Mata mineira recebeu, na primeira metade do Século XIX, a exposição pictórica do café. Mãos negras desenharam no Vale do Paraíba um quadro verde-escuro, pontilhado de vermelho em trânsito para o preto. A riqueza plantada, brotada e colhida pela mão de obra escravizada engendrou no mesmo painel um esboço do embelezamento pretendido para a futura cidade industriosa.

Surge daí o turbilhão que inundou as narrativas juiz-foranas na passagem do século XIX para o XX, principalmente por meio do papel do e de jornal. A partir de 1870, a imprensa adiciona ao esforço de intervenção e embelezamento urbano o literário, na mesma empreitada desenvolvimentista. Conforme Roberto Acízelo de Souza,

[...] caracterizamos as belas artes como produto de uma espécie de efeito expansivo das belas letras, hipótese que julgamos poder lastrear com dois argumentos conjugados que invocam precedências cronológicas: a idéia de ornato, que se articula com a de beleza artificialmente produzida, se formulou originariamente no âmbito das letras; a expressão *belas letras* começa a circular no século XVII, ao passo que *belas artes*, ainda que aparecida também no século XVII, somente se consolida na centúria seguinte (SOUZA, 2003, p. 90, grifos do autor).

Arremata o autor,

As belas letras, assim, segundo a hipótese aqui esboçada, deflagradoras e logo beneficiárias de um sistema no qual se integram e se consolidam – sistema dito “estético”, a partir da palavra cunhada por Alexander Baumgarten em seu opúsculo de 1735, e que se tornaria título de sua obra de 1750-1758, já referidos –, apontam, desde fins do século XVII, para uma nova partilha do campo das letras: o critério teológico-ético que

fundamentou partilhas anteriores – *humaniores litterae, litterae humanae*, letras humanas, letras divinas, boas letras – se retrai em favor de um critério estético, que passa a distinguir de maneira cada vez mais nítida entre as letras consideradas *belas* (em que prevalece o ornato assimilado a beleza e sensibilidade, ou, em termos propriamente estéticos, um ideal de beleza formal destinada à contemplação desinteressada) e as letras que poderíamos chamar *filosóficas* ou *científicas* (em que predomina a entendida como apanágio da razão objetiva, bem como um senso pragmático ou utilitarista) (SOUZA, 2003, p. 92, grifos do autor).

Ao chegar em Juiz de Fora, o intelectual José Eutropio estará involuntariamente amarrado na encruzilhada que enreda estética e traçado urbano racional. A interseção entre a ornamentação e o senso utilitarista encontra dificuldades nas resistências postas pela realidade. Algo *sfumato*⁷, a visão da Cidade dos Pântanos, como Juiz de Fora era chamada por Albino Esteves, foi tema e temor a ser afastado do projeto elaborado para sua transformação num espaço da modernidade. Desde então, a vontade saneadora que orientou as diretrizes da intervenção urbana a partir das premissas higienistas, foi imprimindo seus elementos na descrição do futuro. É o modelo de intervenção centrado em obras e estratégias de saneamento, que chegou ao país em meados do século XIX, cujo ideal atém-se à atenção prioritária à saúde e cujas propostas defendiam a Saúde Pública, a Educação, novos hábitos etc.

O quadro esboçado advinha do solo positivo que induzia a representação do cosmopolitismo retórico. Baseado nisto, segundo Paulino de Oliveira,

Artur Azevedo batizou-a como “Atenas”, Coelho Neto chamou-a “Princesa de Minas” e Rui Barbosa crismou-a como “Barcelona”. Outros apelidaram-na “Princesa da Mata” e “Princesa do Paraibuna”, mas muito antes, alguém a aclamara “Manchester”. Se perdeu todos aqueles títulos, em benefício de Belo Horizonte, conserva este de pleno direito. Parece-me que foi Mr. Morrit, fundador da primitiva Fábrica dos Ingleses e a quem Richard Burton se refere como tendo guiado “a última mala postal para Manchester em 1841”, que lhe deu esse título. E não lhe deu por ser a cidade mais industrial do Estado, mas em recordação do nome de sua cidade natal e na suposição, confirmada depois, de que nela se concentraria o grosso da indústria têxtil em Minas (OLIVEIRA, 1966, p. 24, grifos do autor).

⁷ 1) “A palavra vem do italiano e significa ‘à maneira da fumaça, misturado’. Esta técnica consiste em não pintar linhas de contorno nas formas, mas pelo contrário, criar um efeito de claro e escuro ‘*chiaroscuro*’, que possibilite uma passagem sutil de uma cor para outra onde não se veja linhas e traços” (BRAGA et al, 2013, p. 15); 2) “Essa é a famosa invenção de Leonardo a que os italianos chamam *sfumato* — um lineamento esbatido e cores adoçadas que permitem a uma forma fundir-se com outra e deixar sempre algo para alimentar a nossa imaginação” (GOMBRICH, 2008, p. 302).

O barro, em contraponto ao projeto asséptico e luminoso, distribuía pela composição um inconveniente tom *chiaroscuro*⁸, tão danoso para a finalidade requerida quanto às ameaçadoras águas do Paraíba⁹, arruinando a impressão desejada para as narrações e revelação do postal juiz-forano. O esforço local faz lembrar, em serendipidade, o movimento impressionista, que surge na França em 1872, com a tela **Impressão: nascer do sol**, de Claude Monet, que jamais utilizava a cor preta, para, segundo afirmavam seus adeptos, não inibir a luminosidade¹⁰.

No âmbito literário, o impressionismo, embora não configurasse um movimento, corrente ou escola, designava a ação da escrita vibrátil, a descrição estenográfica, o subjetivismo refinado, distanciados dos estados d'alma e do objetivo racional manifesto nas manchetes. O teor das notícias acolhe mais as sensações que a causa, o colorido, a atmosfera, a intervenção e seu efeito no instante, a invenção paisagística ao invés de uma descrição objetiva. Sandanello (2015, p. 156) alerta que “reduzir impressionismo literário a uma transposição da pintura seria, no mínimo, equivocado”. E cita Torgovnick, quando este alerta que,

Não fazemos serviço nenhum ao estudo das artes visuais e do pictorialismo na literatura ao passarmos muito facilmente do impressionismo enquanto movimento artístico ao impressionismo enquanto fenômeno literário preocupado com a percepção através da visão e, sobretudo, com as ambiguidades da percepção. Além disso, lemos mal o texto literário se considerarmos as “impressões” como formas acabadas ou necessariamente admiráveis de consciência (TORGOVNICK, 1985, p. 180 apud SANDANELLO, 2015, p. 156, grifos do autor).

Sem facilidade, portanto, os pressupostos descritivos desta subseção podem ser percebidos quando Sandanello, citando Vouilloux¹¹, anota:

⁸ Ibidem.

⁹ “**Paraibuna:** Do tupi guarani pará-aíbauna = – rio escuro e que não serve para navegar. Fonte: Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena – Clóvis Chiaradia e Dicionário Informal” Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/paraibuna/>. Acesso em: 31 dez. 2017.

¹⁰ “A idéia de que “não há preto na natureza”, é um conceito científico que na teoria, faz todo o sentido. No entanto, na prática observável do dia, isto é, da perspectiva da percepção humana, é claro para qualquer um que observa a natureza: o preto está lá, pungente e profundo. O que seria das obras de Caravaggio, Rembrandt, Rubens e Van Eyck, para mencionar apenas alguns, sem o uso do preto?” Disponível em: <http://www.cozinhadapintura.com/2017/01/o-preto-e-as-cores-de-lama.html>. Acesso em 20 jul. 2018.

¹¹ Bernard Vouilloux, segundo Sandanello (2015) é, como, p. ex. Alfredo Bosi, um intérprete negativista do impressionismo literário, tendência que nega a existência de um conjunto de técnicas literárias meramente impressionistas. As outras tendências são a comparatista, que admite a transposição entre o pictórico e o literário impressionista, e a narrativista, que admite o impressionismo literário como via autônoma.

Não é de surpreender, portanto, que a tendência “comparatista” indique, para além de uma crítica (“negativista”) ou de uma defesa (“narrativista”) do impressionismo literário, uma série de argumentos diversos, muitas vezes conflitantes entre si. A aproximação que opera entre elementos pictóricos e literários respeita, todavia, dois pressupostos básicos de interpretação: um primeiro fenocentrista [*phénocentriste*], segundo o qual o pintor *pinta* e o escritor *descreve* aquilo que *veem*, i.e., “causal e temporalmente subordinado à fenomenalidade, ou pictural ou visual ao verbal” (VOUILLLOUX, 2012, p. 22); e um segundo perceptivista [*perceptiviste*], em que o pintor ou o escritor *veem* aquilo que *sentem*, “caracterizando-se o fenômeno, a cada vez, pelo primado da sensação” (VOUILLLOUX, 2012, p. 22 apud SANDANELLO, 2015, p. 158, grifos do autor).

Era assim que o empenho do cabedal local incluía-se no empreendimento mais geral, pois, conforme Marins,

urgia “civilizar” o país, modernizá-lo, espelhar as potências industriais e democratizadas e inseri-lo, compulsória e firmemente, no trânsito de capitais, produtos e populações liberados pelo hemisfério norte. As grandes capitais da jovem República constituíam o horror a qualquer um que estivesse habituado aos padrões arquitetônicos e sanitários de grandes capitais européias como Paris, Londres, Viena, e São Petersburgo, a Nova York e Washington, ou mesmo às cidades secundárias dos países centrais (MARINS, 1998, p.133, grifo do autor).

Na passagem do século XIX para o XX, pressionada por uma renitente herança colonial-escravista, a imprensa brasileira chamou para si o projeto de construção da cidade nos moldes exigidos pela modernidade capitalista. Na Europa aconteceram várias remodelações urbanas em Viena, Berlim, Amsterdam etc., inspiradas pelo brilho da intervenção do prefeito da Cidade Luz, como Paris era conhecida desde o século XVIII, do Iluminismo, Éugene Hausmann, que se tornou a grande referência, pois,

Quando o Parlamento subalpino proclamou a unificação da Itália, em 4 de março de 1861, Paris constituía, para Milão, o principal modelo de referência. Logo o seria também para Florença, quando esta foi decretada capital do reino, e depois para Roma, quando a capital para ali foi transferida. Mas já o era também para Turim, Nápoles e Bolonha (CALABI, 2001, p. 103).

O relevo desfavorável tornou maior o ânimo prescrito para o agenciamento da região central juiz-forana, como a definiu Murilo Mendes, “trecho de terra cercado de pianos” (NEVES, 2013, p. 274) no intermédio entre a planície alagadiça e a morraria. A primeira intervenção claramente civilizatória consistiu, no entanto, sob as ordens do Engenheiro Henrique Halfeld, em pavimentar o caminho da exportação do café, a estrada do Paraibuna, e, no prosseguimento, garantir os trilhos de escoamento das

riquezas minerais de Ouro Preto e região, dando um aspecto mais realista à fisionomia e objetivo geral do panorama.

Desse contexto emergiu o primeiro apelido dos juiz-foranos. Próxima à antiga “Côrte” (MUSSE, 2007, p. 4), a cidade voltava as costas para a capital mineira, Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (1712), atraída e fascinada pelo litoral, que lhe oferecia, nos anúncios jornalísticos, além das insígnias da realeza, “roupas, remédios e máquinas” (MUSSE, 2007, p. 4). No recalque do desprezo, os moradores da capital devolveram o cognome, que recebeu, pela aceitação local, conotação afetuosa, quase um segundo gentílico: cariocas do brejo. Tal recepção vai timbrar a personalidade e o comportamento dos moradores de Juiz de Fora que receberão Eutropio e daí por diante.

Tipografias e publicações, transfiguradas em *ateliers*, multiplicaram-se no esforço do empreendimento de contornar os traços lúgubres do quadro cidadão juiz-forano. Jornais, revistas, folhetins, almanaques, antologias, produziram os elementos do estilo, os materiais do experimento e o delinear retórico do desenho, plano, colorido, moldura, requeridos à confecção do projeto urbano desejado. Vão-se revelando as letras de teor do conceito e do modelo e das especificações simbólicas, entre a solidez e a intencionalidade estética combinadas para finalizar o ornato imaginado enquanto cenário da cidade sonhada em construção teórica e prática.

Os pressupostos para tanto estão contidos no conceito de cidade orgânica que funciona enquanto totalidade articulada a partir de idéias centrais como: orientação, embelezamento, civilidade, sanitarismo, posturas municipais, disciplina, conjunto defendido pelos preceitos republicanistas em voga. Falando sobre Juiz de Fora e Diamantina, resume Goodwin:

A cidade é complexa demais para ser abarcada de uma só vez. Daí a escolha – uma entre outras possíveis – de abordarmos a cidade a partir da perspectiva das elites letradas, a partir das *idades de papel* que os *homens de imprensa* pensaram e divulgaram, visando reconstruí-las. Discursos impressos que, convém destacar desde já, tiveram impacto concreto sobre a cidade, seu espaço, seu tecido físico, suas relações sociais (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 29, grifos do autor).

Entrementes, tal perspectiva impõe certa dificuldade na adaptação para lugares, como Juiz de Fora, onde as premissas básicas, “os sinais visíveis de civilização: a remodelação do espaço, os melhoramentos sanitários, os equipamentos e aparelhos tecnológicos, a cultura da civilidade” (GOODWIN

JUNIOR, 2005, p. 2) não eram pressupostos gerais, consenso entre as mentes todas, apenas fachadas, provocando um efeito comparado ao que Foucault, comentando certo mal estar, entre o riso e o desconforto, causado pela leitura “de um texto de Jorge Luis Borges” que cita “uma certa enciclopédia chinesa” (FOUCAULT, 1966, p. 3), chamou **heterotopias inquietantes**,

[...] porque minam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque quebram os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a “sintaxe”, e não apenas a que constrói as frases, mas também a que, embora menos manifesta, faz “manter em conjunto” (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas (FOUCAULT, 1966, p. 6, grifos do autor).

Ainda mais que, falar sobre algo não captura sua totalidade, pois a relação entre a linguagem e o que se vê é uma relação infinita e, segundo o mesmo teórico,

Por mais que se tente dizer o que se vê, o que se vê jamais reside no que se diz; por mais que se tente fazer ver por imagens, por metáforas, comparações, o lugar em que estas resplandecem não é aquele que os olhos projectam, mas sim aquele que as sequências sintácticas definem (FOUCAULT, 1966, p. 25).

Então, o urbanismo brasileiro vai traduzir o concerto civilizatório da forma possível. Ponto em fuga, se por um lado as premissas teóricas vão ocupar o espaço intelectualizado das publicações, a realidade praticada nas cidades esbarra na impossibilidade de sua implementação orgânica, dada à estrutura classista renitente, que estabelece uma ordem hierarquizada, discriminante e excludente para a paisagem. Lima Barreto acusa, no Rio de Janeiro – que então perfaz uma miragem juiz-forana – o republicanismo da capital como um traço ou discurso meramente retórico e caricato, escancarando a segregação resistente no estilo do urbanismo brasileiro:

De uns tempos a esta parte – e isto só data dos meados da república – tomou-se dos nossos dirigentes e mais magnatas uma vaidade singular: a vaidade de Botafogo e adjacências. O resto do Rio não existe; mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra. Não merece a mais simples mirada...
Um cidadão lembra-se que nós não temos um Chantilly, um Epson, um Palermo, isto é, um prado de corridas *comme il faut* – logo ele aventa a idéia ao governo construí-lo, como se fosse coisa de utilidade geral, e concomitantemente indica o local: o Leblon – um areal!
Pobres cavalos! Tão delicados... Um outro quer um jardim zoológico. O governo deve construí-lo; mas onde? Na Rua Voluntários da Pátria. Que idéia! Parece ironia...

Os provincianos que nos dirigem, muito são culpados desse rastaquerismo ultrabobo. Quando eles cavam um passe lá nos seus Estados e embarcam para o Rio, vêm fascinados, pois já sonharam com Botafogo desde a meninice. Para eles, não há nada como Botafogo, a não ser Petrópolis; e são eles que, nos jornais e nas suas peças de cordel, exaltam as pulhices botafoganas, afetam desprezo pelos outros bairros, onde quase proclamam não haver família, nem moralidade algumas (BARRETO, 1956, p. 126, grifo do autor).

Desde a legislação até a distribuição da população, o que se observa é um espaço desigual, com tratamentos diferenciados e descontínuos, a partir principalmente da ideologia do sanitarismo eugênico que expulsou a gente negra e pobre do centro da tela juiz-forana, condenando-as a um sublugar na trama urbana: morros e subúrbio, numa leitura *ipsis litteris* do fascinante exemplo cortesão. O teor distributivo padrão foi reproduzido no conhecido quadro Independência ou Morte (ANEXO – J), mais conhecido como O Grito do Ipiranga (INDEPENDÊNCIA, 2017), pintura acadêmica executada em 1888 sob encomenda da família imperial, num momento em que o Império vivia sua crise terminal, agravada pela abolição da escravatura, que irritou os setores conservadores. Pedro Américo, seu autor, distribui hierarquicamente os lugares, a partir da centralidade do Imperador Pedro I.¹² À margem dos acontecimentos, um caipira, representação do povo, observa de longe o protagonismo da nobreza, tocando uma junta de bois que puxa seu carro em direção ao riacho, em contraste com a cavalaria exuberante, vestido simplesmente, ao contrário do garbo do círculo real. A diferença entre a obra brasileira e a francesa Batalha de Friedland (1875) (ANEXO – K), de Ernest Meissonier, seu modelo, reside na não explicitação, nesta, do elemento popular.

Na obra **O brado do Ipiranga**, Claudia Mattos e Cecília Oliveira (1999) analisam, revolvendo os bastidores acadêmicos, as circunstâncias que envolveram a confecção do quadro **O grito do Ipiranga**, referidos nas anotações do próprio Pedro Américo de Figueiredo e Melo num texto denominado “*O Brado do Ipiranga ou a Proclamação da Independência do Brasil – Algumas Palavras acerca do Fato Histórico e do Quadro que o Comemora*” (MATTOS; OLIVEIRA, 1999, p. 74, grifo das autoras).

¹² Citando o crítico José Carlos Durand, Wanda A. Vale (2001, p. 12), anota: “O autor responde a questões que nos interessam, como o significado da criação da Academia Imperial de Belas Artes; identifica o atrelamento do artista ao Governo Imperial através do Pensionato; observa a importância de Pedro Américo e Vitor Meirelles na formação de uma iconografia nacional e mostra outras atividades exercidas pelos artistas no período.

Informam que em nosso país, sob D. Pedro II, “A história da pintura acadêmica é, como veremos, marcada por uma estreita relação com o projeto pessoal do imperador, de construção de uma identidade nacional, que ele acreditava poder desenvolver pelo incentivo cultural” (MATTOS; OLIVEIRA, 1999, p. 79).

Num momento em que a academia, tangida pela Guerra do Paraguai, desloca sua temática do rei enquanto representante divino e incorpora paulatinamente a figura do rei guerreiro, ao estilo napoleônico, esse quadro representa o que aqueles autores chamaram de “principal certidão visual do nascimento do Brasil Nação” (SCHLICHTA, 2009, p. 3). Mais precisamente, nessa visão ou

Nessa linha de pensamento, a estratégia encontrada pelo artista, para fazer sobressair o líder, foi representar o Príncipe, “no momento mais solene daquela tarde memorável”, montado em um “belo cavalo castanho-escuro sem mescla”, criar um núcleo de destaque, além disso, situar o Imperador em um ponto mais elevado na topografia. Estratégia que aproxima o autor de Independência ou Morte a duas obras de Jean-Louis Ernest Meissonier (1815-1891): Batalha de Friedland, de 1875 [...] e Napoleão III na Batalha de Soferin, de 1863 [...] (SCHLICHTA, 2009, p. 5, grifos do autor).

Importante mais à frente, a técnica de exposição e escondimento vai sendo taticamente revelada. Assim, num primeiro momento,

A composição de Independência ou Morte é organizada em dois grandes semicírculos: um evolui do centro de tela para a direita, no qual se inscreve o grupo dos soldados, e o outro para a esquerda. As duas figuras que chegam a cavalo, ao final do séquito de D. Pedro, marcam o início do semicírculo que, em movimento descendente, termina no eixo central que tange o limite da tela. (OLIVEIRA e MATTOS, op. cit., p.89) D. Pedro é representado por Pedro Américo, em segundo plano, mas no centro da cena, ligeiramente deslocado para a esquerda, no momento em que levanta sua espada, rompendo simbolicamente os laços com Portugal. O séquito de D. Pedro e os soldados repetem o gesto e, em vivas, acenam com seus chapéus e lenços. Em verdade, é o restante do conjunto – comitiva, soldados, caipira – que interage com ele e faz com que direcionemos nosso olhar ao herói (SCHLICHTA, 2009, p. 6).

Destacados D. Pedro I e sua *entourage*, num segundo momento, se junta à crítica artística uma inclinação mais sociológica na análise do quadro:

Quase que interceptando o encontro dos semicírculos na base inferior do quadro, um pouco à esquerda, vemos um caipira, com seu carro de boi. Ele observa a cena e “é a figura de delimitação do observador, tanto por sua posição, quanto por seu tamanho e proximidade. Através de seus olhos, voltados para D. Pedro, participamos do momento representado”. O caipira, “e com ele nós também”, no comentário perspicaz de Mattos, é o brasileiro. E aqui o artista coloca-o na ponta da diagonal do quadro, mantendo a hierarquia das posições, protegendo o status do príncipe. O caipira que

representa todos os brasileiros pertence à massa que se movimenta em torno do herói, mas, não pertence nem ao seu séqüito nem a sua guarda. O artista apresenta o caipira como uma figura tosca, rota, pés descalços, cujo corpo robusto, com partes descobertas, contrastante com a elegância do Imperador em seu uniforme. O artista não lhe reconhece nenhuma dignidade. E, como mero espectador, é forçado a virar o rosto para ver o nascimento do Brasil, cujo destino foi decidido por D. Pedro, o primeiro imperador do Brasil. (OLIVEIRA e MATTOS, op. cit., p.89);(SCHLICHTA, 2009, p. 6, grifos do autor).

Assim, os traços civilizatórios e modernizantes sofrem transcrições e adaptações locais. Outra pintura anterior ao quadro em tela pode fornecer uma informação mais conclusiva em relação à questão discriminatória da população. É o quadro Proclamação da Independência (1844), de autoria do pintor francês François-René Moreaux, com a figura estática de D. Pedro I, no centro da composição, cercada de soldados e populares em movimento, que, olhando para o céu, reproduz o ato central do feito glorioso, como de inspiração divina. Na cena não aparecem representantes das populações indígena e negra, circunscrevendo a representação dos personagens ao padrão fenotípico europeu.

Quase transposição literal desta obra, Maurício Abreu (1987) é conclusivo ao descrever o apartamento populacional da corte carioca quando aponta que

[...] no decorrer do XIX são lançados no espaço elementos que possibilitam a separação gradual a princípio e acelerada depois, dos usos e das classes sociais que se amontoavam no antigo espaço colonial. Esta separação só foi possível, entretanto, devido à introdução do bonde puxado a burro e do trem a vapor que, a partir de 1870, constituem-se nos grandes impulsionadores do crescimento físico da cidade. Um crescimento agora qualitativamente diferente, já que os usos e as classes nobres tomam a direção dos bairros servidos por bondes (em especial aqueles da zona sul), enquanto que para o subúrbio passam a se deslocar os usos sujos e as classes menos privilegiadas (ABREU, 1987, p.37).

Escrevendo sobre o romance naturalista de Aluísio de Azevedo, **O cortiço** (1890), Antonio Candido compara-o com a obra *L'Assommoir*, de Émile Zola, e explicita, pelo exemplo da transcrição textual, o diferencial no contexto urbano aqui pretendido:

Se pudermos marcar alguns aspectos dessa interação talvez possamos esclarecer como, em país subdesenvolvido, a elaboração de um mundo ficcional corrente sofre de maneira acentuada o impacto dos textos feitos nos países centrais e, ao mesmo tempo, a solicitação imperiosa da realidade natural e social (CANDIDO, 2004, p. 107).

Retornando ao processo de industrialização juiz-forano, Giroletti (1987) anota sua derrocada a partir do refluxo da produção cafeeira local, nos anos 1920, pelo esgotamento do solo, e cita como consequência a alocação forçada da população negra excedente nos morros da cidade em favorecimento do contingente de imigrantes, acolhidos em colônias e pensões a eles destinadas pela autoridade municipal. Quanto às elevações de então, Rita Félix Batista (2006), relatando os procedimentos metodológicos para desenvolver sua Dissertação de Mestrado (UNESP), na qual, cotejando entrevistas de vida com pessoas velhas e legislação municipal, traça um painel relativo ao cotidiano da sobrevivência da população negra em Juiz de Fora, no período que se seguiu a abolição, explicita que, para tanto,

Foram entrevistadas várias pessoas na cidade de Juiz de Fora. Buscou-se localizar os depoentes nos bairros onde se encontra a maioria negra, que são os bairros São Benedito [antigo Arado], Alto Grajaú [antigo Malacaxeta], Nossa Sr.^a Aparecida [antigo Sítio Meggiolário], Dom Bosco (antiga Serrinha), Alto Santa Luzia [antigo Cachoeirinha], São Geraldo, Conjunto JK. Uma entrevista foi realizada no Bairro Poço Rico e outra no Bairro São Bernardo (FÉLIX BATISTA, 2006, p. 27, acréscimos nossos).

Remanescente desse urbanismo, o discurso organizador do território ainda hoje vai atualizando seu teor discriminante e arruinando as diretrizes do quadro republicano. José Eutropio será, então, exceção à regra urbanística excludente ao fixar residência no coração da área central, na antiga Rua da Imperatriz, hoje Rua Marechal Deodoro. Segundo Dormevilly Nóbrega (1987), “sobrevindo-lhe uma terceira congestão, morreu, completamente só, no silêncio de seu quarto, num casarão antigo da Rua Marechal Deodoro, onde se encontra hoje o edifício dos Correios e Telégrafos” (NÓBREGA, 1987, p. 10).

Um passeio pelo centro antigo de Juiz de Fora vai permitir alguma ilustração mais próxima da cartografia contemporânea. Elione Silva Guimarães (2006), escrevendo sobre a vivência dos afrodescendentes em Juiz de Fora na escravidão e pós-escravidão, descreve um quadro móvel à maneira de como circulavam pessoas e valores, umas e outros ora acompanhados ora perseguidos pelo vetor discursivo. Sobre o que chamou de anos melindrosos, que atormentavam o cotidiano em São Paulo e na corte do Rio de Janeiro, salienta,

A situação não era muito diferente em Juiz de Fora. A imprensa local reproduzia os debates políticos em torno da questão do elemento servil e das agitações que tomavam conta de São Paulo, bem como das iniciativas dos paulistas de incentivo à imigração para substituição do trabalhador

escravizado. Quanto aos acontecimentos locais, com certa frequência, noticiava-se a fuga de cativos, embora majoritariamente individuais e raramente em pequenos grupos; estampavam as capas casos de assassinatos de senhores e feitores, maus tratos contra cativos, suicídios de mancipios, escravos que deixavam a propriedade e se apresentavam às subdelegacias comunicando decisão em não mais servir sob as ordens de determinado administrador ou senhor. A circulação de escravizados pelo centro urbano, em conluio com libertos e homens livres, nas residências, bares e casas de jogo eram observadas (GUIMARÃES, 2006, p. 72).

Logo, uma primeira cena movimenta a narrativa jornalística que imprime o papel juiz-forano de então, lançando **mãos-a-obra** de juntar, como uma alvenaria simbólica, a argamassa discursiva que baseia o desenho do espaço urbano. Um primeiro lance de tal construção é disponibilizado pelo jornal **O Pharol**, que anuncia em sua edição de 17 de julho de 1885 um acontecimento relativo a uma mulher moradora do Largo do Riachuelo.

Nas vésperas de S. João deu ela um grande batuque em sua casa, reunindo negros e vagabundos, fazendo uma algazarra infernal, sem atender as reclamações do vizinho de paredes-meias, cuja senhora acabava de ter o seu bom sucesso, podendo, por consequência ser-lhe fatal o tal batuque que a policia não proibiu (O PHAROL, 1885 apud GUIMARÃES, 2006, p. 72).

Mais adiante, em 08 de janeiro de 1887, o periódico retrocitado prossegue na cruzada organizadora da região central.

A polícia cercou, anteontem, à noite, a casa, no Largo do Riachuelo, onde funcionava a sociedade de dança *Riso da mocidade, estrela do Brasil*, a fim de capturar escravizados, que, segundo denúncias, costumavam ir àquele templo de Terpsicore, sem ciência de seus senhores (O PHAROL, 1887 apud GUIMARÃES, 2006, p. 72, grifos da autora).

O ir e vir e o que fazer vai sendo monitorado, na tentativa de imposição de um itinerário de circulação controlado pelos donos do poder público. Em 12 de fevereiro de 1887, o mesmo periódico estampou a seguinte notícia:

À polícia recomendamos a casa de um sr. Souza, da rua de S. Matheus, onde frequentemente se reúnem jogadores que muito perturbam a ordem pública. É muito para admirar que ao jogo compareçam escravos e homens pertencentes a famílias conceituadas (O PHAROL, 1887 apud GUIMARÃES, 2006, p. 72).

Quem é quem na proposição jornalista fica explicitado no direito ao exercício de usufruir da cidade. Logradouros vigiados, a mídia investe em favor do fim da

escravidão, dado como certo o que parece tornar mais urgente o controle do espaço. São publicados notícias e artigos, anunciadas alforrias e outras informações sobre o tema, até a véspera da libertação dos escravizados em 13 de maio de 1888.

A liberdade, no entanto, não se espraiava pela cartografia e cotidiano local de maneira geral e irrestrita, pelo contrário,

No espaço urbano de Juiz de Fora, casarões e chácaras pertencentes aos grandes proprietários agrícolas e aos emergentes capitalistas surgiam imponentes, dominando a rua Direita, principal da cidade, onde estava localizada a Igreja Matriz e os prédios das Repartições Municipais espalhando-se pela rua de Santo Antônio e estendendo-se à rua S. Matheus. Nos arrabaldes, fábricas de alimentos e bebidas invadiam o ambiente. A vida econômica fervilhava na rua do Comércio. Cortando as ruas Direita e do Comércio, no centro da cidade, uma série de ruas menores: Santa Rita, Espírito Santo, Halfeld e Imperatriz (GUIMARÃES, 2006, p. 74).

No entorno dessa localização mais central ficava a outra cidade, quase a monopolizar o olhar vigilante.

Um pouco além, o Largo do Riachuelo, o Morro da Gratidão e Mariano Procópio. Lugares onde a arraia miúda vivia o cotidiano da pobreza urbana, dividindo quartos de cortiços mau-cheirosos (sic) ou casas de parede-meia, até que as reformas do início do período Republicano, preocupada em estabelecer os *lugares dos desclassificados sociais* (loucos, pobres, prostitutas, vadios), vieram expulsá-los para as regiões periféricas (GUIMARÃES, 2006, p. 75, grifos da autora).

Espécie de postos avançados ou muralhas a defender a integridade da região central, o Largo do Riachuelo, ao Norte, e a Rua Santa Rita, ao Sul, mereciam atenção especial da mídia e polícia locais. O anúncio de desentendimentos, brigas, arruaças, bebedeiras, colava a inconveniência nos frequentadores, tidos como bêbados, indesejáveis, problemáticos, sujios, provocadores de conflitos e toda sorte de perturbação. Como não poderia deixar de ser, eram descritos como percebidos, como pode ser visto em uma nota na qual Albino Esteves, citado por Elione Guimarães, reproduz em seu **Álbum do Município de Juiz de Fora** (1915), uma descrição de Ignácio Gama sobre os habitantes da Rua Santa Rita:

A velha rua de Santa Rita [era] ocupada quase que por gente de vida airada. Ainda menino, vi por aquelas janelinhas rostos que me impressionaram, convém dizer, bem mal. – Logo no começo da rua uma papuda à direita. À esquerda uma tal Lima (lima passada), velha *mulata*, sarda ou manchada de escuro. Mais adiante, outras mulheres da mesma ordem e classe conhecidas por alcunhas desagradáveis: Aninha Tamanduá,

Florência “Gambá”, Ninha Touca, Merênciã, Messias, e principalmente uma tal senhora Frutuosa, *cor de cinza velha*. Esta, além do mais, era tida por *mestra em feitiços* (GAMA apud ESTEVES, 1915, p. 165 – ênfase acrescentada, grifos do autor) (GUIMARÃES, 2006, p. 75).¹³

Referência da vista juiz-forana, a Rua Direita sofre, em 1918, intervenção que a estende dos 1.782m, contabilizados por Richard Burton em 1868, aos quase 4.000m, autorizada pelo Agente Executivo e Presidente da Câmara José Procópio Teixeira, “nosso barão Hausmann” (NEVES, 2013, p. 244). Braços abertos sob o Morro do Cristo, estende-se, à esquerda, até a “Grotta dos Macacos, Manoel Honório” (NEVES, 2013, p. 244), onde mais tarde foi entalhada a Garganta do Dilermando, à direita, “à Rua Moraes e Castro, que se iniciava na Rua São Mateus e ia até em frente à chácara do Barão de Aquino” (NEVES, 2013, p. 244), no Alto dos Passos.

Pavimentado, o logradouro que centraliza e orienta o arranjo local deixa de ter a largura como “seu único mérito” (OLIVEIRA, 1966, p.121). É a partir dele que se distribuem na cartografia inicial as tarefas, os esforços, os lugares, as populações e o conceito utilizado para retirar a cidade da lama revolvida pelo incômodo e periódico transbordar do rio Paraíba, ameaça à higidez propalada pela escrita jornalística. Referenciando, “A rua Direita atualmente é denominada Av. Barão do Rio Branco; a rua do Comércio corresponde à rua Batista de Oliveira; a rua da Imperatriz é a atual rua Marechal Deodoro e o Morro da Gratidão é a Av. dos Andradas” (GUIMARÃES, 2006, p. 75).

Em 1861, a visita do Imperador D. Pedro II a Juiz de Fora, para inauguração da estrada da modernidade, a União Indústria, já fornecera o clichê que configurou o fundo da matriz tipológica da narrativa inicial de construção da cidade sonhada. Trecho do diário imperial registra: “O vigário é preto como o carvão, mas informam-me muito favoravelmente de sua inteligência e qualidades morais, parecendo abastado, pois que possui uma boa casa de sobrado onde mora” (NEVES, 2013, p. 261). O estranhamento patente na observação permite aproximação ao teor e cromatismo dos lugares tramados em preto e branco.

¹³ Não deixa de ser instigante, diante destas notícias, a percepção de uma mudança no modelo de segurança/vigilância no campus da UFJF após a implantação do sistema de cotas. Se anteriormente, numa observação meramente empírica, o modelo utilizado tinha como referência o policiamento velado, só explicitado diante de alguma intercorrência, foi se instalando gradativamente o modelo ostensivo, repressivo, preventivo, que exhibe não uma preocupação com o patrimônio e sim o controle do espaço simbólico tradicional e a manutenção da mesma ontologia que preenche os lugares na cartografia do urbanismo discriminante.

O tom geral da narrativa da ultrapassagem é visto na pena de Lúcio D’Alva, pseudônimo de Albino Esteves, que escreve em 1910, no jornal-signo **O Pharol**, indiciando no próprio nome “um ideal de construção do lugar” (ESTEVES, 1910 apud MUSSE 2007, p. 3). Primeira publicação juiz-forana, fundado em Paraíba do Sul, Rio de Janeiro, em 1866 e vindo para Juiz de Fora em 1870, estampa o seguinte texto em primeira página:

Juiz de Fora, é, não o ignora pessoa alguma, cidade fadada a tornar-se em próximo lapso de tempo, como de facto se nota, o centro convergente, masculino, dignificador do trabalho são e honesto, dos empreendimentos magníficos (ESTEVES, 1910 apud MUSSE 2007, p. 4).

Em pleno surto industrializante, a cidade de Juiz de Fora conhece verdadeira torrente impressa, desde a chegada das tipografias, em 1870. Albino Esteves contabiliza mais de 100 publicações (ESTEVES, 1915, apud Musse, 2007, p. 2). Nessa correnteza, Estevam de Oliveira funda o jornal republicano **Correio de Minas** em 1894, que vai circular até por volta de 1948, com algumas interrupções. A partir de 1914, o fundador entrega a redação do jornal para seus filhos Inimá de Oliveira e Itagyba de Oliveira. Pujante, o quadro econômico juiz-forano induz tanto a efervescência intelectual quanto a emulação do projeto civilizatório republicano.

É neste intrincado contexto, um emaranhado social, político e econômico em transe, que vamos à cata de certos traços literais para delinear certo ornato noticioso no desenho do postal consolidado da interrompida estampa industrial de Juiz de Fora. Tal ornamento é nosso objeto de estudo, na medida em que perfaz a notícia que encapa e encobre José Eutropio como maquiagem protetora.

Nessa perspectiva, Juiz de Fora acolhe Eutropio por meio das páginas do periódico **Correio de Minas** encaixado numa retórica beletrada¹⁴. Mas, a realidade impressionante vai, pouco a pouco, conduzindo-o para um final de vida solitário e precoce, cuja trajetória expõe a emoção e a ação que a erudição jornalística não açambarca. Isso porque, a intenção estetizante se atém ao que se coloca aquém dos estados d’alma e não dá conta de registrar a fragmentação degradante da

¹⁴ Ao contrário, no entanto, dos demais ancestrais do termo *literatura, belas letras*, como já afirmamos, é o único não de todo obsoleto. No entanto, se excetuarmos suas raras utilizações residuais na acepção tradicional (por exemplo, KAYSER, 1967 [1948], v. 1, p. 9), permanece empregado apenas como expressão pejorativa, num processo de degradação semântica análogo ao que se passou com a palavra *retórica*, com a qual aliás, segundo demonstramos, está relacionado (SOUZA, 2003, p. 93, grifos do autor).

realidade. Coetâneos, o declínio eutropiano é também uma metáfora da decadência real e retórica do sonho industrial de Juiz de Fora, pulverizado pela falta da energia do café, que foi seu impulsionador. Simbolicamente, o vendaval econômico arrasta ao brejo da estagnação a Manchester, a Princesa, a Barcelona, a Atenas [das Letras] de Minas, enfim, Europa dos Pobres.

2.3 INTERTEXTO: LETRA VIVA

Naquele tempo, iniciava ele triunfante o domínio do nosso meio, pelas irradiações brilhantes de seu talento admirável.
H. J. Hargreaves

A notícia José Eutropio desembarca em pessoa em Juiz de Fora em 19.04.1915. Sob o título **Viajantes**, conforme já mencionado e aqui, mais uma vez retomado, o **Correio de Minas** de 20.04.1915 anuncia sua chegada no dia anterior. O teor do anúncio, com elogios apostos, fora antecipado em notícia de 18.03.1915, no mesmo **Correio**, agora sob o título **Fatos e notas**. Ambas invertem a forma funesta do anúncio anterior do jornal **O Lince**, sobre a **Agressão** ao intelectual em 03.05.1914.

A hipótese é que Eutropio salta do noticiário para a vida juiz-forana como uma notícia travejada pela sintaxe do cenário liberal-republicano, hipotexto editorial do **Correio de Minas**. Em sendo assim, vai se entranhar na vida da cidade entrelaçado à erudição do jornal, este por sua vez, tendo como pano de fundo ou solo positivo as **idéias** defendidas pelos integrantes do Movimento Intelectual da Geração de 1870, cujo fundador, Estevam de Oliveira, era entusiasta.

Estudando o referido movimento, Ângela Alonso o classifica como uma “comunidade de experiência” (ALONSO, 2002, p. 43) que sofre uma “experiência compartilhada de *marginalização política*” (ALONSO, 2002, p. 43, grifos da autora) em relação ao Segundo Império e pelo conservadorismo político dos escravocratas, que no Rio de Janeiro era representado pela oligarquia rural, conhecida como Saquarema. Com ênfase na ação política do grupo, Alonso classifica sua produção e ação pública enquanto coletiva, pois, segundo a autora,

A base de meu argumento é um truísmo sociológico: formas de pensar estão imersas em práticas e redes sociais. Minha proposta é tomar a *experiência compartilhada* pelos componentes do movimento intelectual

como perspectiva analítica. Adotar este ponto de vista, como argumentam Rosanvallon (1985) e Hale (1989), significa explodir a distinção entre textos e práticas, teoria e escritos de circunstância, e privilegiar a tensão entre a obra e a experiência social de seus autores (ALONSO, 2002, p. 38, grifo da autora).

Ultrapassa, assim, a perspectiva dos intelectuais definidos enquanto pessoas bem nascidas, bem educadas, eruditas, em voga no século XIX, aptas a galgar, portanto, posição social distinta. A partir de então, a perspectiva passa a ser a intervenção na realidade, a defesa dos ideais universais, da Razão, como no exemplo do Caso Dreyfus na França. Neste caso, num clima de conflito iminente, que contrapunha França e Alemanha, e que adiante desaguaria na Primeira Guerra Mundial (1914), conflagrando toda Europa, uma acusação fraudulenta de alta traição ao oficial Alfred Dreyfus, do exército francês, que o condenou à prisão perpétua, provocou o engajamento dos escritores Émile Zola, Anatole France e Marcel Proust e do pintor Claude Monet, entre outros, numa campanha que levou à descoberta do verdadeiro culpado e consequente absolvição do acusado (SILVA, 2012/2013, p. 8).

Carlos Eduardo Vieira, escrevendo sobre a história e o papel dos intelectuais, demarca a inflexão que o termo intelectual acolheu a partir de então. Diz ele:

No final do século XIX muitos dos sentidos encontrados no debate russo sobre o papel da elite cultural foram apropriados no cenário francês, embora nessa circunstância a palavra *intelligentsia* tenha sido preterida em favor do termo intelectual (*intellectuel*) ou, de forma mais precisa, intelectuais. A palavra no plural, designando o conjunto dos cultos, denota de forma mais precisa a existência de um protagonista político com identidade definida. Embora o termo circulasse amplamente no ambiente cultural francês da segunda metade do século XIX, o marco simbólico da sua emergência foi o já célebre manifesto “*J’accuse: lettre au président de la république*”, de Émile Zola, publicado no jornal *L’Aurore*, em dezembro de 1898. O texto tornou pública a posição de Zola sobre o *affaire Dreyfus* e produziu grande impacto no cenário político e cultural francês (VIEIRA, 2008, p. 70, grifos do autor).

O *affaire Dreyfus* dividiu a opinião pública. O enfrentamento entre *dreyfusards*, contrários à acusação, e *anti-dreyfusards*, favoráveis, galvanizou a opinião pública francesa. Provocou também o engajamento dos intelectuais contra a grosseira e flagrante tese da acusação, visualizada nas manobras do Estado francês, interessado então na criminalização dos judeus, como Dreyfus, que num período anterior dominara a esfera pública e as finanças nacionais por meio da corrupção de dirigentes políticos e parlamentares.

Um desdobramento disso foi que, seguindo o exemplo da *intelligentsia*, os jovens literatos da Rússia que se voltaram contra o czarismo, os intelectuais franceses relacionaram sua ação com “a esfera de política, à atividade cívica, à crítica ao poder e as estruturas políticas tradicionais” (VIEIRA, 2008, p. 71). Passam, então, da esfera privada, onde eram caracterizados por palavras como “sábio, erudito, letrado, bem educado, culto” (VIEIRA, 2008, p. 71), para a esfera pública representada pelos termos *intelligentisa* e intelectuais, conotando uma ação mais coletiva.

Em outros termos, a intervenção dos cultos na cena pública não é uma inovação do século XIX, porém as condições materiais de organização da cultura nesse período, particularmente favorecida pela presença de jornais e de revistas de ampla circulação, propiciaram a formação da identidade dos intelectuais como protagonistas políticos. Dispondo, como nunca antes, de meios eficientes para disseminação de idéias, eles mostraram-se capazes de atuar de forma organizada em torno de questões sociais tópicas, porém com grande apelo cívico (VIEIRA, 2008, p. 71).

A presença de jornais e revistas em profusão marca a segunda metade do século XIX em Juiz de Fora, como já assinalado neste trabalho. O **Correio de Minas** surge logo após a emergência dos intelectuais setentistas do mesmo período. O *affaire* Dreyfus encontra espaço propício na cidade e no país, já engajados no debate sobre a escravidão e a república, com referência no discurso da modernização institucional.

Segundo os principais líderes dreyfusard a saga do anônimo capitão Dreyfus contra o Estado francês representou a luta pela justiça e pela liberdade do indivíduo. A revisão do processo, a absolvição e a reintegração de Dreyfus ao exército não tiveram tanta repercussão como o exemplo dado pelos intelectuais franceses que se tornaram para muitos modelo de virtude política. Tiveram, dessa forma, seus passos seguidos e outras causas foram assumidas e outros manifestos foram redigidos ao longo dos três primeiros quartéis do século XX (VIEIRA, 2008, p. 72).

O ápice do engajamento intelectual do Movimento ocorre *pari passu* ao debate brasileiro e, nele, ao empenho cívico e educacional de Estevam de Oliveira. O esgotamento do modelo conservador Saquarema que sustentava a sociedade imperial evidenciou a insatisfação dos excluídos, “liberais republicanos”, “novos liberais”, “positivistas abolicionistas” e “federalistas científicos”, todos em processo de “marginalização em relação ao núcleo saquarema de poder” (ALONSO, 2002, p.

161). Todos se habilitavam como novos dirigentes em substituição ao atraso representado pelo regime escravista e imperial.

Entretanto, para efeito do que se pretende comprovar em relação à hipótese aqui posta, que indica os desdobramentos que desaguam no surgimento do movimento como hipotexto da atuação de Estevam de Oliveira, e daí, sua tutela qualificada sobre Eutropio, é preciso lembrar que, primeiro, “Era comum ouvir-se dizer, em meados do século passado, *não haver nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder*” (MATTOS, 1990, p. 103, grifo do autor). Luzias eram os liberais, derrotados pelos conservadores em 1842, em Santa Luzia, Minas Gerais, resultando no fato de que

O triunfo conservador reduziria as pretensões e ilusões liberais a quase pó. O triunfo conservador iria impor a unificação das diversas denominações dos liberais, a partir da referência a uma derrota, estigmatizando-os pelo tempo afora (MATTOS, 1990, p. 105).

Embora tenham devolvido o epíteto Saquarema numa ocasião propícia, a movimentação liberal excluída do exercício do poder pelo Império dominado pelos adversários recalcava tanto a posição de inferioridade política quanto seu resultado, a exclusão das oportunidades postas pela modernidade, o que agravava o quadro civilizatório e impedia o surgimento das melhorias acenadas pelo avanço tecnológico. Tal situação é ilustrada pela diversidade instalada no interior do movimento. Dispensando a correlação direta entre classe e ideologia, Angela Alonso (2002) ressalta que a diversidade contribui na documentação da variedade, pois,

A justaposição entre os estudos aponta uma diversidade até mesmo geográfica, como sintetiza Bosi (1992:274): “positivismo ortodoxo” na Corte, “spencerianismo paulista”, positivismo “modernizador e de bem-estar” no Rio Grande do Sul e “novo liberalismo” no Nordeste. Tomados em conjunto, estes estudos permitem compor uma definição negativa do movimento intelectual: indicam que seus componentes não eram diretamente identificados com o grupo social do qual se originava a elite imperial (ALONSO, 2002, p. 28, grifos da autora).

Em face dessa diversidade, que os afastava concentricamente do poder, no que tange ao papel das massas havia uma convergência em relação à sua tutela pela ação ilustrada, dos que se propunham enquanto nova elite inteligente. Herança do liberalismo, como se vê:

Não se conclua, todavia, [...] que os Liberais se opunham à escravidão ou mais particularmente ao tráfico negro. Não obstante, podemos concluir que não deixavam de diagnosticar com exatidão a aliança entre os Saquaremas e os traficantes negreiros, ramo mais significativo dos antigos colonizadores, a relação entre a ação dos Saquaremas e a política de Estado escravista que estava implícita na consolidação do Estado imperial. Ao defenderem a Liberdade da Casa, os Liberais defendiam sobretudo a liberdade do *senhor* – enquanto um *despotés* – no governo da escravidão e de participação no tráfico negro, sem a ingerência britânica e sem o privilégio dos antigos colonizadores, agora ligados à Coroa (MATTOS, 1990, p. 163, grifos do autor).

A intenção neste ponto é, ao acessar a discussão sobre Luzias e Saquaremas, primeiro, alcançar o prototexto, quer dizer, o DNA da intelectualidade brasileira de então, no que se refere à questão negra, segundo, e a partir daí, capturar aproximações, como o repertório compartilhado, perfazendo uma base genética, e afastamentos, como a participação no governo imperial, que provocaram mutações. Isto posto, avançar até a eclosão do movimento geracional, como saído de uma mesma matrioska, a boneca da lenda russa sucessivamente engravidada pelo seu criador (ou em partenogênese), até localizar um lugar possível para situar Estevam de Oliveira e, por conseguinte, José Eutropio.

Neste raciocínio, o lugar estevamiano é determinado pelas coordenadas balizadas pelo repertório do movimento. Este vai configurar-se no estuário das opções teóricas em voga. Nesta parte,

A geração 1870 brasileira usou os esquemas intelectuais à sua volta: mirou-se na experiência social, nos projetos políticos e nos escritos das outras gerações 1870, a francesa e a portuguesa particularmente. Teve, pois, um pendão comparativo forte, que é tanto uma avaliação sincrônica vis-à-vis o mundo que a cercava, como também uma introspecção no passado colonial. Menos que o deslumbramento provinciano que os intérpretes frequentemente lhes atribuem, o interesse dos grupos contestadores pela reflexão e experiência estrangeira pode ser lido como constituição de uma perspectiva comparada. Este vezo comparativo vai por experiência própria. Vários membros da geração 1870 tinham assistido pessoalmente crises similares à brasileira (ALONSO, 2002, p. 237).

Assiste-se, igualmente, a iniciativas visando modernizar a sociedade, como a expansão das comunicações, que vão ressaltar o atraso brasileiro em relação à Europa e aos Estados Unidos e sua especificidade como único Império em uma América republicana. A incômoda excepcionalidade de então impulsiona a publicação de livros e artigos condenatórios desta condição. Entretanto, recôndita e resistente, persiste ainda hoje. Conclui Mattos,

Sentimos, e podemos avaliar, a presença dos monopólios; a permanência da massa de colonizados, como fantasmas dos “três mundos” que há muito desapareceram; a cidadania restringida e em muitos casos inexistente; a presença avassaladora do Estado, fora do qual qualquer partido parece inconcebível; o monopólio do discurso pelo professor na sala de aula; os Saquaremas estão entre nós (MATTOS, 1990, p. 288).

Tudo isso, portanto, trespassa a vida de José Eutropio, nascido no distrito muriaeense de Boa Família, tendo origem humilde, negro. O discurso da geração de 1870, estendido pela atuação jornalística de um de seus entusiastas, Estevam de Oliveira, alcançou José Eutropio na mesma perspectiva tutelar. Isso porque, segundo Ilmar Mattos, comentando sobre a formação do povo,

Em primeiro lugar, instruir ou educar devia ser uma preocupação permanente dos dirigentes. E estes deviam ter seus olhos postos tanto sobre o homem comum, o simples cidadão, quanto sobre os próprios dirigentes, entre os quais o próprio imperador. Não por outra razão, discutiu-se tanto a respeito da tutoria do jovem imperador nos tempos iniciais das Regências, acabando-se por afastar o velho Andrada do cargo de tutor sob a alegação de suas ligações com os restauradores e com as idéias antiliberais (MATTOS, 1990, p. 260).

Mas,

Ora, deste entrecruzar resultava, por um lado, o privilegiamento dos homens livres – os “brancos ou a boa sociedade” e o “povo mais ou menos miúdo”, indistintamente num primeiro momento. E, por outro lado, a desqualificação dos escravos e dos “pretos africanos, ainda que livres e libertos” a quem se interditava o ingresso nas escolas públicas de instrução primária da província, conforme vinha dito expressamente na Lei provincial de 21 de janeiro de 1837 que “regula a instrução primária” (MATTOS, 1990, p. 261, grifos do autor).

No ano de 1915, o intelectual José Eutropio reservou espaço no meio intelectual juiz-forano a partir de sua formação erudita. Forçado a transferir para a cidade o seu cabedal, é acolhido pela movimentação em torno do desenvolvimento fabril. Notícias sobre ele, via de regra, estampam suas qualidades com tamanha insistência e regularidade que parecem querer ornamentá-lo com uma segunda pele, como em um manual de pintura, que manda cobrir a tela em preparo com substrato próprio para protegê-la e fazê-la refletir a luz branca.

Puxando o fio da meada da narrativa hegemônica na cidade, a voracidade desenvolvimentista vai qualificando espaço e coisa, enquadrando tudo em sua ótica clara. Por sua vez, o intelectual responde com capacidade, habilitando-se enquanto merecedor, mas reconhecendo seu lugar, como se pode perceber em um de seus

necrológicos, na passagem em que Vale Ferreira relata que, mesmo sendo “maior autoridade no estado em negócios musicais, em vida ficava zangado quando os outros diziam essas coisas” (FERRREIRA, apud NÓBREGA, 1987, p. 13). Um dos motivos é colocado mais a frente, de maneira não intencional, na boca do próprio escritor, quando, após ler elogiosa referência sobre seu talento, aposta à notícia sobre seu aniversário, ralha com o autor: “Você quer matar-me de fome, homem de Deus” (FERRREIRA, apud NÓBREGA, 1987, p, 15, grifo do autor).

Noutra passagem, instado a publicar sua obra, para efeito de lançamento de sua candidatura para a Academia Juiz-forana de Letras, recusou. Miguel Duarte, um de seus amigos viu a recusa da seguinte maneira:

José Eutrópio jamais sofrera a febre do exibicionismo; e, por isto, nunca se permitira editar.
 Julgo adrede fazer lembrado aqui, em abono do que ora assevero, o caso de seu possível ingresso ao Cenáculo Mineiro.
 Faz, talvez, 8 anos que eu e outros amigos fomos pedir-lhe permitisse levantássemos sua candidatura à vaga àquela época existente na Academia Mineira de Letras. Respondera negativamente, declinando, vaga, mas sinceramente, nomes de poetas e novelistas conterrâneos que, segundo a modéstia que o caracterizava, mereciam mais que ele.
 E, como insistíssemos em nosso propósito, houve por bem recorrer à falta de livro editado, declarando, em seguida, que em consequência da desordem de seus inéditos e do arquivo, tão cedo não poderia enviar os originais ao prelo (DUARTE apud NÓBREGA, 1987, p. 19).

Dormeilly Nóbrega (1987), na mesma obra, contrapõe ao pioneirismo juiz-forano em várias atividades o descuido em relação ao talento nativo e nela radicado. Alega que isso,

Talvez seja o reflexo ainda da alma de um país que tenta criar uma nova raça e se perde, até hoje, no emaranhado das reações de uma aristocracia cabocla que apelidava de “terreno inculto ou abandonado” a gleba que desejava como doação, criando a fortuna de desbravadores de nosso território. Não há o que condenar naqueles pioneiros, arquitetos de um novo mundo. Parece-nos, entretanto, que a rudez da luta embaçou a visão de muitos e a glória fácil dos baronatos, das comendas, a vaidade de formar filhos no estrangeiro não permitiu aos chefes de clãs a percepção de que outros talentos, e até mesmo alguns gênios, estavam nascendo nas senzalas, nas fazendas, em todos os lugares em que, já dissera o escriba Pero Vaz de Caminha, “em se plantando, tudo dá” (NÓBREGA, 1987, p.7, grifo do autor).

A partir de tal perspectiva, é possível identificar o intelectual Eutropio em contraste, por exemplo, com o escritor Afonso Henriques Lima Barreto (1881-1922). Advindos do contexto convergente da negritude, o exercício crítico de um e outro os

coloca em oposição esquemática e ilustra um conteúdo saliente do aspecto básico pretendido para encaixar o conceito juiz-forano. Enquanto Eutropio, demandado pela tinta republicanista, vai ser entronizado no rol da intelectualidade até sua morte precoce, em consagração definitiva, Barreto, pela verve crítica ao republicanismo, dada como feroz, morre também precocemente, depois de seguidas internações no Hospital de Alienados, para tratamento do alcoolismo renitente. Vidas díspares, convergem novamente na precocidade da morte solitária, fechando o arco descritivo do quadro em preto e branco em que pretendemos timbrar a trajetória eutropiana sob a orientação noticiosa, alinhavando com a observação de estranhamento de H. J. Hargreaves quando da morte de Eutropio, ao escrever em mais um necrológio,

Reiniciando hoje as minhas crônicas dominicais, sinto que o meu espírito se detenha na mágoa sincera e grande de ter que registrar a ausência definitiva e irremediável do boníssimo Eutrópio, que começou o ano entre nós e antes da metade do ano nos deixou. José Eutrópio, conheci-o, há tempos, quando cursava eu ainda o ginásio e o tive como professor de francês, o que, na minha ignorância transbordante, me causava espécie, por não compreender que um preto pudesse saber francês.

Naquele tempo, iniciava ele triunfante o domínio do nosso meio, pelas irradiações brilhantes de seu talento admirável (HARGREAVES, apud NÓBREGA, 1987, p. 16).

Triste fim do poliglota que inaugurou sua escrita jornalística na cidade com a publicação de uma poesia em francês. Não à toa, era visto como uma espécie de irradiação a faiscar como se fosse um painel iluminado com letras brilhantes estampando o futuro apregoado pelo passado.

3 HIPOTEXTO: a letra anunciada

Assim, a simples alteração de uma palavra implica que olhemos com atenção o contexto que a envolve e com o qual a nova palavra introduzida vai estabelecer relações inesperadas.

Isabel Margarida Duarte

O futuro anunciado por Eutropio Ihe foi repassado pela cartilha republicana. O exercício jornalístico no século XIX e começo do XX acolhia certo apostolado político. Escrevendo em vários jornais em São Paulo do Murihaé, inclusive no **Renascença**, que ajudou a fundar, José Eutropio exercitava fervorosamente o credo republicano e opositor em relação ao cacique político local, o conservador Cel. Silveira Brum. Acabou, por isso, como já dito e aqui retomado propositalmente, sofrendo perseguição e, em 1914, agressão física de um delegado situacionista, que alegou, em sua defesa, que fizera aquilo para defender a honra de uma moça da sociedade local ofendida por Eutropio. Defendido, entre outros, por Inimá de Oliveira, redator do **Correio de Minas** em Juiz de Fora, depois de intervenção do Governador Bueno Brandão, Eutropio deixou São Paulo do Murihaé e aceitou o chamamento do Morro do Cristo, mudando-se no ano seguinte para a Atenas Mineira.

Coetâneo de tais acontecimentos, a título de ilustração, o filme americano **O nascimento de uma nação**, produzido e dirigido por D. W. Griffith (GRIFFITH, 1915), transposição da obra *The Clansman*, de Thomas Dixon, aponta a Ku Klux Klan como a salvação do país e insere no cinema os 5 estereótipos correntes para as pessoas negras: 1) **bom negro**: subserviente, submisso, generoso, altruísta; 2) **artista pastelão**: preguiçoso, louco, subumano; 3) **mulato/mulher mestiça**: aceitáveis e trágicos; 4) **mammies**: gordas, trabalhadeiras; 5) **bad Bucks**: grandes, violentos, selvagens. Este último funcionou como argumento para linchamentos tanto no filme como na realidade.

Fenômeno que perpassa todo ambiente diaspórico, os

Estereótipos são chavões, clichês, rótulos, generalizações, pressupostos, sobre características externas comportamentais e de grupos. Têm uma estrutura binária: fantasia e realidade. Assim, o que vemos representado é apenas uma parte do que se quer contar - a outra metade - o significado mais profundo - está no que não está sendo dito, apenas fantasiado. Stuart Hall (1997, p. 233-279) resume de maneira objetiva o estereótipo como estrutura utilizada quando mostramos alguém ou algum lugar diferente de nós... É um mecanismo de comunicação, usado para apartarmos o que, de alguma forma, pode dificultar nossa inserção em algo e para destruir, ou

tentar destruir, o que nos é diferente e concorrente (REIS, 2015, p. 23, grifo da autora).

Apartado de Muriaé, acolhido em Juiz de Fora, a indicação noticiosa dá conta de que nesta cidade ficou sob a proteção do jornalista Estevam de Oliveira e seus filhos até conseguir inserção própria. Assim está sugerido numa nota na coluna **Correio do Correio**, publicada no **Correio de Minas**, em 19.02.1916, onde consta,

Dr. W. P. (Barbacena)

Recebida sua carta. Espíritos rutilos como o seu, o Correio sempre acolhe com agrado, lamentando apenas que poucas vezes o visitem.

O dr. José Eutropio está aqui e pretende ficar (DR. W., 1916. Não paginado).

O manto protetor reforçou no protegido a capa republicanista e o guiou no roteiro cívico, mesmo itinerário dos protetores. Num primeiro arroubo autoral, publica uma poesia em *belettrado* francês (EUTROPIO, 1915. Não paginado). Em seguida participa no evento de benemerência intitulado **Pró Flagellados do Norte** (PRÓ, 1915. Não paginado), representando o **Diário do Povo**, assumindo um cargo na comissão que organiza o evento, preenchendo o entrecho até a Sociedade de Homens de Letras.

Então, as anotações demonstram uma atuação versátil numa trajetória ascendente, que vai entronizá-lo definitivamente junto aos intelectuais locais. E permitem vislumbrar um trajeto arrastado pelas dificuldades postas no cotidiano até sua morte, quando seu corpo foi encontrado já em estado de decomposição, na casa onde morava solitário, no mesmo endereço já registrado neste trabalho.

Todo o percurso inicial sob a tutela de Estevam está circunscrito pela publicação sistemática, no **Correio de Minas**, de notas que alinhavam a trajetória do intelectual. Nelas, o teor sugere quase uma costura de um manto protetor com os materiais da pregação civilista e educacional de Estevam de Oliveira.

Estevam José Cardoso de Oliveira foi jornalista, educador, ativista político, Inspetor Técnico de Ensino, um dos fundadores da Academia Mineira de Letras, do jornal **Correio de Minas** em 1894 e foi um entusiasta das Letras (Belas) e da Educação enquanto ferramentas indispensáveis ao processo republicano, que, mais que a escola, teria, então, o protagonismo da imprensa. Nessa linha, além do

periódico citado, criou diversos jornais¹⁵ durante sua trajetória militante que, passando pela ação educacional, desaguou no periódico juiz-forano.

Escrevendo sobre Estevam de Oliveira em sua Dissertação de Mestrado, Marília Neto Kappel informa:

Este trabalho tem como objetivo resgatar as ideias e concepções educacionais de Estevam de Oliveira presentes nas páginas do seu jornal **Correio de Minas**. Esses textos são o foco central do trabalho por apresentarem um vasto campo de reflexão do jornalista, que repercutirá em seu relatório apresentado ao Governo de Minas Gerais no ano de 1902 (KAPPEL, 2010, p. 12, grifo da autora).

Engajado nas hostes republicanas Estevam de Oliveira pertenceu ao grupo de intelectuais conhecido como **Geração 70**, movimento que, na segunda metade do século XIX, queria afastar o atraso civilizatório e implantar a modernidade, a começar pela Abolição e a República, nas instituições brasileiras. Nascido na freguesia de São José do Turvo, no município de Piraí – RJ, em 28.01.1853, perdeu a mãe, Maria do Carmo de Oliveira, aos 8 anos e o pai, que enlouquecera com a morte da esposa, aos 12. Com isso passou a residir com os avós maternos em sua propriedade, “onde vai trabalhar como simples lavrador juntamente com os escravos, chegando ao cargo de capataz” (KAPPEL, 2010, p. 34). Tal situação vai acarretar descontinuidade em seus estudos.

Para dar continuidade aos seus estudos, Oliveira matriculou-se nas aulas do Sr. José Bento Rodrigues, professor primário, cuja escola particular situava-se em uma fazenda próxima a Estação de D. Eusébia, no distrito de Porto de Santo Antônio. Caminhando diariamente 18 km, ida e volta, conseguiu completar o curso primário em três meses e começou a ensinar nas fazendas vizinhas, enquanto se dedicava ao estudo do latim e a outras matérias do secundário, como autodidata.

Em 1877, aos 24 anos, matriculou-se no Colégio Luiz do Lago, em Volta Grande, no município de Além Paraíba, no Estado de Minas Gerais, como aluno mestre. Estudando muito, tornou-se regente das cadeiras de português e francês, sendo também substituto das de aritmética, geografia e latim (primeiro ano). Não conseguiu terminar o curso, mas, no ano de 1878, submeteu-se a concurso público, e, como fora aprovado, foi nomeado para uma cadeira de instrução primária (KAPPEL, 2010, p. 35).

Casa em 1882 com Maria do Carmo Filho, tendo sete filhos, dentre eles Inimá e Itagyba de Oliveira, que vão herdar, a partir de 1914, conforme já referido, com a doença do pai, a redação do **Correio de Minas**. Em 1884, muda para Campo Limpo, entra na vida pública como militante político e ativista e funda o jornal **O Povo**,

¹⁵ **O Povo** (1885), **O Popular** (1893), **Minas Livre** (1893) cf.: KAPPEL, 2010, p. 18.

semanário republicano. Em face disso, é forçado a abandonar o cargo público pelo regime imperial, muda-se para Cataguases e passa a viver exclusivamente do jornalismo. Com a **Abolição** (1888) e a **República** (1889), quando se torna um integrante vitorioso da militância republicana, Estevam funda o jornal **O Popular** e é reintegrado por João Pinheiro, que assume o governo do estado de Minas Gerais. Devido ao seu envolvimento político, é convidado pelos correligionários para representar o Partido Republicano Mineiro na imprensa e muda-se para Juiz de Fora (KAPPEL, 2010, p. 36).

Na cidade, funda o **Minas Livre** e o **Correio de Minas**, além de ser nomeado pelo Presidente do Estado, Afonso Pena, Inspetor do Primeiro Distrito de Imigração, cargo que seria extinto, junto com o órgão, logo depois. Em 1902, já nomeado Inspetor Técnico de Ensino do Estado de Minas Gerais, viajou para o Rio de Janeiro e São Paulo, encarregado de estudar as reformas educacionais daqueles estados, a fim de confeccionar um relatório com subsídios para aplicação na reestruturação requerida pelo ensino mineiro, o que se efetivou a partir de 1906, com a Reforma João Pinheiro, que, entre outras providências, instituiu os Grupos Escolares (KAPPEL, 2010, p. 32).

Sobre sua produção literária, o que se observa é que está visceralmente imbricada com o empenho educador e a militância política, pois

Além do relatório, Estevam de Oliveira produziu outras obras pouco conhecidas, tais como **Pela República: Crônicas e traduções** (coletânea de colaborações suas no jornal Correio de Minas, sob pseudônimo de Neophyto); **rudimentos de História Pátria** (organizados em lições, de conformidade com o programa instituído oficialmente para escolas primárias, e escrito a pedido do Governo do Estado); **Virgílio Marão**: tradução e prosa; **Notas e Epístolas**: páginas esparsas de uma Campanha Civilista; **Dos Suplícios** (tradução latina) e **Discursos de Marco Túlio contra Caio Licínio Verres**, além de traduções avulsas (KAPPEL, 2010, 37, grifos da autora).

Engajado no exercício político e educacional, Estevam de Oliveira, em parceria com os filhos, através de sua produção jornalística e literária, ampliou o debate proposto pela Geração 1870 como um prenúncio de novos tempos para a República brasileira a partir da herança civilizatória.

3.1 PROTOTEXTO: LETRA DADA

Parafraseando Dornevilly Nóbrega:
é preciso provar que santo de
casa também faz milagre.
Geraldo Santana

José Eutropio não deixou obra publicada em livro. Seus escritos estão espalhados em jornais e revistas. Considerá-lo enquanto um discurso produzido pelo **Correio de Minas** é um recurso buscado para urdir um período em que ele surge quase que exclusivamente como notícia.

Isso requer algumas providências metodológicas para o tratamento da fonte, o jornal impresso, e do discurso, a notícia veiculada. Enquanto suporte, o jornal fala e assume a posição pertinente. O objeto sofre a entonação. O pesquisador localiza o conteúdo a partir das premissas postas para o direcionamento da questão. Começo, meio e fim desejado. Acolhendo indagação de Samuel Beckett, "Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala" (BECKETT apud FOUCAULT, 2012, p. 34), enquanto princípio ético posto no exercício da escrita, Michel Foucault constrói o arcabouço do autor. A ausência, salienta, referindo-se a um antigo mestre ausente¹⁶, não explicou por que, na palestra que originou o texto aqui citado: "ocupa lugar primordial no discurso" (FOUCAULT, 2012, p. 30).

Presente na cidade, Eutropio é dito enquanto uma boa nova resgatada da polêmica muriaeense. Revestido pelo conceito clássico, percorre o roteiro possível com maior ou menor ânimo, porque tal revestimento, batizado pela ação dos intelectuais, é compulsório. A notícia, assim, oferece à pesquisa a oportunidade de localizar o conteúdo, a posição, a intencionalidade, a qualidade e a serialidade da fonte que a impregna. O exercício é o cotejamento em busca de consistência.

A síntese do prefácio, porque referente à parte inicial da obra José Eutropio, que correspondente ao primeiro período de sua vivência juiz-forana, é sua construção em texto noticioso de autoria de Estevam de Oliveira, fundador e primeiro redator do jornal **Correio de Minas**, sob inspiração do que foi publicado a seu respeito nas páginas do referido periódico. Assim sendo, as notícias descrevem um objeto recortado pela orientação republicana do redator, com ênfase no papel da

¹⁶ Provavelmente Jean Hyppolite, filósofo que foi seu professor e a quem substituiu no College de France e que morrera um pouco antes da palestra (1968). "Em 1971, Foucault assume a cadeira de Jean Hyppolite na disciplina História dos Sistemas de Pensamento. A aula inaugural de Foucault nessa cadeira foi a famosa Ordem do discurso" (LOPES, 2004, p. 5).

educação enquanto meio de desenvolvimento do espírito, da população e do país. Taxativamente, afirma Estevam, “o elemento popular analfabeto não é argamassa social, nem se valoriza para a conquista definitiva da liberdade, fundada na independência, no trabalho produtivo e na instrução elementar” (OLIVEIRA, 1911, p. XLIV).

Então o caminho era educar, evidentemente nas premissas da civilização formadora da instituição escolar e educacional herdada da tradição francesa. Tais premissas conformam o teor, a redação da notícia e sua textura.

3.2 TEXTO: AO(S) PÉ(S) DA LETRA

Ora, para caracterizar tais retornos, é preciso acrescentar um último atributo: eles fazem-se na direção de uma espécie de costura enigmática da obra e do autor.

Michel Foucault

O **Correio de Minas** publicou em 11.07.1915, sob o título **PRO-FLAGELLADOS DO NORTE**, a seguinte notícia:

A comissão abaixo assignado, empenhada vivamente em que tenham o melhor resultado possível os festivaes que vai promover nesta cidade em beneficio das populações do Norte do Brasil flagellados pela seca, convida todas as pessoas que igualmente têm interesse no sucesso deste empreendimento, e a ele queiram adherir, a comparecerem á reunião geral que, amanhã, ás 13 horas, se effectuará no salão da Camara Municipal (forum).

Nessa reunião será delineado o programma dos festejos e nomeados o Directorio Central e as commissões especiaes.

A comissão poe o seu convite na dependencia do patriotismo e do sentimento de solidariedade do culto e laborioso povo desta cidade. – Juiz de Fóra, 10 de julho de 1915 – Commissão: dr. Braz Bernardino Loureiro Tavarez, dr. João d’Ávila, dr. Meton de Alencar, dr. Francisco Prado, dr. João Lustosa de Souza, dr. Inimá de Oliveira, (do <<Correio de Minas>>); Mario Mattos, (do <<Diario Mercantil>>); Mario Magalhães, (do, <<Jornal do Commercio>>); Gilberto de Alencar, (do, <<Pharol>>); A. Luiz de Bessa e **J. Eutropio**, (do, <<Diario do Povo>>).

Commissão de senhoras: Exmas. Sras.: dr. Francisco Prado, dr. Meton de Alencar, dr. João d’Ávila, dr. Constantino Paletta, dr. João Lustosa de Souza, Raul Hubgria, Olympio Peixoto. Senhoritas: Zelia Barroso, Flora Horta Mesquita, Laura Braga, Catharina Schaefer, Amanda Bretas, Jandyra Bretas.

(Ainda faltam nomes. Esta lista é parcial. Os outros nomes irão depois.) (PRO, 1915. Não paginado, grifos do autor e nosso).

Aqui já se vê José Eutropio numa ação cívica de benemerência como representante de um órgão da imprensa, o **Diário do Povo**. Nesse primeiro momento, o intelectual e a mídia são carne e unha.

No ano seguinte, respondendo a uma solicitação vinda da cidade de Barbacena, a nota intitulada **Correio do Correio**, de 19.02.1916, publicada no respectivo jornal, reproduzida aqui na pág. 52, dá o tom da acolhida do intelectual na cidade, qual seja, em resposta a uma indagação vinda daquela cidade sobre o paradeiro de José Eutropio, o redator responde expressando carinho e responsabilidade.

Em 17.08.1916, em simbiose com Itagyba de Oliveira, o autor Eutropio aparece em parceria em um debate acadêmico-filológico, transformado em artigo:

Cavaqueando

(com o illustre dr. **José Eutropio**)

XII

No último artigo procurámos rebater a opinião do conspícuo filólogo Leite de Vasconcellos com relação à graphia do pretérito veiu.

Resumindo, diremos ainda não nos parecer aceitável a razão primacial que o leva a preferir a graphia com o, com um esforço precioso para atribuir ao verbo veio a filiação de vieno (hespanhol archaico), por intermédio de veio e com interposição de um e eufônico, de abrandamento do e, sem se lembrar aquelle professor de que para outros vocábulos cognatos de veio elle mesmo aceita a origem – venire; sem considerar na analogia com a generalidade dos pretéritos, gravados em iu, debaixo da maior correção, e na necessidade de regularizar e uniformizar a orthographia portuguesa.

Mostrámos que se encontra no antigo vernáculo o verbo vehir, onde o h serve para impedir a combinação de i com o e em diphtongo, e para lembrar a quêda da consoante n, de venire. De vehir nasceu veir depois viir devido á acentuação do i, e finalmente vir.

Esse processo evolutivo que dispensa o auxilio invocado ao hespanhol, explica perfeitamente a origem de veio, demonstrando que a vogal i existiu sempre e não appareceu simplesmente para abrandamento – facto desmentido pelo h, e assim também que só recentemente passou a dita vogal a constituir diphtongo com o e precedente.

Mas já então existia a vogal u final, cuja transformação para o não encontra apoio em cousa alguma.

Ainda não nos ocorrem argumentos novos, dos quaes trataremos em outros artigos. Este de hoje vem à guisa de resumo do anterior.

Itagyba de Oliveira (CAVAQUEANDO, 1916. Não paginado, grifos do autor e nosso).

Em 24.08.16, o entrevero morfológico continua:

Cavaqueando

(Com o illustre Dr. **Jose Eutropio**)

XIII

Além de tudo, não nos parecem idênticas a pronúncia do verbo *veiu* e a do substantivo *veio*. Nem se nos afigura possível adoptar na solução da presente controversia o recurso do chamado diphthongo móvel, o qual se forma (Felippe Franco de Sá, *A Língua Portuguesa*, 1915, pag. 37) “pela inserção de um *i* eufónico em as terminações em que se dá o encontro do *e* com o *o* ou *a*, como em *passeio*, *recreio*, *leio*, *feito*, *meio*, *cadeia*, etc.” Vale não esquecer que esse *i* provém muitas vezes a palavra latina de que a nossa deriva, como em *meio*, *raio*, *maio*, *joio*, (autor e obr. Cits., pag. 4).

Para nós, o verbo *veiu* se deriva do seu correlato latino através dos arcaicos *venire* e *veir*, e assim a primitiva pronúncia seria *ve hiu*, *ve-iu*. Com o correr dos tempos e sob a influencia da lei de menor esforço, appareceu a pronúncia *veiu* (*vei u*).

A vogal *u*, por seu som muito surdo, não pôde reter a sua companheira, que se passou para o lado de *e*, sendo esta, aliás, tónica forte e mais sonora que *u*. Deu-se a atracção, perdendo o *i* a sua aspiração.

Não houve, no caso, desrespeito ás leis fonéticas ou, melhor, orthoepicas. Ao contrario, a regra se preencheu inteiramente: “si a primeira vogal é acentuada, é com ella que o *i* se liga e faz diphthongo, como em *rai o*, *mai o*, *sei o*, *joi o*, *moi o*, etc. (Franco de Sá, pag. 18, nota 29). Ahi se acrescenta: o *i* entre vogais sôa e vale como dois *ii*, um dos quaes se une á primeira e o outro á segunda vogal: mas a força da acentuada faz que mais se ouça o *i* que com ella se une. Como não escrevemos dobrado esse *i*, devemos considera-lo pertencente á syllaba predominante...”

Deste modo temos que o *i* sempre existiu, ab origine, não surgindo, pois em *veiu* por necessidade euphonica, para evitar o hiato. A principio formou diphthongo com a vogal *u*, seguinte (*iu* – diphthongo próprio verbal, na terceira pessoa do singular do preterito perfeito), depois, perdida a aspiração, de que no portuguez antigo era signal evidente o *h* que o precedia, passou a formar diphthongo com a vogal precedente.

A vogal *iu*, que sempre existiu em *veiu*, já pela origem de *venivit*, *vehiu*, *veíu*, já pela forte razão da analogia com os demais aoristos de segunda e terceira conjugação, continuou a existir, com a única differença de viver isolada, desligada do ingrato *i*.

Desde que se realizou a diphthongação do *i* com a vogal precedente, quando perdeu ele definitivamente a sua aspiração, no verbo *veiu*, quer nos parecer que se lhe extinguiu o valor de dois *ii*. Passou aquelle vocábulo a ser pronunciado – *vei-u*. É sabido, e notam-no linguistas de tomo, que *i* entre vogaes sôa e vale como dois *ii*, como já dissemos, provindo desse facto a disseminação de consoante palatal, ora também de semivogal, ora de semiconsoante.

O facto apontado resalta da mais ligeira observação: nós lemos – *meio*, *maio*, *raio*, *cheio*, *feito*, *freio*, como si nelas existissem dois *ii*. Causa idêntica se passa na pronúncia das terminações syllabicas – *io*, *ia*, de alguns substantivos e adjectivos: *rio*, *tio*, *desvario*, *bahia*, *abbadia*, *sadia*, assim como em algumas flexões verbaes (Franco de Sá, obr. cit. pags. 4 e 18). E’ verdade, todavia, que, no Brasil (do Pará, por exemplo) como em Portugal (em Trás os Montes), se pronuncia *tiu*, e assim *naviu*, sem o *i* duplo (obr. cit. pag. 290).

Moraes, a nosso ver, recommendando a graphia *eyo* para *veiu*, teve em mira a representação do som duplo referido.

*

Aos nossos ouvidos não resoam de maneira idêntica *veiu* e *veio*, substantivo. Parece-nos muito acentuado nesta última palavra o som do *i* palatal, enquanto quase extincto ou muito pouco perceptível se nos afigura o da mesma vogal no verbo.

Veio, subs., - *filão*, *filete*, *faixa estreita*, ou *barra de ferro*, *eixo*, é um caso legitimo de interposição do *i* palatal, com som duplo. Para Aulete é formação de *veia*, *e*, sendo assim, dá se na hypothese a occurencia de formas duplas

genericas (Maximo Maciel, Gram. Port., pag. 155). E, além de tudo, fica patente que o *i*, não existia primitivamente no vocábulo (veia provém de vena). Moraes considera aberto o *e* de veio, manda grafar veyo e dá como significado – <<barra de ferro sobre que se revolve alguma barra horizontal, ou perpendicular>>. Constancio a este significado acrescenta o de <<malha dos mármore e outras pedras finas>>.

Dahí, de distinguirmos, quanto á pronuncia das vogaes finaes, veiu de veio, receio, feio, correio, etc. (haja ou não diphthongo móvel), tiramos mais uma razão para a nossa preferencia gráphica.

Da diversidade ideológica e taxinômica do veiu e veio, substantivo, tiramos outra, gerada pela necessidade da distincção gráfica.

Itagyba de Oliveira (CAVAQUEANDO, 1916a. Não paginado, grifos do autor e nosso).

Em 06.09.1916 prossegue o compartilhamento no embate acadêmico:

Cavaqueando

(com o illustre dr. **José Eutropio**)

XIV

Pelo que dissemos em o artigo anterior, preferimos, também, *veiu* a *veio* (verbo) não só pela pronuncia como pela necessidade natural de distinguirmos o verbo do substantivo *veio*.

Em respeito á pronuncia, acrescentamos ainda: nas phrases seguintes, ha muita distincção, ao envez de similhaça: - *lê-o* (imperativo ou indicativo de *lêr*, com a variação pronominal) e *leu*; *vi-o* (primeira pessoa do pretérito perfeito, com a variação pronominal) e *viu*; *applaudi-o* e *applaudiu*.

*

Muitos pretenderão dogmaticamente que não é razão sufficiente a necessidade de differençar na graphia o verbo *veiu* e o substantivo *veio*. Não ligam importância o similhante motivo de ordem pratica e julgam que basta o sentido de um e outro vocábulo. Mas esqueceu-se de que a maioria precisa dessa distincção graphica que perdura e mais se lhe grava, embora dela não haja mister para os letrados. E assim também esqueceu-se de que os estrangeiros, num paiz novo, senhor de uma língua difficillima e pouco falada, sentem absoluta necessidade de normas fixas orthoepicas e orthographicas, que lhes suavizem o falar e o escrever.

*

Admittido, mesmo que *veiu* descenda de *vieno* (arch. hespanhol) como professa o conspícuo dr. Leite de Vasconcellos, não seria de extranhar que dissessemos, sem receio nem timidez, não obstante nossa ignorância, e deante da sabida confusão de *o* com *u*, mesmo na pronuncia latina (Franco de Sá. A Lingua Portugueza, 1915, pag. 16, nota 20), onde muitas vezes os escriptores antigos as trocavam, que *vieno*, *venoí*, (*vienu*, *venu*) podiam perfeitamente ter gerado *veu*, *vem* tanto mais quando o próprio dr. Leite de Vasconcellos reconhece e confessa que no Minho se diz *beu*.

Ou pela queda do *i* (*venu*), ou por metathese regressiva (*vienie veinu*), e num e noutro caso, com a ulterior queda do *n*, ter-se-ia chegado a *veiu* (na primeira hypothese – *venu*, *veu*, ter-se-ia dado a inserção do *i* euphónico).

O notavel linguista patricio Felipe Franco de Sá, que compoz o monumento citado – A Lingua Portugueza, ao estudar os diphthongos no vernaculo (pag. 1 e seguintes) estabelece com segurança que *iu* é “*ditongo peculiar do portuguez e do galego, idioma de que proveiu a lingua portuguesa*”.

Acrescenta: “Este ditongo ocorre somente na 3. pessoa do singular do pretérito do modo indicativo, na 3. conjugação, vestiu, abriu, feriu etc. e na interjeição *siu* ou *psiu*”.

Franco de Sá deixou de referir-se, por méro equívoco ou esquecimento, aos verbos *ver* e seus compostos (*viu*, *previu*, etc.) e *vir* e seus compostos (*veiu* *proveiu*). Mas é innegável que não excluiu da regra os respectivos pretéritos. Veja-se, por exemplo, que elle graphou *proveiu com u* – á pag. 9 n. 4 e *veiu com u* á pag. 212, *in fine*. Quanto a *viu*, vamos rebuscar no mesmo linguista alguma documentação. Mas desde já por nossa conta e com a autoridade de Bréal, citado num de nossos artigos, repetimos que o perfeito *vidi* (*idevidere*, *latino*) lembra um verbo da terceira conjugação, e, assim, no portuguez, ocorre a mesma cousa: em vez de *veu*, *viu* (flexão da terceira conjugação). Isto quer dizer que pela sua terminação o verbo *viu* não pode deixar de estar incluído na regra de Franco de Sá.

Prosseguiremos.

Itagyba de Oliveira (CAVAQUEANDO, 1916b. Não paginado, grifos do autor e nosso).

E continua em 22.09.1916:

Cavaqueando

(com o illustre dr. **José Eutropio**)

XV

A nosso ver, Franco de Sá sufraga a maneira de grafar o preterito de *vir* por nós defendida, porquanto, sem exceptuar nenhum verbo, ensina que *iu* é <<ditongo peculiar do portuguez e do galego>> e <<ocorre somente na 3ª pessoa do singular do preterito do modo indicativo, na 3ª conjugação>>.

A quem se aventure a oppor que as duas vozes de *veiu* não formam, no vocábulo, diphthongo, responder-se-ia, sem receio, que constituem a terminação da terceira pessoa do singular do pretérito do modo indicativo do verbo *vir*, o qual pertence á terceira conjugação e não exceptuado por Franco de Sá, em cujo trabalho erudito se lê que in <<é ditongo peculiar do portuguez>> e verbal.

Além disso, na obra citada, encontra-se o verbo *veiu com u* a pgs. 136, 152 e 212: o verbo *proveio (com o)* a pgs. 9 e 154.

Não colhe dizer, em contradicta, que também se encontra *veio com o* a pgs. 85, 195 e 230, e *proveio (com o)* a pag. 168.

Nesta última pagina como na pagina 85, houve mero cochilo do revisor, - partidário, aliás, da simplificação, sr. Fran Paxeco. Em a pagina 195, como na pagina 230, *veio* é substantivo e não verbo.

Naquela não se encontra o dito vocábulo junto aos verbos *leio* e *passeio*, mas ao lado de *meio*, *meia*. Á pag. 230 *veio* é positivamente substantivo, em referência ao significado duplo de *bêta*).

Quanto ao verbo *viu*, eil-o assim grafado a pgs. 250 e 305, na obra de Franco de Sá. Mas *viu (ver, da segunda conjugação)* correspondente á forma regular *veu*, etymologicamente plausível e aceita. Apenas o e se transforma em i.

O u já existia na forma regular primitiva.

O nosso código civil, cuja elaboração e redação final tanto deram que falar, numa celeuma a proposito de quase tudo, foi também cuidadosamente analysado, áquelle tempo, no tocante á linguagem, ortografia e syntaxe. Professores de peso tomaram (sic) parte na solução das controversias.

Pois nelle mesmo se comprova a preferencia da grafia *iu*; exs: *coincidiu* (art. 363 n. 11); *constituiu* (art. 1401), *instituiu* (art. 1726). Assim também os preteritos da segunda conjugação vêm grafados no código civil com eu,

exs.: faleceu (arts. 1.402 e 1.668); solveu (arts. 1686, alin.); escreveu (art. 1719 n. I); recebeu, dispendeu (art. 1.757).

Itagyba de Oliveira (CAVAQUEANDO, 1916c. Não paginado, grifos do autor e nosso).

Até que em 26.09.1916 o compartilhamento termina com um último artigo:

Cavaqueando

(com o illustre dr. **José Eutropio**)

XVI

Não é só o Codigo Civil Brasileiro que suffraga nossa opinião.

Quem nos lembre, nunca se averbou de erronea a grafia em *iu*, para a terceira pessoa do preterito do indicativo nos verbos da terceira conjugação, no seio das notaveis comissões que o organizaram, reviram e afinal redigiram. É certo, entretanto, que o Codigo, antes de ser lei, sofreu os mais duros ataques em materia de linguagem e redacção.

Ruy Barbosa, que ainda no vernaculo é tambem mestre oracular, autoridade incontrastavel, na alentada critica á primitiva redacção do projecto do Codigo, em resposta ou replica as defesas que surgiram, delle, a cada passo emprega a maneira de grafar *iu*, não se lhe encontrando uma vez só, a grafia *io*. Elle mesmo grafa o verbo *veiu* com *u*, sempre que o mesmo lhe aparece.

Não vale a pena citar paginas e paginas a fio. Não obstante, aqui vão algumas: á pagina 4, - induziu; 6, - viu; 7, - veiu; 8, - saiu; 9, - veiu; 12, - submetteu; etc. etc. No final da obra: á pagina 598: veiu, conseguiu, emmudeceu, succedeu.

Por todo o extenso e extraordinario trabalho encontram-se copiosissimos exemplos.

Estando com Ruy Barbosa, estamos bem. Preferimos mesmo estar sob sua inconfundivel autoridade de mestre sem igual.

*

Estamos a terminar o presente cavaco, que, mau grado nosso, tanto se estendeu. Quizeramos documental-o agora, para o que rebuscariamos autores e grammaticos.

Mas o nosso tempo é bem escasso para a labuta da vida profissional, de onde nos vem o pão de cada dia, para os estudos juridicos, que mal soletramos.

Por isto mesmo, encerraremos esta palestra no proximo artigo.

Itagyba de Oliveira (CAVAQUEANDO, 1916d. Não paginado, grifos do autor e nosso).

Entre o esforço individual e jornalístico a narrativa ganha fôlego. Em 27.09.1916, na seção Jury, o advogado é pilhado em pleno exercício:

Sob a presidencia do sr. dr. Braz Bernardino Loureiro Tavares, juiz de direito desta comarca, servindo de promotor o sr. dr. Nizio Baptista de Oliveira e escrivão o sr. Odalcino Marques, entraram hontem, em julgamento os réos Antonio Carneiro Moreira, incurso no artigo 294, § 2 e José Rodrigues de Paiva, incurso no artigo 137, 13, 63.

Foi advogado do primeiro o dr. Pedro Carlos e do segundo o sr. dr. Pedro Marques.

Ambos foram absolvidos por unanimidade de votos.

Entrarão em julgamento amanhã os réos José Pedro dos Santos, incurso no artigo 303 do código penal (ferimentos leves), Avelino Matheus, artigo 304, paragrapho unico e José Indio do Brasil, artigo 303 (ferimentos leves). Os dois primeiros serão defendidos pelo sr. Coronel Almeida Novaes e o último pelo sr. dr. **José Eutropio** (SOB, 1916. Não paginado, grifos do autor e nosso).

Dando continuidade, na edição de 28.09.1916 a mesma seção complementa:

Sob a presidencia do sr. dr. Braz Bernardino Loureiro Tavares, juiz de direito desta comarca, servindo de promotor o sr. dr. Nizio Baptista de Oliveira e escrivão o sr. Odalcino Marques, entraram hontem em julgamento os réos José Pedro dos Santos incurso no artigo 303, do código penal (ferimentos leves), Avelino Matheus, artigo 304, paragrapho unico, e José Indio da Brasil artigo 303; (ferimentos leves). Foi advogado dos dois primeiros, o sr. coronel Almeida Novaes e do ultimo, o sr. dr. **José Eutropio**; José Indio do Brasil e José Pedro dos Santos foram absolvidos, e Avelino Matheus condenado a oito mezes e 22 dias e duas horas. Amanhã serão julgados os seguintes réos: Ovidio Pires Cardoso, Francisco Vicente, Adriano de Barros, Manoel Pinto João Pereira e Herculano de tal, a excepção de João Pereira que foi libelado (sic) nas penas do artigo 197 (morte por imprudencia). Todos os outros estão pronunciados no artigo 803 do cod. penal. Com julgamento desses processos encerrar.se.á a terceira sessão do jury do corrente anno (SOB, 1916a. Não paginado, grifos do autor e nosso).

Fechando o ano de 1916, no dia 15.12, uma nota com o título de **Gazetinha** dá o tom geral da acolhida do intelectual pelo jornal. Ela informa que, “Partiu para São João Nepomuceno o nosso collega e distincto colaborador dr. **José Eutropio**, advogado no fôro desta comarca” (GAZETINHA, 1916. Não paginado, grifo nosso).

Em 25.01.1917 a sessão **Camara Municipal** exhibe uma iniciativa de cunho particular de Eutropio, quando um requerimento seu é listado pelo Agente Executivo e Presidente da Câmara. O teor do que foi requerido não consta no documento. De qualquer forma, enquanto o encaminhamento da autoridade solicita certificação do requerido, o âmbito institucional assinala a condição da cidadania e da contribuição, importante para sinalizar o avanço de sua inserção no município:

O sr. dr. Presidente da comarca despachou os seguintes requerimentos:
De: Angelo Marsicano: “Informe o sr. lançador”.
- De Domingos Caiada: Faça-se a modificação de Accor do com o parecer com o parecer do sr. lançador.
- De Ferreira & Castro: <Informe o sr. “Agente municipal”.
- De David Waltemberg: “Deferido”.
- D. Thereza de Jesus. “A suplicante tem direito á restituição dos impostos, porém não á baixa de lançamento”.
- De Emilio Hirsch, pedindo pagamento da quantia de 800\$000: “Pague-se”.

- De d. Nicolina Santos, professora municipal em Caethé: “Concedo 90 dias de licença, podendo ser substituída pela normalista indicado”.
- De Manoel Bernardo Pontes, reclamando contra o lançamento de seis penas d’agua: “Informe o sr. lançador”.
- De Bertholdo José dos Soares, curador de d. Joaquina Ottoni Ferreira Bretas: “Informe o sr. agente municipal de Mathias”.
- De d Nicolina Sartori: Pague-se”.
- De d. Maria Francisca da Rocha Vaz: “Informe o sr. agente municipal de S. Pedro de Alcantara”.
- De José Martins da Cunha: “Quando outros requererem penna d’agua, mandarei prolongar o encanamento, e o suplicante será atendido”,
- De André Barra: - Pague-se por conta do districto de Mathias.
- De Alcides Rodrigues:
- Achando justas as razões agora alegadas, concedo o que requer.
- Antonio José Duque, reclamando contra o lançamento de sua propriedade agrícola: - informe o sr. agente municipal da Chacara.
- Do padre Vicente Zei, cura da Gloria: - Deferido.
- De Assis & Comp., comerciantes na estação do Retiro: - Informe o sr. lançador.
- De d. Albertina Umbelina Rodrigues, professora municipal de são Francisco de Paula: - Pague-se.
- De João Zago. – Faça-se a modificação de acordo com o parecer do sr. lançador.
- De Ferreira & Comp., proprietários do Café Guarany. – Podera ser aceito o em duas prestações eguaes e sem multa.
- De d. Maria Francisca da Rocha Vaz. – Deferido.
- Do dr. **José Eutropio** – Certifique-se.
- De Camilo José de Almeida, agente municipal de Vargem Grande. – Pague-se.
- De Frankilin Rodrigues de Moraes Jardim, presidente da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora – Deferido.

Nos trabalhos ante hontem realizados, o sr. dr. Menezes Filho apresentou os seguintes projectos: N.º. 4, de 1917, isentando de impostos municipaes por cinco annos as casas de dois ou mais andares e n. 5, limitando a um anno o prazo dentro do qual devem ser iniciados e concluídas as obras para as quaes o agente executivo concedeu licença de construção.

O sr. coronel S. Junqueira, pela comissão de leis, apresentou parecer contrário ao requerimento F. A. Salgueiro Vaz e outros sobre o ruído de carros de boi em Mathias Barbosa.

O mesmo, pela comissão de obras, apresentou ao requerimento n.º. 1.

O sr. coronel Monteiro da Silva, pela comissão de commercio e industria, apresentou os seguintes pareceres: favoravel á representação de Renato Dias e outros sobre a estação da Leopoldina Railway e favoraveis a uma representação dos mesmos e outros sobre melhoramentos no serviço de bondes.

Procedeu-se, depois, á eleição das diferentes commissões, que ficaram assim constituídas:

Comissão de orçamento e fazenda – dr. Souza Brandão, Phelippe Paleta e dr. Menezes Filho.

Leis e redação: - dr. Pinto de Moura, S. Junqueira e pharmacêutico Paleta.

Policia e hygiene: dr. Brandão, Surerus e Junqueira.

Instrucção e Estatística: - J. Garcia, H. Coimbra e N. Capelli.

Commercio, lavoura e industria: - R. Monteiro da Silva, dr. P. de Moura e H Coimbra (CAMARA, 1917. Não paginado, grifos do autor e nosso).

A nota seguinte é de 07.03.1917 e joga luz na anterior, anunciando uma iniciativa individual auspiciosa e carregando no tom elogioso. Com o título **Revista Ilustrada**, informa para uma data próxima:

Na segunda quinzena deste mez começa a ser publicado nesta cidade uma revista illustrada de sciencias, letras e artes, de propriedade da Typographia Brasil. Segundo estamos informados, a revista, que surge com as melhores garantias de uma longa vida, conterà abundante e variada materia, e vasta reportagem photographica de todos os factos notaveis da nossa vida urbana.

Será seu director o nosso estimado confrade e distincto colaborador **J. Eutropio**, ficando a secretaria a cargo da intelligente e distincta senhorita Odette Amaral e a gerencia sob as vistas do sr. capitão Torquato Bicalho.

Sob a direcção de tão bons e esclarecidos elementos e contando com o concurso dos mais distinctos nomes intellectuais de Juiz de Fóra, e de muitos outros dentro e fora do Estado, a revista por certo agradará e virá sanar a falta que até agora sentíamos de um *magasine*, que testemunhasse a elevada cultura e a intensa vida desta cidade.

Aguardamos com sympathia a novel publicação, augurando-lhe desde já triumpho e longa vida (REVISTA. 1917. Não paginado, grifo do autor e nosso).

Uma quinzena depois, em 31.03.1917, surge uma informação que traz o verdadeiro nome da revista e confirma a atividade profissional:

Excelsior

Deve ser distribuído impreterivelmente segunda-feira proxima a aqui geralmente esperada revista – *Excelsior* (Sic), propriedade da conceituada casa Hermann Erhardt, desta praça, e dirigida pelo seu fundador, nosso illustre e brilhante confrade dr. **José Eutropio**, o que equivale dizer – será um primor em tudo, dada a vasta ilustração e a proficiente mentalidade que é **José Eutropio**.

Bem vinda seja, pois a *Excelsior!* Galernos ventos a tragam e a conduzam por uma trajectoria brilhante e gloriosa! (EXCELSIOR, 1917. Não paginado, grifos do autor e nossos).

Aqui, o costumeiro tom laudatório do noticiário é explicitado pela adjetivação em 7 palavras, complementando com expressão receptiva e previsão de sucesso. No dia seguinte, 01.04.1917, a revista continua na pauta, mas desta vez, ao tom elogioso aumentado, junta-se a informação do comparecimento dos representantes de vários jornais em evento na sede de sua empresa proprietária. Alongada em relação à anterior, introduz no meio da notícia uma justificativa pelo atraso em relação à data programada para seu lançamento:

A “Excelsior”

Convidados gentilmente pelo seu director, dr. **José Eutropio**, fomos hontem, ás 5 horas da tarde, assistir á impressão da <<Excelsior>>, a magnifica revista fundada por aquelle nosso illustre confrade e editada pela firma Hermann Erhardt, proprietário da excellente e muito conhecida Typographia e Papelaria Brasil.

A <<Excelsior>> está magnificamente impressa, traz uma linda capa á trichromia e vem cheia de artigos firmados por grandes vultos da nossa literatura.

Devido a um engano dos impressores, a revista, que hontem deveria apparecer, só hoje será dada á publicidade.

Entre os presentes pudemos notar as seguintes pessoas: dr. Eduardo de Menezes Filho, Lindolpho Gomes, Ewrald Coelho pelo <<Jornal do Commercio>>, Aguiar Junior, Antonio Baroni pelo <<O Pharol>>, Albino Esteves, Pelino C. de Oliveira pelo <<O Dia>>, Manoel Maia, Antonio Gomes, pelo <<Diario Mercantil>>, e José Kascher por esta folha.

Foi então servido um profuso copo de cerveja e tambem grande variedade de sequilhos. Em seguida, convidados pelo seu proprietario, fomos visitar as diversas secções da typographia e Papelaria Brasil.

Não poderia ser melhor a impressão tudo quanto vimos, tudo quanto visitámos, tudo quanto examinámos, não deixou nada a desejar; e podemos afirmar, sem modo de cometter erros, que a Typographia e Papelaria Brasil é uma das principais do Estado, sinão a melhor, já pela ordem que em tudo se nota, já pelos processos modernos introduzidos no estabelecimento pelo seu laborioso proprietario.

Ao nos retirar, ás 6 horas, fomos mimoseados pelo sr. Hermann Erhardt com um elegante terço para mata-borão.

Agradecemos aos srs. dr. j. **Eutropio**, director da revista, e Hermann Erhardt, proprietario da mesma, as gentilezas dispensadas ao nosso companheiro, desejando á <<Excelsior>>, vida longa, cheia de luctas, mas cheia de victorias (EXCELSIOR, 1917a. Não paginado, grifos do autor e nosso).

Em 15.04.1917 a divulgação da revista recebe nova nota:

A “Excelsior”

Mais um excellente numero da <<Excelsior>>, a esplendida revista que surgiu ha pouco nesta cidade sob a intelligente e competente direcção do nosso confrade dr. **José Eutropio** recebêmos hontem.

O presente numero vem repleto de magnifica e variada matéria e com maior numero de *clichês*, o que bem prova os esforços que envidam seus redactores e proprietario para o seu sempre crescente brilho e justa preferencia entre suas congêneres (EXCELSIOR, 1917b. Não paginado, grifos do autor nosso).

A rotina vai ser interrompida na edição de 17.04.1917, quando o **Correio** registra outra participação de Eutropio em evento cívico:

Na Cidade

HOMENAGEM DOS EXTRANGEIROS AO BRASIL

Sabado, ás 7 horas da noite, reuniram-se na séde a <*Societá Umberto I*> os membros da commissão de estrangeiros para tratarem de assumptos referentes ao grande comicio que antehontem foi levado a effeito com extraordinario brilhantismo.

Presentes os membros srs. Luigi Perri, Giuseppe Breviglieri, Gaetano Chiantia, Paschoal Senatore, Giacomo Bisaglia, Cesar Affonso, Sebastião Bastos, Jorge Junior, Manoel Cardoso, Abrahão Azer, Checric Merhy, Louis Creuzol e Aguiar Junior, foi indicado para presidir a mesa o sr. professor Louis Creuzol, vice-consul da França aqui residente.

Foram então iniciados os debates que ocorreram animadissimos, tendo um membro da commissão proposto o itinerario, que após ligeiras modificações, foi aprovado.

Nomearam-se ainda fiscaes, e propuseram-se oradores.

Depois de aventados mais algumas idéas, foi encerrada a reunião pelo sr. Louis Creuzol, que agradeceu a distincção que tiveram os outros membros, indicando-o para presidente, e bem assim ás sociedades Umberto I, Auxiliadora Portugueza, Pró-Patria Italiana e Pró-Patria Portugueza, que se fizeram representar.

Eram 9 horas.

Domingo então se realizou a concorrida e entusiastica (sic) manifestação de solidariedade das colonias estrangeiras, aqui domiciliadas, ao Brasil, sua patria adoptiva, manifestação que partiu do espaçoso Parque Halfeld.

Já ás 4 horas era intensissimo o movimento.

Às 5 horas o Parque se achava litteralmente tomado por enorme massa popular em a qual se viam representadas todas as colonias estrangeiras, o Centro de Cultura Physica <<Força e Coragem>>, a Academia de Commercio, a Escola Normal Santa Cruz, o Granbery, Loja Maçonica e muitas outras sociedades e religiões.

Às 5 1/2 subiu à tribuna o presidente da commissão promotora do comicio, professor Aguiar Junior, o qual, em um eloquente e sensato discurso, expoz os fins do <<meeting>> e salientou a necessidade de se aniquilar, não o povo allemão, bom e nobre por natureza, mas o seu despota e absoluto senhor, que gerou o horripilante monstro que tudo destroe e tudo deita a perder – o militarismo prussiano.

Em seguida tomou a palavra o jovem Dante Polini, que leu um bem feito discurso.

Foi então, pelos membros da commissão, às senhoritas presentes, grande número de bandeiras de todas as nacionalidades.

Acto continuo foi organizado o prestito, que seguiu em direcção ao Forum.

À frente viam-se, de mistura com muitos pavilhões brasileiros, a bandeira belga envolta em <<crepê>>, que foi entregue a uma senhorita daquella nacionalidade, e uma bandeira syria, branca, com um cedro ao centro.

Chegado que foi o prestito ao Forum, tomaram a palavra o sr. Brasão Pimenta, orador da colonia portuguesa, e os srs. Jorge Junior e dr. **José Eutropio**, que saudaram os srs. drs. Presidente da Camara, juiz de direito, e deputado Antenor Carlos, <<leader>> da bancada mineira na câmara federal.

Respondeu, agradecendo, o sr. dr. Procopio Teixeira, agente executivo, recommendou muita calma.

Do Forum dirigiram-se os manifestantes para a séde das lojas Maçonicas desta cidade, onde pronunciaram brilhantes discursos os srs. dr. José Montreuil, Pedro Carlos da Silva, Luigi Breviglieri, que se exprimiu em italiano, e Brazão Pimenta.

Respondeu o sr. coronel Eduardo Andrade, grão-mestre das Lojas Maçonicas.

Seguiu então o pretexto para a redacção do nosso collega *Diario Mercantil*, onde falou o sr. dr. **José Eutropio**, respondendo em nome do Diario o dr. Gama Junior.

Após vieram os manifestantes a esta folha, tendo antes se dirigido á redacção d'Pharol, onde falaram o sr. Abrahão Azer, orador da colonia syria e o redactor sr. Gilberto de Alencar.

Orou também, a pedido, o sr. dr. Dilermando Cruz.

Nesta redacção falou brilhantemente o sr. Luigi Brevigliere, pelo povo.

Agradeceu o sr. dr. Inimá de Oliveira, director desta folha.

A pedido, falou também o sr. professor Machado Sobrinho.

Desta redacção seguiu o pretexto em demanda da rua Halfeld, que apresentava um aspecto verdadeiramente festivo, tal o numero de bandeiras arvoradas em as sacadas dos predios, tal a aglomeração do povo, que se juntou ahi aos manifestantes, augmentando a já enorme massa popular (HOMENAGEM, 1917. Não paginado, grifos do autor e nossos).

Em 13.05.1917, a revista **Excelsior** retorna à rotina noticiosa, desta vez, com uma inovação, qual seja, a não citação de José Eutropio. Coincidência ou não, faz alusão à passagem da data da Abolição, motivo de antecipação da publicação:

Excelsior

Mais um numero – o quarto – recebemos da linda e artistica revista local illustrada *Excelsior*. O summario do numero que temos á vista é opulento de bons artigos, tanto scientificos como litterarios, além de uma parte repleta de interessantes e nitidas gravuras de palpitante interesse.

O numero a que nos referimos devia sahir a 15 do corrente, mas como homenagem à data da libertação dos escravos sahiu hoje.

A capa é uma allegoria em trichromia allusiva ao facto do dia.

Excelsior encontra-se á venda nas agencias de jornaes dos srs. A. Campos e com vendedores avulsos (EXCELSIOR, 1917c. Não paginado, grifos do autor).

No dia 22.05.1917, a informação é sobre a inserção do intelectual como sócio e membro da congregação do

Centro de Cultura Civica

A directoria deste esperançoso Centro já recebeu das mãos de seu delegado junto á projecta Escola Normal Santa Cruz, professor Heitor Guimarães, a lista dos lentes que se inscreveram como socios, desta patriotica sociedade de cultura civica. São elles todos quanto formam tão magnifica congregação: Ernestina de Faria Velloso, directora, Oswaldo Velloso, director; Heitor Guimarães, vice-director, Albertina Leal das Chagas Andrade, Zilda Rangel, Celeste Cunha, Odette de Oliveira, Maria do Carmo Faria, Maria Candida Barreiros, Ernesto do Prado Seixas Junior, dr. **José Eutropio**, dr. Ottoni Tristão, dr. Pedro Marques de Almeida, Machado Sobrinho, Carlos Machado, Francisco de Faria, Irene Nogueira da Gama (CENTRO, 1917. Não paginado, grifo nosso).

No próximo anúncio, em 05.06.1917, Eutropio aparece numa posição de destaque na importante função de porta-voz da imprensa,

Escola Gratuita Commendador Eduardo Braga

Realizou-se ante-hontem, ás 2 horas da tarde, a inauguração da <<Escola Gratuita Commendador Eduardo Braga>>, que acaba de ser fundada nesta cidade, sob os auspícios do Centro Espirita União, Humildade e Caridade. Àquella hora, presentes na séde do Centro Espirita, á rua Batista de Oliveira, 694, onde tambem funcionará a escola, exmas. senhoras, gentis senhoritas, cavalheiros, representantes da imprensa, etc., o sr. professor Raymundo Tavares abriu a sessão, pronunciando um eloquente discurso. Logo após, o sr. Tavares convidou para presidir os trabalhos o sr. Lindolpho Gomes, representante do sr. dr. Delphim Moreira presidente do Estado. Falaram em seguida o sr. dr. Agostinho Magalhães, orador official, o sr. dr. **José Eutropio**, em nome da imprensa e o professor Paulo Estellita de Souza.

Todos os oradores foram muito applaudidos.

O nosso confrade Luiz de Oliveira tambem recitou lindos versos, de sua lavra.

O nosso collega Lindolpho Gomes, terminados os trabalhos, encerrou a sessão, dizendo então um significativo discurso, que mereceu francos elogios da selecta assistencia.

Aos presentes foram servidos finos doces, sequilhos, cerveja. etc.

A escola, que já está funcionando, possui todo o material didactico necessario, que será fornecido gratuitamente aos alumnos.

Destina-se ella ao sexo feminino, estando a sua direcção confiada á professora normalista d. Maria Mendes (REALIZOU-SE, 1917. Não paginado, grifos do autor nosso).

Numa homenagem à Revolução Francesa, a cidade promoveu um evento, anunciado na edição de 12.07.1917, publicando toda programação:

“14 DE JULHO”

Para solenizar a gloria (sic) data do 14 de julho (Festa Nacional da França) haverá, sabbado, uma matinée, no Polytheama promovida pela colonia franceza domiciliada nesta cidade em beneficio do Tiro 17.

O programma a ser executado é o seguinte:

1ª parte. -) Ouverture, pela orchestra.

II) Hymno nacional brasileiro, pela banda de musica.

III) Honra à linha de tiro (canto patriotico de G. Gay, cantado por mme. Stella Ceylor.

IV) Melle. Seister, no seu repertorio.

V) Honra à Cruz Vermelha (canto patriotico de G. Gay, cantado por mme. Stella Ceylor.

VI) Banda de musica.

2ª parte. -) Ouverture, pela orchestra.

II) discurso pelo **dr. Eutropio**.

III) Melle. Seister, no seu repertorio.

IV) Visão do 14 de julho, canto patriotico G. Gay, cactado (sic) por Melle. Stella Ceylor.

V) La Marseillaise, cantada pelas alumnas da Escola Normal Santa Cruz.

VI) Hymno Brasileiro, cantado tambem pelas alumnas da Escola Normal Santa Cruz.

Preço das entradas: cadeiras 1\$000, gerais \$500.

A orchestra será dirigida pelo maestro Sylvio de Souza (CATORZE, 1917.

Não paginado, grifos do autor e nosso).

Informando sobre o sucesso alcançado pelo evento, o **Correio de Minas** anota em 15.07.17 o sucesso da programação, dando destaque para o discurso do orador:

“14 DE JULHO”

Conforme estava amplamente noticiado, foram hontem levados a effeito diversas homenagens a essa gloriosa data, em que se commemora a tomada da Bastilha e consequentemente a Liberdade e a Independência dos Povos.

A parada militar esteve brilhantissima. Os moços dos Tiros locais marcharam garbosamente. Outro tanto se pode dizer do segundo batalhão, que mereceu do povo geraes encomios, o que vêm por em relevo a proficiencia e a disciplina do seu digno commandante, coronel Benjamin Ferreira Lopes.

Ao meio dia realizou-se a <<matinée>> promovida pelo sr. Luiz Creozol, no Polytheama, em benefício do Tiro 17.

Ao contrário do que se esperava, a assistencia, apesar de seleta, não foi numerosa. O programma, por nós publicado, foi seguido à risca, com grande brilhantismo, tendo sido o bellissimo discurso do nosso confrade dr. **José Eutropio** muito applaudido.

Enfim, foi uma festa que a todos agradou

(CATORZE, 1917a. Não paginado, grifos do autor e nosso).

Numa reiteração do interesse pela revista eutropiana, produz uma nova notícia para uma nova edição. Em 01.08.1917, informou:

“Excelsior”

Foi distribuído, ante-hontem, o nono numero desta excellente revista, que tem a testa da sua direcção o illustre homem de Lettras dr. **José Eutropio**. Acha-se ella repleta d’uma litteratura fina e cheia de lindos *clichés*, satisfazendo, assim, o desejo do publico e collocando-se no nivel das grandes revistas existentes em o nosso meio.

Parabens á sua redacção (EXCELSIOR, 2017d. Não paginado, grifos do autor e nosso).

O primeiro ciclo se fecha com a notícia da sua inserção oficial no círculo literário. Em 17.08.1917, o **Correio de Minas** estampa, sob o título

Sociedade de Homens de Letras:

Realizou-se hontem, no salão nobre do Forum, uma sessão preliminar para a fundação da Sociedade de Homens de Lettras, idéa essa aventada como se sabe pelo illustre collega Renato Vianna.

Compareceram os seguintes senhores: Machado Sobrinho, **dr. José Eutropio**, dr. Pedro Carlos da Silva, Aguiar Junior, Carlos C. Alves, dr. Inimá de Oliveira, Sylos Filho, Heitor Guimarães, Estevam de Oliveira, Renato Vianna, dr. João Massena, Tenente Jesus de Oliveira, Tenente Isaltino de Pinho, Manoel Maia, Luiz de Oliveira, Ewald Coelho, dr. Clorindo Burnier, Gilberto de Alencar, Albino Esteves, Joaquim Americano, dr. Pedro Ribeiro, Osealdo Velloso, José Kascher por esta folha, e Gaspar Moreira da Silva.

Tomou primeiramente a palavra Renato Vianna que expoz os fins da Sociedade e convidou para presidir a sessão ao dr. João Massena, o qual por sua vez nomeou secretario o sr. Machado Sobrinho.

Entrou primeiramente em discussão si a Sociedade devia restringir-se só aos homens de letras propriamente ditos, ou si devia abranger tambem os de sciências.

Heitor Guimarães propos então que se nomeasse uma comissão encarregada de elaborar os estatutos e resolver sobre a denominação da Sociedade. Levantou-se o dr. Clorindo Burnier, que opinou pela solução immediata do caso.

Acto continuo pediu á palavra o sr. Machado Sobrinho para saudar o <espírito lucido> que gerara a idéa da Sociedade; pediu que fizesse logo a eleição da directoria provisoria; declarou-se, ainda, favoravel ao argumento do circulo de acção da Sociedade, isto é que fizessem dela parte os professores, advogados, revisores, medicos, etc., todos, enfim, que por qualquer forma militam nas letras.

Falou em seguida o dr. Pedro Carlos, aventando a proposta de que a Sociedade em formação tivesse uma raia muito mais ampla ainda. Propoz que ella devia abranger todos os representantes das numerosas manifestações da intelligencia humana em artes, letras e sciencias, isto é, que se abrigassem sob o seu texto todos aquelles que procuram traduzir o bello por qualquer forma, que procuram <<minorar a fealdade deste mundo>>, como os pintores, os escultores, os músicos, etc...

Neste momento o professor Aguiar Junior disse que a reunião absolutamente não ia tratar da fundação de um Pantheon de vivos de Juiz de Fora, nem tampouco de uma academia de letras, que esta já existia no Estado; mas sim de um centro, um club, onde se reunissem os intellectuaes da cidade (medicos, engenheiros, advogados, professores, jornalistas, etc.) para tomarem o seu café, a sua coalhada, e lerem os seus jornaes, as suas revistas, etc. lembrou, tambem, que se incluíssem as senhoras que aqui se dedicam ao magisterio.

Depois foi posto em discussão o nome da Sociedade. O dr. Inimá disse que se devia chamar Centro de Artes e Letras.

O sr. Renato propoz que ficasse de pé o primitivo nome de <<Sociedade dos Homens de Letras>>, mesmo tendo em seu seio cultores das bellas artes. Apoiou essa idéa o dr. Clorindo. Disse que debaixo desse nome podiam ser abrigados os pintores, os desenhistas, os musicos, os esculptores, etc.

Procedeu-se então á eleição da directoria provisoria, que ficou assim constituida: presidente, dr. João Massena; vice-presidente, Machado Sobrinho; 1º secretario, dr. Renato Vianna; 2º secretario, dr. **José Eutropio**; thesoureiro, Sylos Filho; bibliothecario, Aguiar Junior, orador, dr. Pedro Carlos.

Pelo sr. Presidente foi nomeada uma comissão de estatutos. Compõe-se ella dos senhores Albino Esteves, dr. **José Eutropio**, dr. Renato Vianna e dr. Pedro Carlos. Os estatutos deverão ser apresentados dentro de 30 dias.

- mandou á Mesa uma representação o sr. dr. Francisco Padro que se acha viajando.

- Pelo mesmo motivo não pode comparecer á reunião o sr. Lindolpho Gomes.

- foram considerados socios fundadores todos os presentes (SOCIEDADE, 1917. Não paginado, grifos do autor e nossos).

Completa, na sequência, a notícia vai possibilitar a explicitação, em seu conteúdo, do núcleo significativo que embasa a hipótese do clareamento de Eutropio a partir da ação editorial do **Correio de Minas**. Resta a aplicação do referencial teórico que sustenta, dá consistência e coerência à proposição, indicando a aproximação da medida. A partir daí, nessa dimensão, tentar relacionar alguma intenção de causa e efeito no que se asseverou aqui como pretensão dos redatores do referido jornal.

4 PRETEXTO: a letra (re)velada

Quando Ponciá Vicêncio viu o arco-
íris no céu, sentiu um calafrio.
Conceição Evaristo

Leitmotiv é, pelo dicionário Caldas Aulete, na segunda acepção do verbete, expressamente: “2. Liter. Tema que se repete no decurso de uma obra literária, envolvido de um significado que pode ter um valor simbólico ou metafórico” (LEITMOTIV, 2018. Não paginado). A negritude de Machado de Assis, por exemplo, causou repetido desconforto em alguns de seus pares e pode ser uma primeira medida de referência para a produção literária negra, mesmo porque ele foi um dos idealizadores, fundadores e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, em 1897, além de ser considerado pela maioria dos especialistas o maior escritor brasileiro. Disse dele Antonio Candido:

Se analisarmos a sua carreira intelectual, verificaremos que foi admirado e apoiado desde cedo, e que aos cinquenta anos era considerado o maior escritor do país, objeto de uma reverência e admiração gerais, que nenhum outro romancista ou poeta brasileiro conheceu em vida, antes e depois dele (CANDIDO, 1995. Não paginado).

“Conta Pedro Nava, que seu tio Antônio Salles, por ocasião da morte de Machado de Assis, em setembro de 1908, escreveu que se tratava de uma ‘alma grega, exilada em nossos lares...’” (BRANDÃO, 2001. Não paginado). Indagando ainda sobre qual Grécia conteria ou não a alma machadiana, esse mesmo autor continua,

Essa espécie de epitáfio ecoa outras opiniões que reconheceram no escritor um certo caráter “grego”, embora pareça que nem todos quisesses, com isso, dizer a mesma coisa. Assim, Graça Aranha, em discurso na Academia Brasileira de Letras, chamou-o “um helênico no meio dos bárbaros que deslumbras”; por seu lado, Joaquim Nabuco comentava: “eu pelo menos vi nele o grego”. Aparentemente, o próprio Machado não deixará de confirmar esse ponto de vista quando, em carta a Mário de Alencar, de janeiro do próprio ano de sua morte, confessa: “veja como ando grego, meu amigo” (BRANDÃO, 2001. Não paginado, grifos do autor).

Entretido na releitura de, entre outros, *Ésquilo* e *Platão*, no ano de sua morte Machado de Assis andava, assim, meio grego. De quais Grécias o aventa, ele

descarta a helenística acessada pelos “rapazes de Oxford” (BRANDÃO, 2001. Não paginado). Também a dos parnasianos e a moda neoclássica, entre outras que precederam a onda modernista. De descarte em descarte, vai-se dispensando o quadro referencial da herança civilizatória:

... o “último dos helenos” contra a barbárie modernista. Muito menos teria a ver com o ufanismo de epítetos como o que se atribuía a São Luís do Maranhão, orgulhosamente chamada de “Atenas brasileira” porque fecunda em escritores – como os já citados Coelho Neto, Graça Aranha e Humberto de Campos, além de Gonçalves Dias, Aluísio e Arthur Azevedo, sem falar de Odorico Mendes, o tradutor de Homero; aliás, como no Brasil nunca se sabe bem o que separa o elogio da chacota, Arthur Azevedo costumava corrigir que sua terra não era uma “Atenas brasileira”, mas “apenas brasileira” (BRANDÃO, 2001. Não paginado, grifos do autor).¹⁷

Apenas mineira, mas não somente, Juiz de Fora, a Atenas de Minas, também fervilhava no arrebatamento daqueles jornais que, como já dito, importaram a quase planta com o modelo descritivo da “cidade de papel” (GOODWIN JUNIOR, 2007, *passim*). Consequência disso, em 1909, ano seguinte à morte do **bruxo do Cosme Velho**, Machado de Assis, foi fundada na cidade, com a participação de Estevam de Oliveira, a Academia Mineira de Letras. Era a repetição do rito, do mote, do motivo gregário, litúrgico, resultado forçoso do acúmulo de redações e periódicos explicitado no item 2.2 CONTEXTO: LETRAS IMPRESSIONANTES, deste trabalho, que trata da frenética atividade intelectual juiz-forana, impulsionada pela riqueza advinda da exportação cafeeira.

Como visto, as dificuldades cotidianas colocavam limites de toda ordem no projeto. Cabe agora recuperar os efeitos da principal delas para este trabalho, o racismo na planta urbana. Goodwin Junior realça a dificuldade de transferência pura e simples do modelo indicado nos “sinais visíveis de civilização” (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 330), que, até por isso, ganharam primazia no discurso.

Outro autor, Ilmar R. Mattos (1990), informou em sua obra sobre o racismo liberal dos progressistas Luzias. Nesta mesma obra o teórico mostrou a estratificação da população levada a cabo pelos Saquaremas, os conservadores, que colocou à margem da sociedade o elemento de estirpe negra.

¹⁷ Registrem-se duas ausências importantes da escritora e negra ludovicense Maria Firmina dos Reis (1822-1917), autora do livro **Úrsula** (Puc-Minas – 2018), cuja publicação em 1859 é considerada como o primeiro romance abolicionista. Conforme Oliveira (2008), “Segundo Eduardo de Assis Duarte, ‘Úrsula não é apenas o primeiro romance da literatura brasileira, o que, inclusive, nem todos os historiadores admitem. É também o primeiro romance da literatura afro-brasileira’” (OLIVEIRA, 2008, p. 19).

Negro, José Eutropio era uma exceção em seu tempo pela excepcional formação e versatilidade intelectual, interdita aos da sua raça¹⁸. Fora do lugar tanto em Muriaé, sua cidade natal, quanto em Juiz de Fora, que o adotou, vai sofrer, na primeira, violência explícita, na segunda, recepção, acolhida, proteção, carência, decepção, abandono. Recepção patente. Acolhida exposta. Proteção posta. Carência é uma suposição, por não ser aceito totalmente em face de sua cor, tornando-se uma leitura local subsidiária de qualquer das Grécias machadianas para uso retórico¹⁹. Decepção, como consta em suas biografias, por impedimentos à sua vivência, decorrentes, igualmente, de sua condição negra, embora não confessada. Abandono, onde deságua o efeito dos impedimentos anteriores, com a morte de seu protetor Estevam de Oliveira.

O jogo de escondimento vai realçar discursivamente o intelectual brilhante, o poliglota, o poeta erudito etc. Um levantamento dos termos elogiosos, a adjetivação desbragada, constante e registrada no item 3.2 TEXTO: AO(S) PÉ(S) DA LETRA, que exhibe o *corpus* da notícia correio-mineira, fornece maior possibilidade de entendimento e aproximação a essa proposição. Nele temos 23 notas relacionadas com o nome dr. José Eutropio. Em 11 delas, referentes de alguma forma. A respeito de seu desempenho intelectual, localizamos 22 adjetivos. Em 1, de difícil aferição da autoria, a construção do texto interdita localizar quem a escreveu e embarga a possibilidade de descobrir a quem o adjetivo nela contido está se referindo. Em 12, por tratar-se de informação sobre sua participação em comissão promotora ou relação de participantes de algum evento, seu nome é precedido burocraticamente pela abreviatura dr., que antecede a profissão de advogado.

Medida a adjetivação da notícia, o resultado é motivo dado aqui como técnica de realce de uma Grécia qualquer, possibilitada pela erudição de Eutropio, a mesma da redação do **Correio de Minas**. O provérbio popular que reza que **o santo quando vê muita esmola desconfia** conota perfeitamente com o que está sendo proposto nesta seção, qual seja, uma tática repetitiva a sugerir dissimulação, quer dizer, a diluição da melanina eutropiana pela ação diluente do discurso clássico.

¹⁸ Raça aqui refere-se ao conceito cultural, o constructo sócio-político-ideológico, visto que raça biológica existe apenas a humana.

¹⁹ Conforme relata Miguel Duarte apud Nóbrega (1987), em necrológio reproduzido na página 116: "Tanto assim que, várias vezes, ele me disse da necessidade de uma companheira, falta que lhe aumentava, à proporção que envelhecia, segundo sua lógica.

A estratégia de escondimento pela tática do contraste em branco e preto lançou mão da técnica propiciada pela história social do país. É uma ação historicamente tributária de outra antiquíssima levada a cabo pela chamada civilização, que joga suas luzes nas letras da cidadania branca e europeia, sob o controle metropolitano, com o intuito de acobertar a exploração meramente econômica. Conforme Caio Prado Jr.,

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isso que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual for a designação apropriada no caso. É somente aí que ele encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la à parte (PRADO JUNIOR., 2000, p. 7, grifo do autor).

No Brasil, uma colônia escravista, o sentido do colonial a princípio ganhou foros de empresa comercial. Ainda Prado Junior,

Tudo isso lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis (PRADO JUNIOR, 2000, p. 12).

Para completar,

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada explorar os recursos de um território virgem em proveito do comércio europeu. Este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes, e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JR., 2000, p. 19).

Esse mesmo sentido é capturado por Alfredo Bosi (1992) em sua obra **Dialética da Colonização**, quando descobre no jesuíta contrarreformador Antonil uma razão contábil como instigante influência do espírito protestante capitalista, ao descrever o patrimônio de um engenho. Vê-se a descrição densa de um processo de objetificação e consequente dissimulação da humanidade do plantel escravizado. Discorrendo sobre a transformação do sujeito em objeto e vice-versa, anota Bosi,

Uma das práticas objetivas da Economia tradicional consistia em observar os sujeitos da produção. Vivendo na Bahia, Antonil foi atraído pela atividade febril dos engenhos de açúcar a ponto de passar dias a fio entrevistando um velho mestre "que cinqüenta anos se ocupou nesse ofício com venturoso sucesso", além de outros oficiais de nome, "aos quais miudamente perguntei o que a cada qual pertencia", para enfim tudo coletar e dispor em um bem ordenado livro. A manufatura do ouro branco o fascinava. As coisas, não os homens. As coisas que movem os homens a produzi-las dia e noite. As máquinas que obedecem a leis de ferro, infringidas as quais, sofrem os homens riscos de mutilação e de morte. Esse é o universo de Cultura e opulência do Brasil que faria as delícias do jovem Marx analista da reificação do trabalhador fabril.

O engenho tem, no coração, as casas das máquinas. A casa da moenda, a casa da fornalha, a casa das caldeiras, a casa de purgar. A cana que se planta e colhe vai alimentá-las; o açúcar que se produz e vende para o ultramar sairá delas. Antonil nos contará, passo a passo, a carreira da cana até virar o doce e alvo cristal que toda a Europa aprendeu a consumir desde os primeiros anos da colonização. A cana, a garapa, o melado, o açúcar: etapas de uma história de metamorfoses em que o sujeito é a coisa a produzir-se, e o objeto os corpos cativos, sombras que rondam o engenho alumiadas pelo fogo das fornalhas acesas noite e dia.

Os escravos são os pés e as mãos dos senhores, e esta figura redutora lhes tira a integridade de atores. São construções verbais passivas e impessoais que Antonil enfileira para descrever o plantio da cana: a terra roça-se (quem a roça?), queima-se (quem o faz?), alimpa-se (quem?). Que a cana não se abafe; que se plantem os olhos da cana em pé, ou que se deite em pedaços; deita-se também inteira, uma junto à outra, ponta com pé; e cobrem-se com terra moderadamente... Dirá a gramática tradicional que em todos esses casos o sujeito é a terra ou a cana; e aqui a razão formal do gramático coincide com a do economista da era mercantil. O objeto exterior ganha foros de sujeito na linguagem de Antonil. Ao mesmo tempo, o agente real (o escravo que roça, queima, alimpa, abafa, deita, cobre...) omite-se por um jogo perverso de perspectivas no qual a mercadoria é omnipresente e todo poderosa antes mesmo de chegar ao mercado, e precisamente porque deve chegar ao mercado inteira, branca e brunida.

Vinda a hora da safra, tampouco nos é dado ver homens inteiros na faina do eito. "Quando se corta a cana, se metem até doze ou dezoito foices no canavial." Metem-se foices a ceifar, e a metonímia do instrumento pelo trabalhador diz o que deveras importa ao olhar do autor: as canas a cortar, não os obreiros que as cortam. Depois, é preciso contar os feixes, operação de cálculo; mas como acomodá-la "à rudeza dos escravos boçais, que não sabem contar?". Usando seus dedos e mãos. Dez feixes para cada dedo. Cinco dedos tem a mão: a mão vale cinqüenta feixes. Duas mãos têm cem feixes. E sete mãos têm trezentos e cinqüenta feixes, "e tem por obrigação cada escravo cortar num dia trezentos e cinqüenta feixes", ou seja, sete mãos.

Atada em feixes e levada em carros de bois, bate a cana às portas da casa de moer, "com o artifício que engenhosamente inventaram". É a vez de uma

descrição técnica minudentíssima da moenda: períodos sobre períodos articulados em torno da máquina por excelência do engenho, onde rodas de eixo dentadas se entrosam e desentrosam e reentrosam para melhor espremer a cana e extrair o sumo, o caldo, que se recolherá para ferver. Quase no fecho dessas páginas metodicamente obsessivas, em que o olho de Antonil parece medusado por aquelas engrenagens que não param nunca de rodar, vislumbra-se rápida a imagem de uma negra "boçal" que, vencida de sono ou emborrachada, "passa moída entre os eixos". A escrava distraída escapa, às vezes, se intervém a tempo a mão prestante da companheira que lhe corta o braço com um facão, caso o feitor prevenido não se tenha esquecido de encostá-lo junto à moenda para evitar o pior.

O leitor curioso dos velhos saberes tecnológicos do Brasil pré-industrial acompanhará com prazer o curso das observações incisivas de Antonil, que era escritor de pulso, dos melhores da nossa prosa colonial. Dos dentes da moenda passará à casa da fornalha com suas bocas ardentes cingidas de arcos de ferro e encimadas de bueiros ' 'que são como duas ventas por onde o fogo resfolega". Verá a lenha empilhada no forno a queimar noite adentro. Conhecerá os diversos tipos de caldeiras, paróis e tachos da casa dos cobres edificada em cima das fornalhas onde se ferve a garapa limpando-a das escumas (a primeira delas tem por nome cachaça...) e juntando-lhe a cinza da decoada para que melhor se filtre até alcançar o grau perfeito de cozimento, ' 'a tempera do melado". Com este enchem-se as fôrmas e procede-se à última operação, o branqueamento. Só então separa-se o açúcar que não se cristalizou (o "mel") do cristal de açúcar. Para purgar aplicam-se ao produto camadas de barro, no caso, a argila puxada das terras alagadiças do Recôncavo. O açúcar mal purgado, escuro, é o mascavo. Ao bem purgado dava-se o nome de branco macho, o mais prezado e de mais alto custo. Antonil leva o relato do processo até às fases derradeiras da secagem e do encaixotamento do açúcar, não omitindo sequer os preços então vigentes da mercadoria já despachada e posta na alfândega de Lisboa.

Com listas de valores em contos de réis parece assim findar prosaicamente — objetivamente — essa parte principal da obra rente ao fabrico do ouro branco no Engenho de Sergipe do Conde. No entanto, virada a última página do undécimo capítulo, e conferido o montante anual "do que importa todo o açúcar da colônia", ou seja, 2535:142\$800 (dous mil quinhentos e trinta e cinco contos, cento e quarenta e dous mil e oitocentos réis), não pouca surpresa causará ao leitor o tópico seguinte intitulado pateticamente: ' 'Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana, até sair do Brasil".

A passagem também poderia chamar-se: nascimento, paixão e morte da cana-de-açúcar do Brasil a Portugal. A cana, que vimos seguindo em suas transformações de natureza trabalhada a mercadoria vendida, reassume neste fecho-síntese o seu estatuto verdadeiro de sujeito. E de sujeito sofredor, cujo calvário reitera o sacrifício por excelência, o paradigma da paixão de Cristo. O holocausto propiciatório serve agora para o novo regime de salvação, que é o mercado europeu, céu aberto à economia colonial (BOSI, 1992, 165, grifos do autor).

A alma do sistema mercantil mistura então ao barroco, inerente ao catolicismo que comandava a estética colonial, o renascimento cartesiano do cálculo racional. É o que Bosi chamou "estilo da eficiência: o estilo saquarema de Eusébio, Itaboraí, Uruguai, Paraná" (1992, p. 198), decorrente de uma realidade ideológica que mistura o interesse político liberal ao econômico escravocrata no amálgama imperial: Dessa hibridação esdrúxula tem-se que,

O tráfico, mais ativo do que nunca, trouxe aos engenhos e às fazendas cerca de 700 mil africanos entre 1830 e 1850. As autoridades, apesar de eventuais declarações em contrário, faziam vista grossa à pirataria que facultava o transporte de carne humana, formalmente ilegal desde o acordo com a Inglaterra em 1826 e a lei regencial de 7 de novembro de 1831. A última qualificava como livres os africanos aqui aportados dessa data em diante... Lembro a "Fala do Negreiro", personagem da comédia de Martins Pena, 'Os dous ou o inglês maquinista': 'Há por aí além uma costa tão larga e algumas autoridades tão condescendentes!' Estávamos em 1842. A observação do comediógrafo rima perfeitamente com os dados levantados por Robert Conrad para aqueles mesmos anos: Os juizes dos distritos em que os escravos eram desembarcados passavam a receber comissões regulares, referidas como sendo fixadas em 10,8% do valor de cada africano desembarcado. Os escravos eram trocados diretamente por sacas de café nas praias, reduzindo assim a fórmula econômica — "o café é o negro" — a uma realidade (BOSI, 1992, p. 196, grifos do autor).

É nesse quadro aparentemente curioso e enigmático decifrado por Bosi (1992), que, para chegar ao que chamou **a forma social negro-brasileira**, Muniz Sodré (1988, *passim*) traça um painel extenso e abrangente das implicações e motivações que tal conceito suscita na formação do contexto social brasileiro desde a colônia. Tal conceito servirá de base para incidir a crítica sobre o panorama de Juiz de Fora. Maraliz Christo (1994) é um vetor para tanto ao analisar a relação intelectuais-jornalistas e empresários durante o período conhecido como *belle époque*, em referência ao estilo originário da França Oitocentista.

Antônio Gramsci (2002) oferece encaixe filosófico para a profícua ação intelectual advinda do contexto. Teresinha Zimbrão Silva (2003) invoca a obra do jovem Murilo Mendes. Ao fazê-lo, recupera informações da cidade adolescente, indecisa ainda sobre o que queria ela e o que queriam eles, os senhores do discurso, para seu futuro. *Mutatis mutandis*, é a mesma indecisão que cinde a memória portuguesa, de Camões a Manoel de Oliveira, passando por Fernando Pessoa e chegando a José Saramago, diante de uma realidade europeia hostil e menosprezante que lhe impinge a Europa continental e a Inglaterra, analisada por Silvano Santiago (2004), Bruno e Grünhagen (2014) e Elza Miné (2006).

Bordejando a cidadela juiz-forana, Martin Bernal (1993) compara os modelos que disputam a primazia historiográfica e que repercutem no cotidiano local, debatendo o afastamento africano da tradição civilizatória. William F. Pinar (2008) expõe argumentação consistente na tentativa de afastar a maldição reposta retoricamente sobre a negritude pelo Pe. Vieira (1633), que lhe segue no texto, contribuindo para perspectivar ao longe o incidente cromático juiz-forano. Em seguida Norbet Elias (1994) flexiona a tradição estruturalista para fazer uma crítica

sociológica configuracional, mais aproximada do campo de operações, o contexto social dos criticados e o processo que os envolve. Passando por ações oficiais do governo brasileiro, política de imigração, exposições eugênicas, fecha-se o painel com um comentário de Marisa Lajolo (1998) sobre a eugenia no texto de Monteiro Lobato.

Já foi citada aqui a proximidade do esforço urbano de modernização que ligava a cidade de Paris a outras europeias e que foi importado para algumas cidades brasileiras, em Juiz de Fora primeiro no papel e depois no urbanismo canhestro. Avançando esse itinerário em direção ao aqui posto sobre o embelezamento da capital carioca no início do século XX, Muniz Sodré afirma que,

Modernizar o Rio implicava, pois, em sanear e construir – e, claro, transformar as relações dos grupos sociais com o espaço habitacional, tornando menos notória a presença do negro e dos contingentes “vadios” (subempregados, desempregados). Mas implicava também em muita autoridade e força (razão da escolha de um técnico, em vez de um político), o que faz da reforma Pereira Passos uma espécie de modelo semiótico-cultural para os variados processos de modernização ocorridos em território brasileiro: a doutrina europeia do progresso e da civilização aplicada aos “nativos” de cima para baixo, sem quaisquer mediações simbólicas (SODRÉ, 1988, p. 44, grifo do autor).

Em seguida Sodré (1998) informa que o uso da força bruta era um dos indutores de tal modernização e que aconteceram reações populares às reformas, sendo a principal delas a denominada Revolta da Vacina (1904), quando a população carioca se rebelou contra uma campanha pública de vacinação e promoveu protestos, tumultos, desordens e uma reação governamental que provocou a morte de 30 pessoas e deixou 110 feridos. “Quanto aos modelos arquitetônicos das reformas, vieram, como sempre, de Paris. Pretendia-se mesmo fazer do Rio uma ‘Paris Tropical’” (SODRÉ, 1988, p. 44, grifo do autor).

A Grécia possível delineia-se enevoada e opaca no cenário civilizatório. Para Juiz de Fora, Maraliz de Castro Vieira Christo (1994, capa) capturou a expressão “Europa dos pobres” estampada no título de seu trabalho publicado em 1994 pela editora da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, utilizada pelo intelectual Sílvio Romero, como se verá mais adiante, hospedado na cidade na década de 1910/11, como uma síntese do esforço de intelectuais e empresários, congregados pela Academia Mineira de Letras, na consecução de um projeto de hegemonia que

direcionasse o desenvolvimento da cidade. Taxativamente, conforme Christo (1994), esse esforço

Faz parte de um projeto de modernização patrocinado pelos fazendeiros e industriais que visa satisfazer à necessidade de um maior controle sobre o espaço urbano e a população. É indispensável um plano de modernização que forneça uma infra-estrutura capaz de suscitar o desenvolvimento industrial. Neste momento, os jornais, as escolas, os teatros, as instituições culturais... Têm o papel de além de formar trabalhadores e quadros burocráticos, inculcar na opinião pública o desejo de civilizar-se (CHRISTO, 1994, p. 1, grifo da autora).

O filósofo italiano Antônio Gramsci afirma que, no conceito de hegemonia, “a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’” (GRAMSCI, 2002, p. 62, grifos do autor). Com o primeiro, o grupo controla, pela força, inclusive, os adversários, e com o segundo, dá a direção aos grupos afins e aliados e deve manter tal perspectiva na conquista e no exercício do poder. Dessa maneira, fazendeiros e empresários lançam mão da imprensa, esta formada majoritariamente por jornalistas oriundos de famílias empobrecidas, para impor o domínio e a direção pretendida para Juiz de Fora.

No trabalho **A presença da cultura portuguesa na Belle Époque Tropical**, constante da pesquisa Murilo Mendes: formação na província, parte de outra: Imaginação de uma biografia literária: os acervos de Murilo Mendes, Teresinha V. Zimbrão da Silva revela que a “pesquisa pretende resgatar a memória cultural da cidade de Juiz de Fora nas duas primeiras décadas do século XX, partindo da biografia de formação de Murilo Mendes” (SILVA apud SILVA, 2003, p. 185).

Falando sobre a infância e a adolescência do poeta juiz-forano Murilo Mendes, a autora em questão vai tecendo uma rede de informações sobre a cidade, no período conhecido como *belle époque*, um momento de aprofundamento do afrancesamento cultural. Informa Silva (2003),

Na página 2 do jornal juizforano A Tarde de 6 de outubro de 1920 lê-se: “Decididamente, Juiz de Fora civiliza-se.” É o que registra o cronista provinciano Murilo Mendes, seguindo o exemplo anterior de cronistas metropolitanos. “Civilizar”, no Brasil de então, ainda significava “europeizar”. Nas *Chronicas Mundanas*, encontramos o registro do movimento da sociedade juizforana no sentido de modernizar os seus valores segundo a civilizada Europa. Para ser moderno então era necessário freqüentar os pontos “chics” da cidade e ser citado no jornal do dia seguinte em coluna como a das *Chronicas Mundanas*. Assim, é a freqüência desta sociedade a programas como teatros, concertos, óperas, estréias no cinematógrafo, exposições artísticas, lançamentos de livros - freqüência considerada como

sinal de sofisticação de valores culturais - que sobretudo o cronista Murilo Mendes registra (SILVA, 2003, p. 185, grifos da autora).

Em seguida a autora comenta o prestígio do patrocínio francês em contraponto ao tratamento dado à influência portuguesa:

Já em 1910, a província de Juiz de Fora via reconhecido o seu esforço para “civilizar-se”: o intelectual metropolitano Sílvio Romero denominou então a cidade de “Europa dos Pobres”. O crítico queria “significar com este dito” que, do lado de cá do Atlântico, nas (MENDES, Murilo. *Chronica Mundana. A Tarde. Juiz de Fora*, 6 out. 1920. p. 2.3) “doçuras do clima” de Juiz de Fora, aqueles que não traziam as “algibeiras recheadas” poderiam gozar de prazeres culturais e climáticos semelhantes aos das “capitais européias d’além-mar”. Sílvio Romero morou na cidade de 1911 a 1912, o menino Murilo Mendes o conheceu então. Muito tempo depois, em *A Idade do Serrote*, o memorialista veio a recordar o fato de ter sido levado por um primo à presença do grande crítico. Na verdade, o intelectual metropolitano conviveu por quase dois anos com os provincianos. O seu dito elogioso sobre a cidade foi registrado pelos juizforanos com orgulho. Contudo, se, no lugar de “Europa dos Pobres”, Sílvio Romero tivesse especificado “Paris dos Pobres”, talvez o orgulho fosse ainda maior. Afinal, era Paris a cidade que verdadeiramente corporificava a idéia de civilização no contexto da belle époque tropical. E de fato, é o que bem recorda Murilo Mendes em *A Idade do Serrote*: “Nesse tempo o cúmulo da elegância consistia em ostentar objetos de Paris: eram ex-officio, maravilhosos. De Paris!” Quanto a Portugal, outra é a história. Pois vejamos... (SILVA, 2003, p. 186, grifos da autora).

Fica o registro, com ressalva de que o esforço galicista incluía até mesmo o empresariado local, a maioria descendente de portugueses. Ressalte-se também, que, desde a Independência, o elemento português passou a ser perseguido no país, acusado de conspirar para a restauração. Informa Silva,

Proclamada a República, Portugal passou a ser considerado responsável pelo atraso do Brasil, representando para os brasileiros o próprio avesso da idéia de civilização. De colonizador, o português tornou-se imigrante indesejável. A partir de então, identificado ao provincianismo, seus costumes constituíram alvo de piadas e menosprezo. Antonio Candido comenta que no final do século XIX era corrente um dito humorístico: “Para português, negro e burro, três pês: pão para comer, pano para vestir, pau para trabalhar.” O ditado revela bem a imagem pejorativa que o brasileiro tinha do português pobre que imigrava para o Brasil, ou seja, retrata-o como um homem vulgarmente vestido (no caso, de tamanco e camiseta), que se nivelava ao negro liberto, já que ambos trabalhavam como um burro (SILVA, 2003, p. 187, grifo da autora).

Tal aproximação dá-se, como se vê, no âmbito do trabalho e da pobreza, como anota a autora,

Por outro lado, neste processo de desvalorização cultural dos portugueses, importa notar uma certa seletividade. Nem todos os valores foram rejeitados. Se a presença do imigrante, tão próximo a ponto de competir com os brasileiros, era das mais indesejáveis, a leitura dos distantes intelectuais portugueses, sobretudo os da geração de 1870, constituía-se então como acolhedoramente presente... (SILVA, 2003, p. 187).

Prosseguindo no âmbito da imigração, as cenas da proximidade perenizam o jogo imagético que Silviano Santiago capturou no espelho retrovisor do filme **Uma viagem ao fim do mundo** (1997) do longevo e consagrado diretor português Manoel de Oliveira (1908 – 2015). Numa viagem intemporal, quanto mais o carro avançava para o norte de Portugal, misturando diegese e realidade para o espectador português, mais trazia reminiscências, num efeito que pode ser visto globalizadamente como um *avant-back*²⁰, um termo híbrido caracterizado pelo dilema insular e histórico de Portugal numa Europa dominada pela tradição continental e inglesa, posto assim por Santiago:

A câmara (sic) (ou o espelho retrovisor) determina o ponto de vista que deve guiar a nossa percepção da viagem de Lisboa a uma distante aldeia, encravada nas montanhas do norte de Portugal. Distanciamento do passado e aproximação do futuro têm o mesmo peso dramático para os personagens em trânsito. A chegada ao destino da viagem tarda ainda mais pelo efeito retórico – e a experiência que aguarda os personagens no futuro é uma incógnita sem sinais precursores, ao contrário do que acontece nos filmes de David Lynch²¹, onde a câmara (sic) busca surpreender a estrada a ser percorrida e o clima de suspense domina. Aqui, enquanto o carro ganha terreno, a câmara (sic) nos mostra a sinalização já obedecida, a pista asfaltada já percorrida e a paisagem descortinada. O espectador entra numa máquina do tempo. Esta, ao estufar por duas vezes consecutivas o peito do passado, torna o presente transitável para o futuro (SANTIAGO, 2004, p. 45, acréscimo nosso).

Duas vozes consecutivas que tangem simetricamente a memória lusitana, há tempos, como visto, pelo menos, a partir da abertura d'**Os Lusíadas**, no início da epopéia camoniana:

Canto I

As armas e os Barões assinalados
Que da Ocidental praia Lusitana

Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,

²⁰ Tal efeito ilustra também o movimento atual de uma parcela da classe endinheirada brasileira, que, dizendo-se decepcionada com o país, está mudando para uma Portugal cujo governo socialista tem conseguido avanços econômicos significativos numa Europa açoitada pelo furacão neoliberal.

²¹ Diretor americano de filmes como *Veludo Azul*, *Twin Peaks*, *O Homem Elefante*, etc.

Em perigos e guerras esforçados
 Mais do que prometia a força humana,
 E entre gente remota edificaram
 Novo Reino, que tanto sublimaram;

E também as memórias gloriosas
 Daqueles Reis que foram dilatando
 A Fé, o Império, e as terras viciosas
 De África e de Ásia andaram devastando,
 E aqueles que por obras valorosos
 Se vão da lei da Morte libertando,
 Cantando espalharei por toda parte,
 Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

Cessem do sábio Grego e do Troiano
 As navegações grandes que fizeram;
 Cale-se de Alexandro e de Trajano
 A fama das vitórias que tiveram;
 Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
 A quem Netuno e Marte obedeceram.
 Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
 Que outro valor mais alto se levanta...
 (CAMÕES, 1572, p. 2).

Sobre isso, o testemunho do retrocitado Bosi recupera um dimensionamento de importância fundamental para avaliar o rebatimento do dilema português na colônia brasileira e, mais na frente, localizar a ação da escrita negra. Captura ele na escrita colonial uma dada discrepância que interpõe à prática mercantilista uma visão de fundamento humanista, decorrente da ascensão da burguesia que se desenvolvia lentamente. Tem-se, então, que “Onde vislumbramos acenos contra-ideológicos descobrimos que o presente está ou sob o olhar do passado ou voltado para um ideal, um olhar que se irradia do culto ou da cultura” (BOSI, 1992, p. 35).

Incidida na colônia portuguesa, é parte de uma empresa mais geral. Efeito disso,

A Bíblia defende os judeus pela boca messiânica de Vieira, a Bíblia defende o mesmo Vieira dos inquisidores, que alegam a escritura sagrada para abonar a sua acusação... e afinal são todos, rabis, jesuítas e dominicanos, peritos na exegese dos Livros. Isaías, Daniel e Jeremias profetas dão ao missionário um verbo de açoite para fustigar a cupidez dos escravistas do Maranhão, e, no entanto, é o fanado argumento paulino da obediência dos servos a seus amos que Vieira endossa para negar aos quilombolas de Palmares a graça de uma política de mediação sobre a qual o consultara el-rei. Do cabedal da memória saca o grande advogado armas para o escravo ou para o capital. O passado ajuda a compor as aparências do presente, mas é o presente que escolhe na arca as roupas velhas ou novas. Estranha religião meio barroca meio mercantil! Religião que acusa os vencedores, depois entrega os vencidos à própria sorte. Religião que abandona o verbo divino, frágil, indefeso, às manhas dos poderosos que dele saqueiam o que bem lhes apraz. A arte — sacra ou profana — refaz a cara da tradição. Os santos macerados das imagens devotas produzidas às mancheias pela

Contra-Reforma ibérica inspiram alguns vultos hieráticos de Congonhas do Campo, obra do Aleijadinho maduro, nos quais já houve quem divisasse a rebeldia dos mineiros que o Reino jugulou. Naquele mesmo final de século Virgílio e Horácio matizavam de flores silvestres a várzea tropical do ribeirão do Carmo que os nossos árcades cantavam em sua lira. E na íngreme Vila Rica as sombras caíam longas dos montes lavados de ouro. A fantasia é memória ou dilatada ou composta. Quem procura entender a condição colonial interpelando os processos simbólicos deve enfrentar a coexistência de uma cultura ao rés-do-chão, nascida e crescida em meio às práticas do migrante e do nativo, e uma outra cultura, que opõe à máquina das rotinas presentes as faces mutantes do passado e do futuro, olhares que se superpõem ou se convertem uns nos outros (BOSI, 1992, p. 35, grifo do autor).

Ainda mais, “Recapitulando: duas retóricas correm paralelas, mas às vezes tangenciaram-se nas letras coloniais, a retórica humanista-cristã e a dos intelectuais porta-vozes do sistema agromercantil” (BOSI, 1992, p. 37). Complementa em fecho, “Em um texto denso e complexo como *Os Lusíadas* é possível detectar os primeiros sinais de um contraste ideológico que preludia a dialética colonizadora. Camões concebe a empresa marítima conquistadora sob o signo do dilaceramento” (BOSI, 1992, p. 37, grifo do autor).

Lançado ao mar, o dilema simétrico retorna feito vaga e persiste, por exemplo, em Fernando Pessoa, que em 1928 publica, em parceria com António Maria Pereira:

O DOS CASTELOS

A Europa jaz, posta nos cotovelos:
De Oriente a Ocidente jaz, fitando,
E toldam-lhe românticos cabelos
Olhos gregos, lembrando.
O cotovelo esquerdo é recuado;
O direito é em ângulo disposto.
Aquele diz Itália onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.
Fita, com olhar esfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal
(PESSOA, 1972, p. 21)

Por fim, é retornado em José Saramago, que no final do Século XX transforma a Península Ibérica em jangada a sair pelo Atlântico em busca do futuro vislumbrado. Conta BRUNO; GRÜNHAGEN,

Assim, em *A jangada de pedra* podemos ler múltiplas e intermináveis jornadas, quer de uma nação que novamente se lança ao mar, revendo a história e pensando o futuro (como fizeram Camões, Pessoa e agora, com

eles, Saramago), quer do sujeito consigo mesmo, no mundo-pátria, nas relações sociais (BRUNO; GRÜNHAAGEN, 2014, p. 75, grifo dxs autorxs).

Tipo de pária europeia, da mesma maneira como os irlandeses, p. ex., assim tratados pelos britânicos, os portugueses vão e voltam em seu itinerário trágico. Itinerante, prossegue Silviano Santiago:

É outro o interesse da viagem para o ator, é outra sua ansiedade, são outras suas lembranças – ditadas que lhe foram pela experiência de vida desse outro Manoel, seu pai. Ele fora um rapazinho “mui voluntarioso”, filho de pobres camponeses do norte de Portugal. Sem documentos e sem dinheiro, escalara as montanhas de Felpera só com a roupa do corpo. Ganhara a Espanha durante a Guerra Civil. Fora preso. Aprendera na cadeia rudimentos de mecânica. Passara fome e frio e muitas vezes não tivera teto para abriga-lo. Atravessara os Pirineus, sabe-se lá como, ganhara a França, instalara-se em Toulouse, onde fora empregado de oficina de automóveis e depois proprietário. Casara-se com francesa, tivera dois filhos e muitas mulheres. No passado desse outro Manoel, o filho quer colher tanto a miséria da vida no campo quanto o gosto pela aventura em terras distantes. Dele herdou a nostalgia, que se traduz pelo violão que carregava e o fado que cantava. No futuro do pai, de maneira inesperada, pintou um filho que – sabe-se lá por que esforço e tenacidade – pertence à nata dos atores no cinema francês (SANTIAGO, 2004, p. 48, grifo do autor).

Vai convergir, finalmente, o destino de busca de um refúgio e o estranhamento no estrangeiro, França ou Brasil ou qualquer outro lugar que não o materno. A propósito disso, Fritz Utzeri, correspondente do **Jornal do Brasil** em Paris, Nova York e outras cidades, escreveu artigo no qual relata as agruras da lide em país estrangeiro, com esse trecho revelador,

A primeira pessoa que entrevistei na Argentina foi o Jacopo Timmerman que era do Opinion, para ele me dar uma luz. Lembro o que ele me disse: "Bom, o senhor, quando chegar na Argentina, sua primeira impressão vai ser do caos total. O senhor vai olhar pra Argentina e não vai entender absolutamente nada, vai pensar que está maluco. Com uma semana de Argentina o senhor vai ficar feliz, vai achar que entendeu tudo. E aí quando o senhor estiver bem feliz, de repente vai lhe bater a certeza de que o senhor jamais entenderá a Argentina, e assim o senhor vai continuar para o resto de sua vida junto com todos os argentinos." É mais ou menos o que acontece no Brasil. O que é mais freqüente é um jornalista francês ou americano, que vai viajar para o Brasil, precisar de informações ou dicas (UTZERI, 1989, p. 145, grifo do autor).

As aventuras do jornalista Arthur Xexéo no Japão, durante a Copa do Mundo de 2002, vencida pelo Brasil guardam esse tom estranho e jocoso trazido pelas dificuldades da recepção estrangeira. Ele informa que “A equipe toda viajou para Yokohama, onde se realizaria a final de 2002 entre a seleção brasileira e a da

Alemanha. Eu ganhei de presente do jornal uma semana em Tóquio” (XEXÉO, 2010, p. 41). Daí em diante, conta sua experiência na busca de uma publicação. Um excerto é bastante para se ter uma **idéia** mais geral. É quando o autor relata:

A minha livraria tinha um endereço misterioso: 2,14,11 Shinjuku, Shinjuku-ku. Rapidamente descobri que Shinjuku é um bairro, e que "ku" é bairro em japonês. Não tinha a menor noção de por que Shinjuku aparecia duas vezes no endereço. Mas tinha certeza de que a tal livraria ficava no bairro de Shinjuku. Ou em Shinjuku. Não era difícil chegar lá de metrô. Existe uma Estação Shinjuku. O problema é que o bairro é enorme. Imagine o que é descer na Estação Ipanema, no Rio, ou na Estação Vila Madalena, em São Paulo, e sair procurando uma livraria com a única informação de que ela fica em Ipanema ou na Vila Madalena. Ah, sem falar português, é claro. Passei um dia inteiro rodando feito um peru embriagado pelas ruas de Shinjuku. Não havia placas. Não havia números nos prédios. Que diabos podia ser aquele 2, 14, 11? Descobri a área que concentra o maior número de cinemas da cidade. Aqueles cinemões antigos, com entrada na calçada e cartazes gigantescos dos filmes em exibição. Logo na saída da estação, me vi numa praça lotada de moradores do bairro que acompanhavam num telão de alta definição as corridas de cavalo. Numa esquina, experimentei um sushi bar bem baratinho e com peixes de ótima qualidade. Havia um quarteirão inteiro com o que parecia ser a região de clubes pornôs mais quentes do Japão. Mas nem passei perto da misteriosa livraria. Para falar a verdade, não passei perto de livraria alguma. Talvez houvesse um quarteirão só de livrarias em Shinjuku. Mas onde? (XEXÉO, 2010, p.41, grifos do autor).

Outro aspecto interessante nessa relação estrangeiro-autóctone pode ser percebido na palavra *rastaquera*, um termo cunhado no final do século XIX para desclassificar os sul-americanos principalmente, que, novos ricos, iam desfrutar das delícias tanto reais quanto quiméricas de Paris. Como informa Santiago,

A língua portuguesa no Brasil se apropriou das palavras *meteco* e *rastaquera*, de sentido pejorativo na França moderna, de que nos servimos para caracterizar o ator francês, filho de emigrante português. Leia-se esta passagem de *Mocidade no Rio e Primeira viagem à Europa* (1956), memórias do escritor, jurista e diplomata Gilberto Amado (1887-1969): “(...) comecei naturalmente a deleitar-me com as obras-primas da cozinha francesa. Subira eu já a razoável nível de aptidão para opinar com conhecimento de causa, e não aproximativamente como *rastaquera* ou *meteco*, sobre molhos, condimentos”. Em terras francesas, o diplomata da elite brasileira não quis ser confundido com os imigrantes, de que também se distancia na terra natal (SANTIAGO, 2004, p. 47, grifos do autor).

Mas o encontro guarda também mais que estranhamento. Marcelo Yuka, ex-baterista do grupo O Rappa e atual integrante do grupo F.U.R.T.O., numa obra em parceria com Bruno Levinson, em que o primeiro relata os efeitos do acidente que o deixou cadeirante, comenta que,

Era o meu momento de ver o mundo, conhecer outras culturas. Eu tinha ido ao Marrocos e a Portugal. Também fiquei um tempo com o Manu Chao em Barcelona. A gente tinha desenvolvido uma amizade, e eu fiquei muito impressionado com a cidade. Meus planos eram retornar e ficar mais por lá. Eu ainda estava descobrindo toda uma cultura de rua, e isso me ligou muito ao Nordeste. Fotografei o grafite e muitas outras formas de arte de rua. Estava borbulhando dessa conexão entre o Norte da África, a influência dos mouros na Europa e o Nordeste do Brasil (YUKA, 2014, p. 12).

A sabujice da Geração de 1870 portuguesa e brasileira à França foi compartilhada por intelectuais de grosso calibre. Ao abordar a relação entre os geracionistas d'aquém e d'além mar, o Atlântico Sul, ora pois, Elza Miné (2006), resguardando idiosincrasias, como alerta, aborda os variados tipos da comunicação entre eles. Através da publicação de jornais, revistas, testemunhos, correspondência, recupera indícios de “como os integrantes da Geração de 1870 pensaram, perceberam e se ligaram ao Brasil” (MINÉ, 2006, p. 214).

Surgem nomes como Antero de Quental, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, e em 1889, Eça de Queirós, principalmente. Raphael Bordalho Pinheiro é o autor de *Apontamentos sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb pela Europa* (1872), uma jocosa e caricata HQ²², sobre a passagem pela Europa, em 1871, do Imperador Pedro II, considerada a primeira publicação do tipo naquele país²³. Anagrama de Brasil, **Rasilb** caracteriza o teor da maior parte das referências ao país. Numa consideração mais geral, indica Miné que,

Antes de passarmos para a imprensa brasileira, consideremos a seção permanente “Portugal e Brasil” – de responsabilidade de Oliveira Martins – na publicação emblemática da geração de 1870 portuguesa, a *Revista Ocidental* (1875), dirigida por Antero de Quental e Jaime Batalha Reis (tomos I e II). Observa-se então, claramente, que embora o foco seja Portugal, a presença do Brasil também ali se inscreve, ainda que lateralmente, ou mesmo de forma “longínqua”, tudo sendo analisado enquanto desdobramento, ou reflexo, do que ocorre em Portugal, notadamente em termos do sempre lamentado atraso (MINÉ, 2006, p. 214, grifos da autora).

Eça de Queirós era outro intelectual com grande produção jornalística pensada sobre o Brasil, a partir de sua colaboração longeva com a **Gazeta de Notícias** carioca, por exemplo, espaçada entre 1880 e 1897, que mantinha ligações estreitas no movimento geracional referido. Morando em Neuilly, França, recebeu em sua

²² História aos quadradinhos ou banda desenhada, como se diz em Portugal.

²³ Conforme DEUS e SÃ, *À volta d'A Picaresca Viagem de Raphael Bordallo Pinheiro*. In *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb*

residência muitos intelectuais brasileiros, sendo o mais frequente Eduardo Prado. Sobre Eça, conclui Miné,

Uma imagem do país e do brasileiro se inscreve, sem dúvida, nesses textos de imprensa. Mas é uma imagem esgarçada, fragmentária, pouco nítida, projetada por um olhar que nunca deixou de ser eminentemente eurocêntrico. Se é bem verdade que Eça acerbamente criticou as mazelas europeias, quando se voltou especificamente para o Brasil, foi sempre contando com o interesse que este teria – ou deveria ter – no juízo europeu, numa avaliação “civilizada”, enfim (MINÉ, 2006, p. 217, grifo da autora).

Também os narradores-viajantes guardam em suas anotações o olhar estrangeiro e euro centrado. Representante deles e ligado aos setentistas, Lino de Assumpção viveu no país, inclusive casando com uma brasileira e tendo uma filha com ela. Na descrição de uma publicação sua, Miné (2006) anota um dado importante na consideração de Assumpção sobre o brasileiro típico:

A sua obra *Narrativas do Brasil (1876-1881)*, fruto de suas observações e vivência nos tempos em que permaneceu no Brasil, foi publicada no Rio de Janeiro em 1881 (Livraria Contemporânea, de Faro & Lino). Desta cidade, merecem-lhe atenção a célebre Rua do Ouvidor, os contrastes violentos entre a beleza natural e os cortiços que proliferavam na cidade. Caracterizamos como imitadores passivos, que recebem da Europa modas e costumes, traço também observado e alvo de crítica de Eça de Queirós. A esse tipo de escrita de impressões, com apoio em descrições de tipos, lugares, junta-se a narrativa de casos que lhe pareceram curiosos, na corte ou no interior, fragmentos de memória, historietas curiosas de padres, farmacêuticos, e mesmo líras populares. Esse livro descosido lembra um painel executado por um pintor “naif”, em cuja descontinuidade se podem ler traços que o autor considera como caracteristicamente brasileiros (MINÉ, 2006, p. 218, grifos da autora).

A visada portuguesa do futuro europeu, anotada por Pessoa em 1928, estava prenhe pela disparidade resultante do tratamento ambíguo herdado da hierarquia colonial, que submetia política, econômica e ontologicamente a população e a cultura da colônia. No caso português, o histórico recalque decorrente da submissão continental é revelado pelo fato de que a convivência intelectual dos setentistas brasileiros e portugueses deu-se na maioria das vezes em Paris. Em sendo assim, “*A Ilustração: revista de Portugal e do Brasil* teve largo âmbito de difusão, chegando a uma tiragem de 16 mil exemplares. Publicou-se em Paris até 20 de outubro de 1890 e em Lisboa na fase terminal... (1892)” (MINÉ, 2006, p. 219, grifo da autora).

Desse modo,

Focalizando-se a publicação de um outro ângulo, pode-se dizer que *A Ilustração* instaura, de modo geral, a França como referente privilegiado, de onde, com frequência, os comentários relativos a Portugal se reportarem a esse país como modelo no campo da cultura (MINÉ, 2006, p. 220, grifo da autora).

Subjugada intelectualmente a metrópole, o subjuço é, pelo olhar, derramado em vigilância sobre a colônia intelectual e sua gente. O ator francês Manoel, filho do imigrante Manoel, é colhido em seu drama tipicamente colonizado quando retornamos ao “início do mundo” descrito por Santiago,

Não há só conquista na vida dos Manoéis rastaqueras. O cosmopolitismo do português pobre trouxe *perdas* para o filho que só a viagem – inversa à feita a pé pelo pai imigrante – pode revelar e compensar. A principal perda é a da língua materna. No perde-ganha da vida cosmopolita, o ator ficou sem o domínio do instrumental indispensável para se comunicar diretamente com os antepassados (SANTIAGO, 2004, p. 49, grifo do autor).

Cada diáspora, sendo a mesma, incorpora a seu modo o histórico dilema português, do qual Santiago dá conta numa dimensão linguística, que repercute em cheio na realidade da migração forçada – a africana – e espontânea²⁴ – a portuguesa –, entre outras que resultaram na sociedade brasileira²⁵. Em relação à cultura, a aproximação dos contextos de subserviência intelectual em relação ao ocidentalismo europeu, no bojo da perspectiva multiculturalista e seu vetor etnocêntrico continua, lembrando que esta é a atmosfera da primeira publicação autoral de Eutropio no **Correio de Minas**, a poesia intitulada *Fleurs du Sang*. Interessa salientar que,

Dessa matéria francesa nutriram-se os sonhos, a consciência e os projetos criadores das elites brasileiras, pelo menos até serem trocados, décadas mais tarde, pela substância do imaginário norte-americano. Seja como for, tal matéria estrangeira sempre pretendeu aqui permanecer branca, infensa a qualquer penetração do simbolismo negro-africano, a qualquer sedução da cultura de massas. Aquilo que o poeta nordestino Ascenso Ferreira chamou, em pleno Modernismo, de “Brasil camouflé”, opunha-se visceralmente ao Brasil real, com sua paisagem humana constituída por brancos, negros, mulatos (“mulatos de capote”, dizia-se), cabras de peia, mamelucos, curibocas. Dentre estes, o negro permaneceria como símbolo

²⁴ Espontânea em contraponto à compulsoriedade do tráfico negreiro, mas reconhecendo a influência primordial de fatores políticos, econômicos, culturais e religiosos, entre outros, nas movimentações populacionais.

²⁵ A população indígena, que completa o mosaico cultural brasileiro, foi escravizada, dizimada e aldeada em seu próprio território.

ontológico da opressão de classe e etnia no Brasil (SODRÉ, 1988, p. 45, grifos do autor).

Renitente na cultura das elites brasileiras, este afrancesamento provém do caldo cultural primordial iluminista que, no século XVIII, com as **idéias** da enciclopédia, desaguaram na Revolução Francesa (1789). Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808, expulsa de Lisboa pela ameaça napoleônica, iniciou-se um projeto de construção de um aparato institucional que propiciasse as condições administrativas necessárias ao controle pós-colonial.

Em 1815, contingências políticas obrigaram o Príncipe-Regente D. João VI a promover a colônia a reino²⁶, o que demandava novas providências no âmbito da consecução e consolidação estrutural. Em relação ao desenvolvimento cultural, em 1816, chega ao Rio de Janeiro a Missão Artística Francesa, grupo de artistas que, apoiadores de um Napoleão Bonaparte derrotado, se ofereceu para ensinar artes clássicas no país, criando o embrião da Academia Imperial de Belas Artes, 1826. Em consequência disso,

Não tardam os franceses a empreender uma espécie de santa cruzada cultural contra as peculiaridades locais – o que, dentro da lógica da repetição mimética, passa a ser também, e agora com garantias da “cultura universal”, a atitude das classes dirigentes brasileiras. Pode localizar, assim, na Missão Artística Francesa, o “trauma originário” da cultura oficial no Brasil: ali se acham as fontes semióticas do *trompe-l’oeil* culturalista nacional. Sanear (segundo as concepções dos higienistas europeus), embelezar (impor à paisagem os monumentos de feição europeia) e liberar a circulação (atacar o ambiente natural para adaptá-lo ao trânsito de homens e mercadorias) convertiam-se em palavras de ordem da nova cidade “civilizada”. Por outro lado, como o capital imobiliário carioca foi uma forma de investimento mercantil herdada da ordem escravagista, a relação com a paisagem não deixava de incorporar atitudes antigas de hostilidade ao elemento “natural”, ao negro (SODRÉ, 1988, p. 40, grifos do autor).

A Independência, em 1822, conservou a fachada e o recorte anterior. Foi dito e exposto aqui que a construção do Estado Imperial pela classe conservadora intitulada Saquarema, composta pela oligarquia rural, sob a liderança dos senhores escravocratas fluminenses, derogou a pessoa negra na constituição legal da sociedade brasileira, inclusive, proibindo-lhe o estudo, com a cumplicidade dos seus opositores liberais, os Luzias. Antes das medidas da década de 1830, no entanto, Sodré (1988) revela que já, então,

²⁶ Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves.

O escravo configurava-se como um empecilho ideológico à higiene e à modernização. Discursos de diferentes procedências sociais colocavam-no lado a lado com miasmas e insalubridade. Na realidade, além da condição escrava, o próprio homem negro – que já havia sido excluído, por ocasião do Pacto Social implicado no Movimento da Independência, a composição de classe que constituiria, na visão do Estado, o controle da Nação brasileira – recebia conotações negativas de parte do corpo social. Escravo e negro eram percebidos, na prática, como a mesma coisa (SODRÉ, 1988, p. 39, grifo do autor).

Avançando na especificidade cultural-social negra-brasileira, que vai realçar o contraste em preto e branco que ordenou os lugares sociais no país, o mesmo teórico acentua que,

A palavra *patrimônio* encontra aqui um lugar próprio. Ela tem em sua etimologia o significado *herança*: é um bem ou conjunto de bens que se recebe do pai (*pater, patri*). Mas é também uma metáfora para o legado de uma memória coletiva, de algo culturalmente comum a um grupo (SODRÉ, 1988, p. 50, grifo do autor).

Como categoria sociológica o termo dá conta da transmissão de bens e competência entre particulares (famílias, grupos), numa perspectiva meramente econômica. No entanto há, aí, outros determinantes entrecruzados:

Na verdade, o patrimônio, qualquer patrimônio, pode mesmo ser concebido como um *território*. Tal é a idéia de Barel, que define território como: 1) lugar pertinente – localização, limites – da ação do sujeito; 2) especificidade de um espaço social, que o distingue do resto da sociedade ou de outros territórios; 3) zona de limites entre o social e o que não se define inteiramente em termos sociais (o não-social): a biologia, a língua, a física das coisas etc.

Por aí, entende-se patrimônio como ‘uma forma, entre outras, de território, pois delimita, na sociedade, um grupo distinto. É a lei desse grupo, e não qualquer critério de caráter universal, que determina a transmissão de bens econômicos ou de recursos (técnicos, simbólicos) no interior de uma comunidade específica, com traços autônomos.

O patrimônio simbólico do negro brasileiro (a memória cultural da África) afirmou-se aqui como território político-mítico-religioso, para a sua transmissão e preservação. Perdida a antiga dimensão do poder guerreiro, ficou para os membros de uma civilização desprovida de território físico a possibilidade de se ‘reterritorializar’ na diáspora através de um patrimônio simbólico consubstanciado no saber vinculado ao culto de muitos deuses, à institucionalização das festas, das dramatizações dançadas e das formas musicais. É o *egbé*, a comunidade litúrgica, o *terreiro*, que aparece na primeira metade do século dezenove – período de investimentos marcantes por parte do Estado: Missão Artística Francesa (1816), inauguração da Academia Imperial no Rio de Janeiro (1826) – como a base físico-cultural dessa patrimonialização (SODRÉ, 1988, p. 50, grifos do autor).

A diferenciação territorial em branco e preto relegou o corpo negro a um espaço excluído e vigiado, pois,

Por colocar a liberdade corporal no centro de todo processo comunicativo, a cultura negra choca-se com o comportamento burguês-europeu, que impõe o distanciamento entre os corpos. A cortesia e o refinamento são regidos por normas que vetam os toques mútuos, assim como o livre contato corporal em público. A intensificação de um império normativo dessa ordem, correspondente ao aumento do poder das aparências europeias no espaço urbano brasileiro, fazia com que a noção de promiscuidade abrangesse toda a esfera de atos não garantidos ou autorizados pelos códigos metropolitanos (SODRÉ, 1988, p. 39).

Finalizando sua obra, Sodré (1988) fala da manifestação racista provocada pela resistência, mesmo segregado, do saber do símbolo negro à sua classificação pela metafísica representativa incluída no conceito europeu de cultura, tanto em relação a este símbolo fugidio quanto de sua portadora, a pessoa negra. O racismo ocidental advém “do conflito entre a razão burguesa – produtora de um tipo ideal que é o sujeito do saber configurado como consciência individual racionalista e significativa – e a pluralidade das forças, que se deixa ver como corpo coletivo” (SODRÉ, 1988, p. 160). Essa reação à edipianização familiar ou social vai contra a educação clássica e sua separação radical entre natureza (corpo) e cultura (alma), ou seja, contraria o âmago da modernidade europeia, que projeta o **outro** sem lugar em sua cultura, cultivando, assim, o racismo. O resultado é que,

Emerge daí uma semiótica da monstrosidade: para a consciência subjetivada, edipianizada, o “afro” é um homem que a consciência eurocêntrica não consegue sentir como plenamente humano; é, como o monstro, não um desconhecido, mas um conhecido que finalmente não se consegue perceber como idêntico à idéia universal de humano. Não se consegue, na verdade, admitir um lugar pleno para o outro. É preciso negar ao outro uma territorialidade – o que faz lembrar do egípcio Untertesebn, faraó da Décima Segunda Dinastia que, depois de derrotar os núbios (etnia do sul da África), traçou uma fronteira e proibiu-lhes a passagem. Isto ainda não é racismo, tão somente a imposição de um vencedor. Mas serve como um modelo que universaliza a consciência formada pelo saber cultural da Europa: o negro não atravessará a fronteira que separa natureza de cultura, ficando em consequência com a imagem de um ser culturalmente desterritorializado e, portanto, sem força humana de ser (SODRÉ, 1988, p. 160, grifo do autor).

Toda sociedade ou grupo fora da perspectiva racionalista é visto nessa ótica pelo cânone ou consciência ocidental. O Direito natural, já no século XVII classificou a humanidade na hierarquia que vai do civilizado ao selvagem, atualizando, então, o bárbaro grego, qual seja, o estrangeiro que não falava a língua grega. Como acentua Martin Bernal (1993), numa obra que busca destacar a influência egípcia na civilização grega, o efeito disso é que nos séculos XVIII e XIX a historiografia europeia descartou as influências fenícia e egípcia na cultura da Antiguidade grega

(Modelo Antigo) e a deslocou para uma tradição indo-europeia (Modelo Ariano). Inicia relatando o seguinte:

O meu livro trata de dois modelos da história grega: um considera que a Grécia é essencialmente europeia ou árida, enquanto que o outro a vê como uma civilização do Oriente Médio, localizada na periferia da área cultural egípcia e semítica. Para designá-los, eu uso os nomes de << *Aryan model* >> e << *old model* >>, respectivamente. O << modelo antigo >> era o habitual entre os gregos dos períodos clássicos e helenísticos. De acordo com ele, a cultura grega surgiu como resultado da colonização de egípcios e fenícios, que por volta de 1500 aC. civilizaram os natural do país. E o que é mais, os gregos continuaram depois tomando empréstimos a numerosos elementos das culturas do Oriente Próximo.

Muitas pessoas ficam surpresas com o fato de que o modelo ariano, em cuja veracidade fomos levados a acreditar na maioria, não se desenvolveu até a primeira metade do século XIX. Em sua forma primitiva ou “*lata*”, este novo modelo negou a autenticidade dos assentamentos egípcios e desafiou os fenícios. O que eu chamo de modelo ariano “radical”, que floresceu no auge do anti-semitismo, isto é a última década do século passado e, durante os anos vinte e trinta do atual, negou inclusive a existência de uma influência cultural (BERNAL, 1993, p. 29, grifos do autor)²⁷.

Prosseguindo, o autor apresenta uma descrição mais detalhada do conteúdo de cada modelo anunciado:

Segundo o modelo ariano, haveria uma invasão do norte – da qual a antiga tradição não dá nenhuma notícia – que teria dominado a cultura local “egeu” ou “pré-helênico”. A civilização grega é considerada o resultado da mistura entre os helenos, falantes de uma língua indo-europeia e os povos indígenas que eles haviam submetido. A criação deste modelo ariano é o que me levou a intitular o presente volume *A invenção da Grécia antiga, 1785-1985* (BERNAL, 1993, p. 29, grifos do autor)²⁸.

Na sequência, expõe o contraponto desejado para a versão ariana informando sobre a anterioridade do modelo antigo utilizado pelos gregos. É de opinião que se devia retornar a esse modelo, que indica a base real das lendas que acusam a influência de egípcios e fenícios na Grécia. Argumenta, no entanto, que com alguma revisão:

Mas a nova versão pressupõe que esse fenômeno tenha começado um pouco mais cedo, ou seja, durante a primeira metade do segundo milênio aC. Também aceita que a civilização grega é o resultado de uma mistura de culturas originada por essas colonizações e outros empréstimos subsequentes do Mediterrâneo oriental (BERNAL, 1993, p. 30)²⁹.

²⁷ Tradução nossa.

²⁸ Idem.

²⁹ Ibidem

Completa admitindo, a partir de uma argumentação linguística, a invasão vinda do norte, por parte de “povos falantes de uma língua indoeuropéia” (BERNAL, 1993, p. 30)³⁰; sustenta, porém que eles falavam uma língua indohitita, de pouca interferência no grego e que não explicam os elementos não europeus subsistentes na língua grega que veio depois.

De negação em negação, numa espécie de cordão sanitário, a humanidade africana foi sendo colocada em cheque dialogicamente. No século XV, com a **Bula Papal Romanus Pontifex**, a Igreja Católica resgatou a questão batizada como Maldição de Cam (GÊNESIS 9:22-27, 1980) e acirrou o discurso antinegritude que ganharia força na modernidade. No princípio era a verba mercantil que tangia o interesse religioso, aliada aos Estados mercantilistas, ávidos com as possibilidades de acumulação primitiva de capital oferecida pelo tráfico negreiro. Vislumbraram aí a perspectiva para domínio das possibilidades econômicas prometidas pelo desenvolvimento técnico-científico exposto no horizonte de então.

Segundo William Pinar (2008), a tal maldição conta que Noé, o dono da arca do dilúvio, embriagou-se de vinho e acabou nu. Visto por seu filho Cam, este chamou os outros dois irmãos Sem e Jafet que, de costas, sem observar a nudez do velho, o que seria pecaminoso, o cobriram com uma túnica. Pela falta grave, os descendentes de Cam foram condenados a serem escravizados pelos descendentes de Sem e Jafet, o irmão mais velho, pela eternidade. Camita é a designação, de todo modo contestada, dada a vários povos da África e Oriente Médio.

O autor considera que a maldição tratava de uma resolução na tradição judaica, para instalação do tabu do incesto. Indaga ele,

O que aconteceu naquela noite mítica, na tenda de Noé? Os principais pontos são estes: Noé (do famoso dilúvio) planta um vinhedo, produz vinho, embriaga-se e desmaia, nu, na sua tenda. Seu filho Cam – Noé tem dois outros filhos, Sem e Jafé – entra na tenda e, mais tarde, a deixa. Depois de passado algum tempo, Noé aparece: “E Noé acordou do seu vinho, e percebeu o que seu filho mais novo tinha feito a ele” (*Gênesis* 9:24). Noé não maldiz Cam, mas Canaã, filho de Cam: “um servo de servos fará dele um seu irmão” (*Gênesis* 9:24). Não há nenhuma referência explícita à “raça” nessa passagem. Embora se tenha aceitado que Cam (equivocadamente) tenha a conotação de “escuro” no hebreu antigo, parece que os donos de escravos e segregacionistas produziram completamente a associação entre raça e a fúria de Noé. Por quê? (PINAR, 2008, p. 36, grifos do autor).

³⁰ Ibid.

Exigência do patriarcalismo, o tabu com a proibição de observar a nudez paterna significou aversão ritual do desejo e prática incestuosa. Ao saber-se flagrado naquela situação, conta o mito, Noé, o patriarca, sentiu-se vulnerável. “Convertida em maldição, essa falta negada tornou-se alteridade, primeiramente generificada, mais tarde racializada” (PINAR, 2008, p. 36), agora pela ação do racismo europeu, a partir do século XV, visando a justificar sua lucrativa exploração do tráfico negroiro.

No Brasil, esta interpretação contou com o empenho de figuras destacadas do clero, como o eminente Padre Vieira, e a versão ganhou foros de verdade na forma de um **pecado de cor**. Vieira foi o autor dos sermões de nº XIV – XX – XXVII, que contém uma chave interpretativa bastante engenhosa em relação à pessoa preta. Num trecho da quinta parte do sermão XIV, afirma Vieira:

Mas o profeta ainda diz mais, porque não só diz que nasceu da Senhora esse homem, que enquanto Deus a criou, senão que nasceu dela o homem e mais o homem: *Homo et homo natus est in ea*. – Se um destes homens nascidos de Maria é Deus, o outro homem, também nascido de Maria, quem é? É todo o homem que tem a fé e conhecimento de Cristo, de qualquer qualidade, de qualquer nação e de qualquer cor que seja, ainda que a cor seja tão diferente da dos outros homens, como é a dos pretos. Assim o diz o mesmo texto, tão claramente que nomeia os mesmos pretos por sua própria nação e por seu próprio nome: *Memor ero Rahab et Babylonis, scientium me; ecce alienigenae, et Tyrus, et populus Aethiopum, hi fuerunt illic*. - Nasceram da Mãe do Altíssimo, não só os da sua nação, e naturais de Jerusalém, a que é comparada, senão também os estranhos e os gentios-alienigenae. – E que gentios são estes? *Rahab*: os cananeus, que eram brancos; *Tyrus*: os tírios, que eram mais brancos ainda, e sobre todos, e em maior número que todos: *populus Aethiopum*: o povo dos etíopes, que são os pretos. De maneira que vós, os pretos, que tão humilde figura fazeis no mundo e na estimação dos homens, por vosso próprio nome e por vossa própria nação estais escritos e matriculados nos livros de Deus e nas Sagradas Escrituras, e não com menos titulo nem com menos foro que de filhos da Mãe do mesmo Deus: *Et populus Aethiopum, hi fuerunt illic* (VIEIRA, 1633. Não paginado, grifos do autor).

Prossegue o texto fazendo a inclusão do terceiro filho de Maria, irmão negro ou etíope de Jesus e João Evangelista, até que inicia uma declinação necessária à estratégia posta mais adiante:

Oh! se a gente preta, tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conhecera bem quanto deve a Deus e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre? Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentildade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da fé nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? Todos, como credes e confessais, vão ao inferno, e lá estão ardendo e arderão por toda a eternidade. E que, perecendo todos eles, e sendo sepultados no inferno como Coré, vós, que sois seus filhos, vos salveis, e vades ao céu? Vede se

é grande milagre da providência e misericórdia divina: *Factum est grande miraculum, ut Core pereunte filii illius non perirent.* – Os filhos de Datã e Abiron pereceram com seus pais, porque seguiram com eles a mesma rebelião e cegueira; e outro tanto vos poderá suceder a vós. Pelo contrário, os filhos de Coré, perecendo ele, salvaram-se, porque reconheceram, veneraram e obedeceram a Deus; e esta é a singular felicidade do vosso estado, verdadeiramente milagroso (VIEIRA, 1633. Não paginado, grifo do autor).

Sobre esta passagem, em seu ensaio já citado, uma observação importante para, mais a frente, ser explicada aqui a ação discursiva de desencarne de José Eutropio, interpõe Alfredo Bosi,

Uma teologia da redenção universal daria, portanto, sentido reparador e "progressista" à vinda de Cristo: "restituir os homens à igualdade". Mas... no Sermão XXVII, aquele mesmo embaraço causado pelo absurdo da escravidão desfaz-se mediante uma outra teoria da História, radicalmente oposta à que se esboçava linhas atrás: Vieira apela agora para a noção do sacrifício compensador. E a opressão, que, naqueles textos, fora julgada um grave pecado dos homens, acha, neste, meios de justificar-se na esteira de um discurso providencialista.

O orador, então angustiado pelo teor ininteligível da divisão social, sai, agora, em busca de uma verdade sobrenatural e põe-se a sondar "os juízos ocultos desta tão notável transmigração (da África para o Brasil), e os seus efeitos".

A explicação que o entendimento não atingia ("comparo [...] e não posso entender") reponta aqui sob a forma elusiva de "desígnio da Providência". Tudo quanto se acusara, no Sermão xx, como obra da malícia humana, resgata-se, neste xxvii, enquanto fruto de um plano divino. A passagem dos negros para a América terá redimido as suas almas, que, na África, teriam perecido no paganismo ou sob o Império do Islão.

O velho discurso salvacionista, gestado ao tempo das cruzadas contra os árabes, e reativado pelos descobrimentos atlânticos e índicos, reinstaura a distinção neoplatônica de corpo e alma, aquele mesmo princípio que Vieira atacara duramente quando a via servir de apoio à política dos colonos maranhenses. Aqui, porém, a retórica dualista vem a calhar e tem a sua função: só os corpos trazidos de Angola sujeitam-se às penas do cativeiro; as almas, não. Essas purgam-se pacientemente nos engenhos de açúcar conquistando a salvação para uma outra vida, que o pregador pinta com galas e cores de festa: "Mas é particular providência de Deus que vivais de presente escravos e cativos para que por meio do cativeiro temporal consigais a liberdade, ou alforria eterna" (BOSI, 1992, .p. 146, grifo do autor).

Explicitado o verdadeiro motivo, conclui Vieira seu sermão:

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: *Imitatoribus Christi crucifixi* – porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo

maltratado, e vós mal-tratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio. Só lhe faltava a cruz para a inteira e perfeita semelhança o nome de engenho: mas este mesmo lhe deu Cristo, não com outro, senão com o próprio vocábulo. Torcular se chama o vosso engenho, ou a vossa cruz, e a de Cristo, por boca do mesmo Cristo, se chamou também torcular: Torcular calcavi solus. – Em todas as invenções e instrumentos de trabalho parece que não achou o Senhor outro que mais parecido fosse com o seu que o vosso. A propriedade e energia desta comparação é porque no instrumento da cruz, e na oficina de toda a Paixão, assim como nas outras em que se espreme o sumo dos frutos, assim foi espremido todo o sangue da humanidade sagrada: *Eo quod sanguis ejus ibi fuit expressus, sicut sanguis uvae in torculari* – diz Lirano – *et hoc in spineae coronae impositione, in flagellatione, in pedum, et manuum confiscione, et in lateris apertione*. - E se então se queixava o Senhor de padecer só: *Torcular calcavi solus* - e de não haver nenhum dos gentios que o acompanhasse em suas penas: *Et de gentibus non est vir mecum* - vede vós quanto estimará agora que os que ontem foram gentios, conformando-se com a vontade de Deus na sua sorte, lhe façam por imitação tão boa companhia! (VIEIRA, 1633. Não paginado, grifos do autor).

Redimida, então, do pecado da cor, a população escravizada ficaria, pela vontade senhorial que perpassa a referida peça sacro-literária, infensa ao perigo quilombola que, no mesmo Nordeste do sermão, visto que fora pregado num engenho baiano em 1633, mesmo século XVII no qual rondava as notícias de Palmares. Pelas determinações do regime do padroado, que sobrepunha o Estado português ao catolicismo, a Igreja Católica só aceitava em seus quadros a pessoa negra que fosse perdoada daquele pecado. Isso agravou no país o quadro de desumanidade com que a discriminação da negritude agia.

É Bosi ainda quem dá um exemplo em uma reflexão importante sobre a devastadora ação dessa maldição na obra abolicionista contida na poesia social de Castro Alves. Inicia ressaltando que assim, “O destino do povo africano, cumprido através dos milênios, depende de um evento único, remoto, mas irreversível: a maldição de Cam, de seu filho Canaã e de todos os seus descendentes (BOSI, 1992, 256). Resulta daí o apartamento social evidenciado por este autor ao comentar a situação pós-abolição, onde ele se refere a uma fratura renitente em nossa sociedade:

Uma vez mais e por vias transversas cinde-se o mito unificador da nação brasileira, vindo à luz da consciência infeliz a imagem de suas fraturas de raça e de classe. Tanto no poema em prosa de Cruz e Sousa quanto em numerosas passagens ficcionais e críticas de Lima Barreto pode-se admirar a ação de uma inteligência aguda, capaz de afrontar os dogmas do imperialismo racial. Ambos arrancam das entranhas da própria condição de escritores pobres e marginais uma rara lucidez contra-ideológica. Estava se formando, no período, uma cultura de resistência (estimulada, em Lima

Barreto, pelo contacto com grupos anarquistas e socialistas): um ideário que em nada condizia com a visão oficial e amena da República nascente. O Treze de Maio não é uma data apenas entre outras, número neutro, notação cronológica. É o momento crucial de um processo que avança em duas direções. Para fora: o homem negro é expulso de um Brasil moderno, cosmético, europeizado. Para dentro: o mesmo homem negro é tangido para os porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco. O senhor liberta-se do escravo e traz ao seu domínio o assalariado, migrante ou não. Não se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo, mas este passaria a vivê-lo como um estigma na cor da sua pele (BOSI, 1992, p. 272).

Retornando ao racionalismo que permeia o pensamento moderno, valorizando o raciocínio lógico, a partir dos séculos XVII e XVIII, a discriminação europeia ganha *status* científico, relegando, como já visto, as outras culturas ao plano da selvageria. É isto que vai permitir e explicar, mais a frente, o sofisticado processo de **descorporificação** de José Eutropio e sua transmutação em discurso branco, no que pode ser considerado efeito de uma metempsicose literal preventiva. Novamente é Sodré quem pontua:

Por isso, acima de todas as determinações puramente econômico-sociais, o corpo negro – que a consciência racista percebe com visão, olfato e audição contaminados pela representação de uma inumanidade universal – é por si mesmo objeto ora de medo, ora de nojo. Medo: o negro enquanto limite e desconhecimento, implica num desejo que se ignora, numa aproximação que se teme; nojo: identificado à natureza, sem lugar próprio na cultura, o negro é o que deve ser evitado para que se produza o efeito de confirmação narcisista que a consciência burguesa faz de si mesma – no fundo, um efeito estético, assegurado por uma consciência totalitária (constituída pelo narcisismo do “eu penso, logo existo”), produtora de juízos em que o outro aparece como inumano universal (SODRÉ, 1988, p. 161, grifos do autor).

O agravamento do quadro da discriminação torna o ambiente mental e real uma verdadeira interdição à pessoa humana não branca. Ela, então, passa a ser uma inconveniência e tende a ser afastada do olhar, da reflexão, do cotidiano na forma da escravização, em seu espaço próprio, como coisa, ou transportada para o plano do racionalismo, por operação do embranquecimento, ou tornada uma lacuna simplesmente, pela total impossibilidade posta para que apareça enquanto humanidade em si mesma³¹.

Tal interdição vai provocar, no plano do domínio linguístico europeu, o aspecto de uma afasia semântica. Entendendo a afasia como uma perturbação da linguagem

³¹ **Preto jabuticaba** (preto por fora, branco por dentro) ou **preto de alma branca** são expressões populares de teor pejorativo, utilizadas para acusar os efeitos do processo de embranquecimento.

que provoca ruptura e perturbação no processo comunicacional, Jakobson, entre tantas outras peculiaridades técnicas complexas, ressalta que a fala necessita de um repertório comum entre emissor e receptor, “Assim, para ser eficiente, o ato da fala exige o uso de um código comum por seus participantes” (JAKOBSON, [20--]. Não Paginado). Lembra, sua observação, a conversa de duas personagens do romance **A cor púrpura**, de Alice Walker, que diz,

Quem dirige a Sociedade é gente branca e não nos disseram que se importam nem muito nem pouco com a África, só falaram de dever. Já há uma mulher branca missionada, não muito longe na nossa aldeia, que vive em África há vinte anos. Dizem que os nativos gostam muito dela embora ache que eles são de uma espécie completamente diferente daquilo a que ela chama Europeus (WALKER, [20--], 68).

Em obra que informa sobre o início da pesquisa feita no bairro carioca Cidade de Deus para confecção de sua dissertação de mestrado, a antropóloga Alba Zaluar (1985) começa informando sobre o que ouvia na mídia em relação à violência do local, o que a deixou preocupada. Mais a frente, já informa algo revelador para a perspectiva comunicacional e semântica referida no parágrafo anterior. Reproduz, então, o seguinte diálogo:

Lúcia: “Alba, no dia da festa das crianças tu vai colaborar com doces, não vai?”.

Alba: “Minha Nossa Senhora!”.

Lúcia: “Se você não quiser colaborar com a gente financeiramente, você pode fazer o seu papel. Ir numa casa de doce e comprar umas cinquenta caixas de cocadas” (risos).

Lúcia: “Sabe o que é, Alba? Isso eu não falei com o Jairo não. Isso é uma ideia minha que tá saindo agora. Falei 50 caixas de cocada, isso é uma suposição. Porque a nossa finalidade é dar é dar dois mil sacos de doce”.

Alba: “Para as crianças?”.

Lúcia: “Pras crianças. A gente vai fazer distribuição na quadra. Aí quem é da diretoria, por exemplo, se você vier com 50 caixas de cocada... essa aqui é a ajuda da diretoria. Esse aqui é o fundamento que a gente vai fazer pra Cosme e Damião, isso vai ser da diretoria mesmo, com guaraná, vela, fita. Seu Geraldo, eu não estou falando os troços direito? Se você quiser dar dá. Se você não quiser, vai se estrear (risos)” (ZALUAR, 1985, p. 18, grifos da autora).

O mecanismo de exclusão acusado aqui assume o plano da instância social e, daí, individual, como uma teia de interdependência em uma mesma estrutura, interação esta que o sociólogo Norbert Elias, em sua obra **O processo civilizador** (1994), classificou como sociogênese, qual seja, processos que formam uma dada configuração social, e psicogênese, tratando agora da economia psíquica do

indivíduo, o processo de introjeção da referida configuração e conseqüente constrangimento das pulsões e emoções pelo superego. Afirmo o teórico que,

O conceito de “civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes”. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização (ELIAS, 1994, p. 23, grifos do autor).

No entanto, ressalta Elias,

Mas se examinamos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo, e muito mais (ELIAS, 1994, p. 23, grifos do autor).

Sobre qual consciência nacional, o autor salienta que “Civilização, porém, não significa a mesma coisa para diferentes nações ocidentais” (ELIAS, 1994, p. 23). Para franceses e ingleses representa o orgulho nacional pela contribuição dada ao progresso humano e ocidental. Para alemães a palavra correspondente é definida da seguinte forma: “*Zivilisation*, significa algo de fato útil, mas, apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana” (ELIAS, 1994, p. 24, grifo do autor). A palavra que expressa o orgulho nas realizações e no ser alemão é *Kultur*.

Ensimesmado nesse pêndulo cultural, cuja trajetória oscila no intervalo entre, pelo menos, dois europeísmos, o processo civilizatório expõe sua xenofobia quando, a partir da noção de civilizado como superior, o comando das nações europeias foi capturado pela burguesia, que assume tal postura em relação aos outros povos: como nesta passagem em que “Em 1798, partindo para o Egito, Napoleão grita para suas tropas: ‘Soldados, estais iniciando uma conquista de conseqüências incalculáveis para a civilização’” (ELIAS, 1994, p. 64, grifo do autor).

Arautos da marcha civilizatória, as nações europeias avançam em direção às colônias de maneira psicogeneticamente autorizadas, a fim de orientar seu progresso nas diretrizes almeçadas.

E a consciência de sua própria superioridade, dessa “civilização”, passa a servir, pelo menos, às nações que se tornaram conquistadoras de colônias e, por conseguinte, um tipo de classe superior para grandes segmentos do mundo não-europeu, como justificativa de seu domínio, no mesmo grau em que antes os ancestrais do conceito de civilização, *politesse* e *civilité*, serviram de justificação à aristocracia de corte (ELIAS, 1994, p. 64, grifos do autor).

A obra eliasiana liga, desta forma, indivíduo e sociedade a partir dos lugares ocupados por aquele, pela interpolação de uma instância controladora, a psicogênese, que se intercala e automatiza tanto pelo hábito quanto pela educação e vai provocar a reflexão na relação entre o homem e o objeto de conhecimento. Uma estrutura simbólica medeia, principalmente por meio da educação, a relação indivíduo e cultura, que muda lentamente emoções e comportamentos correlacionados com o processo formador das estruturas sociais (COSTA, 2017. Não paginado). Em relação ao que foi posto sobre a formação social e cultural brasileira no século XIX, importa destacar,

A leitura de manuais de comportamento, que tratavam sobre a importância da etiqueta e da cerimônia na formação do caráter, foram fundamentais na nova configuração da corte francesa, na medida em que regulavam o comportamento infantil e faziam de suas leituras uma forma de convenção sobre técnicas de autocontrole e disciplina (COSTA, 2017. Não paginado).

Em complemento, considerando a evolução biológica, social e histórica, a experiência (individual) vivida,

No caso das sociedades de corte, esses critérios possibilitam compreender como as tensões entre as forças de diferentes grupos sociais (a burguesia e a aristocracia) conduziram a sociedade de corte a um processo em que o Estado se coloca como o responsável pelo monopólio da violência, contra as forças corporais das pulsões e a espontaneidade das emoções e dos afetos (COSTA, 2017. Não paginado).

Com isso fica explicitado, como no entendimento de Brookshaw (1983), posto na seção introdutória deste trabalho, argumentando sobre estereótipos, o não-lugar da cultura negra a partir do arranjo civilizacional. Essa atitude ou manifestação racista é vista por Sodré (1988) como uma reação conflituosa causada pela

“resistência do saber do símbolo à sua classificação pela metafísica representativa” (SODRÉ, 1988, p. 160) ocidental em seu conflito, enquanto consciência racional burguesa, lastreada no signo inequívoco, claro, exato, e a pluralidade de forças resistentes a essa significação operada pela Modernidade, avessa a conceder um lugar ao Outro, tido como violento, corporal, passional, perigoso, imoral etc.

As providências legais que impediram a presença de pessoas negras no contexto civilizador juntaram tanto interesse econômico, pelo desenvolvimento de uma economia poupadora, aquela que orientava para a máxima exploração dos escravizáveis, quanto à discriminação cultural, que manteve a “forma social negro-brasileira” (SODRÉ, 1988. Não paginado. Capa) representada no terreiro de Candomblé, fora dos padrões civilizatórios ocidentais. Este foi o caldo de cultura depositado no plano mais íntimo da consciência social brasileira nos primórdios da formação nacional.

Foi este dado que levou o governo republicano a formular uma política de imigração que suprimiu o elemento africano do rol dos imigráveis, favorecendo a importação de europeus, principalmente italianos e alemães. Em continuidade, na Exposição Mundial das Raças (Londres, 1911), o representante brasileiro, embaixador João Baptista de Lacerda, utilizou a tela *A Redenção de Cam* (ANEXO – L), de autoria do pintor espanhol Modesto Brocos, vencedora da medalha de ouro da Exposição Geral de Belas Artes (1895), promovida pela Escola Nacional de Belas Artes, para ilustrar a tese que defendeu no evento, cujo título resume a questão: “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças” (FLORES, et al., 2014, p 32.). Sua intenção era incentivar o investimento europeu no país e para tanto era preciso apostar no futuro embranquecimento.

Monteiro Lobato, insigne e reputado autor de textos infantis, entre outros de sucesso, também investiu no clareamento do futuro brasileiro. Ao ser indicado adido cultural na embaixada brasileira de Nova York, Eua, concluiu em 1926 um livro chamado **O choque de raças**, primeiro, **O presidente negro**, depois, antes de mudar-se, na tentativa de vendê-lo a uma editora americana. Trata, como no título, da história da eleição de um presidente negro americano no ano de 2228, que depois de eleito seria assassinado, o que provocaria uma guerra entre pessoas negras e brancas que resultaria na eliminação dos primeiros. Entusiasta da eugenia, Lobato é flagrado no comentário de Marisa Lajolo, que diz,

Pode-se, assim, ler em *O presidente negro* uma grande metáfora das conseqüências da desculturação de um grupo étnico e, simultaneamente, o grau de solidariedade entre ciência, arte, tecnologia e comunicação, tal como são praticados nas instâncias centrais e que só encontram seu sentido último nas lutas que pelo poder se travam no corpo social e: comunicação, tecnologia, arte e ciência, no caso, serviram para a população branca exterminar a população negra (LAJOLO, 1998. Não paginado).

Extermínio epistemológico (epistemicídio), a longa extensão desta seção procurou dar sustentação fática, textual e literal, àquilo que David Brookshaw (1983) demarcou como linha de comportamento, na verdade um muro discriminando as duas culturas, do lado da exclusão a africana, do lado da inclusão a europeia. Pular esse muro ou ultrapassar essa linha não era possível simetricamente para seus elementos característicos. Para o elemento europeu, este era o lugar social equivalente, qual seja, a qualidade institucional do espaço social oficial, portanto, não tinha por que fazê-lo. Para o elemento africano, ao contrário, seu lugar era uma distopia provocada pelo autoritarismo branqueador oficial, cujo discurso agia em duas direções paralelas, uma discriminante-assimilatória e outra excludente-interditória.

A direção discriminante-assimilatória impunha à pessoa negra a exigência à assimilação branqueadora, o pular o muro, impossível para a pessoa branca porque originária. A excludente-interditória impunha à mesma pessoa negra o impedimento branqueador, exclusivo da branquitude.

A propósito do que está afirmado acima, Lília Schwarcz, reunindo em uma única obra os contos completos de Lima Barreto, afirma no prefácio as ambivalências do escritor perdido entre o subúrbio e a corte carioca. Relatando as “inúmeras dificuldades e impedimentos que um escritor negro experimentou para vingar nesse mercado nascente das letras nacionais” (SCHWARCZ, 2010, p. 18), conclui que o mesmo “fez-se escritor negro numa sociedade dada a todo tipo de jogo social no sentido de camuflar e não evidenciar a cor; esse conceito que cumpre o papel de eufemismo de raça no Brasil” (SCHWARCZ, 2010, p. 18).

É este quadro que permite aqui localizar a notícia Eutropio como compulsória e eufemisticamente branca, único espaço ou ambiente simbólico e sígnico na sociedade em que seu autor, Estevam de Oliveira, era um intelectual orgânico, educador e ideólogo influente. Transcrevendo literalmente a primeira e a segunda acepções do dicionário Caldas Aulete, tem-se:

eufemismo (eu-fe-mis-mo) 1. Ling. Figura de linguagem baseada na substituição de palavra ou expressão que possa ter sentido triste, grosseiro, ou seja apenas desagradável, por outra de sentido mais suave ou conveniente (p.ex.: *traseiro* no lugar de *bunda*, *esguio* no lugar de *magro*, *descuidado* no lugar de *irresponsável* etc.)
 2. Palavra us. como eufemismo: *Usou o eufemismo 'forte' para não chamá-la de 'gorda'.*
 [F.: Do gr. *euphemismós*, pelo lat. *euphemismus* e pelo fr. *euphémisme*.]
 (EUFEMISMO, 2017. Não paginado, grifos do autor).

Retomando Foucault (2012), quando este parafraseia Beckett nas questões postas sobre o autor (p. 56), o problema é arguir: que importa Estevam? O que indicia sua presença na notícia Eutropio? Qual autoria? Qual escrita? Qual obra? Qual referencial teórico? As respostas dadas para tal arguição e a proposição posta neste trabalho permitem prospectar o teor discriminatório do arcabouço intelectual do qual a prática eufemística estevamniana é a ponta do *iceberg*, então compulsório, que envolve, manto ou segunda pele, seu objeto de proteção: José Eutropio.

4.1 CRIPTOTEXTO: LETRA BRANCA

No princípio era o verbo...

Na seção **3 HIPOTEXTO: a letra anunciada** (p. 52) foi traçado um perfil do intelectual Estevam José Cardoso de Oliveira em aproximação com o movimento geracional dos intelectuais de 1870. Ao mesmo tempo o intelectual é colocado como o autor da notícia José Eutropio no jornal **Correio de Minas**, perfazendo a dupla proteção que ele vai receber em Juiz de Fora. Suas idéias e concepções o inserem no jornalismo progressista, no movimento republicano e educacional de Minas Gerais, exercendo também os cargos de professor, inspetor escolar e major, como dito. Portador de uma retórica aquecida e vibrante, é, no entanto, envolvido pelo *iceberg* racional, cuja ponta pode ser vista como um processo criativo de caiação jornalística de Eutropio.³²

Na seção 3.1 **PROTOTEXTO: A LETRA DADA** (p. 56) o que se tem é o prototexto como um alimentador remoto do pensamento social brasileiro, próximo das idéias das lideranças Saquarema e Luzia. Uma espécie de configuração congelada da mentalidade do século XIX e começo do XX. Vê-se aí o conteúdo

³² Caiação é a ação de pintar uma parede com a cal virgem, de cor branca, muito utilizada pelo baixo custo.

escravocrata, racista e conservador desse pensamento, que vai abastecendo a produção dos sentidos em todas as atividades e setores da sociedade. Dando um giro metodológico de 180° no *iceberg* congelado, ao modo como o filósofo Karl Marx revirou a dialética idealista hegeliana para torná-la materialista, sua ponta, como numa pirâmide invertida, lide, funil, torna-se a fonte do pinga-pinga que informa, como a psicogênese elisiana, as relações sociais e a criação intelectual dominante então no país. Analisar esse respingar no cotidiano da literatura brasileira revela o teor da mentalidade dominante no âmbito da escrita (ANEXO – M).

Antes, porém, o desvelamento da fria e calculada ação de caiação do intelectual, acusada no final da seção anterior e desvelado esquematicamente nos dois parágrafos desta, convida a um aprofundamento além da observação do efeito superficial produzido no exercício noticioso. Mergulhar na memória acumulada na parte submersa e depois emersa do dito *iceberg*, isto é, observar além ou aquém da superfície, exige um prosseguimento investigativo para maior aproximação e aferição do conteúdo revelado.

A Juiz de Fora da *belle époque* sofreu invectivas por parte de prelados católicos, como o Pe. Júlio Maria, que a chamou de **Nova Nínive**³³, pelo seu secularismo. A cidade é percebida afastada do barroquismo expresso pela religiosidade mineira. Citando Joel Castro, Maraliz Christo (1994) oferece uma descrição dessa mineiridade referenciada no poder ultramontano e nas tradições da Península Ibérica:

Minas será sempre barroca.

Mesmo quando muda suas expressões culturais, estará sempre perseguindo o fundo de heranças antigas. É isto que torna Minas mineiridade...

Minas está sedimentada e organizada a partir do religioso. O religioso imprime a conduta sócio-industrial. O popular, o religioso e a oficialidade estão casados em função do poder mítico ou domínio espiritual (CASTRO, apud CHRISTO, 1994, p. 10).

Juiz de Fora escapa desse mineirismo pela União-Indústria (1861)³⁴ e Estrada de Ferro Central do Brasil (1875). Como já afirmado neste trabalho, isso a leva a

³³ Cf. CHRISTO, 1994, p. 12.

³⁴ 1ª estrada brasileira a utilizar o pavimento denominado macadame, que utiliza mistura à base de pedra britada, agregada e comprimida, em homenagem ao seu criador, o engenheiro escocês John Loudon McAdam, cerca de 1820.

desenvolver-se de modo impressionantemente cosmopolita como o Rio de Janeiro, a corte. Sua urbanização, o modelo, é racional, por isso,

Enquanto as cidades barrocas se formam e se guiam pelos sinos das igrejas a população de Juiz de Fora teve sua vida normatizada pelos apitos das fábricas de estilo neo-clássico e o bater dos tamancos de seus operários de ambos os sexos e diversas nacionalidades (CHRISTO, 1994, p. 10).

Embora tal situação ensejasse a reação da elite conservadora católica, as diretrizes do progresso e da racionalização industrial eram, então, hegemônicas. O esforço de romanização da igreja católica vai contrapor à educação protestante, espiritualmente capitalista e pragmática, representada pelo Colégio Granbery (1889), a educação de fundo mais espiritualista e confessional, promovida pela Academia de Comércio (1891), dada pela evangelização e a preceituação de bons costumes como a piedade e filantropia, que Pedro Nava chamou de platônica (CHRISTO, 1994, p.99).

As respostas dadas às indagações do final da seção anterior são uma busca de desvelamento a partir do presente. Repisando, daqui é permitido enxergar o intelectual negro José Eutropio enredado pela ação civilizadora dos intelectuais da Academia Mineira de Letras, entronizado no grupo por seu preceptor e padrinho Estevam de Oliveira. Este, por sua vez, era o mais destacado entusiasta do ideário republicano em Juiz de Fora, que colocava a educação, e conseqüentemente a escola, como instrumento maior de integração do povo à ordem política e social.

A pesquisa hodierna permite o acesso a informações que ampliam a possibilidade de reflexão sobre o passado. É o caso de um precursor de Eutropio em Juiz de Fora, o professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, mestre-escola no contexto da passagem da escravidão para a abolição e do período imperial para o republicano.

No contexto do racismo biológico e da eugenia que grassavam no final do século XIX, sua caracterização por um dos expoentes da intelectualidade e da educação juiz-forana de então é algo revelador. José Rangel anota que,

Quando conheci a cidade em 1877, as primeiras letras eram ministradas em externatos particulares, ou em três ou quatro escolas públicas, de que eram professores Geraldo Teixeira Coelho, pouco afeiçoado ao cargo, Felicíssimo Mendes Ribeiro, um excelente negro, pouco letrado e muito maneiroso, conhecido pelo apelido de Dr. Tinguassiba, e D. Maria Augusta Pinto, diretora também de um colégio para meninas. Juiz de Fora nem ao menos gozou do privilégio de ser dotada com o ensino oficial em latim e francês, de

que outras cidades desfrutavam, com professores nomeados pelo governo da província... (RANGEL, apud CHRISTO, 1994, p. 108).

Tinguaciba é um dos nomes da espécie *Xanthoxylum tingoassuiba*, planta da família das *Rutaceae*, conhecida também como Tinguaciúba, Tembetaru, Laranjinha do mato³⁵. Chamada também de Laranjeira-brava, atinge até 3m de altura e ocorre na Mata Atlântica do NE e SE. Algumas de suas características são: arbusto e folhas espinhosas, fruto com casca alaranjada, aroma cítrico, sabor cáustico, acre, picante. Embora pouco estudada no país, é utilizada pela farmacopeia natural (NOGUEIRA, 2012, p. 309).

A propósito do propalado maneirismo da gente negra, Muniz Sodré evoca Lima Barreto para construir um comentário cáustico e espinhoso que vem a calhar:

Lima Barreto toca assim num ponto nevrálgico da ideologia identitária no Brasil: a “alta’ cultura (europeia) – as modas, a beleza, os bons costumes, as letras – era um meio de polir a “aspereza” local. O polimento era branco, enquanto a aspereza (a pobreza, os maus modos) seria negra ou mestiça (SODRÉ, 2015, p. 177, grifos do autor).

Outro ponto é que a alusão à cor negra dos personagens das tramas, notícias, notas é uma das características da escrita brasileira que se mantém constante mesmo depois dos romances regionais, na década de 1930, onde a negritude tem que pedir uma espécie licença do mesmo modo como os terreiros para funcionar obtinham obrigatoriamente autorização policial. Luiz Sérgio Diaz (2001) informa sobre a perseguição das nações capoeiras cariocas pela República adventícia, quando analisa a obra **O Cortiço** de Aluísio de Azevedo: “Firmo, em particular, levou à compreensão da figura modelar de capoeira: ágil, esperto, ‘maneiroso’, mas, ao mesmo tempo, sonhando com um emprego público, após ter prestado tantos serviços a políticos” (DIAZ, 2001, p. 17, grifo do autor).

Interessa aqui estabelecer um nexos dessa escrita com o discurso ocidental que Sodré chamou de imperial em contraponto ao discurso do “processo civilizatório afro-brasileiro [PCA]” (2015, p. 190, acréscimo nosso), que este mesmo autor classificou enquanto comunitário e que, em relação ao hegemônico, é percebido como um certo maneirismo, como o estilo que na história da arte sucedeu ao

³⁵ Conforme consta no Liber Herbarum (<http://www.liberherbarum.net/Minor/BZ/Index.htm>).

classicismo renascentista e antecedeu o barroco³⁶, cujo um dos ícones foi o pintor Caravaggio, que ousou pintar tipos populares em sua obra, pelo que era criticado.

Analisando uma pretensa simbiose, quer dizer, uma aproximação identitária entre a pessoa escravizada, principalmente doméstica, e o senhor, resultado de um esvaziamento de identidade naquela, que a levava, inclusive à recusa da alforria, e uma possível sedução inter-racial, fato que supostamente levou Gilberto Freyre a desenvolver seu conceito de democracia racial, Sodré (1988) reproduz observação do sociólogo Raymundo Faoro, “apontando para o ceticismo de Machado de Assis, quanto ao processo de libertação do escravo, que ‘seria livre, mas ficaria sem trabalho e sem pão, entregue à mendicância’” (SODRÉ, 2015, p. 179). A crítica pessimista do escritor ao processo abolicionista revelaria o verdadeiro motivo da permanência, a defesa em relação à situação por ele exposta.

Temos, então, que,

A humilhação está implícita na rejeição ao trabalho do negro por parte de grupos ou indivíduos em processo de ascensão social. Isto se acha bem exemplificado no personagem Rubião que, enriquecendo, vê-se socialmente pressionado a abrir mão do criado negro. Narra Machado: “O criado esperava teso e sério. Era espanhol. E não foi sem resistência que Rubião o aceitou das mãos de Cristiano; por mais que lhe dissesse que estava acostumado aos seus crioulos de Minas e não queria língua estrangeira em casa, o amigo Palha insistiu, demonstrando-lhe a necessidade de ter criados brancos. Rubião cedeu com pena. O seu bom pajem, que ele queria pôr na sala, como um pedaço da província, nem o pôde deixar na cozinha, onde reinava um francês, Jean, foi degradado a outros serviços” (SODRÉ, 2015, 180, grifo do autor).

De retorno à França, foi de lá que Estevam de Oliveira importou um termo para se referir ao futuro operário em seu relatório **Reforma do ensino primário e normal em Minas**, de 1902. Encomendado pelo governo mineiro em face da necessidade de reformulação da educação, era uma exigência da economia industrial capitalista, visando a demanda de trabalhadores qualificados e disciplinados para o desenvolvimento fabril, o que passava pela alfabetização em larga escala, para que, “... através da escola, seja o Estado provido de **bons animais**, para seu futuro engrandecimento” (OLIVEIRA, 1902, p. 25, apud CHRISTO, 1994, p. 116, grifo do autor).

É no relatório retrocitado que Estevam de Oliveira propõe a criação dos Grupos

³⁶ O maior nome do barroco brasileiro foi o escultor mineiro Antônio Lisboa – Aleijadinho, um afrodescendente.

Escolares para substituir as escolas remanescentes do período imperial, ancoradas no modelo dos mestres-escola e do professor virtuoso. A palavra de ordem passa a ser disciplinarização e a tarefa só poderá ser levada a cabo no esforço centralizador sugerido com a criação dos grupos escolares, que poriam a educação e os professores sob controle estatal, pedra angular da Reforma João Pinheiro (1906).

É ainda no âmbito da discussão da falta de educação coetânea que, em 1912, no II Congresso Brasileiro de Instrução Primária e Secundária, em Belo Horizonte, um dos próceres, o acadêmico José Rangel, primeiro diretor dos Grupos Centrais, inaugurados em 1907 e funcionando nos resistentes escombros do Palacete Santa Mafalda ainda hoje, vai oferecer uma descrição incisiva a respeito da população pobre. 1º Secretário do congresso, declara que

Economicamente, nada mais oneroso que o analfabetismo. (O indivíduo) **só aceita do trabalho a tarefa que baste para garantir-lhe (...) as funções inferiores da vida animal (...)** O povo inculto só produz imprevidentemente, pelo **trabalho descontínuo** e sem estímulo, o necessário para satisfação de suas imediatas necessidades materiais (CONGRESSO, 1912, apud CHRISTO, 1994, p. 117, grifos da autora).

O historiador Perry Anderson (1987) anotou uma expressão emblemática utilizada pelos senhores da Roma antiga para a classificação do seu patrimônio. Falando sobre a desvalorização do escravizado na crise territorial e produtiva da agricultura do Império Romano, um dos fatores de sua dissolução e emergência do modo de produção feudal, na Idade Média, relata,

É talvez sobre esta agricultura de lavradio que mais se justificam os comentários de Marx sobre a eficácia dos escravos: “O trabalhador aqui, para usar uma significativa expressão dos antigos, apenas se distingue, como *instrumentum vocale*, de um animal, que é o *instrumentum semi-vocale*, e de uma alfaia, que é o *instrumentum mutum* [mudo]. Mas ele próprio cuida de dar a sentir à besta e à ferramenta que não é um dos seus, que é um homem. Convence-se com imensa satisfação de que é um ser diferente ao tratar um sem piedade e ao danificar o outro *con amore*”. Capital, Moscovo 1961, I, p. 196. Não devemos esquecer, contudo, que Marx no *Capital* se ocupava essencialmente da utilização dos escravos no modo de produção capitalista (o Sul dos Estados Unidos), não com o modo de produção escravagista enquanto tal. Nunca teorizou completamente a função da escravatura na Antiguidade. Além disso, a investigação moderna reviu radicalmente muitos dos seus juízos sobre a própria escravatura americana (ANDERSON, 1987, p. 85, grifos do autor, acréscimo nosso).

Sobre um quadro do pintor francês Taunay, principal integrante da Missão Artística Francesa, denominado **Entrada da baía e da vila do Rio, a partir do**

terraço do Convento de Santo Antônio em 1816 (ANEXO – N), Lilia Schwarcz (2008), comentando aspectos da observação e convivência dos artistas franceses no Novecentos brasileiro, observa que,

Detalhes da tela mostram que os escravos não deixam de estar presentes, mesmo que como um “borrão”, na representação. Surgem sempre na labuta, e ao lado de animais: são “bens semoventes”, como dizia a dura definição da época, que igualava escravos a animais de pastoreio (SCHWARCZ, 2008. Não paginado, grifo da autora).³⁷

Eutropio fugiu da animalesca instância da visada erudita pelo conhecimento, que, no âmbito do intelecto o compara, numa operação de re-cercamento, com qualquer um de seus pares, até aonde se pode perceber na maneira posta nesta pesquisa (p. 14). Embora fosse quase compulsória tal investidura, ao que parece, o intelectual a aceitou sem questionamentos, ao contrário, por exemplo, do escritor Lima Barreto, siderado entre a condenação ao *mainstream* acadêmico e político representado pela ABL, ao mesmo tempo em que reivindicava a própria entronização na instituição.

A ontologia, o jeito, a maneira de ser afro-brasileira é estranha para o modo de ser que organiza a obra intelectual juiz-forana no papel, congregada pela Academia Mineira de Letras. Fora dela, é o analfabetismo embrutecedor, indisciplinado, imprestável, inepto. Inversão da apofonia, possibilitada pela prefixação intelectual, Eutropio transmuta-se apto e se entroniza enquanto um caractere comum, do mesmo modo e qualidade, quer dizer, compatível porque distanciado da ontologia originária cuja predicação estigmatizava seu suposto grupo de origem. Esta ação do letramento clássico, o faz galgar um olimpo qualquer, propiciador de uma nova ontologia afastada, aos olhos da intelectualidade, afinal postos em si mesma, da perspectiva animalesca e aproximada do significante intelectualizado.

Situado Eutropio a partir de sua enunciação como objeto da ação jornalística, portanto de uma autoria, cumpre agora uma aproximação desse fazer jornalístico específico, quer dizer, dentro da magnitude da imprensa local, que coincide com a da literatura, tentar isolar criticamente o criador da notícia eutropiana, para em seguida aplicar-lhe as premissas da análise discursiva. Já se viu aqui, recorrentemente, que o criador da notícia foi o intelectual Estevam de Oliveira, fundador do jornal Correio de Minas, educador entusiasmado e intelectual de fortes

³⁷ Encarte de nº 15, colocado entre as páginas 256 e 257.

convicções republicanas, além de ser considerado vigoroso polemista por seus pares.

Ao traçar um perfil centrado no papel decisivo de Estevam nas reformas do ensino mineiro na virada do século XIX para o XX, CHAMON e ZIKA (2007) informam adicionalmente que ele recebeu a patente de Major do Exército, foi membro fundador da Academia Mineira de Letras, do Instituto Histórico Geográfico de Minas. Completam anotando que

Sua produção literária e técnico-pedagógica foi significativa. Uma de suas primeiras publicações foi um trabalho sobre instrução pública, em 1884, cuja edição, segundo seus biógrafos, teria se esgotado rapidamente. Publicou também *Pela República* (1896), livro de crônicas políticas; *Reforma do Ensino Público Primário e Normal em Minas Gerais* (1902), relatório sobre a organização do ensino em São Paulo e Rio de Janeiro e plano de reforma da instrução pública em Minas; *Crônicas e Traduções* (1908), coletânea de crônicas escritas para o jornal “Correio de Minas”, sob o pseudônimo de Neophito e traduções de algumas odes de Horácio Flacco; *Rudimentos de História Pátria* (1909), compêndio para uso nas escolas primárias mineiras; *Notas e Epístolas* (1911), coletânea de cartas políticas por ocasião da Campanha Civilista. Traduziu ainda o *Segundo livro da Eneida* e obras de Cícero, Virgílio, Horácio e Tito Lívio em *Traduções Avulsas* (1924) (CHAMON e ZIKA, 2007, p. 52, grifos dxs autorxs).

Sua produção completa e robustece o perfil do jornalista visto antes e denota seu preparo para a tarefa a que se lançou, como sua filiação ideológica ao cânone enquanto um intelectual preparado e engajado nas mudanças necessárias para o melhoramento educacional e o robustecimento republicano. Obcecado pelo controle estatal e pela uniformização do ensino e da formação dos professores, para uma difusão geral da alfabetização e do primário, pugnava pela urgência que tais medidas comportavam, o que se tornou um libelo e uma verdadeira missão.

Os dados biográficos de Eutropio e Estevam pesquisados até aqui não informam sobre qualquer aproximação entre eles no período anterior à chegada do primeiro em Juiz de Fora. No entanto, as andanças do segundo pela Zona da Mata mineira deixam em aberto esta possibilidade de anterior aproximação entre eles.

Igualmente em aberto fica a forma com que José Eutropio auferiu seu conhecimento e erudição à altura do que se poderia classificar como um sonho estevamniano para toda a população. De qualquer maneira, isto possibilitou a Estevam registrá-lo de modo diacrônico e dialogicamente ideal em sua notícia estendida, muito longe, então, do barbarismo da população de que, como uma pessoa negra, certamente era egresso.

O mosaico literário que enredou Eutropio é um texto situado na história da região mineira da qual Juiz de Fora é a referência. É uma região cindida pelas vias que escoavam a riqueza capitalista do café e do ferro, interesse maior dos ingleses, cujos agentes, chamados quase afetivamente e com admiração de viajantes ou pesquisadores, vasculhavam o Estado à cata das jazidas minerais.

Ressoavam aqui os ideais republicanos que galvanizaram a ação dos intelectuais da “Geração 1970”, como posto neste trabalho (p. 43), movidos principalmente pela influência francesa. Do mesmo modo, registrou-se aqui (p. 37) o efeito da realidade do subdesenvolvimento na obra ficcional e a identidade entre Saquaremas e Luzias quando no poder (p. 46), enquanto atores na construção institucional do Estado imperial, cuja referência era também a França.

O ideário revolucionário francês de igualdade, fraternidade e liberdade tinha validade apenas para a Europa. Figuras destacadas tanto do Iluminismo, como David Hume, John Locke e Voltaire, como na filosofia alemã, com destaque para Kant, Hegel e Marx, negavam aos povos africanos o *status* da humanidade. O prototexto do hipotexto setentista brasileiro importou a negação.

Isso talvez explique a fixação de um poeta negro, o simbolista Cruz e Sousa (1861 – 1898), pela cor branca, apontada em diversos estudos.³⁸ O poema Antífona, nome dos cânticos curtos que precedem e prosseguem a recitação de um salmo, que abre seu livro na coletânea **Poesias completas de Cruz e Sousa**. Broquéis – Faróis – Últimos Sonetos mostra esse tipo de fascinação:

Antífona

Ó formas alvas, brancas, Formas claras
De luars, de neves, de neblinas!...
Ó Formas vagas, fluídas, cristalinas...
Incensos de turíbulos das aras...

Formas do Amor, consteladamente puras,
De Virgens e de Santas vaporosas...
Brilhos errantes, mádicas frescuras
E dotências de lírios e de rosas...

³⁸ “Emparedado” entre a recusa (o poeta de pele preta) e a assunção (o eu-lírico de extração branca), denuncia, ao mesmo tempo em que, evoca Sousa: “Artista! Pode lá isso ser se tu és d’África, tórrida e bárbara, devorada insaciavelmente pelo deserto, tumultuando de matas bravias, arrastada sangrando no lodo das Civilizações despóticas, torvamente amamentada com o leite amargo e venenoso da Angústia! (CRUZ E SOUSA, 1995, p. 389)” (AMANCIO, MIRANDA SIQUEIRA, 2013, p. 21). Ainda, “Contudo, Cruz e Sousa preocupa-se, sobretudo, com as questões pertinentes a afrobrasilidade e dialética entre o negro e branco, como foi exposto no próprio artigo, que se constituíram de forma desigual em nossa sociedade. Todavia, não é incomum que esse processo se desdobre de maneiras diferentes entre esses dois grupos” (Idem, p.23).

Indefiníveis músicas supremas,
 Harmonias da Cor e do Perfume...
 Horas do Ocaso, trêmulas, extremas,
 Requiem do Sol que a Dor da Luz resume...

Visões, salmos e cânticos serenos,
 Surdinas de órgãos flébeis, soluçantes...
 Dormências de volúpicos venenos
 Sutis e suaves, mórbidos, radiantes...

Infinitos espíritos dispersos,
 Inefáveis, edênicos, aéreos,
 Fecundai o Mistério destes versos,
 Com a chama ideal de todos os mistérios.

Do Sonho as mais azuis diafaneidades
 Que fuljam, que na Estrofe se levantem
 E as emoções, todas as castidades
 Da alma do Verso, pelos versos cantem.

Que o pólen de ouro dos mais finos astros
 Fecunde e inflame a rima clara e ardente...
 Que brilhe a correção dos alabastros
 Sonoramente, luminosamente

Forças originais, essência, graça
 De carnes de mulher, delicadezas...
 Todo esse eflúvio que por ondas passa
 Do Éter nas róseas e áureas correntezas...

Cristais diluídos de clarões alacres,
 Desejos, vibrações, ânsias, alentos
 Fulvas vitórias, triunfamentos acres,
 Os mais estranhos estremecimentos...

Flores negras do tédio e flores vagas
 De amores vãos, tantálicos, doentios...
 Fundas vermelhidões de velhas chagas
 Em sangue, abertas, escorrendo em rios...

Tudo! vivo e nervoso e quente e forte,
 Nos turbilhões quiméricos do Sonho,
 Passe, cantando, ante o perfil medonho
 E o tropel cabalístico da Morte...
 (SOUSA, [197?], p. 29).

No entremeio da publicação o autor reafirma de forma quase confessional o credo à branquitude. Escreve ele,

Primeira Comunhão

Grinaldas e véus brancos, véus de neve,
 Véus e grinaldas purificadores,
 Vão as Flores carnais, as alvas Flores
 Do sentimento delicado e leve.

Um luar de pudor, sereno e breve,
 De ignotos e de prônubos pudores,

Erra nos pulcros, virginais brancos
 Por onde o Amor parábolas descreve...

Luzes claras e augustas, luzes claras
 Douram dos templos as sagradas aras,
 Na comunhão das niveas hóstias frias...

Quando seios pubentes estremecem,
 Silfos de sonhos de volúpias crescem,
 Ondulantes, em formas alvadias...
 (SOUSA, [197?], p. 44).

Isto logo depois de localizar a cor do pecado na

Afra

Ressurges dos mistérios da luxúria,
 Afra, tentada pelos verdes pomos,
 Entre os silfos magnéticos e os gnomos
 Maravilhosos da paixão purpúrea.

Carne explosiva em pólvoras e fúria
 De desejos pagãos, por entre assomos
 Da virgindade – casquinantes momos
 Rindo da carne já votada à incúria.

Votada cedo ao lânguido abandono,
 Aos mórbidos delíquos como ao sono,
 Do gozo haurindo os venenosos sucos.

Sonho-te a deusa das lascívias pompas,
 A proclamar, impávida, por trompas
 Amores mais estéreis que os eunucos
 (SOUSA, [197?], p. 43).

Numa fase mais distante da inicial, o poeta parece vislumbrar a morte, que viria precocemente. Num quase epitáfio, clama:

Lírio astral

Lírio astral, ó lírio branco,
 Ó lírio astral,
 No meu derradeiro arranco
 Sê cordial!

Perfuma de graça leve
 O meu final
 Com o doce perfume breve,
 Ó lírio astral!
 Dê-me esse óleo sacrossanto,
 Todo o caudal
 Do óleo casto do teu pranto,
 Ó lírio astral!

Dentre as sonatas da lua

Celestial,
Lírio, vem lírio, flutua,
Ó lírio astral!

Dos raios das noites de ouro
Do Roseiral,
Do constelado tesouro,
Ó lírio astral!

Desprende o fino perfume
Eterea
E vem do celeste lume,
Ó lírio astral!

Da maviosa suavidade
Do céu floral
Traz a meiga claridade,
Ó lírio astral!

Que bendita e sempre pura
E divinal
Seja-me a tua frescura,
Ó lírio astral!

Que ela, enfim, me transfigure,
Na hora fatal
E os meus sentidos apure,
Ó lírio astral!

Que tudo que me é avaro
De luz vital,
Nessa hora se torne claro,
Ó lírio astral!

Que portas de astro, rasgadas
Num céu lírial,
Eu veja desassombradas,
Ó lírio astral!

Que eu possa, tranquilo, vê-las,
Limpo do mal,
Essas mil portas de estrelas.
Ó lírio astral!

E penetrar nelas, calmo,
Na paz mortal
Como um davídico salmo,
Ó lírio astral!

Vento velho que soluça
Meu sonho ideal,
No infinito se debruça,
Ó lírio astral!
Por isso, lá, no Momento,
Na hora letal,
Perfuma esse velho vento,
Ó lírio astral!

Traz a graça do Infinito,
Graça imortal,

Ao velho sonho proscrito,
Ó lírio astral!

Adoça-me o derradeiro
Sonho feral,
Ó lírio do astral Cruzeiro
Ó lírio astral!

Sê, ó Lírio, ó doce Lírio
De luz boreal,
Na morte o meu claro círio,
Ó lírio astral!

Perfuma, Lírio, perfuma,
Na hora glacial,
Meu Sonho de Sol, de Bruma,
Ó lírio astral!

Que eu suba na tua essência
Sacramental
Para a excelsa Transcendência,
Ó lírio astral!

E lá, nas Messes divinas,
Paire, eternal,
Nas Esferas cristalinas,
Ó lírio astral!
(SOUSA, [197?], p. 86)

Lírio é um símbolo de brancura, beleza pureza, virgindade. Na versão Flor de Lis é emblema da realeza francesa desde o século XII, como também da França. Simboliza igualmente a Virgem Maria, que se pode considerar, na perspectiva aqui posta, uma antípoda da Afra retro recitada.

Nesse vaivém entre o bem e o mal, uma última poesia exhibe o drama existencial de Cruz e Sousa, que dá a impressão de uma tela pintada com um efeito *quiaroscuro* vacilante:

Vinho negro

O vinho negro do imortal pecado
Envenenou nossas humanas veias
Como fascinações de atrás sereias
De um inferno sinistro e perfumado.

O sangue canta, o sol maravilhado
Do nosso corpo, em ondas fartas, cheias,
Como que quer rasgar essas cadeias
Em que a carne o retém acorrentado.

E o sangue chama o vinho negro e quente
Do pecado letal, impenitente,
O vinho negro do pecado inquieto.

E tudo nesse vinho mais se apura,

Ganha outra graça, forma e formosura,
 Grave beleza de esplendor secreto.
 (SOUSA, [197?], p. 180)

Completando, sintomaticamente, uma informação de interesse para esta argumentação é que a reunião de sua obra é antecedida por uma epígrafe com uma estrofe em francês do poeta Charles Baudelaire.³⁹ O que se coaduna com o que disse dele disse Alfredo Bosi:

Para o poeta simbolista, o problema se formulava em termos da situação do *artista negro*, ao qual o subdarwinismo da época negava a possibilidade de subir ao nível da inteligência criadora. Na linguagem febril do "Emparedado", a tragédia do intelectual negro se localiza no bojo de uma cultura ainda informe, como a brasileira, que se dobra à *ditadora ciência de hipóteses*.

O racismo evolucionista, enquanto relegava o negro a uma posição inferior na escala do gênero humano, fez as vezes do mito de Cam *racionalizado* e introjetado mundialmente entre os fins do século XIX e a Primeira Guerra Mundial:

Nos países novos, nas terras ainda sem tipo étnico absolutamente definido, onde o sentimento d'Arte é silvícola, local, banalizado, deve ser espantoso, estupendo o esforço, a batalha formidável de um temperamento fatalizado pelo sangue e que traz consigo, além da condição inviável do meio, a qualidade fisiológica de pertencer, de proceder de uma raça que a ditadora ciência d'hipóteses negou em absoluto para as funções do Entendimento e, principalmente, do entendimento artístico da palavra escrita.

Deus meu! por uma questão banal da química biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes e curiosos fósseis preocupados, a ruminar primitivas erudições, perdidos e atropelados pelas longas galerias submarinas de uma sabedoria infinita, esmagadora, irrevogável! Mas que importa tudo isso? Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febre?

— Tu és dos de Cam, maldito, réprobo, anatematizado!

("Emparedado", prosa final das Evocações) (BOSI, 1992, p. 271, grifos do autor).

Aluísio Azevedo lançou seu principal romance, **O Cortiço**, em 1890. Nele desponta “a Bertoleza, crioula trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amigada com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na cidade” (AZEVEDO, 1997, p. 1). Enviuvada, logo será como que absorvida pela aproximação interessada do taberneiro português João Romão, seu vizinho no cortiço botafoguense, com quem passa a morar. Sendo assim,

³⁹ “Seigneur, mon Dieu! Accordez-moi la grâce de produire quelques beaux vers qui me prouvent à moi-même que je ne suis pas le dernier des hommes, que je ne suis pas inférieur à ceux que je méprise”. Baudelaire. “Senhor meu Deus! Concede-me a graça de produzir alguns belos versículos que me provam que não sou o último dos homens, que não sou inferior àqueles a quem desprezo.” Baudelaire (Tradução nossa).

Ele propôs-lhe morarem juntos e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua (AZEVEDO, 1997, p. 1).

O concubinato durou enquanto Bertoleza prestou-se aos interesses de Romão. Depois disso, vendo-se ludibriada, termina por suicidar. Outra personagem, Dona Estela, mulher do rico comerciante Miranda, que se muda para a vizinhança do cortiço “senhora pretensiosa e com fumaças de nobreza”, (AZEVEDO, 1997, p. 3), é capturada em pleno gozo da seguinte forma;

Miranda nunca a tivera, nem nunca a vira, assim tão violenta no prazer. Estranhou-a. Afigurou-se-lhe estar nos braços de uma amante apaixonada: descobriu nela o capitoso encanto com que nos embebedam as cortesãs amestradas na ciência do gozo venéreo. Descobriu-lhe no cheiro da pele e no cheiro dos cabelos perfumes que nunca lhe sentira; notou-lhe outro hálito, outro som nos gemidos e nos suspiros. E gozou-a, gozou-a loucamente, com delírio, com verdadeira satisfação de animal no cio (AZEVEDO, 1997, p. 4).

Uma terceira personagem feminina, a mulata Rita Baiana, é então descrita,

Mas, ninguém como a Rita; só ela, só aquele demônio, tinha o mágico segredo daqueles movimentos de cobra amaldiçoada; aqueles requebros que não podiam ser sem o cheiro que a mulata soltava de si e sem aquela voz doce, quebrada, harmoniosa, arrogante, meiga e suplicante. E Jerônimo via e escutava, sentindo ir-se-lhe toda a alma pelos olhos enamorados. Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o calor vermelho das sestras da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambecidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno da Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca (AZEVEDO, 1997, p. 35).

A descrição agora é de uma prostituta loura, quase feérica. “Esta madrinha era uma cocote de trinta mil-réis para cima, a Léonie, com sobrado na cidade. Procedência francesa” (AZEVEDO, 1997, p. 14):

Léonie, com as suas roupas exageradas e barulhentas de cocote à francesa, levantava rumor quando lá ia e punha expressões de assombro em todas as caras. O seu vestido de seda cor de aço, enfeitado de

encarnado sangue de boi, curto, petulante, mostrando uns sapatinhos à moda com um salto de quatro dedos de altura; as suas lavas de vinte botões que lhe chegavam até aos sovacos; a sua sombrinha vermelha, sumida numa nuvem de rendas cor-de-rosa e com grande cabo cheio de arabescos extravagantes; o seu pantafaçudo chapéu de imensas abas forradas de velado escarlata, com um pássaro inteiro grudado à copa; as suas jóias caprichosas, cintilantes de pedras finas; os seus lábios pintados de carmim; suas pálpebras tingidas de violeta; o seu cabelo artificialmente louro; tudo isto contrastava tanto com as vestimentas, os costumes e as maneiras daquela pobre gente, que de todos os lados surgiam olhos curiosos a espreitá-la pela porta da casinha de Alexandre; Augusta, ao ver a sua pequena, a Juju, como vinha tão embonecada e catita, ficou com os dela arrasados de água (AZEVEDO, 1997, p. 50).

Sua afilhada Juju é vista assim,

Léonie trazia sempre muito bem calçada e vestida a afilhada, levando o capricho ao ponto de lhe mandar talhar a roupa da mesma fazenda com que fazia as suas e pela mesma costureira; arranjava-lhe chapéus escandalosos como os dela e dava-lhe jóias. Mas, naquele dia, a grande novidade que Juju apresentava era estar de cabelos louros, quando os tinha castanhos por natureza. Foi caso para uma revolução na estalagem; a notícia correu logo de número a número, e muitos moradores se abalaram do cômodo para ver a filhita da Augusta “com cabelos de francesa” (AZEVEDO, 1997, p. 50).

O feminino na obra naturalista **O Cortiço** já foi esmiuçado pela crítica literária e sociológica. A intenção aqui é adensar certo contraste no tratamento da questão racial. Por fim, uma última personagem completa o enredo em preto e branco do romance, interesse maior para uma percepção do teor racista contido na obra. Filha de Isabel, uma velha ex-aristocrata empobrecida, que fez questão de mesmo morando no cortiço, continuar pagando as aulas de francês da menina:

A filha era a flor do cortiço. Chamavam-lhe Pombinha. Bonita, posto que enfermiça e nervosa ao último ponto; loura, muito pálida, com uns modos de menina de boa família. A mãe não lhe permitia lavar, nem engomar, mesmo porque o médico a proibira expressamente (AZEVEDO, 1997, p. 14).

Entre Bertoleza, a máquina de trabalhar, e Pombinha, a fragilidade em pessoa, repousa a dialética da senhora e da escravizada, a versão feminina da construção aristotélica. Nesta, a senhora é frágil e a escravizada forte, sendo, por isso, a primeira destinada à ação intelectual e artística, enriquecedora do espírito, e a segunda à ação corpórea e mecânica.

Conta-nos Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* que havia um ditado corrente no Brasil patriarcal a respeito das mulheres: “Branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar”, que revela o pensamento

masculino de então no qual a mulher é vista preconceituosamente como um objeto útil. No caso das brancas, úteis para interpretar o papel de mãe, mulher e dona de casa, relevantes para dar à família um status oficial e continuidade à linhagem familiar, devendo estar dentro dos modelos patriarcais; quanto às mulatas, principalmente aquelas mais bem feitas, mais bonitas, mais dóceis, o papel de coadjuvantes no cotidiano da vida patriarcal, dentro das casas-grandes, atuando como mucamas, submetidas muitas vezes a repasto sexual do senhor ou como iniciadoras das práticas sexuais dos filhos deste e também, não raras vezes, como vítimas das sinhás, que transplantavam o ódio de sua submissão à ordem masculina sobre as mucamas. Às mulheres negras, sem os predicados que as tornassem passíveis de agradarem sexualmente o senhor patriarcal, cabiam exercer o papel de animais de carga, o de suportar tarefas extenuantes, o de se esfalfar nas cozinhas sob os gritos das sinhás-donas, o de suar nas tarefas diárias das fazendas e dos engenhos (LIMA, [21--?]. Não paginado).

A dimensão da humanidade negra é desconsiderada e tem o mesmo status de um objeto, uma ferramenta de trabalho. “O negro real e concreto inexistia como pessoa” (SODRÉ, p. 2015, p. 180). A pessoa negra, apesar da visível realidade escravista, é uma abstração utilizável ao gosto do humor senhorial, “a exemplo dos negros de *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo” (SODRÉ, 2015, p. 180, grifo do autor). Isso vai provocar a invisibilidade alimentadora do racismo, resultando na possibilidade de exclusão da vítima do âmbito do conceito humano universal ocidental.

Assim, no famoso *A Cabana do Pai Tomás*, da norte-americana Harriet Beecher Stowe, uma personagem feminina diz à sua ama: “Ora, sinhazinha, olhe só para suas mãos tão bonitas e brancas, os dedos finos todos brilhando com anéis, como lírios brancos cobertos de orvalho; e olhe para minhas mãos pretas, tão grosseiras. Não acha que o Senhor Deus prefere que eu faça a torta e a sinhazinha fique na sala?” E em *O tronco do ipê*, escrito dezanove anos depois do romance de Stowe, um negro vitupera contra outro: “Tição!... Tição é seu pai de você, negro cambaio e bichento que veio lá d’Angola... Cada beijo assim! hi hi! [...] Cada beijo como orelha de porco...” (SODRE, 2015, p. 181, grifos e acréscimos do autor).

Lima Barreto (1881 – 1922) criou a frágil Clara dos Anjos (1948), como pura, sonhadora e inocente criatura, totalmente fora do lugar destinado às pessoas pretas na escrita daquele tempo. Seduzida e abandonada pelo amado, um rapaz louro de presumida nobreza, filho de uma família tradicional, cuja mãe jactava reminiscências nobres, constata, em conversa com a mãe, no final da história “- Nós não somos nada nesta vida” (BARRETO, 1997, p. 172). Ao contrário da embranquecida **A Escrava Isaura** (1875), criada por Bernardo Guimarães (1825 – 1884), que, após sofrimentos atrozes, é redimida por um final feliz.

Final infeliz teve mesmo toda essa eugenia em sua intenção de extermínio do elemento africano da população brasileira. Monteiro foi o mais destacado defensor desta idéia no âmbito literário, como pode ser visto, entre outros escritos, na edição de seu livro **O presidente negro**, referido aqui à página 104, nos comentários da pesquisadora Marisa Lajolo (1998). Um exemplo recolhido por Muniz Sodré na obra **A Barca de Gleyre**, sua correspondência com Godofredo Rangel, corrobora: “Eu gosto muito dos negros, Rangel. Parecem-me tragédias biológicas. Ser pigmentado, como é tremendo” (SODRÉ, 2015, p. 181). Lobato explicita e sintetiza a prática literária dominante, ressalvadas as raríssimas exceções, que apagou em sua obra a subjetividade negra⁴⁰.

Complementando, Sodré (2015), busca o exemplo americano de Stowe⁴¹ permite extrapolar o âmbito literário brasileiro.

Embora relativos a personagens de países diferentes, há nesses enunciados autodepreciativos a mesma normatividade da ética universalista que produz o diferente do paradigma branco-europeu como um “inumano universal” ou como uma outra espécie biológica não plenamente identificável como humana.

Ao se denegar no real-histórico a plena alteridade humana do indivíduo negro, este torna-se objeto de uma valoração negativa explicitada nos discursos sociais e introjetadas nas consciências não só de sujeitos brancos, mas também, potencialmente, de negros. Naturalizando e universalizando essa negatividade, a narrativa romanesca gera um efeito ético de significação da pele negra como evento do mal. Os manuais escolares, os discursos familiares, os arrazoados do senso comum reproduzem o efeito, que converge para a generalidade das representações sociais, onde o negro se torna “de-historicizado” e associado à simples natureza – determinismo climático, pura corporalidade, animalismo etc. figurado como dependente da natureza e não da vontade, ele perde valor de pessoa e agente histórico (SODRÉ, 2015, p. 181).

Estevam de Oliveira escreve voluntariosamente sob este imperativo. Exaltado defensor do processo civilizatório ocidental parece não enxergar o teor discriminatório que dominava o discurso hegemônico então. Esta era uma cegueira útil, seletiva e pandêmica, que acometia a única forma de descrição a qual poderia lançar mão na descrição de Eutropio, de qualquer maneira, re-cercado como um grego ao modo machadiano. É nessa inflexão que emerge ou germina o eufemismo

⁴⁰ Em Juiz de Fora, um evento que acontece anualmente no horto do Museu Mariano Procópio é denominado “Caça ao Saci”, produzido por escolas particulares infantis. O personagem caçado pela criança branca em sua quase totalidade é aquele negrinho que incomoda e mexe nas coisas dos outros, tal e qual como a fórmula redutora com que Monteiro Lobato se apropriou da figura mítica afro-brasileira oriunda e inserida no contexto da escravatura.

⁴¹ Harriet Beecher Stowe, autora do clássico antiescravidão americano *A cabana do Pai Tomás* (1853).

que acomete sua notícia sobre o intelectual negro, dando-lhe uma corporalidade outra, retórica, literária⁴², presente claramente na fantasia civilizante com que o reveste, na qual aparece intersubjetivamente cativado pelo seu espaço discursivo tanto quanto pelo seu objeto de fascinação, o processo civilizatório ocidental. Neste, a resposta para todas as indagações.

De maneira que Estevam continha a notícia Eutropio e vice-versa. Já foi visto que as heterotopias atrapalham a sintaxe referida. É o caso da negritude na escrita ocidental. O jeito indicado para harmonizar a palavra e a coisa referida é o desentranhamento fantasmático do espírito redimido pela erudição de seu invólucro obscuro. É nesse painel que a carne negra de José Eutropio vai sofrer a sua gênese transfigurada, pelo monocromatismo escrevinhador, em verbo branco, que timbrou as letras e escrituras das notícias de mesma cor.

4.2 METATEXTO: LETRA NEGRA

Eu sou do morro,
quase espaço sideral,
daqui de cima,
vejo tudo acima do normal
Flavinho da Juventude

Lugar de Negro (1982) é o título de um livreto contendo, em sua 2ª parte, um trabalho quantitativo-estatístico do pesquisador Carlos Hasenbalg (IUPERJ), denominado **Raça, Classe e Mobilidade**, no qual o referido lugar transparece da mesma maneira em que era deliberadamente invisível para a sociedade brasileira: do lado de fora. O confinamento ontológico da pessoa negra ganha, então, uma expressão numérico-quantitativa advinda do cruzamento dos resultados das Pnads/IBGE – 1976, que incorporaram o quesito cor.

Textualmente,

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 permitem relacionar a classificação de cor (brancos, pretos, pardos) com algumas características sócio-econômicas e traçar um perfil atualizado da estrutura de desigualdades raciais no Brasil (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 91).

⁴² O literário aqui está aquém da produção literária, na qual incide, e além do pensamento social.

Em relação à raça, o discurso da “Geração 1870” prega o branqueamento da população brasileira através da imigração e da mestiçagem. Tal paradigma só vai ser superado pelo princípio democrático-racial formulado por Gilberto Freyre, no clássico **Casa Grande & Senzala** (1997). Nele está contido o elogio da mestiçagem e de seu resultado, a morenagem, que vai timbrar, por exemplo, toda a obra de Jorge Amado.

Nessa perspectiva repousa um efeito de abrandamento das relações escravistas e da conseqüente relação racial que daí adveio o **mito da democracia racial** que baseou resilientemente o pensamento sobre as relações raciais no Brasil até o final do século XX. Nos anos 1940, o pesquisador Donald Pierson, da Escola Livre de Sociologia de São Paulo, fundada em 1934, formulou o que chamou de preconceito social ou de classe em substituição ao preconceito racial apontado por muitos como as causas da desigualdade brasileira. Sobre isso, alertou Helga Gahyva:

Mas, a despeito do questionamento dos pressupostos científicos, se nos voltarmos aos resultados obtidos por Pierson (1942) em *Negroes in Brazil*, não encontraremos hiato significativo entre importantes conclusões a que chega o investigador norte-americano e aquelas obtidas por Freyre; afinal, ao debruçar-se sobre o padrão de relações raciais vigentes na Bahia, Pierson concluía que as desigualdades nacionais baseavam-se muito mais em critérios de classe do que de raça (Guimarães, 1996) (GAHYVA, 2011, p. 2).

Nesta mesma obra consta que na mesma década, Oracy Nogueira (1942) e Virgínia Leone Bicudo (1945), sob orientação do próprio Pierson, chegaram a conclusões em sentido contrário. O primeiro concluiu que o preconceito brasileiro era de marca, qual seja, baseado no fenótipo, na aparência, provocado pela discriminação racial. A segunda foi de encontro ao que seu mestre afirmara em sua pesquisa de mestrado sobre o atendimento de pessoas negras no sistema de saúde de São Paulo, indicando tratamento discriminatório a partir da aparência. Assim, “ambos se voltaram à análise das atitudes raciais e chegaram a conclusões similares, porém distintas daquela desenvolvida pelo norte-americano” (GAHYVA, 2011, p. 2). O que remete para uma expressão conhecida no âmbito coloquial, que reza: **escapou de preto branco é**, ou seu reverso: **escapou de branco preto é**, recolhida pelos sociólogos Florestan Fernandes e Roger Bastide, em pesquisa que resultou numa obra intitulada **Branços e Negros em São Paulo**.

Nos anos 1950, a Unesco, mirando no discurso democrático-racial freyreano, patrocinou pesquisas no sentido de colher subsídios teóricos para o aprimoramento da democracia e da convivência racial, a quimera freyreana, num mundo castigado pela apoplexia causada pela 2ª Guerra Mundial. Entretanto, os chamados estudos. “Unesco”, coordenados pelo sociólogo Florestan Fernandes, de uma maneira geral, deram com os burros n’água, ao indicar o racismo como resíduo das relações escravistas, não tendo incidência nas relações capitalistas. Em linhas gerais, a conclusão indicava sua superação através do desenvolvimento industrial.

Recuperando Hasenbalg (1982), a inclusão do quesito cor nas pesquisas do IBGE foi providência fundamental, permitindo o cruzamento quantitativo e estatístico das informações. Conclui o autor, consubstanciando uma idéia do lugar referido à negritude:

Transcorridos mais de noventa anos desde a abolição do escravismo, a população negra brasileira continua concentrada nos degraus inferiores da hierarquia social. Em contraste com a população branca, parte majoritária da população negra localiza-se nas regiões menos desenvolvidas do país. Seu acesso ao sistema educacional é restringido, particularmente nos níveis de instrução mais elevados (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 98).

Consequência imediata disso, quase um imperativo causal, resulta em patente exploração econômica, porque pela falta de instrução formal,

A participação do negro no sistema produtivo está caracterizada pela concentração desproporcional nos setores de atividade que absorvem mão-de-obra menos qualificada e pior remunerada. Por sua vez, os fatos mencionados determinam uma participação altamente desigual de brancos e negros na distribuição de renda e na esfera do consumo do produto social (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 9).

Impertinentemente presente, a conclusão a que chegou o autor no fecho do texto pode ser observada empiricamente no cotidiano juiz-forano e urbano brasileiro. Ele diz,

Esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado; ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente. Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social mais baixa são menores que a dos brancos da mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas.

Dada essa situação de fato, parece muito pouco provável que o ideal de igualdade racial seja atingido através de um mecanismo calcado no mercado, isto é, o processo de mobilidade social individual (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 98).

O lugar da exclusão negra é, então, aferido no mercado de trabalho e demais relações econômicas, o que supera o diagnóstico desenvolvimentista industrial capitalista dos estudos “Unesco”. Esse resultado mantém-se nas pesquisas mais recentes levadas a cabo por instituições como o próprio IBGE, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Ipea, órgão de assessoramento da Presidência da República, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese etc.

A plotação do resultado quantitativo do racismo na configuração do espaço urbano foi realizada por Marcel Cláudio Sant’Ana em sua pesquisa de mestrado intitulada. **A cor do espaço: limites e possibilidades na análise da segregação sócio-espacial** (2006). O exemplo de Brasília, para ilustrar a segregação racial no Distrito Federal (ANEXO - O) é a demonstração de que, mesmo considerando o grande número de funcionários públicos, a discriminação organiza racialmente a distribuição populacional da capital brasileira. O mapa nomeando as localidades, as chamadas cidades satélites oferecem, enfim, uma comprovação visual e panorâmica, que, junto com a quantitativa-estatística e a teórica-analítica, isola e desenha no território do país a ação do racismo construindo o lugar epistemológico da negritude.

Em um artigo-síntese de sua tese de mestrado, intitulado **A cor do espaço urbano**, publicado originalmente no extinto jornal *Ìrohìn*⁴³ e republicado no sítio eletrônico Geledés (27.02.2015), Sant’Ana salienta:

O DF apresenta uma situação particular em termos de composição racial da população, negros e brancos assumem uma igualdade numérica: a população branca responde por 49,15% da população total e a população negra por 49,57% (PDAD-2004). Mas essa igualdade não implica em igual distribuição no espaço urbano, muito menos em apropriação de equipamentos públicos e serviços urbanos: Como podemos ver no mapa, a população negra se concentra nas regiões periféricas do DF ou em áreas de degradação sócio-ambiental mais próximas ao núcleo de trabalho e renda — Brasília. Essa concentração da população negra em áreas periféricas coincide diretamente com a distribuição da população de analfabetos, com a concentração de ocorrências policiais, de desemprego, de irregularidade fundiária, de habitações sub-normais, de menor oferta de serviços públicos (principalmente de saúde e educação), de equipamentos de lazer, entre outros. O que acaba por constituir uma intersecção de variáveis negativas sobre a população negra (SANT’ANA, 2015. Não paginado).

⁴³ Notícia de jornal (<http://blog.ori.net.br/?p=1743>).

Para concluir,

Essas oposições entre os territórios de maior concentração de pessoas negras com os de maior concentração de população de cor branca se reflete em diversas variáveis pesquisadas. Em muito isso é devido à própria estruturação do espaço urbano do Distrito Federal constituído ainda na sua construção: Brasília, o Plano Piloto, estava destinada para a habitação da alta e média burocracia estatal que seria transferida do Rio de Janeiro, brancos em sua maioria, não estava previsto o assentamento dos milhares de nordestinos, negros em sua maioria, que iludidos pelo sonho do “Eldorado do Cerrado” vieram construir a capital do país (SANT’ANA, 2015. Não paginado, grifo do autor).

Na primeira parte do livro supracitado **Lugar de negro**, denominada **O Movimento negro na última década**, a pesquisadora Lélia Gonzalez (PUC/UERJ) traça um painel da luta política da militância negra. É uma resposta prática, diacrônica e perene que converge para a fundação do Movimento Negro Unificado – MNU em 1978. Tal resposta avaliza e se coaduna com as indicações e conclusão das pesquisas em relação à permanência do preconceito e da discriminação racial no país.

Para chegar à fundação do MNU, Leila constrói um painel com os antecedentes da movimentação negra desde “o período que se seguiu à abolição” (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 21). Surgiram as entidades, consequência da aproximação entre o engajamento no abolicionismo, e também nas sociedades de ajuda e alforria e cultura. “Seu papel é o de legitimar a existência do negro dentro da sociedade, diante da legislação. Elas se reúnem oficialmente, de forma independente, para praticar o lazer e suas culturas específicas” (GONZALES; HASENBALG, p. 21).

Vigiadas de perto pelas autoridades, essas entidades oscilavam entre o assimilacionismo e a prática cultural. No caso dos terreiros, seu funcionamento tinha de ser autorizado pela polícia. Só a partir de 1931, com o surgimento da Frente Negra, em São Paulo, é que a organização política negra ganha contornos ideológicos, atraindo os dois tipos de entidades.

Diz Leila,

É em SP que se inicia o processo de integração do negro na sociedade capitalista, sobretudo nos anos trinta, quando a imigração europeia é interrompida pelo Governo Vargas. É por aí, também, que se compreende porque a FNB constituiu-se num dos setores mais atrasados do operariado paulista (embora, a partir de um racha interno, a Frente Negra Socialista lhe fizesse oposição) (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 23).

A FNB foi extinta em 1937. Em 1945 surgiria o Teatro Experimental do Negro, criado com a participação de diversas pessoas ligadas tanto à Frente Negra Socialista quanto à arte dramática, liderados por Abdias Nascimento mais o pessoal do jornal **Clarim da Alvorada**, “mais importante órgão da imprensa negra” (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 23). O resultado é um discurso mais politizado, compartilhado por entidades recreativas, como explicita Leila,

Ao lado do teatro negro, a poesia também uma das mais vigorosas expressões das elites negras daquela fase que, sem perda da continuidade, marcou as novas gerações. Solano Trindade de certo modo sintetiza esses dois aspectos, tanto pela criação do seu Teatro Popular, quanto por sua extraordinária produção poética. Afirmação de identidade cultural e denúncia de exploração dos oprimidos constituíram a temática da poesia revolucionária de Solano (GONZALES e HASENBALG, 1982, p. 25).

Com a ditadura implantada pelo golpe militar de 1964, iniciou-se uma perseguição ferrenha aos movimentos sociais, acusados de tentar importar tanto o comunismo soviético quanto a luta pelos direitos civis americana⁴⁴. A movimentação negra foi reprimida pelo temor dos golpistas de uma influência da luta pelos direitos civis que a população negra norte-americana vinha reivindicando com grande mobilização, liderada por Martin Luther King, assassinado em 1968, e congregando a atuação de lideranças do movimento **Panteras Negras**, como Angela Davis.

Nos anos 1970, duas ocorrências vão marcar a luta antirracista brasileira, a fundação do MNU em 18 de Junho e o lançamento do manifesto de **Apresentação dos cadernos negros 1**, publicação do movimento/grupo Quilombhoje, em 25 de novembro de 1978 (ANEXOS – P – Q – R – S – T – U – V – X). Estes acontecimentos encadearam a rearticulação da militância afro-brasileira após a perseguição ditatorial.

Em 1988, os 100 anos da abolição foram comemorados de forma ambígua. À comemoração pela resistência, inclusive com participação oficial de órgãos nacionais, como o Ministério da Cultura, criando a Fundação Palmares, e organismos internacionais, como a UNESCO, que financiou estudos relacionados à efeméride, juntou-se os reclames pela continuidade da exclusão decorrente do

⁴⁴ “Torna-se importante perceber que a Lei dos Direitos Civis de 1964 é diretamente resultado do movimento dos direitos civis de 1960. E, amalgamando as reivindicações sociais e a ação do Estado, a institucionalização do combate às desigualdades raciais traz para as ações afirmativas, entendidas como política social, uma questão altamente vinculada aos ideais que norteiam e regulam os Estados democráticos contemporâneos, o princípio de equidade e a liberdade, entendida na forma de respeito aos direitos individuais” (VIEIRA, 2003, p. 78).

racismo. Este quadro captado pelo pesquisador Carlos Hasenbalg perfaz um tipo de lado de cá do espelho institucional brasileiro, cuja constituição e discurso não refletem a negritude.

Não sem razão, afirmou Muniz Sodré (2015) na introdução de seu livro **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil, a respeito do desafio intelectual de decifração de uma identidade para a nação brasileira, comparado ao mitológico enigma da Esfinge,

Da produção artística e intelectual dos negros e mulatos dos séculos XVIII e XIX e à “maneira” sacra, lúdica e sutilmente política dos terreiros de cultos afro-brasileiros, sem esquecer os movimentos identitários posteriores aos anos de 1960, o enigma impõe como um constante desafio, com a espada de Dâmocles da discriminação racial sempre acima das cabeças (SODRÉ, 2015, p. 11, grifo do autor).

Um exemplo ilustrativo dessa realidade, ou hiper-realidade, se considerada a situação de uma pessoa em processo de branqueamento, ou seja, fascinada pela imagem do espelho institucional, é dada pela proverbial escolha do fenótipo europeu nas peças publicitárias de todo tipo, a mesma nas produções da indústria cultural de massa, com suas novelas e congêneres audiovisuais, com destaque para a televisão. Ao fato da supremacia branca refletida enquanto significante constranger o significado preto, conclui Sodré,

O código, sistema de funcionalidade racionalista, semantiza, semiotiza. Em outras palavras, enquadra unidimensionalmente o mundo, providenciando para que, no processo de simbolização, uma coisa ou um signo representem apenas a função estipulada pelo ordenamento do valor de troca capitalista. Não foi à toa que já se definiu (Jacques Berque) o fenômeno da colonização europeia como um “fato semântico, isto é, como o poder de uma visão “linguística” (e não simbólica) do mundo. A consciência de que tudo se produz, característica de uma ordem cultural de características imperialistas, é a mesma segundo a qual tudo deve, semanticamente, passar pelo crivo universalista do signo, entendido como mero equivalente geral de verdades linguísticas, como unívoco valor universal de troca para os significados (valores relativos) que os enunciados da língua (os discursos) articulam. A absolutização do universo semântico dominante implica hegemonia cultural (SODRÉ, 1988, p. 10, grifo do autor).

À hegemonia cultural europeia, que enquadra semanticamente a produção discursiva brasileira, como já exposto neste trabalho, contrapõem-se às “culturas de *Arkhé*’ (ditas tradicionais ou selvagens), como foi posto pela ordem judaico-cristã” (SODRÉ, 1988, p. 10, grifo do autor). Fora desse domínio ou lutando contra ele, a

resistência negra oferece alternativa à comunidade que representa, pois, “O que havia mesmo eram posições simbólicas diferentes quanto ao modo de relacionamento com o real, ou seja, com o conjunto das singularidades do grupo” (SODRÉ, 1988, p. 10).

Uma ilustração do reflexo disso na prática discursiva pode ser dado por um passeio pela tradição barroca mineira representada pelas benzeções,

Primeiro porque se situam no âmbito das práticas rituais em que um iniciado atua como mediador entre os deuses e os homens, gerando, com isso, a expectativa de uma vida mais extensa, revelada para além da história cotidiana do sujeito; segundo, porque as transformações sociais têm interferido, em diferentes graus e medidas, na atuação desses iniciados, bem como na manutenção de seu patrimônio sagrado; terceiro, porque, apesar dessas mudanças, o benzedor se destaca como um agente social que desempenha – no meio rural ou na periferia dos centros maiores – a função de mantenedor do equilíbrio do homem e do mundo. Embora possa receitar ervas e chás como medidas complementares, o benzedor cura pelo poder das palavras... (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 11).

Conceitualmente, ressaltando a importância da fala no concerto do mundo, explicam os autores,

O que é benzeção? Perguntaríamos de início. Uma benzeção é uma linguagem oro-gestual com a qual algumas pessoas – detentoras de poder especial – controlam as forças que contrariam a vida harmoniosa do homem. Benzer é garantir o funcionamento da normalidade desejada e conter o mal (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 19).

Nesta linha, a autoria marca a presença feminina majoritária no vital conhecimento do que as palavras escondem e do gestual curativo, assinalada, desde a Península Ibérica, pela frase “eu sou a mulher, a benzedeira” (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 12). É uma inflexão sintática importante para assinalar a diferença com a sintaxe do patrimonialismo. Outro afastamento pode ser visto no fato da não remuneração do ato de benzeção, trocada por gêneros alimentícios produzidos no âmbito da comunidade sob o preceito da gratuidade, expresso “no agradecimento tantas vezes ouvido: ‘Deus há de prover’” (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 12), sendo o recebimento de dinheiro em espécie, que conforma uma aproximação com o universo da racionalidade capitalista, visto como coisa do demônio. Em suma,

No ato de benzeção, a palavra sagrada – responsável pela cura - leva os devotos, benzedor e benzido, a participarem de um universo mais vasto,

permeado pelas forças míticas que se revelam por meio das fórmulas de benzeções. Os ensalmos, geralmente, têm a oralidade como suporte e expressam, para além da cura, uma conceptualização de mundo específica de seus usuários (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 12).

É importante realçar que a religiosidade popular é que oferece a fundamentação argumentativa da autoria para afirmar que “é o poder criativo da palavra que cura, da palavra que benze” (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 17). Se não faz um contraponto total com a atitude religiosa das classes mais prestigiadas, sendo que também nestas, ela transita, embora mais discretamente, a contraposição vai ser posta em relação à atitude científica e racional, no sentido de que, como explicam,

A crença no sobrenatural é mítica e, por definição não-científica. O que independe de comprovação, o que ultrapassa os critérios objetivos de veracidade, tudo que vai acima e além do dado científico é questão de fé, de convicção assumida. E, aqui, nem se pode estabelecer a diferença em relação à religião do povo e à instituição eclesiástica. Está além da explicação objetiva do mundo colocar o chapéu do marido na cabeça da gestante para facilitar o parto (convicção popular), como também extrapola os limites científicos a prática corrente no Mosteiro das Luzes (instituição eclesiástica) que consiste em fornecer papelinhos de Frei Galvão para serem deglutidos como comprimidos. ‘Crer nessas coisas’ – muito mais que simples incompreensão dos recursos reais para solucionar a problemática existencial – é parte da vida do homem. E o questionamento dessa busca do desconhecido é a própria decifração de nossa incógnita. Refletimos – e essa é nossa característica humana -, nossa maior aquisição no processo evolutivo da espécie (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 18, grifo dxs autorxs).

O conhecimento científico é transmitido pela educação formal. O não-científico é fornecido pela experiência direta da vida, pelos costumes, cultura, enfim. O modo como a cultura se organiza constitui seu *ethos*, sua identidade, que vai diferenciá-la de todas as outras. É a observação intuitiva que vai produzir seu conteúdo, sendo que,

Na escala do conhecimento instintivo, o pensamento metafórico corresponde à imaginação mítica, quando o ser humano capta a informação por analogia, desdobrando o pensamento em duas imagens. Há um sentido matemático na metáfora, quando se estabelece uma proporção. A ocorrência de sol durante o dia e a lua durante a noite estabelece o vínculo sol:dia:lua:noite (o sol está para o dia assim como a lua está para a noite). A partir dessa primeira relação comparativa, outras vão surgindo: o que acontece durante o dia é claro, quente, previsível, seguro, solar, enquanto os acontecimentos noturnos são tidos como sombrios, frios, lunares, imprevisíveis. Observando a Natureza, o homem faz dela seus parâmetros e transfere os fenômenos naturais para sua realidade pessoal (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 27).

Ao contrário do *logos* (palavra em grego), a razão ou lógica que enreda o conhecimento racional, o binômio homem-natureza que baseia o pensamento mítico e sua base explicativa é dado pela observação comparativa dos fenômenos naturais, sua ocorrência e alternância. A cultura brasileira, como vimos, oferece um enigma de difícil decifração tanto para o pensamento acadêmico quanto para o observador espontâneo. Ela não se reduz facilmente e resiste a aproximações intuitivas e racionais. Nela, enquanto uma ocorrência, “A benzeção é uma fala ao inconsciente coletivo, de onde se retira a doença e onde se coloca, pela palavra, a saúde, restaurando-se o equilíbrio” (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 26).

Palavra, água, fogo, ar, terra, vegetação⁴⁵, fluidos corporais, convergem para a intermediação corporal com os referentes da simbologia conciliatória que mantém a integridade corporal. O painel que expõe os suportes da benzeção está no *ethos* da cultura popular brasileira. Conforme a autoria, circunscrevendo a prática num contexto mais universal,

As análises aqui propostas tomam o estado de Minas Gerais como referência, mas pela natureza dos eventos registrados, devem ser consideradas como notas que pretendem se inserir no concerto maior de estudos sobre as relações entre o ser humano e o sagrado, entre a experiência religiosa e as mudanças sociais (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 15).

Entra-se então na perspectiva cultural dos encontros. Em sua dialética citada, orientou Alfredo Bosi,

Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem. As palavras *cultura*, *culto* e *colonização* derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo participio passado é *cultus* e o participio futuro é *culturus*. *Colo* significou, na língua de Roma, eu *morp*, eu *ocupo a terra*, e, por extensão, eu *trabalho*, eu *cultivo o campo*. Um herdeiro antigo de *colo* é *incola*, o habitante; outro é *inquilinus*, aquele que reside em terra alheia. Quanto a *agrícola*, já pertence a um segundo plano semântico vinculado à idéia de trabalho. A ação expressa neste *colo*, no chamado sistema verbal do presente, denota sempre alguma coisa de incompleto e transitivo. É o movimento que passa, ou passava, de um agente para um objeto. *Colo* é a matriz de *colônia* enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar (BOSI, 1992, p. 11, grifos do autor).

⁴⁵ Alecrim, alho, arruda, cipó-mil-homens, erva-de-Santa Maria, funcho, juazeiro, mamoeiro, mandioca, mastruço, melão-de-São-Caetano, palma benta, pimenta, tanchagem, tingui, tripé, vassourinha (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 28).

Quem arava predominantemente o chão oficial das letras coloniais e plantava nele sua *poíesis*, sua Narrativa, era o gênio europeu, com alguma interferência, via jesuítica, da língua Tupi. Já se falou aqui (p. 122) sobre a expansão europeia ser primordialmente semântica. No entanto, discorrendo sobre a similitude entre a paisagem caribenha, onde nasceu, e a do continente americano, neste caso a localidade montanhosa e rugosa, de Chávin, no Peru, do qual considera a primeira “uma espécie de prefácio”, Édouard Glissant (2005, p. 14), salienta, realçando o fenômeno da composição cultural, “E o que é interessante, no fenômeno que constitui a *Neo-América*, é que o povoamento dessa América é muito especial: nele, é a África que prevalece” (GLISSANT, 2005, p. 16, grifo do autor).

Está se referindo ao que chamou cultura compósita, advinda de uma criouliização recente, em oposição ao que considera cultura atávica, como a ocidental, de criouliização remota. Esta, arraigada ao solo por uma raiz única e excludente, aquela fixada, ou infixada, pelo rizoma inclusivo. Infixada porque, explica Glissant, “indo ao encontro de outras raízes” (GLISSANT, 2005, p. 27). O ponto de tangência é a “poética da Relação, ou seja, um imaginário, que nos permitirá ‘compreender’ essas fases e essas implicações das situações dos povos no mundo de hoje, nos autorizará talvez a tentar sair do confinamento ao qual estamos reduzidos” (GLISSANT, 2005, p. 28, grifo do autor).

A saída professada por Glissant implica uma retomada, no caso da negritude, do que se perdeu nos chamados tumbeiros, os navios negreiros, que diferentemente daquelas embarcações que trouxeram o migrante armado, com suas ferramentas bélicas, ou daqueles que trouxeram o migrante familiar, seus hábitos e costumes, trouxeram,

aquele que chamamos de “migrante nu”, ou seja, aquele que foi transportado à força para o continente e que constitui a base de povoamento dessa espécie de circularidade fundamental, que, no meu entendimento, o Caribe constitui. Aqui não podemos negligenciar o termo “circularidade” porque se trata, com efeito, de uma espécie de irradiação, de uma “espiralidade”, o que é bem diferente da “projeção em flecha” que caracteriza toda e qualquer colonização (GLISSANT, 2005, p. 17, grifos do autor).

Sem poder transportar suas tradições e costumes, que preenchem o cotidiano, como cantos fúnebres, cerimônias de batismo, ritos festivos, sua cultura material, e principalmente a língua, a população escravizada promoveu criouliização, a

recomposição, pelos rastros/resíduos da língua, arte e cultura, numa dimensão geral, quer dizer,

criou algo imprevisível a partir unicamente dos poderes da memória, isto é, somente a partir dos pensamentos do rastro/resíduo, que lhe restavam: compôs linguagens crioulas e formas de arte válidas para todos, como por exemplo a música do jazz, que é re-constituída com a ajuda de instrumentos por eles adotados, mas a partir de rastros/resíduos de ritmos africanos fundamentais. Embora esse neo-americanismo não cante canções africanas que datam de dois ou três séculos, ele re-instaura no Caribe, no Brasil e na América do Norte, através do pensamento rastro/resíduo, formas de arte que propõe válidas para todos (GLISSANT, 2005, p. 20).

Com isso pode-se realizar a fundamental ação de cultivo do solo para demarcação da linguagem. Como na sobredita dialética marxiana, a espiralidade é o que permite girar, pela *épura*⁴⁶, também o *iceberg* da negritude, transformado em solo içado acima do chão, levando-o, nessa circularidade, da infraestrutura produtiva para a superestrutura simbólica, justaposta à cultura ocidental dominante.

O que acontece no Caribe durante três séculos é, literalmente, o seguinte: um encontro de elementos culturais vindos de horizontes absolutamente diversos e que realmente se crioulizam, realmente se imbricam e se confundem um no outro para dar nascimento a algo absolutamente imprevisível, absolutamente novo – a realidade crioula. A *Neo-América*, seja no Brasil, nas costas caribenhas, nas ilhas ou sul dos Estados Unidos, vive a experiência real da crioulização através da escravidão, da opressão, do desapossamento perpetrado pelos diversos sistemas escravocratas (GLISSANT, 2005, p. 17, grifo do autor).

Nesse movimento, chega-se ao que Glissant chama de poética da relação onde prevalece “o pensamento de que o ser é relação, ou seja, o ser não é um absoluto, o ser é relação com o outro, relação com o mundo, relação com o cosmos” (GLISSANT, 2005, P. 37). Como um metatexto que critica o modelo dominador e propõe uma nova textualidade, textura, contextura, enfim.

Um bom exemplo para fixação de uma imagem crioula é o da dança do congo, que acontece na maioria das comunidades negras brasileiras. Na linha mesma da religiosidade, outro exemplo pode ser colhido quando Alfredo Bosi fala do cruzamento de culturas que se dá na arte popular enquanto fonte que sacia a necessidade da pobreza periférica inerente ao sistema capitalista, seja, como

⁴⁶ No dicionário Aulete: “*épura* **1.** Geom. Representação, no plano, de figura tridimensional, mediante projeções de sua elevação, planta baixa e perfil; **2.** Des. Desenho geométrico que representa o conjunto das projeções de uma figura sobre dois planos perpendiculares”. [F.: Do fr. *épurer*] (ÉPURA, 2018, Não paginado, grifos da autoria).

constata o autor, “nos bairros pobres das redondezas de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Buenos Aires ou de Lima” (BOSI, 1992, p. 52).

É este mesmo autor que busca no remoto a linha da continuidade que resgata o passado e permite que o presente indique o futuro, quando anota que,

Quando os camponeses do Lácio chamavam *culta* às suas plantações, queriam dizer algo de cumulativo: o ato em si de cultivar e o efeito de incontáveis tarefas, o que torna o participio *cultus*, esse nome que é verbo, uma forma significativa mais densa e vivida que a simples nomeação do labor presente. O *ager cultus*, a lavra, o nosso roçado (também um deverbal), junta a denotação de trabalho sistemático a, qualidade obtida, e funde-se com esta no sentimento de quem fala. *Cultus* é sinal de que a sociedade que produziu o seu alimento já tem memória. A luta que se travou entre o sujeito e o objeto do suor coletivo contém-se dentro do participio, e o torna apto a designar a inerência de tudo quanto foi no que se passa agora. Processo e produto convêm no mesmo signo (BOSI, 1992, p. 13, grifos do autor).

No prosseguimento, Bosi indica o enraizamento que o passado possibilita através das mediações simbólicas, até chegar à oralidade, a fala, ligando tudo isso à religiosidade “vínculo do presente com outrora-tornado-agora” (BOSI, 1992, p. 15). Como a liturgia das comunidades de terreiro e o Axé, a energia vinculante passado-presente-futuro que liga os antepassados aos descendentes do Candomblé, território, quadro negro da sobredita **forma-social-negro-brasileira** e sua manifestação literária afro-brasileira.

4.3 HIPERTEXTO: LETRA CRIOULA

- Que mamãe boa!
João José (referindo-se à sua mãe
Carolina Maria de Jesus).

Não fosse uma mescla e não seria possível abordar José Eutropio como foi feito até aqui e daqui. Advogado, cronista, jornalista, crítico de arte, que por sua obra foi premiado pela Academia Brasileira de Letras e Ministério da Educação e Cultura, Edmundo Lys, pseudônimo do juiz-forano Antônio Gabriel de Barros Vale (1899 – 1982), assim falou dele, atestando,

Dos novos, no meio de todos estes jovens talentosos e cheios de natural ardor, *Salles de Oliveira*, redator de *A Evolução*, *Ruy Novaes*, secretário do

Diário Mercantil, Lage Filho, secretário do Correio de Minas, Vicente Jardim, Paulo Monte e Antonio Gomes, cumpre-nos salientar o nome por tantos títulos ilustres do dr. José Eutrópio (LYS apud BARBOSA; RODRIGUES, 2002, p. 69, grifos das autoras).

Na obra supracitada, no entanto, José Eutropio, patrono da cadeira nº 9 da Academia Juiz-forana de Letras⁴⁷, como já frisado aqui, não aparece como verbete. Vai surgir mais à frente, incluído como quase um apêndice, no verbete nº. 100) EDIMILSON DE ALMEIDA PEREIRA (BARBOSA; RODRIGUES, 2002, p. 280):

*José Eutrópio, segundo os “arquivos implacáveis” de Dornevilly Nóbrega nº 32, primeira série de *Revendo o passado*, p. 77, sobressaiu-se por ser: caudático notável, musicista, poeta, crítico de arte, jornalista, poliglota, professor (...) conhecedor de seu potencial, resolveu mudar-se para Juiz de Fora, desempenhando aqui várias funções, destacando-se em todas elas, tal seu saber”. No entanto, apesar de toda glória, foi discriminado e, numa brilhante imagem, Edimilson revela a transitoriedade da própria fixação (BARBOSA; RODRIGUES, 2002, p. 282, grifos das autoras).*

Segue uma poesia com seu nome no título de autoria do poeta Edimilson de Almeida Pereira, de onde foi copiada a epígrafe da seção 2 **TEXTUAL: a letra xadrez** desta dissertação (p. 23):

2. JOSÉ EUTRÓPIO
ÍCONE
*silenciado, apesar
do amor que esplende.*

*Em casa de fino trato
algum piano ressoa.
e cerca a tarde
sua música silente.*

*Todos os saberes
não abrem fortunas.
Para esse bardo
A burguesia dá-se*

*mas não o abraço
íntimo da carne.*

*O exílio continua
no interior da cidade.
Seu nome via pública
o que fixa é passagem*

(PEREIRA apud BARBOSA & RODRIGUES, 2002, p. 283, grifos do autor).

⁴⁷ A cadeira hoje é ocupada pela acadêmica Leila Maria Fonseca Barbosa, que substituiu Dornevilly Nóbrega, como consta na página eletrônica da instituição. Disponível em: <http://academiajuizforanadeletras.blogspot.com/>. Acesso em 14 ago. 2018.

As referências e as lincagens sobre ele, pesquisadas e utilizadas neste trabalho permitem acessar aleatoriamente, porque entrepostas, letras e imagens dúbias, indecisas, vacilantes entre o preto e o branco. Um exemplo interessante do efeito linguístico na criação (*poíesis*) e fruição (*aísthesis*) do material produzido pode ser colhido na informação do vocábulo **eufemismo** da seção **4 PRETEXTO: a letra (re)velada** (p. 103) deste trabalho. Na primeira acepção, o exemplo de conveniência e atenuação manda utilizar “*traseiro* no lugar de *bunda*...” (EUFEMISMO, 2017. Não paginado, grifos da autoria). No mesmo dicionário, entre descrições anatômicas, informação de significados e indicações etimológicas, tem-se:

Bunda

4. Pej. Ordinário, reles, sem qualquer valor
[F.: Do quimb. *mbunda*.]

1. O mesmo que *bundo* (3), qualquer língua de povo negro africano
2. O mesmo que *bundo* (6); ref. a *bundo* (1), indivíduo de povo banto de Angola, ou a *bundo* (4), língua de povo negro africano
[F.: Do quimb. *mbundu*, pelo banto *bunda*.]
(BUNDA, 2018. Não paginado, grifos da autoria).

Palavra de etimologia banto, sua diacronia dialoga com outro verbete de mesma origem africana: quilombo. A consulta a diferentes edições de dicionários ilustra sobremaneira o gotejamento simbólico e significativo no arranjo cotidiano. A incorporação linguística do preconceito em relação ao referido vocábulo torna-se quase palpável.

Na edição do Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa de 1946 tem-se:

Quilombo, s. m. (Bras.) Casa ou lugar onde se acoitavam os negros fugidos; folguedo, também chamado *toré* ou *torém*, usado em Alagoas (interior) durante o Natal, em que dois grupos numerosos figurando negros fugidos e índios, vestidos a caráter e armados de compridas espadas e terçados, lutam pela posse da rainha índia, acabando a função pela derrota dos negros, vendidos aos espectadores como escravos (QUILOMBO, 1946, p. 1034, grifos da autoria).

O verbo acoitar significava, em Portugal, a ação de proteção a alguém num lugar ou território chamado coito ou couto, onde eram asilados os criminosos protegidos dos senhores de terra que, assim, ficavam fora do alcance do poder real. Daí surgiu o termo “Valhacouto. [Da 3ª pess. sing. do pres. sub. de valer + couto¹.]

S. m, 1. Refúgio, abrigo, asilo: valhacouto de ladrões. 2. Proteção, amparo. [Var.: valhacoito.]” (VALHACOUTO, 1975, p. 1439).

Na edição do Novo Dicionário da Língua Portuguesa de 1975, o verbete quilombo, junto a uma informação sobre sua etimologia, absorve tal termo na primeira acepção “[Do quimb. kilombo: capital, povoação, união:]” 1. “Valhacouto de escravos fugidos” (QUILOMBO, 1975, p 1173). Na mesma edição, o dicionário registra: “Palmares. 2. Quilombo dos Palmares. 3. “Negros que habitavam esse quilombo” (PALMARES, 1975, p. 1021).

A partir de 07.07.1978, com a fundação em São Paulo do Movimento Negro Unificado – MNU e a instauração do **20 de Novembro** como Dia da Consciência Negra⁴⁸, a figura de Zumbi dos Palmares foi posta como símbolo dessa luta. A militância política afro-brasileira iniciou uma rearticulação da resistência contra o racismo no país que culminou com a entronização do líder palmarino no **Panteão da pátria e da liberdade**, o lugar oficial dos heróis nacionais, em 21 de março de 1997. Em artigo na **Folha de São Paulo**, escreveu Hédio Silva Jr., “O nome é composto de uma expressão de origem quimbundo, ‘nzumbi’, que significa ‘espírito imortal’, acrescida de uma referência ao maior quilombo brasileiro, Palmares” (SILVA, 1915. Não paginado).

Em 1988, a celebração dos 100 anos da abolição já ensejara a realização de vários eventos no âmbito nacional e internacional, contando com várias iniciativas da UNESCO, que deram espaço e visibilidade à movimentação da afrodescendência- e impulsionaram a reflexão sobre esta questão nas mais variadas instâncias da militância e do pensamento social brasileiro. Conclui Hédio Silva Jr..

Como podemos observar, Zumbi dos Palmares não é herói extraído dos livros didáticos ou do inventário da historiografia oficial, mas construído na luta política pela afirmação da dignidade da população negra e pela superação do racismo e de todas as formas de discriminação e de exclusão (SILVA, 1915. Não paginado.).

Na edição de 2010 do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, vamos colher uma nova realidade para o termo

Quilombo [Do quimbundo, quicongo mnbundo *lumbu*, ‘muro’, paliçada, donde *kilumbu*, ‘recinto murado’, ‘campo de guerra’, ‘povoação’, ou do

⁴⁸ “A evocação do dia Vinte de Novembro como data negra foi lançada nacionalmente em 1971 pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul” (SILVEIRA, 2003, p. 22).

umbundo *kilombo*, 'associação guerreira'.] S. m. 1. Bras. Angol. esconderijo, aldeia, cidade ou conjunto de povoações em que se obrigavam escravos fugidos: "A palavra 'quilombo' teria o destino de ser usada com várias acepções, a mais famosa delas o de habitação de escravos fugidos, em Angola, e a desses refúgios e dos estados que deles surgiram no Brasil". (Alberto Costa e Silva, *A Enxada e a Lança*, p. 507) [Cf. *mocambo* (1).] 2. Bras. Estado de tipo africano formado, nos sertões brasileiros, por escravos fugidos. 3. Bras. Folcl. Folguedo usado no interior de Alagoas durante o Natal, em que dois grupos numerosos, figurando negros fugidos e índios, vestidos a caráter e armados de compridas espadas e terçados, lutam pela posse da rainha índia, acabando a função pela derrota dos negros, vendidos aos espectadores como escravos; *toré* ou *torém*. <> Quilombo dos Palmares, Quilombo (1) constituído de negros fugidos, os quais, no séc. XVII, se estabeleceram no interior de Al, formando um estado. [tb. se diz apenas Palmares.] (QUILOMBO, 2010, p. 1758, grifos da autoria).

A evidente mudança denota a ação político-ideológica atuando no plano da superestrutura simbólica da sociedade brasileira, emulando a intelectualidade orgânica da negritude e, daí, acessando outras instâncias de reflexão e induzindo novas leituras. Lembra, tal ação, ocorrências como a do salto quântico da química, quando um influxo de energia induz ao elétron saltar de uma camada a outra, ficando, no hiato de tempo do referido salto, invisível à observação, só retomando à visibilidade num outro nível, mais energizado.⁴⁹

Ítalo Calvino, escrevendo suas (**meia-dúzia de cinco**)⁵⁰ proposições para o terceiro milênio, logo no começo anuncia explicando: "Esta primeira conferência será dedicada à oposição leveza-peso, e argumentarei a favor da leveza. Não quer dizer que considero menos válidos os argumentos do peso, mas apenas que penso ter mais coisas a dizer sobre a leveza" (CALVINO, 1990, p. 15).

Nesse vôo, Calvino alcança a linguagem, quando observa que,

Podemos dizer que duas vocações opostas se confrontam no campo da literatura através dos séculos: uma tende a fazer da linguagem um elemento sem peso, flutuando sobre as coisas como uma nuvem, ou melhor como uma tênue pulverulência, ou, melhor ainda, como um campo de impulsos

⁴⁹ Tal efeito lembra o poeta Guido Cavalcanti, impulsionado por Boccaccio e citado por Ítalo Calvino em seu **livro Seis propostas para o Terceiro Milênio**, que para fugir dos achaques da juventude dourada florentina, num impulso, salta surpreendentemente sobre os túmulos. Escreve Calvino: "O que chama atenção é a imagem visual que Boccaccio evoca. Cavalcanti, livrando-se de um salto 'levíssimo que era'. Se eu quisesse escolher um símbolo votivo para saudar o novo milênio, escolheria este: o salto ágil e imprevisto do poeta-filósofo que sobreleva o peso do mundo, demonstrando que sua gravidade detém o segredo da leveza, enquanto aquela que muitos julgam ser a vitalidade dos tempos, estrepitante e agressiva, espezinhadora e estrondosa, pertence ao reino da morte, como um cemitério de carros enferrujados. Gostaria que conservassem na memória esta imagem, agora que lhes falarei de Cavalcanti, poeta da leveza. Em seus poemas as *dramatis personae* são, mais que personagens humanas, suspiros, raios luminosos, imagens óticas e, principalmente, aqueles impulsos ou mensagens imateriais que ele chama de 'spirits'" (CALVINO, 1990, p. 16).

⁵⁰ "Como se ninguém pudesse escapar ao olhar inexorável da Medusa" (CALVINO, 1990, p. 16).

magnéticos; a outra tende a comunicar peso à linguagem, dar-lhe a espessura, a concreção das coisas, dos corpos, das sensações (CALVINO, 1990, p. 27).

No plano da cultura, um exemplo dessa alternância leveza-peso foi alcançado pelo historiador Joel Rufino dos Santos, logo no início da apresentação da **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 25 – Brasileiro Negro Brasileiro (1997)**, que organizou. Inicia ele,

Gilberto Freire (sic) escreveu em algum lugar que o brasileiro é negro nas suas expressões sinceras. Para demarcar o patrimônio brasileiro bastaria, portanto, excluir em nós o que é pose ou imitação. É o que parece também sugerir o senso comum ao dar o negro como o mais brasileiro de todos, o legítimo. Não se é negro só quando se ri, se ama, se xinga, se fala com Deus – nas *expressões sinceras* – mas em qualquer situação, desde que não se possa ser senão brasileiro. Brasileiros no exterior costumam confessar que só então descobriram não ser brancos. Negro seria, pois, um dos nomes da nossa diferença; e patrimônio afro-brasileiro o conjunto de bens físicos e simbólicos que nos individualiza, digamos, diante dos argentinos. Na mistura de povos e cultura que tem sido a nossa história, o negro, ou afro-brasileiro, funciona como enzima – substância capaz de acelerar ou retardar o ritmo das reações que se produziram; ou como fixador químico das revelações fotográficas (SANTOS, 1997, p. 5, grifo do autor).

No prosseguimento temos uma primeira inserção linguística, quando o autor transplanta a língua portuguesa para o chão brasileiro ao afirmar que,

Não foi, por exemplo, o negro quem nos deu a língua, derivação do *sermo vulgaris* ibérico, nem o molde inicial da nossa fala, a língua geral, mas foi ele quem ensinou o proto-brasileiro a falar português – tanto o proto-brasileiro das minas quanto o da selva, o do litoral como o do sertão (SANTOS, 1997, p. 5, grifo do autor).

Numa imagem de um lirismo leve contrastante com a crueldade pesada do escravismo, prossegue Rufino:

A ama negra fez muitas vezes com a palavra o mesmo que com a comida – machucou-as; tirou-lhes a espinha, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles. Daí esse português de menino que no Norte do Brasil, principalmente, é uma das falas mais doce deste mundo. Sem *rr* nem *ss*; as sílabas finais moles; palavras que só faltam desmanchar-se na boca da gente. A linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa, têm um sabor quase africano: *cacá, pipi, bumbum, tentém, neném, tatá, papá, papato, lili, mimi, au-au, babanho, cocô, dindinho, bimbinha*. Amolecimento que se deu em grande parte pela ação da ama negra junto à criança; do escravo junto ao filho do senhor branco (SANTOS, 1997, p. 5, grifos do autor).

O efeito emoliente atinge agora a onomástica:

Os nomes próprios foram dos que mais se amaciaram, perdendo a solenidade, dissolvendo-se deliciosamente na boca dos escravos. As Antônias ficaram Dondons, Toninhas, Totonhas; as Teresas, Tetés; os Manuéis, Nezinhas, Mandus, Manés; os Franciscos, Chico, Chiquinho, Chicó; os Pedros, Pepe, os Albertos, Bebetos, Betinhos. Isto sem falarmos das Iaiás, dos Ioiôs, das Sinhás, das Malus, Calus, Bembéns, Dedés, Marocas, Nocas, Nonocas, Gegês (SANTOS, 1997, p. 5, grifos do autor).

É assim que a influência africana se entranha e se espalha como quanta no idioma e no falar brasileiro. Também a afluência, porque tributária do léxico hodierno, não apenas no Brasil, pois o que aconteceu aqui apresentou igualmente muitos “Efeitos semelhantes aos que sofreram o inglês e o francês noutras partes da América, sob a mesma influência do africano e do clima quente, Mas, principalmente do africano” (SANTOS, 1997, p. 6). Realça, no plano linguístico, a dificuldade de isolamento da contribuição africana, que apresenta um aspecto visível no léxico e um quase invisível na pronúncia ou prosódia.

Da língua para outras contribuições africanas, o autor chega ao futebol, anotando que,

Contudo, o mais formidável caso de *patrimônio invisível* do negro brasileiro, se deu no esporte nacional. O *foot-ball*, trazidos por ingleses ao terminar o século passado, junto com o *squash* e o *cricket*, foi durante anos o que é o tênis hoje. Importava-se num pacote a bola, os uniformes e o *hand book* ensinando a jogar. Terminados os *matches*, ia o *team* vencedor, já enxertado com burguesinhos daqui, festejar nas confeitarias: *When more we drink togheter, more friends will we be!*” (SANTOS, 1997, p. 6, grifos do autor).⁵¹

Capta, então, a irrupção ou brotar de um brasileirismo, talvez a característica mais conhecida do país:

Nessa fase, o nosso futebol não passa de imitação do inglês ou do platino. Jogávamos contra eles “para aprender” e se nos goleavam sentíamos o orgulho do *sparring*. Com a Revolução de Trinta, porém, veio a profissionalização do futebol – e, aliás, também a do samba –, os jovens burgueses se afastaram e os negros invadiram as grandes equipes. Com Fausto, “A Maravilha Negra”, Leônidas, o “Diamante Negro” e o veterano

⁵¹ “Inaugurou *Foot-ball and Tennis*. O primeiro *field Day* realizou-se em 24 de junho de 1893, com saltos, corridas, *indianclubs*, *tennis*, *football* entre gregos e troianos. Essa frase está no primeiro livro de Atas do Granbery. O que era aparentemente uma afirmação simples de nosso primeiro reitor, John McPhearson Lander, ganha destaque se lembrarmos que o primeiro jogo de futebol no Brasil foi realizado em 15 de abril de 1895 entre funcionários de empresas inglesas que atuavam em São Paulo” (SOARES, 2010, p. 108).

mulato Friedenreich, “El Tigre”, os negros inventaram a “maneira” brasileira de jogar futebol: escuro ou claro de pele, verdadeiro craque passa a ser o que joga “daquela maneira”. O que vem em seguida é conhecido, cada geração será liderada por um grande jogador afro-brasileiro: Fried gera Fausto que gera Leônidas que gera Zinho que gera Pelé... O Brasil se torna conhecido como o “país do futebol” e tem no mundo a cara de um negrinho de Três Corações [MG] (SANTOS, 1997, p. 6, grifos do autor, acréscimo nosso).

Vem em seguida o folguedo chamado bumba-meu-boi. Aqui, é colocada a perspectiva patrimonial e civilizatória, no interesse de demonstrar que, a cultura negra “Ao levar o bumba-meu-boi a toda parte, subtraindo-o ao contexto cultural europeu, acrescentando-lhe as reminiscências de uma África profunda, os africanos elevaram-no a ente de civilização. Fizeram-no patrimônio” (SANTOS, 1997, p. 6). Assim, “Aluísio Azevedo, que elevou a reflexão sobre o patrimônio a um patamar superior àquele em que a deixara Mário de Andrade, costumava usar a metáfora do bodoque: um impulso para frente necessita de um empuxo para traz” (SANTOS, 1997, p. 6). Daí a questão,

Quando é que um bem se torna patrimônio? Não basta ser antigo, tradicional, histórico – este é o empuxo do bodoque para trás. É preciso que o bem atinja adiante, se arremesse de encontro ao indezessável chamado futuro. Este é o impulso do bodoque para frente. Dessa definição decorrem as duas características básicas de um bem de patrimônio; pertinência no espaço e duração no tempo (SANTOS, 1997, p. 7, grifo do autor).

Mas o patrimônio é um ente antes de civilização que de cultura. O caso da capoeira torna-se, então, exemplar:

Sua origem remota é controversa, talvez descenda das artes marciais japonesas, chegando às senzalas brasileiras com escala em Angola. Como a encontramos no Brasil antes de 1850, é *cultura crioula* – praticada por *boçais*, africanos e *crioulos*, afro-brasileiros. Como a encontramos na cidade do Rio de Janeiro antes do fim do século, já faz parte do *ethos* urbano, cada *malta* com seu território e sua escusa lealdade partidária. Proclamada a República, começa a ser reprimida em nome da ordem e dos bons costumes – atingira aí o seu limite de ente cultural. Lá por 1910, a capoeira carioca encerrava seu limite de *empuxo para trás*, na alegoria de Aloísio Magalhães: era apenas uma tradição de negros. Faltava-lhe o *impulso* para frente, o lançamento no futuro, e esse foi dado pela sua incorporação ao novo esporte, ao futebol, que estava se nacionalizando e massificando: a *maneira brasileira* de jogar futebol é o desdobramento natural do jogo de capoeira (SANTOS, 1997, p. 7, grifos do autor).

Quando José Eutropio chega em Juiz de Fora, a capoeira estava, então, para utilizar uma expressão popular característica, na moita, enfurnada no peso do

empuxo, preparando discretamente, mas nem tanto, vide as Escolas de Samba, que vão surgir em 1928, como a Deixa Falar, fundada por Ismael Silva e outros compositores do Largo do Estácio-RJ⁵², precedendo a profissionalização do ritmo, a leveza do impulso, o salto adiante. Dali só sairia definitivamente impulsionada pelo futebol, como já anotado, logo depois da morte do intelectual em 1929, três anos após o falecimento de Estevam de Oliveira. A partir dos anos 1950, na mesma década do primeiro título mundial de futebol ganho pela seleção brasileira, ela renasce em si mesma e gradativamente ganha o espaço urbano como uma *Sankofa*⁵³, ave mítica estilizada no conjunto ideográfico *Adinkra* do povo africano *Akan*, e que significa a possibilidade de resgate do que ficou para trás.

O pinga-pinga derramado no amplo espectro do cotidiano da sociedade induziu leituras críticas ao papel da pessoa negra enquanto objeto de estudo tradicional e as referências daí advindas, que conformavam as relações tradicionais. Da literatura à linguística, passando pelo eixo semântico, da historiografia à antropologia, sociologia e política, da cultura ao epistemológico, a inflexão recolheu as exigências da ação da negritude na realidade brasileira.

Nei Lopes, compositor, cantor, escritor e estudioso das culturas africanas, no continente de origem e na dispersão traficante, em relação às quais possui significativa obra, publicou em 2004, robusto trabalho, verdadeiro cartapácio: **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. É nela que o verbete quilombo completa, como a capoeira, o impulso civilizatório:

Quilombo [1]. Aldeamento de escravos fugidos. No lunfardo, espécie de gíria do submundo de Buenos Aires, o termo significa, depreciativamente, “prostíbulo”, “borde”. **Etimologia:** com origem no quimbundo *Kilombo*, “acampamento”, “arraial”, “povoado”, “capital”, “união”, “exército”, o vocábulo, segundo Adriano Pereira, tinha, nos séculos XV a XVII, dupla conotação, uma toponímica e outra ideológica, porque eram também assim designados os arraiais militares mais ou menos permanentes e também as feiras e mercados de Kasangi, de Mpungo-a-Ndongo, da Matamba e do Kongo QUILOMBO (QUILOMBO, 2004, p. 550, grifos do autor).

⁵² “O próprio samba e os rituais afro-brasileiros têm suas páginas de perseguição policial. E como testemunhou Ismael Silva, um dos criadores da primeira escola de samba, a Deixa Falar: ‘nós fizemos a escola de samba para não tomar porrada da polícia’ (cf. Soares: 1985)” (FERNANDES, 2001, p. 24).

⁵³ O símbolo *Sankofa*, um pássaro estilizado que se move para frente, mas sempre olha para trás, lembra que é impossível entender o presente sem entender e estar consciente, recuperar, enfim, o passado. Fonte: <https://ccsankofa.wordpress.com/2012/09/01/sankofa-simbolo-adinkra/>

Não sem atropelos, como no exemplo do famoso e lendário capoeirista Mestre Pastinha, de Salvador, amigo de Jorge Amado, entrevistado para matéria sobre ele pelo jornalista Francisco Viana, do **Jornal do Brasil** (15.02.1974). No lide da matéria intitulada **Pastinha, o último capoeirista**, lê-se:

Eu já nasci predestinado a uma missão: lutar capoeira. Venci centenas de adversários, formei mais de 10 mil alunos. Pela minha Academia passou do soldado ao Coronel, do operário ao escritor, do médico ao menino doente que precisava de exercício para desenvolver as juntas. Ainda estou aqui pela vontade de Deus. E êle eu sei que não vai me deixar sempre assim.

Contempôraneo de Bigode de Seda, Tibiriçá, Antonio Braço Grosso e Bezouro, nomes que hoje são verdadeiras lendas na Bahia, tão bom quanto qualquer um deles, Mestre Pastinha é hoje, com a morte de Bimba, o último dos capoeiristas de uma geração precocemente condenada a viver apenas da glória dos livros, jornais e histórias populares que correm de boca a boca pelos quatro cantos de Salvador.

Aos 85 anos, cego, doente e sem lugar para estabelecer uma nova Academia – a que tinha foi tomada pelo Governo – Mestre Pastinha ainda tem força para dançar e lutar a capoeira melhor do que qualquer dos jovens de rijos músculos adolescentes, como bem afirma Jorge Amado. Mas, desiludido com os amigos e autoridades que o abandonaram, sonha em utilizar a capoeira apenas para vencer a miséria do quarto úmido e abafado em que vive no bairro do Pelourinho, num cortiço onde mais de 100 pessoas se amontoam e se comprimem em cômodos cheios de ratos, baratas e goteiras (VIANA, 1974, p. Não paginado).

No final, depois de informar os sucessos e as agruras do lutador, realça sua amizade com o escritor: “Jorge Amado é um dos poucos amigos que não o esqueceram e sempre está atento para ver se há necessidades de remédio, médico ou comida” (VIANA, 1974. Não paginado), uma demonstração de fé nas comunidades de terreiro: “No entanto, não se lamenta e prefere falar pouco dos tempos ruins para “afastar o azar”, certo de que Oxalá, seu guia e protetor, vai iluminar novamente os seus caminhos lhe devolvendo a força, os alunos e a Academia” (VIANA, 1974. Não paginado).

Por fim, a perspectiva civilizacional da capoeira, como no golpe chamado rabo-de-arraia, o giro pra frente simétrico ao chute chamado bicicleta no futebol, que consiste em fazer um giro no ar e chutar de costas para o gol, surpreendendo o goleiro, cuja invenção é creditada a Leônidas da Silva, ressurgente enquanto esperança de que dias melhores estão no porvir. Arremata o mestre capoeira,

- Engraçada a vida! A fama chegou para mim como se eu não estivesse preparado. No princípio, sentia uma certa vaidade e pensava: formidável, todos falam de mim, todos necessitam de mim, um mulatinho descendente de escravos. Terrível é descobrir que tudo isso é falso, que de tudo, a única coisa real foi a capoeira (VIANA, 1974. Não paginado).

Essa permanência é a mesma captada por Alfredo Bosi ao escrever sobre a arte colonial. Relata o autor,

A arte popular brasileira, em estado de aculturação colonial, tem vivido pelo menos dois tempos: o da catequese e o da religiosidade negra. A catequese é apenas tradicionalista, entre tardo-medieval e barroca, mas o rito afro é manifestamente arcaico. O catolicismo cambiou signos com grandes estilos artísticos da História ocidental, de que é componente efetivo: daí, a sua tendência a deslizar do puramente alegórico para o figurativo realista e, sob o influxo da Renascença, a admitir cânones de perspectiva e representação clássica. Mas a arte ritual bantu ou sudanesa trazida pela mão do escravo não sofreu esse processo de atualização estilística: continuou simbólica e animista. De certa maneira, a aculturação colonial conseguiu fundir as duas vertentes na modelagem do objeto sagrado popular: enformou o ethos católico da promessa, inerente ao ex-voto, com o talhe arcaico da máscara africana. Se a catequese do nosso povo não foi propriamente uma ilusão, como a definiu Nina Rodrigues, com certeza foi parcial, tendo que compor-se dentro de um complexo religioso mais difuso e arcaico do que o catolicismo oficial. O exemplo do ex-voto vale como cultura de fronteira entre os dois universos, podendo ser qualificado também em termos de aculturação formal, na expressão de Roger Bastide, ou ainda de reinterpretação de uma cultura pela outra, segundo a via teórica aberta por Herskovits (BOSI, 1992, p. 55).

O axé na religiosidade de matriz africana é a energia vital que liga ascendência e descendência. É transmitido, desta maneira, pelo ato sexual que multiplica sua potência e atualiza, nas comunidades de terreiro, o *Arkhé*. É assim que,

O saber transmitido pela dança tem tanto a ver com a repetição ritmada de uma memória mítica fundamental para o grupo (por propiciar uma “intuição de mundo”) quanto com ensinamentos presentes relativos, por exemplo, à posição do corpo em face de momentos cruciais, como os de proteção à saúde, terapia, júbilo, cultuação, guerra (na África tradicional, o guerreiro dançava no campo de batalha), reprodução. Diz a propósito um especialista: “Na África, é pela dança que os antigos ensinam muito cedo às moças como jogar a bacia para a frente, independentemente das coxas e do abdômen, e como também não ter uma bacia rígida, dura, recuada, retraída. Sabe-se que o bloqueio da bacia traz péssimas consequências para os casais, situações que cria frustrações e complexos de toda ordem” (SODRÉ, 1988, 125, grifos do autor).

É possível enxergar atualmente nas rodas de capoeira e nos campos de futebol a presença crescente de mulheres de todos os fenótipos, as negras com suas volutas crespas no cabelo, insinuando um hipertexto estetizante. Nas imagens da internet temos a significativa imagem da Mona Crespa, uma Mona Lisa barroca e encrespada. A ginga vista no samba, no futebol, na capoeira, na cabeleira, vai retorcendo, ao modo de uma sintaxe barroca, arquetípica, o panorama tradicional da cultura brasileira. Com isso, vai alterando o significante da pessoa negra, enquanto

ícone, porque justaposta à sua ação política, indício, porque indicando conscientização, símbolo porque compartilhado entre os pares. Nesse mosaico, o pecado da cor vai sendo semioticamente esconjurado da tela em tela.

5 CONCLUSÃO: a letra José Eutropio de “A” a “Z”

Um deles, curioso, perguntou:
 — Que história é essa?
 Camila prontamente falou:
 — Aquela que nos foi negada!

Jú Costa

Logo, a conclusão a que se chega é que, todas as letras que escreveram o escondimento da negritude de José Eutropio foram colocadas em perspectiva neste trabalho, para que, em seguida, fosse revertido, pela letra que timbra a *poiesis* e *aisthesis* da subjetividade negra, o clareamento literal. A composição advinda dessa reversão ilustra a dinâmica e a dialética de nossa cultura mesclada.

Um saber/sabor brasileiro é o resultado da ação que pinga e respinga o pigmento da herança indígena, negra e branca como expressão de um cultivo constante. Como, por exemplo, um coador de café de pano branco, o saco de aniagem, que assopra no terreiro mineiro e brasileiro seu aroma morno. Ou na destilação da cana-de-açúcar, da mascavo à refinada, que sopra no ar os vapores da cachaça, cujos fluídos costumam ser comparados a espíritos. Um exemplo interessante desses sentidos e efeitos em nossa cultura pode ser colhido na obra **O Filho do pescador**, do escritor negro Teixeira de Sousa (1859, p. 32), publicada em 1843 e considerada o primeiro romance romântico brasileiro: “- Agora lá vou eu; queiram ouvir-me, // dice um alegre maganão de bom gosto; // — Está bêbado. — Lá vae verso. // — Venham, venham elles. // --- Lá vae o verso. // — Peior está esta! // — Aquilio é bebedeira.” Exemplo consistente de exuberância da lexia crioula, a cachaça possui, em todos os sotaques brasileiros, centenas de nomes conhecidos nos mais variados sentidos.

Lembrando a feijoada, mas ainda não, apenas **Feijão, angu e couve**, dieta da cozinha escravista, primeiro prato das Minas Gerais, título da obra pioneira sobre a culinária mineira, de Eduardo Frieiro, que lhe resgatou a primazia histórica. É o básico feijão com arroz brasileiro, tema da imagem da capa do livreto **O que é arte**, de Jorge Coli, que estampa o tradicional prato-feito (PF) que mata, literalmente, a fome do trabalhador nacional (ANEXO - Y). Como café com leite, pão e manteiga, que completa, em síntese, a mescla mediana de uma dimensão aproximada do compósito gosto nacional, cuja expressão **mais sincera**, agora sim, deu na feijoada. Legado desse sabor/saber, o cultivo do matiz retinto eutropiano, enfim é resgatado,

compulsoriamente, da ação de seu eufemismo branqueador a soprar-lhe *jambon* (presunto, em francês). Esta ação que se pretende simétrica ao embranquecimento, só se tornou possível a partir da contribuição talentosa do próprio José Eutropio, com a qual, em perspectiva, sua pessoa de carne e osso e pele negra, é a pretensão desse escrito, é aqui desentranhada do verbo que a transfigurara.

Além da culinária famosa, o território mineiro, que já foi classificado como autossuficiente e chamado de Continente Rústico pelas levas de estrangeiros que o perfuraram, em face de sua exuberante natureza, produz a memória que alimenta o espírito da mineirice ou mineiridade. Numa das cartas enviadas a Gilberto de Alencar, Eutropio contrapõe mineiridade e cosmopolitismo ao reclamar de um hoteleiro de Itabira-MG que cumpria, pura e simplesmente, o desiderato mineiro de encher o prato além das medidas (ANEXO – B).

Lembra, esta ocorrência, a definição de memória como “o ventre da alma”, em Santo Agostinho. É no sistema digestivo que auferimos a energia do alimento que ingerimos para a sustentação de nossos corpos. É na memória, dimensão profunda da convivência, que plantamos e depositamos os insumos da cultura.

Indo e vindo à procura dos Eutropios possíveis, acabamos por vasculhar seus entornos disponíveis. Neles foram achadas ocorrências resistentes. Numa delas, exemplar, o **Diário Mercantil**, matutino juiz-forano, em sua edição de 22.08.1912, informa a reclamação do negro Lourenço Luz na estação ferroviária sobre o valor da tarifa, que os jornalistas entenderam bizarra, pitoresca, engraçada, fora do eixo narrativo, enfim (ANEXO - W). Um espetáculo crioulo, cujo enredo juntou, no mesmo diapasão, negritude, socialismo e branquitude.

Vindo e indo, recentemente foi lançado em Juiz de Fora, no Bairro Santa Terezinha, na Rua José Eutropio, um empreendimento imobiliário. Diferentemente das placas identificadoras do logradouro, que não informam qualquer atividade do patrono, o painel publicitário afixou o título por extenso: Rua Doutor José Eutrópio, o que atualiza, *mutatis mutandis*, a dimensão meramente mercante da equação colono-imperial que equiparava negro e café.

Resgatado pelos usos e costumes de época, o exercício permitido pela notícia eutropiana não deixa de atualizar a ação intelectual de antanho, quase como um culto evocativo. O que muda são os sentidos, os elementos, os materiais, o estilos, as cores, as tonalidades, os detalhes do painel, panorama, composição, quadro ou

tela, as implicações cotidianas e o que liga, a sintaxe, como disse o filósofo, palavras e coisas no presente.

Enfim, as imagens descritivas utilizadas para informar a visão da problemática da pessoa negra no decurso do pensamento social brasileiro convergem para o referenciamento e a anexação de “A” a “Z”, no pós-texto, de elementos literais e imagéticos. Assim, enquanto for necessária, a abertura do lide da notícia crioula de José Eutropio, numa edição atualizada (aqui) do jornal **Correio de Minas** (Juiz de Fora, 21-26 dez. 2018), evidenciará: O ILUSTRE, BRILHANTE, INSIGNE ESCRITOR, POETA, JORNALISTA, COMPOSITOR, REGENTE, ADVOGADO E INTELLECTUAL **NEGRO** DR. JOSÉ EUTRÓPIO... (ANEXO – Z).

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

AGRESSÃO brutal. **O Lince**. Juiz de Fora, 03 maio 1914.

ALBUQUERQUE, Marcelo. **Aproximações científicas da cor na arte: impressionistas e neoimpressionistas**. Disponível em: https://historiaartearquitetura.com/2017/08/03/aproximacoes-cientificas-da-cor-na-arte-impressionistas-e-neoimpressionistas/#_ftnref10. Acesso em: 20 jul. 2018.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento** – a geração de 1870 na crise do Brasil – Império, RJ. Paz e Terra, 2002.

AMANCIO, Arlete Miranda. MIRANDA, Joanna Souza de. SIQUEIRA, Kárpio Márcio de. **Opará** - Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, ano 1, vol. 2, jun./dez. 2013. ISSN: 2317-9465. Disponível em: [file:///C:/Users/Ufjf/Downloads/1459-3601-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Ufjf/Downloads/1459-3601-1-PB%20(3).pdf). Acesso em: 13 set. 2018.

AMÉRICO, Pedro. **Independência ou Morte**. 1888, 1 pintura, 415 centímetros x 760 centímetros, óleo sobre tela, óleo sobre tela, Museu Paulista – USP.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997. Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/net/files/2015/4/11/o-cortico-aluisio-azevedo.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BARBOSA, Leila M. F; RODRIGUES, Marisa T. P. **Letras da cidade**. Juiz de Fora, Ed. Funalfa, 2002.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Vida urbana**. 1956. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000161.pdf>>. Acesso em: 31. jan. 2018.

_____. **Clara dos Anjos**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo, Publifolha, 1997.

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. In: **Mouseion**, n.12, mai-ago/2012, pp. 129-159.

BASTIDE, Roger, FERNANDES, FLORESTAN. **Branco e negro em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4 ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. In: CPDOC. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. II, nº 21, 1998, p. 201-207.

BERNAL, Martin. **Atenea negra**. *Las raíces afroasiáticas de la civilización clásica*, vol 1, Tradução castelhana para Espanha e América Teófilo de Lozoya. Barcelona: Crítica, 1993.

BERRIEL, Carlos. **Tietê, Tejo e Sena** : a obra de Paulo Prado. Campinas: Papyrus, 2000.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

BRAGA, Daniela. LUNA, Mariele. NASCIMENTO, Isabele. SILVEIRA, Raphaell. **Sfumato de Leonardo da Vinci**, Brasília, Bananazoo CC Ltda., 2013.

BRANDÃO, Jacyntho L. **As Grécias de Machado de Assis**, 2001. Disponível em:<http://150.164.100.248/jlinsbrandao/JLB_Grecia_Machado.pdf2001>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Secretaria de Comunicação Social. **Manual de redação**: Agência Senado, Jornal do Senado. Brasília : Senado Federal, 2001.

BROCOS, Modesto. **A Redenção de Cam**. 1895. 1 pintura, 199.00 centímetros x 166.00 centímetros, óleo sobre tela. Museu Nacional de Belas Artes - MNBA

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1983 (Série Novas Perspectivas).

BRUNO, Mário. GRÜNHAGEN, Sara. A jangada de pedra: fendas, linhas e encontros. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v.18, n.2, p. 69-76, jul./dez. 2014. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/revistaipotese/files/2016/01/06-A-jangada-de-pedra.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

BUNDA. In AULETE, Francisco J. de Caldas, VALENTE, Antônio L. do **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Belo Horizonte: Lekikon Editora digital. 2017. Não paginado. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/bunda>. Acesso em: 01 abr. 2018.

CALABI, Donatella. O papel de Paris na urbanística italiana do século XIX: O mito da modernização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). **Cidades capitais do Século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos**. São Paulo: Edusp, 2001, p. 103-134.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas**. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMARA municipal. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 25 jan. 1917. Não paginado.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000178.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

CANDIDO, Antonio. Esquema Machado de Assis. In: _____. **Vários escritos**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995. Não paginado. Disponível em: file:///C:/Users/Ufjf/Downloads/Esquema_Machado_de_Assis.pdf. Acesso em: 09 jan. 2017.

_____. **O discurso e a cidade**. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004.

CATORZE de julho, **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 12 jul. 1917. Não paginado.

_____. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 15 jul. 1917a. Não paginado.

CAVAQUEANDO. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 17 ago. 1916. Não paginado.

_____. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 24 ago. 1916a. Não paginado

_____. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 05 set. 1916b. Não paginado.

_____. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 22 set. 1916c. Não paginado.

_____. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 26 set. 1916d. Não paginado.

CENTRO de. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 22 maio. 1917. Não paginado.

CHAMON, Carla Simone & ZIKA, Matheus Cruz e. República e educação em Estevão de Oliveira. Ed. **Foco**, N. Especial, mar/ago 2007, p. 51-60.

CHRISTO. Maraliz de C. V. **Europa dos pobres: a belle époque mineira**, Ed. UFJF, 1994.

COLI, Jorge. **O que é arte**. 15ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, Col. Primeiros Passos.

CONGRESSO Brasileiro de Instrução Primária e Secundária. 2º, Belo Horizonte, set./out. 1912. **Anais**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1913.

CRUZ E SOUSA, João da. **Poesias completas de Cruz e Souza**. Broquéis, Faróis, Últimos Sonetos. Rio de Janeiro: Ediouro, [197?].

COSTA. André Oliveira, « Norbert Elias e a configuração: um conceito interdisciplinar », *Configurações* [Online], 19 | 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/3947>. Acesso em: 31 jul. 2017.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

DEUS, António Dias de. SÁ, Leonardo de. **À volta d'A picaresca viagem de Raphael Bordallo Pinheiro**. 1996. Disponível em: http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/caricatura/bordalo_pinheiro/viagem.html. Acesso em: 30 abr. 2018.

DIAZ, Luiz Sergio. **Quem tem medo da capoeira?** Rio de Janeiro, 1890-1904. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, 2001.

DR. W. **Correio de Minas**. Juiz de Fora, 19 de fev. 1916. Não paginado.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução, Ruy Jungman; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v.1, 1994.

ÉPURA. In AULETE, Francisco J. de Caldas, VALENTE, Antônio L. dos S. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Belo Horizonte: Lekikon Editora digital. 2017. Não paginado.
Disponível em:
<<http://WWW.aulete.com.br/pauta>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

ESTEVES, Albino. & Lage, Oscar V. B. **Álbum do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1915.

EUFEMISMO. In AULETE, Francisco J. de Caldas, VALENTE, Antônio L. dos S. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Belo Horizonte: Lekikon Editora digital. 2017. Não paginado.
Disponível em:
<<http://WWW.aulete.com.br/pauta>>. Acesso em: 29 jul. 2017

EUTRÓPIO, J. *FLEURS du Sang*. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 08 jun.1915. Não paginado.

_____. [carta] 27 set. 1925, Belo Horizonte, [para] ALENCAR, G. Juiz de Fora. 1f.

_____. [carta] 23 nov. 1925a, Itabira, [para] ALENCAR, G. Juiz de Fora, 2f.

_____. [carta] 1927, Rio de Janeiro, [para] ALENCAR, G. Juiz de Fora, 1f.

EXCELSIOR. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 31 mar. 1917. Não paginado.

_____. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 01 abr. 1917a. Não paginado.

_____. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 15 abr. 1917b. Não paginado.

_____. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 13 maio. 1917c. Não Paginado.

_____. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 01 ago. 2017d. Não paginado.

FATOS e notas. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 18 mar. 1915.

FÉLIX BATISTA, Rita de C. S. **O negro, trabalho, sobrevivências e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930**. Juiz de Fora, MG: Funalfa Edições, 2006.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. **Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados**: Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

FLORES, MBR., and MELO, SF. A libertação de Cam: discriminar para igualar. Sobre a questão racial brasileira. In: RODRIGUES, CC., LUCA, TR., and GUIMARÃES, V., (Orgs.). **Identidades brasileiras**: composições e recomposições [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 31-86. Desafios Contemporâneos collection. ISBN 978-85-7983-515-5. Available from SciELO Books .

Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/h5jt2/pdf/rodrigues-9788579835155-04.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução: António Ramos Rosa. Lisboa, Portugal, 1966.

_____. **O que é um autor?** Tradução António Fernando Cascais, Lisboa, 8ª edição, Veja: Passagens, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1997.

FUNDARTE. **Doutor José Eutrópio**. Muriaé, [19--]. Não paginado.

Disponível em:

<<http://www.fundartemuriae.com.br/conteudo/conteudo.php?id=188>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

GAHYVA, Helga. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 296-300, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v17n36/v17n36a15.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

GAZETINHA. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 15 out. 1916. Não paginado.

GÊNESIS 9.22:27. Português. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britânica, 1980, p.389-412 (Edição Ecumênica. Bíblia. At.

Disponível em:

<<https://www.bibliaonline.com.br/nvi/gn/9/22-27>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)**, Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GOMBRICH, Ernst. 2008, **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Núbia P. M. e PEREIRA, Edimilson de A. **Assim se benze em Minas Gerais**: um estudo sobre a cura através da palavra. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOODWIN JUNIOR, James W. Cidades de papel: Diamantina e Juiz de Fora nos jornais (1880-1914). **XXIII Simpósio Nacional de História – ANPHU: Londrina, 2005**.

_____. **As Cidades de papel**: Imprensa, progresso e tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). 2007. 154f Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, FFLCH/USP.

Disponível em:

<www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../TESE_JAMES_W_GOODWIN_JUNIOR.pdf>. Acesso em 05 out. 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 5. 2002.

GRIFFITH, D. W.. **O nascimento de uma nação**. Direção: D. W. Griffith. Produção: D. W. Griffith. Intérpretes: Lilian Gish; Robert Harron; Mae Marsh; Miriam Cooper. Roteiro: D. W. Griffith; Frank E. Woods; Thomas Dixon Jr. (obra). (S.l.): *David W. Griffith Corporation e Epoch Producing Corporation*, 1915.

Disponível em:

<<http://revistaquemviververa.blogspot.com.br/2012/04/david-griffith-e-o-nascimento-de-uma.html>>. Acesso em: 05 maio 2017.

GUIMARÃES, Bernardo. **Escrava Isaura**. 1875. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000057.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GUIMARÃES, Elione S. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação**: família, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

HOMENAGEM dos estrangeiros. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 17 abr. 1917. Não paginado.

INDEPENDÊNCIA ou Morte [O Grito do Ipiranga]. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra1431/independencia-ou-morte-o-grito-do-ipuranga-o-grito-do-ipuranga>>. Acesso em: 31 de dez. 2017.

JAKOBSON, Roman. **Comunicação e linguística**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix, [20--]

KAPPEL, Marília Neto. **O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio De Minas (1897- 1908)**. 2010, 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São João del-Rei, S. J. del-Rei, 2010.

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura**. São Paulo: Nova Cultural/Ed. Brasiliense, 1986 (Coleção Primeiros Passos).

_____. A figura do negro em Monteiro Lobato. Unicamp/Iel, 1998.

Disponível em:

<<http://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/lobatonegros.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

LEITMOTIV. In AULETE, Francisco J. de Caldas, VALENTE, Antônio L. do S. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**.

Disponível em: < <http://www.aulete.com.br/leitmotiv>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

LEMOS, Clarice Caldini. **Os bastiões da nacionalidade**: nação e nacionalismo nas obras de Elysio de Carvalho. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 2010.

LIMA, Marcos H. **Branca para casar**. Disponível em:
<http://www.faccar.com.br/eventos/desletras/hist/2005_g/2005/textos/014.html>
Acesso em: 03 jun. 2018.

LOPES, Rodrigo Touse D. Monumento e Genealogia: Notas Sobre Michel Foucault. **Revista Nucleus**, v.2, n.1, abr./out. 2004. Disponível em:
<http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/viewFile/412/468>.
Acesso em 25 jul. 2018.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. file:///C:/site/LivrosGrátis/oprincede.htm (2 of 50)
[05/04/2001 18:24:13]. Disponível em:
<<http://www.portalabel.org.br/images/pdfs/o-principe.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

MARINS, Paulo C. G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: Sevckenko, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, vol.3, 1998.

MATTOS, Claudia V. e OLIVEIRA, Cecília H. S. (Orgs.). **O Brado do Ipiranga**. São Paulo, Edusp, 1999 (Acervo, 2).

MATTOS, Ilmar R. **O tempo Saquarema** – a formação do Estado Imperial, São Paulo, Hucitec, 1990.

MEISSONIER, Ernest. **Batalha de Friedland**. 1875. 1 pintura, 135,9 x 242,6 centímetros, óleo sobre tela. Metropolitan Museum of Art – Met. Nova York.

MINÉ, Elza. A Geração de 1870 e o Brasil: alguns ângulos e percursos. **Via Atlântica**, Nº 9. Jun/2006, p. 213 – 224.

MONET, Claude. **Impressão: Nascer do Sol**. (Óleo sobre tela). Paris: Museu Marmottan, 1872.

MOREAUX, François-René. **A Proclamação da Independência do Brasil** (Declaração da Independência). 1844. 1 pintura, 2,1m X 3,83m, óleo sobre tela. Museu Imperial – Petrópolis.

MUSSE, Christina Ferraz. A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940). In: **XII Congresso Brasileiro de Comunicação da Região Sudeste – Juiz de Fora**, 2007.

NEVES, José Alberto P. Juiz de Fora sob o desígnio da memória: notas sobre cidade e literatura. In: MIRANDA, Sonia R. & SIMAN, Lana M. C. **Cidade, memória e educação**. Juiz de Fora: Edufjf, 2013.

NÓBREGA, Dormevilly. **Prosadores** Coletânea, Funalfa, Juiz de Fora, 1982, p. 96-98.

_____. **José Eutrópio (Subsídios para uma biografia)**. Juiz de Fora/Brasília: DF, Gráfica do Senado Federal, 1987.

_____. **Reverendo o passado**. Juiz de Fora: Caminho Novo, 2001.

NOGUEIRA, Márcia V. Chagas et all. **Ethnobotanical study in the community of Riacho das Vacas (City of Caetité, Bahia, Brazil) reveals the local population's knowledge about medicinal plants and their uses**. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283055653_Ethnobotanical_study_in_the_community_of_Riacho_das_Vacas_City_of_Caetite_Bahia_Brazil_reveals_the_local_population%27s_knowledge_about_medicinal_plants_and_their_uses?_sg=y-B3duNTqGkThFibluVtthQo6sM8RCR4-gMNxaAsaK4dBKwj1w5Ug9y4qxDWEzxn9J2VxkjoA. Acesso em 25 jul. 2018.

OLIVEIRA, Estevão. **Reforma do Ensino Público Primário e Normal de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902.

_____, **Notas e epístolas**. Juiz de Fora: Typografia Brasil, 1911.

OLIVEIRA, Marcela M. **Mulher, de criatura a criadora: Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. [Monografia Conclusão Curso Pós-Graduação Estudos Literários], Fale/UFJF, Juiz de Fora, 2008.

OLIVEIRA, Paulino. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. **Revista do IHG de JF**, Juiz de Fora, ano 2, n. 2, p. 20-29, 1966.

PALMARES. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, 1ª edição, 14ª reimpressão, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1975.

PARAIBUNA. In: **Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena – Clóvis Chiaradia e Dicionário Informal** Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/paraibuna/>. Acesso em: em 31 dez. .2017.

PAUTA. In AULETE, Francisco J. de Caldas, VALENTE, Antônio L. do S. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**.

Disponível em:

<<http://www.aulete.com.br/pauta>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

PEREIRA, Edimilson de A. Panorama da Literatura Afro-Brasileira. **LITERAFRO**.

[2000?]. Não paginado. Disponível em:

<<http://150.164.100.248/literafro/data1/artigos/artigoedmilsoncallaloo.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1934

(Lisboa: Ática, 10^a ed. 1972): 21. Disponível em:

<http://arquivopessoa.net/typographia/textos/arquivopessoa-1264.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

PINAR, William F. O corpo do pai e a raça do filho: Noé, Schreber e a maldição do pacto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008

PRADO JUNIOR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo:

Brasiliense: Publifolha, 2000.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na Literatura Brasileira. **Estudos Avançados**. São Paulo:USP, v.18 n.50., 2004.

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a17v1850.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2015.

PRO-FLAGELLADOS do Norte. **Correio de Minas**. Juiz de Fora, 11 jul. 1915. Não paginado.

QUILOMBO. Pequeno **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**, Ed.

Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro, 1946.

_____. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, 1^a edição, 14^a reimpressão, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1975.

_____. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. Nei Lopes. São Paulo, Selo Negro, 2004.

_____. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, 5^a ed. Ed. Positivo, Curitiba 2010.

REALIZOU-SE. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 28 maio 1917. Não paginado.

REIS, Ana C. Drumond. **A afirmação do Brasil em *Filhas do vento*, de Joel Zito Araújo**. 2010, 71 f. Monografia (Especialização em Televisão, Cinema e Mídias Digitais), Facom/Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

REVISTA Ilustrada. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 07 mar. 1917. Não paginado.

SANDANELLO, Franco Baptista. Por uma definição de impressionismo literário (ou para além do impressionismo na literatura). **Revista Afluente**, UFMA / Campus - III, v.1, n.2, p. 155-175, jul./set. 2015.

Disponível em:

<www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/download/5825/3475>
. Acesso em: 31 mar. 2017.

SANT'ANA, Marcel Cláudio. **A cor do espaço**: limites e possibilidades na Análise da segregação sócio-espacial. 2006 (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Planejamento e Desenho Urbano), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UnB. Brasília, 2006. Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3926/1/MARCEL_SANTANA DISSERTACAO.pdf. Acesso em: 30.05.2018.

_____. **A cor do espaço urbano**. **Geledés**, Brasília-DF, 2015. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/a-cor-do-espaco-urbano/>. Acesso em: 06 maio 2015

SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre**: crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2004.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Nº 25 – Negro Brasileiro Negro**. Rio de Janeiro : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1997.

SCHLICHTA, Consuelo Alcioni B. D. **Independência ou Morte (1888)**, de Pedro Américo: A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009.

SCHWARCZ, Lilia M. **O sol do Brasil**: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo, Cia das Letras, 2010.

SILVA, Cintia R. Franco da. O caso Dreyfus, Émile Zola e a imprensa.

Contemporâneos - Revista de Artes e Humanidades, nº 11, Laboratório de Estudos e Pesquisas da Contemporaneidade – LEPCON, 2012/2013.

Disponível em:

<<http://www.revistacontemporaneos.com.br/n11/dossie/Dossie4-dreifus.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

SILVA Jr., Hédio. **Zumbi dos Palmares não é herói extraído dos livros didáticos...** FSP, São Paulo, 1915. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/opinia0/coluna/2015/11/20/zumbi-dos-palmares-nao-e-heroi-extraido-dos-livros-didaticos.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 01 maio 2018.

SILVA, Teresinha V. Z. da. A presença da cultura portuguesa na Belle Époque Tropical. In: NASCIMENTO, Evando; OLIVEIRA, Maria Clara C. de; SILVA, Teresinha V. Z. da. (Org.). **Literatura em perspectiva**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003, p. 185-192

SILVEIRA, Oliveira Ferreira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. (Orgs.). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SOARES. Priscila Gonçalves. **Práticas corporais e diversão em Juiz de Fora\ MG: O Discurso do Jornal O Pharol (1876 – 1915)**. Dissertação de Mestrado, Faed-UFJF, Juiz de Fora, 2010.

SOB a presidência. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 27 set. 1916. Não paginado.

_____. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 28 set. 1916a. Não paginado.

SOCIEDADE de Homens De Letras. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 17 ago. 1917. Não paginado.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Petrópolis:Vozes,1988.

_____. **Claros e Escuros**, Petrópolis, Ed. Vozes, 2015

SOUZA, Roberto Acizelo Q. de. Belas letras: ascensão e queda. **Matraga**, Rio de Janeiro, Instituto de Letras – UERJ, n. 15, jan./dez. 2003.

Disponível em <<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga15/matraga15a10.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

TEIXEIRA E SOUSA, Antônio G. **O filho do pescador**. Rio de Janeiro: Typographia de Paula Brito, 1859.

UTZERI, Fritz. “**Do outro lado do mundo**”. In RITO, Lúcia, ARAÚJO, Maria Elisa de, ALMEIDA, Cândido J. Mendes de (Orgs.). Imprensa ao Vivo, Rio de Janeiro: Rocco, 1989, págs.145-158.

VALE, Vanda. Pintura Brasileira do século XIX - Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora : **Clio Edições Eletrônicas**, 2001, 105 p. Disponível em: <http://www.ufjf.br/cliotedel/files/2009/10/COD02004.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

VALHACOUTO. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª edição, 14ª reimpressão, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1975.

VIAJANTES. **Correio de Minas**. Juiz de Fora, 20 abr. 1915. Não paginado.

VIANA, F. Pastinha: o último capoeirista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 fev.1974

VIEIRA, Andréa L. C. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. (Orgs.). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

VIEIRA, Carlos E. *Intelligentsia* e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 16 jan./abr. 2008, p. 63 – 85.

VIEIRA, Pe. Antônio, Sermão XIV (1633), **Literatura Brasileira**. Textos literários em meio eletrônico. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=3726>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

XEXÉO, Arthur. **O Torcedor Acidental**, Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2010.

YUKA, Marcelo. **Não se preocupe comigo**. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2014.

WALKER, Alice M. **A cor púrpura**. [20--]. Disponível em: <https://leandromarshall.files.wordpress.com/2012/05/a-cor-pc3barpura-alice-walker1.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANEXOS

ANEXO – A

Belo Horizonte 17 – set. 25

Gilberto

Cuidava poder voltar hoje de manhã, ou pelo menos, à tarde. Não foi possível. Só poderei regressar sábado a tarde. Estou, como V. facilmente compreenderá, aborrecido; mas fico-me a pensar que, como de costume, não haja hoje, nem amanhã sexta, nem mesmo sábado casa para o Jung, caso então, em que hai estarei a tempo.

Si, porém, por qualquer circunstância o julgamento do assassino do Aguiar for sexta ou sábado, as cartas da Lourença deverão ser apresentadas pela acusação. V. pode, então, procura-las na 2ª ou 3ª gaveta do meu bureau. A chave da casa está com o Jº Lourenço Fontes, que mora no Hotel. Peça-a a elle e procure lá as cartas, si bem que, como já disse espero eu que para o julgamento só haja casa para a semana.

Estou de saúde, apesar de muito trabalho.

abraços affetuosos do am' e comp.e J. Eutropio

(EUTRÓPIO, J. [carta] 17 set.1925, Belo Horizonte [para] ALENCAR, G. Juiz de Fora. 1f).

ANEXO – B

Itabira – 23 – 11 – 925

Compadre

És um ingrato! Chegado ahi cahiste na farra, com o Tiradentes e a Marília, e empanturrado dos acepipes do Toffolo, esqueceste até tua promessa do telegramma...

Ingrato compadre! Vingar-me-ei de ti. Não te darei mais tomates de minha lavoura! Cheguei aqui a 21 e encetei 2 horas depois os trabalhos, tudo já feito quase todas as escritas e algumas oraes. Si de Belo Horizonte não demorar em a devolução dos troços legais, quinta-feira ou mesmo antes terei acabado tudo.

Não se esqueça do meu chá. Lembranças ao Tiradentes, à Marília, ao Toffolo, ao Claudio Manuel, e a todo o passado dessa legendaria terra em que as gallinhas deitam ovos onde os antigos fundiam ouro e os modernos furtam documentos e os ditos ovos.

Um abraço do
compe e amº
J Eutropio

N. aqui há pernilongos e um hoteleiro que tem a mania de servir a gente enchendo o prato contra a medida e vontade do fregues. O calçamento é horrível. O calor também – vai chover

Eutropio

(EUTRÓPIO, J. [carta] 23 nov. 1925a, Itabira, [para] ALENCAR, G. Juiz de Fora, 2f).

ANEXO – C

REPÚBLICA HOTEL

Meu Gilberto:

Cheguei com bom tempo, e boa viagem, amenizado pela contemplação de “plusieurs jam bom, de curse dont M. Anatole France dit que’ on é change pour me dancisse.”

Na viagem verifiquei que esqueci ahi do meu relógio e do anel. Creio que, no atropello da ultima hora deixei-os em cima da cama ou em algum a lugar igualmente pouco seguro. Quero que V. me faça o favor de avisar aquella senhora que mora lá em casa que os procure e guarde a bom recato. A casa é facilmente arrombável e os amigos-do-alheio pullulam à cata de princhas, abasturas, fechaduras e ocasiões.

Não se esqueça, sim?

Devo voltar domingo. Por aqui há um pouco de frio. No mais excellente.

abraço do

Compe am°

Eutropio.

(EUTRÓPIO, J. [carta] 1927, Rio de Janeiro, [para] ALENCAR, G. Juiz de Fora, 1f).

ANEXO – D

*Fleurs du Sang**(AUX BELGES)*

*La campagne frémit, le canon grande au loin
Et les homes se tuent sous le ciel somber et gris;
Le soleil qui s'enfuit ne neut être té moin
De l'é hauge folie dont le mond est épris*

*Mais la douce valée, que l'on voit dans un coin,
Semble sourire comme à l'attente du lis.
"Il viendra, il viendra!.. L'humus aura le soin
De la faire pousser sous ce rouge tapis".*

*Et l'on vit le miracle un peu de temps après...
Fécondée par le sang des héros que la mort
Emporta, lá valée s'est couvert de fleurs.*

*Des violettes, des lis poussente sou les cyprès
Qui signalent là-bas des soldats l'âpre sort,
Des soldats dont le nom est grave dans von coeurs.*

(EUTRÓPIO, J. *FLEURS du Sang*. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 08 jun.1915.
Não paginado).

Flores de Sangue

(Para os belgas)

A campanha estremece, o grande canhão ao longe
E os homens se matam com o céu sombrio e cinza;
O sol que foge não será ignorado
Do auge da loucura cujo mundo está enamorado
Mas o doce vale, que é visto em um canto,
Parece um sorriso à espera do lírio.

"Ele virá, ele virá!

Para crescer sob este tapete vermelho".

E vimos o milagre um pouco mais tarde ..

Fertilizado pelo sangue dos heróis que a morte

Levou, o vale coberto de flores.

Violetas, os lírios crescem sob os ciprestes

Qual amargo sinal de soldados lá fora,

Cujos nomes estão gravados em nossos corações. (Tradução nossa)

ANEXO – E

“No entanto, José Eutrópio, cujos conhecimentos de jornal não passavam da sala de visitas, isto é, da redação, não foi também um jornalista na expressão verdadeira da palavra. Foi mais, muito mais que um jornalista, mas jornalista não foi, como Heitor Guimarães, Gilberto de Alencar, Albino Esteves, Tito de Carvalho, Antônio Gomes, Lage Filho, José Kascher e tantos outros que no seu tempo mourejavam na imprensa local. Nem por isso, entretanto, sua atuação foi menos brilhante, segura e produtiva como jornalista.

“José Eutrópio era, sim, um artista, um grande artista. Sabia música como poucos, compunha com incrível facilidade e admirável inspiração e tinha todas as qualidades do “virtuoso” e do maestro. Nas poucas vezes que se exibiu, regendo orquestras de responsabilidade ou tangendo as cordas do piano, seu instrumento predileto, o êxito foi completo, apesar das dificuldades com que movia os braços e as pernas em virtude de insidiosa que sempre o martirizou e que afinal o levou ao túmulo. Mas seus conhecimentos artísticos não se limitavam à música. Não era pintor, mas conhecia tudo quanto havia sido escrito sobre pintura; não era escultor, mas sabia escultura; nunca havia pisado num palco para representar, mas conhecia a arte cênica como ninguém. Sentia a Arte em todas as suas expressões e tinha sobre ela uma cultura vasta, invejável, invulgar. Daí a razão por que sempre que chegava à cidade algum conjunto teatral de valor, principalmente lírico, era a ele, de preferência, que recorriam os jornais que não contavam com redator especializado para escrever a crônica de cada dia. E esses trabalho (sic) ele realizava com prazer, como que o houvesse solicitado, chegando muitas vezes a publicar na mesma data dois artigos diferentes, em jornais diversos, sobre o espetáculo da véspera, ao gosto de quem os encomendara. Seu prestígio era tão grande como crítico, que poucos se aventuravam na cidade a escrever sobre um livro, uma exposição de arte ou um concerto sem ouvi-lo previamente. E os que assim procediam jamais se arrependeram, pois dele recebiam lições de mestre e orientação que quase sempre seguiam porque Eutrópio aconselhava com sabedoria, ensinava com prudência e criticava com seriedade” (4).

4. OLIVEIRA, Paulino de, “José Eutrópio”, discurso pronunciado quando da instalação solene das Escolas Reunidas “José Eutrópio” em 19-5-1952, publicado no **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 15 de junho de 1952 (NÓBREGA, 1987, p. 9).

ANEXO – F

JOSÉ EUTRÓPIO

Vale Ferreira⁸

Até parece que Juiz de Fora devia reclamar para os períodos desditosos que tem atravessado ultimamente o trabalho pungente daqueles gregos do pincel que levavam toda a vida pintando mortos, colorindo a morte, talvez pelo desejo incontido de certas ressurreições.

Centro intelectual que não quer dizer muita coisa pelo valor quantitativo dos seus expoentes, nem assim o destino lhe tem poupado o desarranjo desconcertante de certas perdas. E este deus atroz, o horror das fábulas, parece andar teimosos contra Juiz de Fora, donde vai secando um por um os representantes de qualidade, no trabalho nada compassivo de tirar repetidamente de quem já dispõe de tão pouco.

No espaço de poucos anos, quase numa vertigem, para lá se foram Itagiba e Estevão de Oliveira, Odalcino Marques, Aguiar Júnior, Rui Novaes...

Ainda agora o telégrafo, na frieza contundente dos seus despachos sem preposições, traz até meu isolamento, traz para o concurso de minhas mágoas a notícia lancinante de que a morte fora buscar mais um da gente: - José Eutrópio!

A tristeza mais completa que o boníssimo Paulino de Oliveira poderia confiar a solicitude dos telegrafistas de Juiz de Fora, às seis horas da manhã de 22, foi a tristeza total que trouxe o meu endereço: “O grande Eutrópio morreu”. Textual.

Esse doloroso desfecho de há muito, aliás, era o receio que mais nos atormentava. Ainda assim, a notícia foi um choque porque a gente em certas ocasiões confia demais nos medicamentos. São arranjos do coração, que é sempre o mais teimoso e não leva a sério os diagnósticos, com certeza porque o coração não admite a ameaça terrível de certas ausências numa época em que a espécie menos frequente na terra é a dos homens que costumam ser amigos.

Mas para que desejar ao contrário, de que serve, afinal o coração não querer as coisas se todas elas estão irremediavelmente escritas, como se usa dizer?

José Eutrópio, morreu e eu não sei de amigo mais devotado. Para levar a sua dedicação, a sua amizade a quase loucura do sacrifício bastaria que se recordasse aqui o caso Aguiar Júnior, tão conhecido da gente.

Assim, quando se procurava apresentar ao Tribunal provas que confundissem de vez o matador de Aguiar Júnior, a fera que numa exaltação de banditismo levaria este outro que era o nosso coração, quando era preciso que se isolasse a fera, grassou no meio intelectual de Juiz de Fora a mais repugnante, a mais subalterna covardia.

Já por esse tempo José Eutrópio não andava bom. Pois mesmo assim, meteu na circulação duas ou três ampolas nem sei de que e desarticulado, quase sem pernas para a caminhada, engatinhou até o supra citado Tribunal para levar ali o protesto quase silencioso da sua presença. Estava José Eutrópio, de há muito meio mudo, pois que, por um dos desígnios caprichosos do mundo, certa moléstia perversa lhe prejudicara os movimentos da língua, para deixar em Juiz de Fora, quase sem dicção, com a palavra tolhida para sempre, um dos poucos que por ali poderia dizer coisas interessantes!

No decorrer agitado dos debates, quando se procurava encarecer ainda mais a perda, alegando o fato de Aguiar Júnior ter falado corretamente seis ou sete línguas onde nem o português os outros costumavam falar direito, um advogado qualquer da defesa, cujo talento não ia além das coisas engraçadas, retrucou num futilíssimo triunfo: - "O porteiro do Pálace também fala". Era ignomínia fora da conta e José Eutrópio, a vaidade de um Foro, o batalhador de idéias, o espírito mais ágil que ali se encontrava, só achando para o caso o derivativo covarde das lágrimas, disse: - "Este moço não tem coração". Disse isso para os seus amigos e ficou quieto, única atitude que lhe convinha naquele ambiente plebeu.

E o júri, analfabeto como todos os júris que se presam, achou engraçada a tal história do porteiro do Pálace e foi de uma imbecilidade unânime...

Jurista brilhante, estudioso como não se costuma ser em Juiz de Fora, humanista dos mais seguros que tenho conhecido, como ninguém da sua roda, José Eutrópio seguia com lucidez exata todos os movimentos de ideais, ainda os mais desconcertantes.

Fez jornalismo com vigor, habilidade e destreza insuperáveis que teriam posto vaidosa a imprensa mineira se ela costumasse a ficar vaidosa...

Olhava com atenção particular os moços e acolheu muitas vezes com uma bondade enorme e cheia de cuidados os espíritos novos e brilhante como Edmundo Lys, Rui Novaes, Lage Filho, Rubens Moreira, Teobaldo M. Santos, Henrique de Rezende, tantos outros...

Poderia ter sido um verdadeiro ditador intelectual se a sua atitude mais frequente em relação à intelectualidade duvidosa de Juiz de Fora não tivesse sido sempre a de benevolência, talvez muito ampliada.

A maior autoridade no estado em negócios musicais, em vida, ficava zangado quando os outros diziam essas coisas. Ainda me lembro bem da descompostura amável que me passou quando, redator de um dos jornais, ao noticiar o seu aniversário, descuidado, acentuei o desdobramento da sua personalidade em intelectual brilhante e maestro de valor.

“Você quer matar-me de fome, homem de Deus?” É que José Eutrópio sentia perfeitamente que a arte incompatibiliza a gente com o bom burguês, o que pode ser agradável, mas não convém definitivamente porque, afinal de contas, o burguês é quem anda sempre às voltas com inventários e petições...

Comentava com segurança invejável os grandes clássicos. Conhecia a fundo todos os compositores italianos, ia frequentemente de Beethoven a Wagner, José Eutrópio – “por necessidade artística” – já estudava a arte sonora mais revolucionada, já andava pelas composições desconcertantes dos renovadores, para explicar a gente, por exemplo, a intenção ascendente da música desumanizada do genial Debussy, cantando *Après midi dun faune*, como cantou para mim.

Em um dos nossos últimos encontros surpreendi esse estudioso dedicado num trabalho divertido, como ele mesmo disse. Assim, na sala do piano, num mundo também de livros, uma pobre vitrola portátil, de marcha vagarosa, reproduzia alternativamente as *Beatitudes* de Cesar Franck por orquestra francesa, inglesa e alemã. E ele, com a partitura no colo e o indicador na partitura, ia anotando as modulações particulares de três orquestras diferentes.

Tudo isso em Juiz de Fora, já muito alquebrado...

Mandou-me as suas últimas notícias muito pouco antes da morte, numa carta imprecisa, estranha, sincopada. Numa carta que me disse mais do que ele pretendia dizer – pois assim como veio, quase desarticulada, escrita por partes e trazendo o sinal de três tintas diversas, era a prova dolorosa das muitas tentativas que ele já

precisava fazer contra os seus males perversos para chegar-se aos amigos distantes.

“Eu não passo deste 29, em todo caso, até as suas férias. Traga-me uma coisa boa daí”. Foram as suas derradeiras palavras para mim. Que tristeza!

Pois eu agora só poderei levar a minha tristeza enorme, só isto e a minha saudade, que por aqui, depois do Caparaó, nem flores a gente encontra mais, meu querido, ó meu saudoso Eutrópio.

Mas Você fica no coração, Você que era bom antes de tudo.

8 - Joaquim Vale FERREIRA – Advogado, jornalista, professor, poeta, com vários livros publicados. Lecionava em Manhuaçu, MG, sua terra natal, quando enviou para o Correio de Minas este artigo, publicado na edição de 3 de julho de 1929 (NÓBREGA, 1987, p. 13).

ANEXO – G

José Eutrópio

H.J.Hargreaves (9)

Reiniciando hoje as minhas crônicas dominicais, sinto que o meu espírito se detenha na mágoa sincera e grande de ter que registrar a ausência definitiva e irremediável do boníssimo Eutrópio, que começou o ano entre nós e antes da metade do ano nos deixou. José Eutrópio, conheci-o, há tempos, quando cursava eu ainda o ginásio e o tive como professor de francês, o que, na minha ignorância transbordante, me causava espécie, por não compreender que um preto pudesse saber francês.

Naquele tempo, iniciava ele triunfante o domínio do nosso meio, pelas irradiações brilhantes de seu talento admirável.

Era orador fecundo e facundo, no labor de cuja palavra, adivinhava-se uma alma cintilante e trabalhada pela exuberância duma cultura superior, clássica, variadíssima.

Firmado no conceito geral, como um dos mais lídimos expoentes do nosso intelectualismo, estigmatiza-o o destino com um mal irremediável, prejudicando-lhe de preferência a dicção admirável que possuía.

Segregado, desde então, do convívio geral público, retirou-se à Cafarnaum dos seus livros (como se expressou Agripino Grieco a respeito do seu tugúrio) e começou a viver do afeto e do carinho dos amigos devotados, que o procurava, sempre, com grande proveito intelectual.

Sonhando os mais lindos sonhos duma alma boa, seu espírito se lapidava, cada vez mais, no aticismo duma arte pura e imácula, a procurar novos atrativos para congregar em torno de si maior número de discípulos e admiradores.

Um dia, comigo mesmo, enquanto ele me expunha os seus novos planos de realizações idealísticas, totalmente impossíveis – rabiscava eu no cérebro umas linhas de troça, para diverti-lo.

Acaba a sua exposição, fiz-lhe a minha e rimo-nos, a bom rir, da inanidade do nosso esforço de pigmeus, que tentamos ferir a fronte de Golias da ignorância, tão

ingenuamente, a ponto, uma vez, de nos esquecermos até de que não sabemos manejar a funda...

Saí de sua casa, reduzi a escrito o que me contara e gostei de obter dele que eu publicasse as tais linhas, ao longo das quais manifestávamos o horror dum dia virmos nós a ser gênios municipais...

E era disto que vivia, nos últimos tempos, aquela alma grande, agasalhadora de todas as iniciativas moças, aberta sempre há quantos tinham a sede espiritual dos conhecimentos científicos, literários ou artísticos.

Poucos dias antes de morrer falávamos da vacuidade do orgulho humano ao lado do efêmero que boia à tona de tudo na existência e, depois, de nos referirmos ao Eça, a Ramalho Ortigão, a Oliveira Martins, Litté e tantíssimos outros, que partiram do Tempo, em absoluta incoerência interior com os seus princípios – disse-lhe: -“Qual, Eutrópio, eu estou convencido de que a humanidade se divide em dias correntes. Uma que vive, como quer morrer. Outra, que morre, como quis viver, mas não teve coragem”...

Ao que ele, com aquela sua bonomia vaga de coração elevadíssimo, me retrucou:

-“Você me faz lembrar agora do padre Boa Vida, que, muitas vezes, nos dizia, quando estudantes, para nos chamar aos deveres católicos: “Olha, moço, você leva esta vida, assim, na persuasão (sic) de ter tempo de se amedrontar, antes de morrer”... mas olha, às vezes, Deus costuma não dar tempo d’agente ter medo”...

Como me entristece, nada saber dos últimos instantes do querido Eutrópio!...

Que coerência brutal, ao do seu fim!... Amigo de todos, mas vivendo sempre só, morreu no seio de seus amigos, integralmente, isolado, só, abandonado!...

Sem sequer os últimos recursos da ciência, mergulhou-se a sua alma nos mistérios da Eternidade,... na absoluta inconsciência de seus amigos e parentes!

Sabemos que ele morreu, porque sobrou, entre nós, mais um corpo, vazio, desabitado, sem alma!...

E que alma! A de um santo, sem dúvida!...

Pascal disse que os santos não suicidam.

E, só meditando isto, profundamente, compreendo como José Eutrópio soube superar os seus males, num crescendo manifesto de perfeição cristã, cada vez mais sensível.

9 - HARGREAVES, H. J. Professor Emérito da Universidade Federal de Juiz de Fora, Professor na Universidade Católica de Minas Gerais, um dos fundadores da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora e do Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino, jornalista. Seu artigo foi publicado no **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 7 de julho de 1929 (NÓBREGA, 1987, p. 16).

ANEXO – H

José Eutrópio

Miguel Duarte ⁽¹⁰⁾

Com a morte de José Eutrópio, ocorrida em Juiz de Fora, no dia 21 de junho próximo findo, a Minas perdera um tipo de intelectual autêntico.

Tive a suprema felicidade de ser-lhe amigo, durante dez anos, precisamente.

De pronto, não me ocorre a certeza de, até então, haver privado com outro espírito mais íntegro, mais fulgurante, mais complexo.

José Eutrópio, antes de tudo, era um caráter; por isto que todos os seus atos sabiam a sinceridade.

Conquanto a morte o alcançasse aos 45 anos (suponho), ele, que podia ter sido em seu Estado, quase nada fora, no entretanto.

Digo quase nada ao sabor da retórica, mas em face de seu valor incontestado, desde a sua cultura profunda, disciplinada, inconfundível até seus raros dotes de homem de talento e de serenas e felizes iniciativas.

Encontram-se, em vários ramos da vida, muitos dos que lhe foram colegas de estudos e que não se fartam de repetir a maneira singular por que fizera os seus preparatórios e, conseqüentemente, os cursos superiores.

Na imprensa, na literatura, no magistério, na jurisprudência, enfim, onde quer que fosse que seu espírito atuasse, ficava sempre um sinal indelével da sua passagem.

Estilista de escol, musicista laureado, orador de largos remígios e crítico de aguda sensibilidade, seu valor surpreendera de tal sorte a Agripino Grieco, que o conhecido filigranista de “Estátuas Mutiladas”, “Caçadores de Símbolos” e “Fetiches e Fantoques” ficara intrigado de como o estreito ambiente intelectual de Juiz de Fora lhe comportava o espírito ático.

Quando a justiça de seus amigos quiser reunir sua obra esparsa em volumes distintos, serão encontrados verdadeiros filões, em prosa e verso, não só em português castiço. Mas ainda em francês e italiano, aliás, não menos escorreitos, pois que em cujas línguas se habituara a pensar e discernir.

José Eutrópio jamais sofrera a febre do exibicionismo; e, por isto, nunca se permitira editar.

Julgo adrede fazer lembrado aqui, em abono do que ora assevero, o caso de seu possível ingresso ao Cenáculo Mineiro.

Faz, talvez, 8 anos que eu e outros amigos fomos pedir-lhe permitisse levantássemos sua candidatura à vaga aquela época existente na Academia Mineira de Letras. Respondera negativamente, declinando, vaga, mas sinceramente, nomes de poetas e romancistas conterrâneos que, segundo a modéstia que o caracteriza, mereciam mais que ele.

E, como insistíssemos em nosso propósito, houve por bem recorrer à falta de livro editado, declarando, em seguida, que em consequência da desordem de seus inéditos e do arquivo, tão cedo não poderia enviar originais ao prelo.

Ultimamente, embora entre demorados hiatos, José Eutrópio escrevia uma importante obra didática sobre Harmonia. Parece-me que a deixou quase ultimada.

José Eutrópio não era, no rigor vernacular da expressão, um celibatário intransigente. Tanto assim que, várias vezes, ele me disse da necessidade de uma companheira, falta que lhe aumentava, à proporção que envelhecia, segundo sua lógica.

Todavia, creio que concorreu sobremaneira para que se ele demorasse solteiro o seu teimoso convívio entre os livros e a música, paradigmas de sua arte limites do seu ideal de esteta.

Enquanto existir alguém da geração a que pertenço, José Eutrópio será sensivelmente lembrado, porque ele foi uma antena entre os novos e os velhos, no que concerne à literatura propriamente dita.

Ainda, há poucos dias, em lendo o sugestivo artigo de Vale Ferreira, que a bondade de Paulino de Oliveira me pôs às mãos, lavei os olhos, de novo, na água lustral das minhas lágrimas.

Por José Eutrópio – o único a quem pude chamar de Mestre – não de florir, eviternamente, como símbolo da minha saudade, todas as violetas do meu coração combalido...

10. DUARTE, Miguel – Jornalista, fundador de **O Colibri** e de **O Esteta**, em Juiz de Fora, ambos em 1924. Residia no Rio de Janeiro quando remeteu para o **Correio de Minas** esta colaboração, publicada em 14 de agosto de 1929 (NÓBREGA, 1987, p. 18).

ANEXO – I

CHARLATANISMO NO ENSINO MUSICAL

Parece que na imprensa mineira é o “Correio de Minas” o único jornal que mantém, bem ou mal, uma secção exclusivamente destinada a assuntos musicais. Quem a redige vem, há mais de dez anos, ora num ora noutra jornal, escrevendo, como pode e como sabe, sobre matéria tão importante como é a questão do ensino musical. E quanto mais escreve, mais se convence que é necessário insistir, teimar, repetir, repisar no que já foi dito, tal é a desmoralizada situação a que se acha reduzido este ramo da educação popular.

De fato, as condições do ensino musical, em Minas, são as mais deploráveis possíveis. Quase por toda a parte, com muitíssimo poucas exceções, o que há neste particular é mercantilismo, ignorância e pedantismo.

Entremos de pronto na matéria.

Em que condições está o ensino, hoje, nas mãos de grande número de professores, que só pensam em ganhar dinheiro com o que pretendem saber ensinar?

A um comércio ilícito, que explora a ignorância dos pais e a boa fé dos alunos, entrando-lhes mais ou menos fundo na bolsa.

Indivíduos que mal conhecem os rudimentos de solfa e executam mal um instrumento, arvoram-se em professores e logo entram a arranjar alunos, aos quais impingem lições insossas, sem método, sem encanto, sem nada que se torne um prazer, e, ao cabo de certo tempo, julgam honestamente finda sua tarefa de ensinar, que afinal, redundou em encher o intelecto do aluno de teias de aranha e mil incongruências, sem nexos, sem ordem, sem base.

A tais professores parece que basta dar a decorar ao aluno uma “artinha” antediluviana, mal escrita, mal sistematizada; fazê-lo aprender o nome das notas, dar-lhe uma noção, sempre confusa, vaga e incompleta de compassos, e está tudo feito.

É tudo o que o professor pode ensinar e tudo que ele ensina.

O aluno está pronto.

Sabe música.

Outra classe de “professores” há que, numa desordem caótica de termos, denominações, divisões, subdivisões e mil distinções inoportunas e confusas

pretendem ensinar o aluno, na 1.^a ou na 2.^a lição, cousas que ainda demandam tempo para serem aprendidas. Se assim fazem é porque aprenderam mal e sem nenhum método o que confusamente querem ensinar.

Enquanto explicam formação de escalas – se é que sabem e podem explicar isso – falam em vibrações, comas, em tritono, em teoria física da música, em harmônicos, o diabo a quatro, enfim, que deixam o aluno apatetado, como um afogado a debater-se n'água para salvar-se.

A falta de método e o vezo pedantesco de exhibir um saber mal coordenado, engendram este tipo de professor pedante e embrulha, que é felizmente bastante raro entre nós, mas que se conhece pela encenação com que se apresenta e pela pose majestática pretensiosa que assume.

Se, porém, é assim variada a coorte dos professores que em vez de ensinar séria e honestamente parecem ter por fim apenas estragar as boas vocações e os talentos promissores, não é menor o número dos que, dedicando-se ao ensino de vários instrumentos cometem atentados tão deploráveis e indignos.

Entre estes o espírito de mercancia é ainda mais desabusado e acentuado.

A preocupação que os domina é iludir ao aluno, satisfazendo a vaidade natural dos pais, que, inclinados a acharem os filhos rutilações do mais vivo e genuíno talento, sentem-se satisfeitos ouvindo-os “tocar alguma coisa”. O único meio de denotar progresso, a única maneira do professor provar sua competência didática é esta: “que o aluno toque alguma coisa”.

Para isso tudo se sacrifica. Pouco importa que tenha o aluno de sacrificar seus estudos teóricos, se o está fazendo, ou de entrar a praticar o instrumento pelo método denominado “de ouvido”.

Se ao cabo de pouco tempo aparece o aluno prodígio executando mal e inconscientemente alguma coisa, honra e glória sejam ao mestre e ao pirralho; aquele porque sabe ensinar e a este porque é um gênio.

Triste conúbio da ignorância dos pais com a esperteza do mestraço arrojado! Assim se fazem reputações de professores e se improvisam gênios musicais precoces!

Quando chegaremos à época em que, predominando o bom-senso, desapareça este mercantilismo que faz retrogradar a arte aos tempos primitivos em que o instinto guiava o homem nas suas aspirações e inspirações musicais?

ANEXO – J



Independência ou Morte (óleo sobre tela)

Ano: 1888

Autor: Pedro Américo
Museu Paulista – USP

ANEXO – K



Batalha de Friedland (óleo sobre tela)
Ano: 1875
Autor: Ernest Meissonier
Metropolitan Museum of Art – Met (Nova York)

ANEXO – L



A Redenção de Cam (óleo sobre tela)
Ano: 1895
Autor: Modesto Brocos
Museu Nacional de Belas Artes - MNBA

ANEXO – M



Fonte: <https://www.google.de/search?q=LINGUÍSTICA>

ANEXO – N

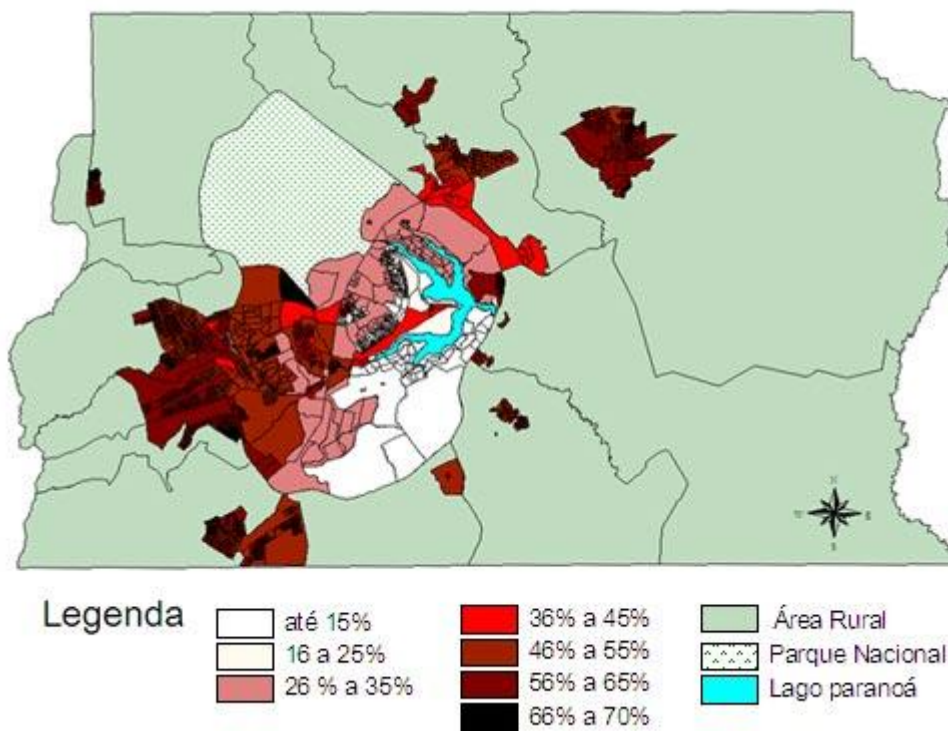


Entrada da baía e da vila do Rio, a partir do terraço do Convento de Santo Antônio
em 1816 (óleo sobre tela)
Ano: 1816
Autor: Nicolas Antoine Taunay

Fonte: SCHWARCZ, Lília. **O sol do Brasil**: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANEXO – O

MAPA 1- Distribuição da População Negra - DF 2000



Fonte: A cor do Espaço (Marcel Cláudio Sant'Ana – Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – UNB, 2006).

ANEXO – P

CADERNOS NEGROS 1

A África está se libertando! já dizia Bésiva, um dos nossos velhos poetas. E nós brasileiros de origem africana, como estamos?

Estaremos no limiar de um novo tempo. Tempo de África vida nova, mais justa e mais livre e, inspirados por ela, renascemos arrancando as máscaras brancas, pondo fim à imitação. Descobrimos a lavagem cerebral que nos poluía e estamos assumindo nossa negrura bela e forte. Estamos limpando nosso espírito das idéias que nos enfraquecem e que só querem nos dominar.

‘Cadernos Negros’ marca passos decisivos para nossa valorização e resulta de nossa vigilância contra as idéias que nos confundem, nos enfraquecem e nos sufocam. As diferenças de estilo, concepções de literatura, forma, nada disso pode mais ser muro erguido entre aqueles que encontram na poesia um meio de expressão negra. Aqui se trata da legítima defesa dos valores do povo negro. A poesia como verdade, testemunha do nosso tempo.

Neste 1980, 90 anos pós-abolição – esse conto do vigário que nos pregaram – brotaram em nossa comunidade novas iniciativas de conscientização, e ‘Cadernos Negros’ surge como mais um sinal desse tempo de África-consciência e ação para uma vida melhor, e nesse sentido, fazemos da negritude, aqui posta em poesia, parte da luta contra a exploração social em todos os níveis, na qual somos atingidos. (...)

25 de novembro de 1978.

(ALVES, 2012, p. 222)

Apresentação Cadernos Negros – 1 (1978)

Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/3057785/> (p. 24).

ANEXO – Q



Capa Cadernos Negros 1

Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/3057785/>

ANEXO – R



Lançamento Cadernos Negros – 1 (1978)

Fonte: <http://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/>

ANEXO – S



Lançamento do CN2. Da esq. para a dir.: Neusa, Abelardo, Oswaldo, Colina e Aristides Barbosa

Fonte: <http://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/>

ANEXO – T



Leitorxs no lançamento do CN16, no Sindicato dos Bancários, em São Paulo

Fonte: <http://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/>

ANEXO – U

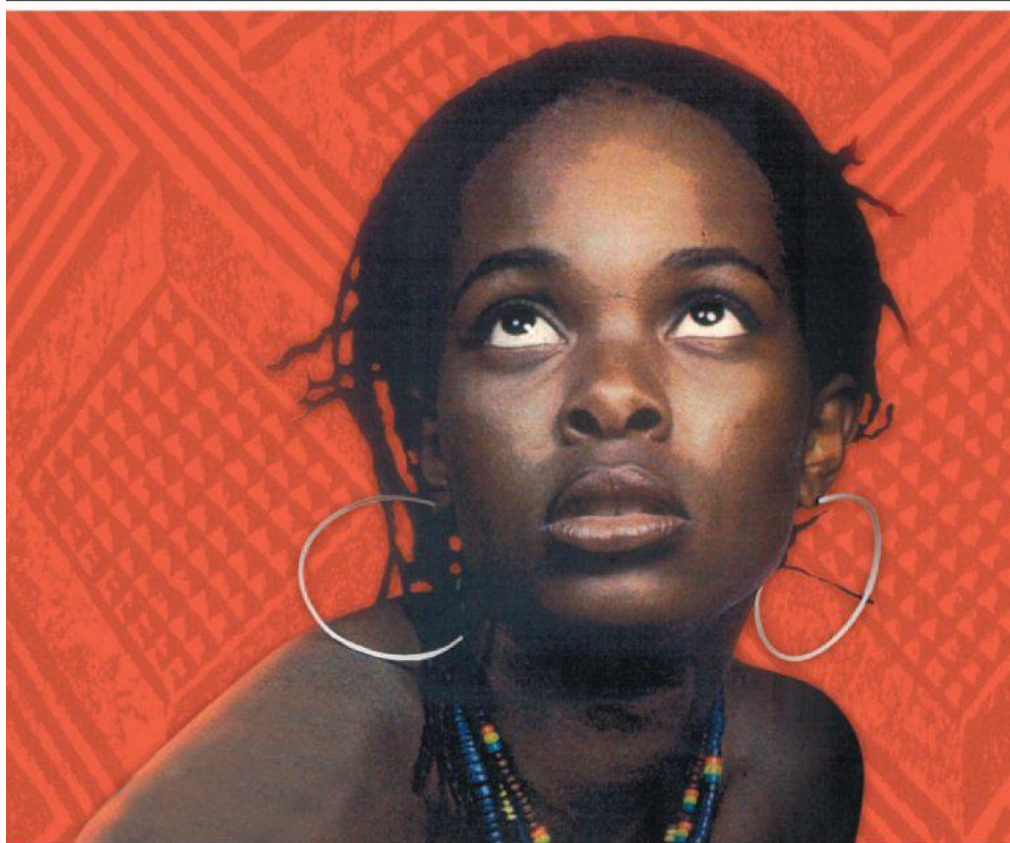


Leo Ornelas

Lançamento do CN39 em Salvador
Fonte: <http://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/>

ANEXO – V

**CADERNOS NEGROS
BLACK NOTEBOOKS**

**CONTEMPORARY AFRO-BRAZILIAN
LITERARY MOVEMENT****Edited by NIYI AFOLABI
MÁRCIO BARBOSA & ESMERALDA RIBEIRO**

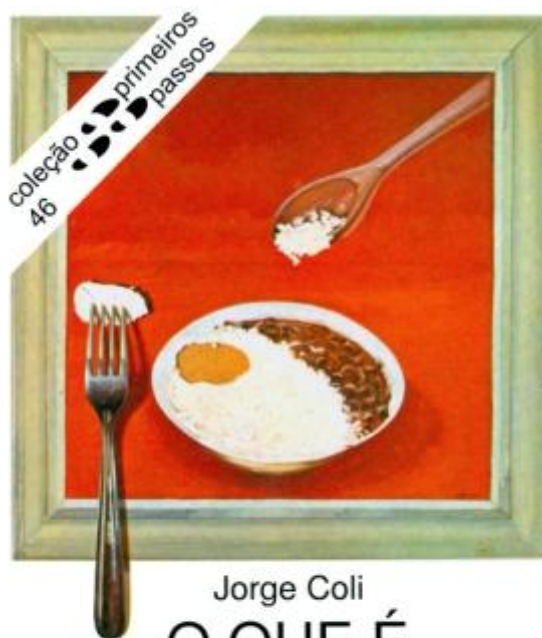
Capas de volumes de contos e poemas de Cadernos Negros traduzido para o inglês
Fonte: <http://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/>

ANEXO – X



Cadernos Negros 40 (Capa - 2017)
Fonte: <http://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/>

ANEXO – Y



Jorge Coli
**O QUE É
ARTE**
editora brasiliense

ANEXO – W

Um acontecimento sobremodo bizarro, intensamente pittoresco, pelo humorismo de que se rodeou, hontem ocorreu pela madrugada, na estação da Central, por ocasião da passagem do trem nocturno.

A “gare” estava repleta de passageiros, que iam e vinham num vozear constante. // Subito, uma acalorada discussão surge junto ao salão de espera e, acto continuo, erecto, imponente no seu terno de brim pardo, chapéo de palha, imitação Panamá, no alto da cabeça, avança gesticullando sempre, um homem de côr preta. // – E as tarifas? Inquire ele indignado. Onde as tarifas? É um roubo... Não pago ainda que contra mim se volte toda policia, exclama o homem fulo de raiva! // Grande ajuntamento se estabelece, varios funcionarios da Central se approximam, mais calor toma a discussão, emquanto, no largo, algumas praças de armas embaladas preguiçosamente caminham. // – Não pago, já disse, repete o preto furioso, por entre gostosas gargalhadas dos presentes. A estrada é nossa. É dos brasileiros e não do Marechal, do dr. Frontin, do ministro da Viação... // Sou socialista, quero a egualdade, não admitto que me explorem, pois enxergo alguma coisa mais do que pensam. // E a vozeria augmentava de diapasão. // Agente, ajudante, fiel e conferentes se agrupavam em torno do palrador africano, que, sem temores, continuava impavido, – O meu bahú! Quero-o imediatamente ou então... o talão de despacho. Ora esta! exigem-me dez mil réis e me não dão garantia alguma!

Já os animos se exaltavam e em imminente estava a integridade physica do preto, que soubemos chamar Lourenço Luz, quando silvou a locomotiva, dando entrada na estação o nocturno. // Erecto, sem tergiversar, ligeiro sorriso nos labios, como que a desaffiar os circumstantes, Lourenço tomou o comboio e, da portinhola, voz firme, pausada e vibrante, exclamou:

– É nossa! É dos brasileiros. Nem do marechal, nem do dr. Frontin...

Fonte: **Diario Mercantil**, Juiz de Fora, 22/08/1912.

ANEXO – Z



Correio de Minas (fac-símile de uma edição futura)

Fonte: **Correio de Minas**

Arte: Adriano Santos